

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Edilson Muniz da Silva

**A RELEVÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
NA EVIDENCIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA
Um Estudo da DVA na Crise de 2008 - 2009**

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**São Paulo
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Edilson Muniz da Silva

**A RELEVÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
NA EVIDENCIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA**

Um Estudo da DVA na Crise de 2008 - 2009

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Ciências Contábeis, sob a orientação do Prof. Dr. Jose Carlos Marion.

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

São Paulo

2010

ERRATA

SILVA, Edilson Muniz da. **A relevância da Demonstração do Valor Adicionado na evidenciação da distribuição da riqueza** - Um estudo da DVA na crise de 2008 - 2009. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria), PUC-SP, 2010.

Enunciados das figuras:

pp. 128. Tabela 28, onde se lê, Terceiro, leia-se Acionista;

Informação inserida em Tabela

pp. 129. Tabela 29, Substituir pela tabela abaixo

**Tabela 29 - Demonstrativo da distribuição da riqueza pelos setores –
Beneficiário Acionista**

Setores Econômicos/ Total riqueza distribuída 2009, 2008 e 2007			2009 - Acionista	2008 - Acionista	2007 - Acionista	Média	Ranking %	Ranking Nominal
Setor Petróleo			23%	22%	18%	21%	4°	
139.058.799	141.339.031	27.750.371	31.845.413	30.513.428	23.228.027	28.528.956		3°
Setor Materiais Básicos			35%	36%	46%	39%	1°	
58.464.420	104.397.209	82.461.347	20.724.876	37.100.077	38.069.998	31.964.984		2°
Setor Bens Industriais			17%	15%	24%	19%	5°	
13.590.322	14.124.795	11.433.674	2.378.038	2.142.170	2.774.109	2.431.439		8°
Setor Construção e Transporte			25%	13%	24%	21%	3°	
30.331.916	24.547.476	18.233.870	7.726.945	3.116.927	4.333.421	5.059.098		6°
Setor Não Cíclico			12%	10%	13%	12%	8°	
28.330.426	21.870.290	17.166.472	3.471.475	2.149.235	2.220.762	2.613.824		7°
Setor Cíclico			4%	3%	-1%	2%	10°	
11.697.190	12.559.699	10.861.570	493.601	414.900	(58.080)	283.474		10°
Setor Tecnologia			17%	18%	18%	18%	6°	
2.880.432	2.157.120	1.922.122	492.838	389.971	336.678	406.496		9°
Setor Telecomunicação			3%	10%	14%	9%	9°	
72.796.988	64.540.624	56.163.552	2.494.280	6.702.831	7.820.325	5.672.479		5°
Setor Utilidade Pública e Energia			18%	17%	16%	17%	7°	
138.798.748	131.079.018	122.402.775	25.084.701	22.879.004	19.491.935	22.485.213		4°
Setor Financeiro e Outros			32%	35%	34%	34%	2°	
186.009.644	133.168.644	139.431.387	59.392.637	46.556.104	47.745.223	51.231.321		1°

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

EDILSON MUNIZ DA SILVA

**A RELEVÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
NA EVIDENCIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA
Um Estudo da DVA na Crise de 2008 - 2009**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Livre Docente Dr. José Carlos Marion
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Prof. Dr. Antonio Benedito Silva Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Prof. Dra. Hilda Maria Cordeiro Barroso Braga
Faculdades de Atibaia - FAAT/SP

À minha mãe, Ana Muniz, por ter incentivado-me a trilhar os caminhos do conhecimento e proporcionado as condições necessárias para minha formação social e acadêmica.

À minha amada esposa, Silmara Scheleski Domingues, meus sinceros agradecimentos por seu amor, paciência e apoio incondicional.

Aos meus filhos, Pedro Egydio, João Marcos e Luiz Guilherme, que trouxeram muita alegria à minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, minha fonte de inspiração e saber, que me permitiu estar aqui neste momento ampliando meus conhecimentos científicos e, acima de tudo, meus conhecimentos de vida.

À minha esposa, Silmara Scheleski Domingues, que sempre me apoiou nos momentos mais difíceis com os seus conselhos, paciência e dedicação aos meus filhos nos momentos de ausência.

Ao orientador, Professor Dr. Jose Carlos Marion, mestre dos mestres, com quem tive a honra de aprender nas disciplinas do mestrado acadêmico, pela paciência, dedicação e constante apoio e incentivo ao aprimoramento desta dissertação.

Ao professor Dr. Antonio Benedito Silva, membro da banca de qualificação, pelo apoio e dedicação no desenvolvimento da parte teórica e estatística, com quem passei horas discutindo e extraindo conhecimento sem ele ter pedido nada em troca, tendo muitas vezes que trabalhar em excesso pelo amor à profissão, mostrando relamente a atitude típica de pessoas bem intencionadas e que visam ao desenvolvimento acadêmico daqueles que estão começando.

À professora Dra. Hilda Maria Cordeiro Barroso Braga, membro da banca de qualificação, pelas sugestões pertinentes e enriquecedoras na parte teórica e, principalmente, metodológica, que teve paciência em comentar cada folha desta dissertação com muita propriedade, transformando-a em um trabalho científico.

Ao professor Dr. Roberto Fernandes dos Santos, coordenador do Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Financeiras, pelos valiosos conselhos e orientações acerca dos encaminhamentos acadêmicos.

À professora Dra. Neusa Maria Bastos dos Santos, coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Contábeis e Financeiras, com quem tive o privilégio de ter aula na 1ª turma referente à disciplina de Governança Corporativa, pelo auxílio na disciplina de Metodologia Científica de Pesquisa.

Ao Dr. Isaac Galdino, pelo incondicional apoio na elaboração da dissertação mediante as constantes discussões de aspectos conceituais, metodológicos e revisões aplicadas aos textos.

Ao colega Marcio Jorge Santo, pela amizade, ajuda e contribuição na tradução e revisão do *Abstract* para o idioma inglês.

À Ernst & Young, em especial aos Sócios Romero J. S. Tavares e Julio Cesar de Barros Assis, pela aprovação de ajuda financeira na fase das disciplinas cursadas.

Aos amigos Rodrigo Munhoz e Julio Cesar de Barros Assis, pela amizade de longa data, pelo companherismo no decorrer das disciplinas do mestrado e por terem me ensinado realmente que “nenhum fim é lícito se o meio para obtê-lo for ilícito”.

RESUMO

A Demonstração de Valor Adicionado (DVA) é uma demonstração que foi criada com a finalidade de tornar pública a responsabilidade social das organizações. No Brasil, sua elaboração tornou-se obrigatória a partir da edição da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Assim, a DVA passou a integrar as demonstrações contábeis obrigatórias a serem publicadas pelas empresas de capital aberto, ocasião em que a CVM, por meio da Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, aprovou a minuta do CPC 09, de 15 de outubro de 2008, editado em forma final em 30 de novembro de 2008, com o modelo a ser utilizado por essas empresas. O presente estudo tem por objetivo, a partir da coleta de dados das DVA's de 264 (duzentas e sessenta e quatro) Companhias Abertas, de acordo com as 10 (dez) classificações econômicas setoriais da BOVESPA, analisar o comportamento da distribuição da riqueza gerada pelas empresas, levando-se em consideração o período compreendido entre 2007 e 2009, ou seja, antes e depois da crise financeira e econômica global, com o propósito de verificar o impacto que os cenários de estabilidade e crise produziram na geração e na distribuição da riqueza aos públicos de interesse, assim definidos: Trabalhadores, Governo, Remuneração de Capitais de Terceiros e Remuneração de Capitais Próprios. O trabalho tenta analisar e responder se no período de crise houve redução da distribuição da riqueza para o Governo e, conseqüentemente, se essa redução é aferível pela análise da DVA. Por fim, procura verificar, entre os públicos beneficiados com a distribuição da riqueza das empresas, quem mais ganhou ou perdeu no período da crise. A metodologia utilizada é a pesquisa descritiva, e para a análise dos dados estatísticos recorre-se aos testes da análise de variância (ANOVA ONEWAY) com nível de significância menor ou igual a 5% ($p \leq 0,05$) e testes de comparações múltiplas no sistema SPSS, além de análises percentuais e nominais das DVA's acumuladas para cada setor da classificação Bovespa. Os resultados mostram a existência de diferenças nas distribuições de valor adicionado aos públicos de interesse de acordo com os vários setores econômicos. Além disso, verifica-se que a participação do Governo no valor adicionado em valores absolutos teve crescimento constante, ficando este com a maior parcela do valor adicionado gerado nas DVA's acumuladas analisadas.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado, Crise Econômica, Distribuição da Riqueza, Lei 11.638/07.

ABSTRACT

The Value Added Statement (VAS) is a statement created with the objective of making known the social responsibility of organizations. In Brazil, it was enacted through Law number 11.638 of December 28, 2007. Thus, VAS started to be part of mandatory financial statements published by publically traded companies, occasion which CVM (the Brazilian equivalent of the American SEC) through CVM act 557 of November 12, 2008, approved the draft of CPC 09 of October 15, 2008, edited into its final form on November 30, 2008, with a model to be utilized by publically traded companies. This study aims to analyze, by use of data gathering of 264 (two hundred and sixty four) publically traded companies' VAS's, the final behavior of wealth distribution generated by firms, taking into account the period between 2007 and 2009, that is, prior to the global financial and economic crisis, with the goal of verifying the impact of unstable scenarios and crisis on wealth distribution and generation to such interest groups as employees, government, third-party capital remuneration, and pay equity. The paper tries to analyze and answer if there was an increase or reduction of wealth distribution to the Government during the crisis period and, consequently, if this reduction is gaugeable by use of VAS analysis. To conclude, it tries to verify, among the benefited groups from the wealth distribution of one of the firms, who has lost the most during the crisis period. The methodology used was that of descriptive research. For statistical analyses, the analysis of variance (ONEWAY ANOVA) with significance level less than or equal to 5% ($p < 0.05$), multiple comparison tests in the SPSS system, as well as analysis and percentage of nominal rate for each publically traded companies' VAS's, accumulated according to the Bovespa economic sectors, have been used to test the data. The results show the existence of differences in the value added distribution to public interest, according to various economic sectors. In addition, it was found that the Government's participation in value added - in absolute growth - was constant, and it kept the largest added value share generated in the accumulated DVAS analyzed.

Key-words: Value Added Statement, Financial and Economic Crises, Creation and Distribution of Wealth, Law 11.638/07.

“Não andem ansiosos por coisa alguma, mas em tudo pela oração e súplicas, e com ação de graças, apresentem seus pedidos a Deus. E a paz de Deus que excede a todo entendimento, guardará o coração e a mente de Vocês em Jesus Cristo.”

Filipenses, 4:6-7

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO	16
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	16
1.2 DEFINIÇÕES DO PROBLEMA.....	18
1.3 HIPÓTESE DA PESQUISA.....	27
1.4 OBJETIVOS.....	28
1.4.1 Objetivo Geral	28
1.4.2 Objetivos Específicos	28
1.5 JUSTIFICATIVA DO TEMA ESCOLHIDO.....	28
II - REVISÃO DA LITERATURA	31
2.1 A SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA E SUA RELEVÂNCIA PARA A DVA.....	31
2.2 AS EXTERNALIDADES NEGATIVAS E POSITIVAS DA ATIVIDADE EMPRESARIAL.....	33
2.3 ORIGEM E CONCEITO DA DVA.....	36
2.4 OBJETIVO DA DVA.....	39
2.5 A DVA NO CONTEXTO DA LEI 11.638/07.....	41
2.5.1 A Evolução dos Estudos no Brasil	41
2.5.2 Regulamentação e modelo da DVA	44
2.6 DOS PÚBLICOS BENEFICIADOS PELA DVA.....	51
2.6.1 Pessoal	51
2.6.2 Remuneração de Capitais de Terceiros	53
2.6.3 Remuneração de Capitais Próprios	53
2.6.4 Governo (Impostos, Taxas e Contribuições)	54
2.6.4.1 A finalidade Social dos Tributos	55
2.6.4.2 Definição de Tributo	56
2.6.4.3 Classificação dos tributos com base no ordenamento jurídico	57
2.6.4.4 Classificação dos impostos	58
2.6.4.5 Relevância da classificação dos tributos para fins da DVA	60

2.6.4.6 <i>Carga Tributária Brasileira</i>	61
2.6.5 Valor adicionado econômico.....	65
III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	67
3.1 ANÁLISES DESCRITIVAS.....	68
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	70
3.3 CRITÉRIOS DE ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS.....	76
3.4 DEFINIÇÕES DO TRATAMENTO ESTATÍSTICO.....	78
IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	79
4.1 RESULTADOS DO TESTE ESTATÍSTICO ANOVA.....	79
4.2 ANÁLISE DVA CONSOLIDADA GERAL - SOMATÓRIA DAS DVA'S ACUMULADAS DOS 10 (DEZ) SETORES EXAMINADOS.....	90
4.2.1 Análise da riqueza distribuída pelos 10 (dez) setores econômicos em comparação com a DVA consolidada geral	95
4.3 ANÁLISE DOS SETORES ECONÔMICOS POR PÚBLICO BENEFICIADO.....	104
4.3.1 Pessoal.....	105
4.3.2. Impostos, Taxas e Contribuições (Governo)	111
4.3.2.1 <i>Setores econômicos que mais contribuíram para o Beneficiário (Governo)</i>	117
4.3.2.2 <i>Setores favorecidos com redução de impostos</i>	119
4.3.3 Remuneração de Terceiros.....	122
4.3.4 Remuneração de Capitais Próprios (Acionista).....	128
4.4 ANÁLISE DAS DVA'S DOS SETORES ACUMULADOS POR ORDEM DE DESTINAÇÃO DA RIQUEZA DISTRIBUÍDA.....	133
V - CONCLUSÃO	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
ANEXOS	169

LISTA DE QUADROS E FIGURA

Quadro 1 - Classificação dos Impostos.....	59
Quadro 2 - Modelo da DVA resumida utilizada na pesquisa.....	77
Quadro 3 - Codificação dos componentes.....	83
Quadro 4 - Codificação dos setores analisados.....	85
Figura 1 - Processo de planejamento amostral.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista de produtos que tiveram redução de IPI na época da crise.....	20
Tabela 2 - Resumo da DVA - Distribuição da Riqueza entre 1997 e 2000.....	26
Tabela 3 - Demonstração do Valor Adicionado - EMPRESAS EM GERAL.....	47
Tabela 4 - Resumo da carga tributária bruta (em R\$ milhões e %do PIB)	64
Tabela 5 - Empresas excluídas da amostra.....	74
Tabela 6 - Companhias Abertas que compõem a amostra da pesquisa.....	75
Tabela 7 - ANOVA para o modelo completo.....	81
Tabela 8 - ANOVA simplificada.....	83
Tabela 9 - Teste de comparações múltiplas para componente.....	84
Tabela 10 - Participação de impostos, taxas e contribuições no valor adicionado durante o período analisado.....	85
Tabela 11 - Teste de comparações múltiplas por setores econômicos.....	86
Tabela 12 - DVA Acumulada Geral de todos os setores econômicos – Total da Riqueza Distribuída.....	90
Tabela 13 - Riqueza Gerada na DVA somada de todos os setores X Distribuição da Riqueza acumulada por Setor Econômico.....	96
Tabela 14 - Demonstrativo dos setores que mais contribuíram para a geração de riqueza do Destinatário Pessoal.....	97
Tabela 15 - Demonstrativo da redução ou acréscimo na Distribuição da Riqueza por Setor Econômico acumulada em comparação com o total da DVA Acumulada de todos os setores.....	99
Tabela 16 – Demonstrativo da riqueza gerada pelos setores de Petróleo, Materiais Básicos, Bens Industriais, Consumo Cíclico e Utilidade Pública X Riqueza Total Gerada na DVA Acumulada de todos os setores.....	101
Tabela 17 - Distribuição da Riqueza - Pessoal.....	105
Tabela 18 - Demonstrativo da distribuição da riqueza gerada pelos setores – Beneficiário Pessoal.....	107

Tabela 19 - Demonstrativo da distribuição da riqueza gerada pelos setores – Beneficiário Pessoal – Comparação em termos nominais com apresentação em percentual.....	108
Tabela 20 - Demonstrativo da distribuição da riqueza pelos setores – Beneficiário Governo.....	111
Tabela 21 - Demonstrativo da distribuição da riqueza gerada pelos setores – Beneficiário Governo – Comparação em termos nominais com apresentação em percentual.....	113
Tabela 22 - DVA acumulada para todos os Setores - Beneficiário Governo.....	117
Tabela 23 - Ranking percentual e nominal dos setores que contribuíram para o Governo.....	118
Tabela 24 - Demonstrativo dos setores que mais contribuíram para a geração de riqueza do Beneficiário Governo.....	122
Tabela 25 - DVA acumulada para todos os Setores - Beneficiário Terceiros.....	122
Tabela 26 - Demonstrativo da distribuição da riqueza pelos setores – Beneficiário Terceiros.....	123
Tabela 27 - Demonstrativo da distribuição da riqueza gerada pelos setores – Beneficiário Terceiros - Comparação em termos nominais com apresentação em percentual.....	124
Tabela 28 - DVA acumulada para todos os Setores - Beneficiário Terceiro.....	128
Tabela 29 - Demonstrativo da distribuição da riqueza pelos setores – Beneficiário Acionista.....	129
Tabela 30 - Demonstrativo da distribuição da riqueza gerada pelos setores – Beneficiário Acionista - Comparação em termos nominais com apresentação em percentual.....	130
Tabela 31 - Classificação do destinatário da riqueza distribuída por setor econômico no valor adicionado.....	144
Tabela 32 - Classificação geral do destinatário da riqueza distribuída por setor econômico no valor adicionado.....	144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Criação Líquida de Postos de Trabalho (abril de cada ano - em milhares)...	23
Gráfico 2 - Criação Líquida de Postos de Trabalho (variação absoluta - em milhares)..	24
Gráfico 3 - Emprego Industrial - Indústria de Transformação (variação absoluta - acumulado em 12 meses).....	25
Gráfico 4 - DVA Acumulada Geral de todos os setores econômicos – Total da Riqueza Distribuída.....	91
Gráfico 5 – DVA Acumulada Geral de todos os setores econômicos – Total da Riqueza Distribuída (Percentual)	93
Gráfico 6 - DVA Acumulada Geral de todos os setores econômicos – Total da Riqueza Distribuída de forma decrescente.....	94
Gráfico 7 - Total da Riqueza Distribuída em termos percentuais por setor econômico em comparação com o total da riqueza gerada pela DVA Acumulada de todos os setores.....	102
Gráfico 8 - Comparativo da DVA - Total da Riqueza Distribuída em termos percentuais por setor econômico em comparação com o total da riqueza gerada pela DVA acumulada de todos os setores.....	106
Gráfico 9 - Resumo Consolidado da Riqueza Geral Distribuída por Setor Econômico - Beneficiário Pessoal - em termos percentuais.....	109
Gráfico 10 - Resumo Consolidado da Riqueza Geral Distribuída por Setor Econômico - Beneficiário Pessoal - em termos nominais.....	110
Gráfico 11 - Resumo Consolidado da Riqueza Geral Distribuída por Setor Econômico - Beneficiário Governo - em termos percentuais.....	115
Gráfico 12 - Resumo Consolidado da Riqueza Geral Distribuída por Setor Econômico - Beneficiário Governo - em termos nominais.....	116
Gráfico 13 - Resumo Consolidado da Riqueza Geral Distribuída por Setor Econômico - Beneficiário Terceiros - em termos percentuais.....	126

Gráfico 14 - Resumo Consolidado da Riqueza Geral Distribuída por Setor	
Econômico – Beneficiário Terceiros – em termos nominais.....	127
Gráfico 15 - Resumo Consolidado da Riqueza Geral Distribuída por Setor	
Econômico - Beneficiário Acionista - em termos percentuais.....	132
Gráfico 16 - Resumo Consolidado da Riqueza Geral Distribuída por Setor	
Econômico - Beneficiário Acionista - em termos nominais.....	133
Gráfico 17 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída Setor	
Petróleo por ordem decrescente.....	134
Gráfico 18 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída Setor	
Materiais Básicos por ordem decrescente.....	135
Gráfico 19 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída Setor Bens	
Industriais por ordem decrescente.....	136
Gráfico 20 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída Setor	
Construção e Transporte por ordem decrescente.....	137
Gráfico 21 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída Setor	
Não Cíclico por ordem decrescente.....	138
Gráfico 22 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída Setor	
Cíclico por ordem decrescente.....	139
Gráfico 23 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída	
Setor Tecnologia por ordem decrescente.....	140
Gráfico 24 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída	
Setor Telecomunicação por ordem decrescente.....	141
Gráfico 25 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída Setor	
Utilidade Pública e Energia por ordem decrescente.....	142
Gráfico 26 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída Setor	
Financeiro e Outros por ordem decrescente.....	143

I - INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A preocupação das empresas em contribuir para o bem-estar da sociedade vem crescendo na maioria dos países desenvolvidos e inclusive no Brasil. Esse é o conceito de Responsabilidade Social, cuja característica fundamental é a necessidade da interação das empresas com seus funcionários, clientes, fornecedores, acionistas, com a comunidade em que atuam e com o meio ambiente.

A prosperidade das entidades depende da prosperidade do meio em que estão inseridas e do bem-estar das pessoas que estão a elas interligadas. Com o crescimento, desenvolvimento e divulgação desses dois conceitos, surgiu a necessidade de medir e demonstrar os impactos das atividades na sociedade e no meio ambiente.

Assim, com a ênfase que atualmente se dá às questões relacionadas ao Balanço Social, abre-se grande e nova perspectiva de utilização do instrumental proporcionado pela Contabilidade para o entendimento das relações empresa-sociedade. Dentro desse enfoque, não há dúvida de que uma das vertentes possíveis estará bastante calcada na DVA - Demonstração do Valor Adicionado, pois é essa a demonstração que será capaz de atender às necessidades relativas a informações sobre a riqueza gerada e à forma de sua distribuição em cada empresa. Essas informações, facilmente obtidas mediante essa que pode ser considerada a “caçula das demonstrações contábeis”, serão de muita valia em futuras discussões sociais. Contudo, vale destacar que, comparada às demonstrações contábeis tradicionais, a DVA é ainda pouco conhecida e difundida entre os preparadores e usuários da Contabilidade no Brasil (SANTOS, 2007).

Como resposta a uma dessas necessidades de informações econômico-sociais surgiu a DVA, que objetiva demonstrar a capacidade de uma entidade produzir riqueza e a forma de sua distribuição aos empregados, financiadores de recursos, governos e acionistas. Nesse sentido, segundo De Luca (1998, p.28): “[...] a DVA é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para a sua geração.”

Em outras palavras, a DVA evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, de que forma essa riqueza foi distribuída entre empregados, Governo, acionistas, financiadores de capital e o quanto ficou retido na empresa (MARION, 1999).

Esse demonstrativo contábil surgiu na Europa e é bastante utilizado em países como Inglaterra, Portugal, França, Alemanha e Itália. Por conter informações de caráter econômico e social, a DVA tem sido cada vez mais demandada em nível internacional, inclusive por recomendações da ONU - Organização das Nações Unidas.

Van Staden¹ (2000, apud SCHERER, 2007, p.24) esclarece que a DVA é publicada de forma facultativa em países como Inglaterra, Bélgica, França, Alemanha, Cingapura, Japão, África do Sul, entre outros. Chama atenção o caso sul-africano, em que cerca da metade das Companhias listadas na bolsa de valores de Johannesburg publica a DVA.

Essa demonstração fornece uma visão abrangente sobre a real capacidade de uma entidade produzir riqueza (no sentido de agregar ou adicionar valor em seu patrimônio) e sobre a forma como distribui essa riqueza entre os diversos fatores de produção (Trabalho, Capital Próprio ou de Terceiros, Governo). Pode também ser utilizada para diferenciação da carga tributária em setores econômicos diferentes, negociações salariais, análise de projetos de instalação de empresas internacionais, concessão de incentivos fiscais pelos municípios ou estados, análise de crescimento econômico, abertura de linhas de crédito, como auxílio na mensuração do PIB (Produto Interno Bruto), como instrumento de apoio à decisão e controle, entre outras atividades de interesse público.

No Brasil, antes do surgimento da DVA, já se pensava na introdução de uma nova demonstração como parte integrante das demonstrações contábeis. Essa alteração, no entanto, que não havia sido contemplada na primeira alteração da Lei das S/A's pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, foi suprida mediante a edição da Lei 11.638, promulgada em 28 de dezembro de 2007. Esta trouxe diversas alterações e inovações relacionadas aos critérios de elaboração das demonstrações contábeis das Sociedades por ações, bem como introduziu na legislação brasileira práticas contábeis convergentes com práticas contábeis internacionais, especificamente o IFRS - *International Financial Reporting Standards*.

¹ VAN STADEN, Chris J. **The value added statement: bastian of social reporting or dinosaur of financial reporting?** Working paper, 2000.

Importante frisar que a regulamentação da obrigatoriedade da DVA, que basicamente expõe a riqueza gerada pela empresa e sua distribuição, é o único item de interesse para fins do presente trabalho.

1.2 DEFINIÇÕES DO PROBLEMA

No segundo semestre de 2008, quando a crise despontou nos Estados Unidos, a percepção no Brasil, segundo nossas autoridades, era a de que não seríamos afetados por ela. O noticiário econômico a esse respeito destacava a compreensão do nosso Presidente da República sobre a crise econômica, cujas falas procuravam minimizar a crise. A manchete do jornal *O Globo* do dia 04 de outubro de 2008, por exemplo, intitulada “Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será ‘marolinha’” (GALHARDO, 04/10/2008), reflete bem esse momento.

Posteriormente, com a constatação de que os efeitos da crise haviam atingido o Brasil, o Presidente da República mudou o tom de suas declarações. Nesse momento, o noticiário eletrônico *O Globo* do dia 28 de março de 2009 foi muito eficiente ao publicar a matéria intitulada “Da marolinha à ‘gente branca de olhos azuis’: frases de Lula sobre a crise”, na qual se verifica uma cronologia interessante e preocupante a respeito do posicionamento do nosso Presidente em relação à crise mundial:

Desde que a crise financeira nos EUA começou a se agravar, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mudou o tom. Confira as frases ditas por Lula sobre a crise:

30 de março de 2008: “Bush, meu filho, resolve a sua crise”

17 setembro 2008: “Que crise? Pergunta para o Bush”

29 de setembro de 2008: “O Brasil, se tiver que passar por aperto, será muito pequeno”

22 de setembro de 2008: “Até agora, graças a Deus, a crise não atravessou o Atlântico”

30 de setembro de 2008: “A crise é muito séria e tão profunda que nós ainda não sabemos o tamanho”

4 de outubro de 2008: “Lá, a crise é um tsunami. Aqui, se chegar, vai ser uma marolinha, que não dá nem para esquiar”

4 de dezembro de 2008: “Você (como médico) diria ao paciente: ‘Meu, sifu?’”, LULA, em discurso para artistas, no Rio, alegando que sempre tem que ser otimista. O termo chulo foi depois censurado no site da Presidência da República

03 de fevereiro de 2009: “Eu trabalho com a hipótese de que nós poderemos ter uma retração na economia brasileira, mas não acredito que o Brasil sofra o mal que estão sofrendo os países desenvolvidos”

10 março de 2009: “Tínhamos consciência de que teríamos o 1º trimestre fraco. É possível começar a partir de março a recuperação [...] O susto já passou”

27 de março de 2009: A crise foi causada por comportamentos irracionais de gente branca de olhos azuis, que antes pareciam saber de tudo, e, agora, demonstram não saber de nada. (O GLOBO, 28/03/2009)

Coincidência ou não, a declaração de 04 de dezembro de 2008 foi feita em momento em que o pânico nos mercados se fazia presente, principalmente com ameaças de demissões em massa, como foi o caso da Embraer.²

Assim, com o objetivo de estancar a crise, o Executivo tomou algumas iniciativas para estimular o consumo. Uma dessas medidas foi isentar do IPI alguns produtos como autopeças, veículos, máquinas e equipamentos industriais, refrigeradores, freezers e outros produtos.

Em relação aos veículos e frigoríficos, a medida legal entrou em vigor, inicialmente, no período de 17 de dezembro de 2008 a 31 de março de 2009, por meio do Decreto nº 6.696, de 17 de dezembro de 2008, abrangendo os produtos que adaptamos à semelhança do regulamento do Imposto Sobre Produtos Industrializados na seguinte tabela:

² A esse respeito, a partir do início do mês de dezembro de 2008, o mercado encontrava-se à beira da histeria. Rumores de demissões em massa na EMBRAER funcionavam como um dinamômetro a acelerar o pânico. PORTAL EXAME. **Crise pode fazer Embraer demitir em 2009, diz sindicato**. 10 dez. 2008. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/ae/economia/crise-pode-fazer-embraer-demitir-2009-diz-sindicato-208665.shtml>>. Acesso em: 19 jun. 2010. PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados. **Embraer poderá demitir 4 mil trabalhadores**. 11 dez. 2008. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/editorias_materia.asp?id=9456&ida=0>. Acesso em: 19 jun. 2010. POGGIO, Guilherme. **Embraer demitirá 4 mil empregados**. **Gazeta Mercantil**. 11 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.aereo.jor.br/2008/12/11/embraer-demitira-4-mil-empregados/>>. Acesso em: 19 jun. 2010.

Tabela 1 - Lista de produtos que tiveram redução de IPI na época da crise

Código TIPI	Descrição	Alíquota (%)
8701.20.00	Tratores rodoviários para semirreboques	0
8704.21.10	Chassis com motor e cabina	0
8704.21.20	Com caixa basculante Ex 01 - De camionetas, furgões, pickups e semelhantes	0
8704.21.30	Frigoríficos ou isotérmicos	0
8704.21.90	Outros Ex 01 - De camionetas, furgões, pickups e semelhantes Ex 02 - Carro-forte para transporte de valores	0
8704.22.10	Chassis com motor e cabina	0
8704.22.20	Com caixa basculante	0
8704.22.30	Frigoríficos ou isotérmicos	0
8704.22.90	Outros	0
8704.23.10	Chassis com motor e cabina	0
8704.23.20	Com caixa basculante	0
8704.23.30	Frigoríficos ou isotérmicos	0
8704.23.90	Outros	0
8704.31.10 Ex 01	Chassis com motor e cabina Ex 01 - De caminhão	0
8704.31.20 Ex 01	Com caixa basculante Ex 01 - Caminhão	0
8704.31.30 Ex 01	Frigoríficos ou isotérmicos Ex 01 - Caminhão	0
8704.31.90 Ex 01	Outros Ex 01 - Caminhão	0
8704.32.10	Chassis com motor e cabina	0
8704.32.20	Com caixa basculante	0
8704.32.30	Frigoríficos ou isotérmicos	0
8704.32.90	Outros	0
8704.90.00	Outros	0

Fonte: Decreto 6696/2008 (tabela adaptada).

As medidas para incentivar o consumo não foram restritas apenas aos produtos supramencionados. O setor da Construção Civil, por meio dos Decretos 6.823, de 16 de abril de 2009, e 6.890, de 30 de março de 2009, também foi contemplado com alíquota zero do IPI para diversos produtos. O período de isenção vigorou inicialmente até 31 de dezembro de 2009, e posteriormente foi prorrogado por diplomas sucessivos. O último deles foi o Decreto 70.032, de 30 de junho de 2010, que manteve a desoneração fiscal.

As medidas para atenuar os efeitos da crise envolveram ainda o setor Financeiro e outros. Não se tratou da redução da carga de imposto, mas algumas regras foram alteradas para propiciar mais liquidez ao mercado financeiro. Assim, durante os meses de setembro e outubro de 2008, por meio de Circulares, o Bacen baixou normas concernentes aos depósitos e recolhimentos compulsórios a que estão sujeitas as instituições financeiras. As Circulares 3.405/08, 3.407/08, 3.410/08, 3.11/08 e 3.412/08 reduziram os montantes dos depósitos e, com isso, atingiram o objetivo de dar mais liquidez ao mercado.

Especificamente sobre esse estímulo ao consumo, quase um ano depois, a manchete divulgada pelo Jornal *Folha de São Paulo* do dia 08 de dezembro de 2009 destacava: “Presidente afirma que aquecimento do mercado interno foi o fator central para o país superar a crise”. Conforme indicava a matéria, num desabafo, a princípio incompatível com a ideologia de seu partido, disse o Presidente: “[...] Nunca pensei que faria apologia ao consumo, diz Lula.” (DELGADO, 08/12/2009)

A constatação de que a crise se instalara entre nós, acreditamos, foi depreendida a partir dos relatórios mensais do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Trata-se de um interessante informe de natureza obrigatória e mensal, pelo qual as empresas comunicam suas admissões e demissões de empregados ocorridas no mês imediatamente anterior.

Na sua página na internet, o MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, a respeito dessa ferramenta, esclarece:

[...] Este Cadastro Geral serve como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que subsidia a tomada de decisões para ações governamentais.

É utilizado, ainda, pelo Programa de Seguro-Desemprego, para conferir os dados referentes aos vínculos trabalhistas, além de outros programas sociais.³

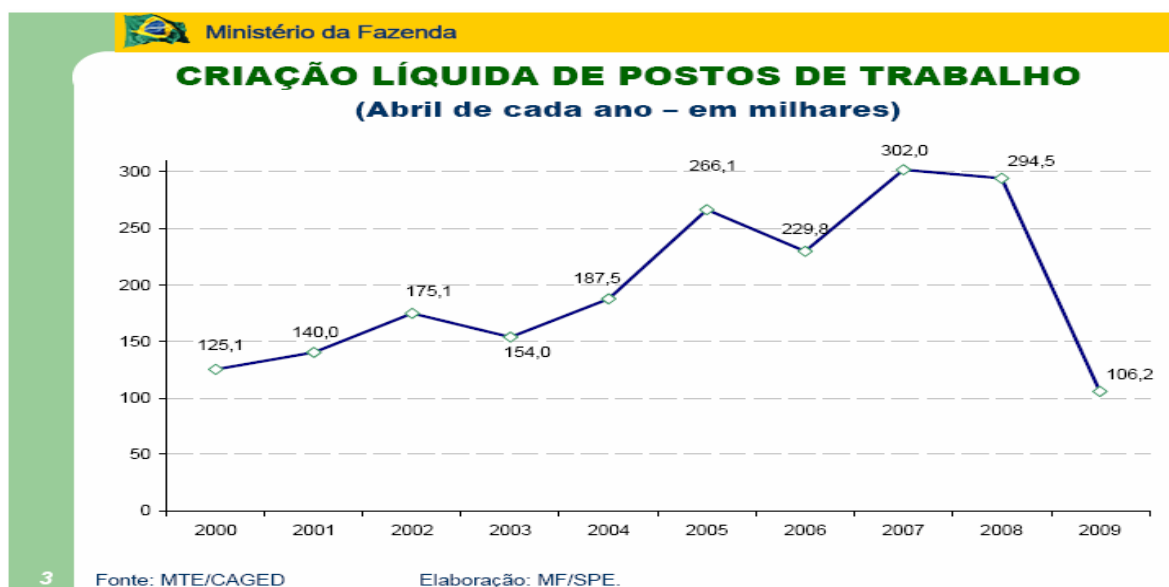
O CAGED foi criado pela Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001. Quanto ao envio ou entrega do CAGED por meio eletrônico (internet ou disquete), encontra-se disciplinado pela Portaria MTE nº 235, de 14 de março de 2003. A partir da consolidação das informações fornecidas por todas as empresas, independentemente de seu porte e localidade, o Governo Federal consegue mapear quais setores estão contratando ou demitindo em larga escala.

Com o propósito de comprovar essa assertiva, bem como a eficácia do informe, trazemos à colação o resultado da movimentação do CAGED, no período de abril de 2000 a abril de 2009, divulgado pelo Ministério da Fazenda. Cumpre notar que o período compreendido abrange o início e aprofundamento da crise no Brasil – entre 2008 e 2009.

³ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Dados e Estatísticas. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/caged/default.asp>>. Acesso em: 23 mar. 2010.

Importante observar que os dados constantes dos gráficos apresentados a seguir (de 1 a 3) possuem informações consolidadas referentes especificamente ao Brasil. O relatório completo, no entanto, que faz parte do estudo anual relativo ao CAGED, é composto por mais de vinte gráficos. Nossa escolha recaiu apenas sobre esses três, em virtude de apresentarem os elementos que contribuem para sustentar nossa convicção.⁴

Gráfico 1 - Criação Líquida de Postos de Trabalho (abril de cada ano - em milhares)



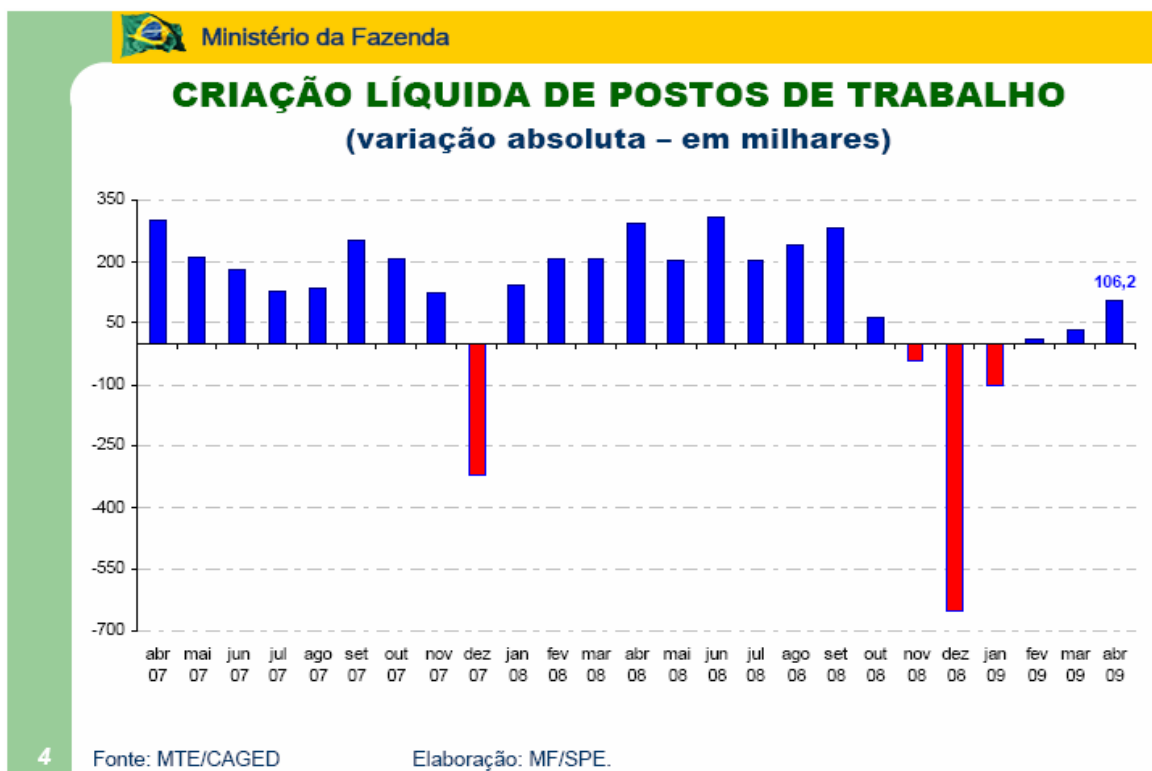
Fonte: MTE/CAGED.

O gráfico 1 mostra a criação líquida de postos de trabalho no período de abril de 2000 a abril de 2009. Observe-se que entre os meses de abril de 2008 e abril de 2009 os números são de queda constante, fruto das demissões por conta da crise mundial.

O próximo gráfico tem por objetivo informar a criação líquida de postos de trabalhos e mais uma vez retrata o nível de queda.

⁴ BRASIL. Ministério da Fazenda. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED**. 18 mai. 2009. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/conjuntura/informativo_economico/2009/2009_05/outros/IE%202009%2005%2018%20Caged.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2010.

Gráfico 2 - Criação Líquida de Postos de Trabalho (variação absoluta - em milhares)



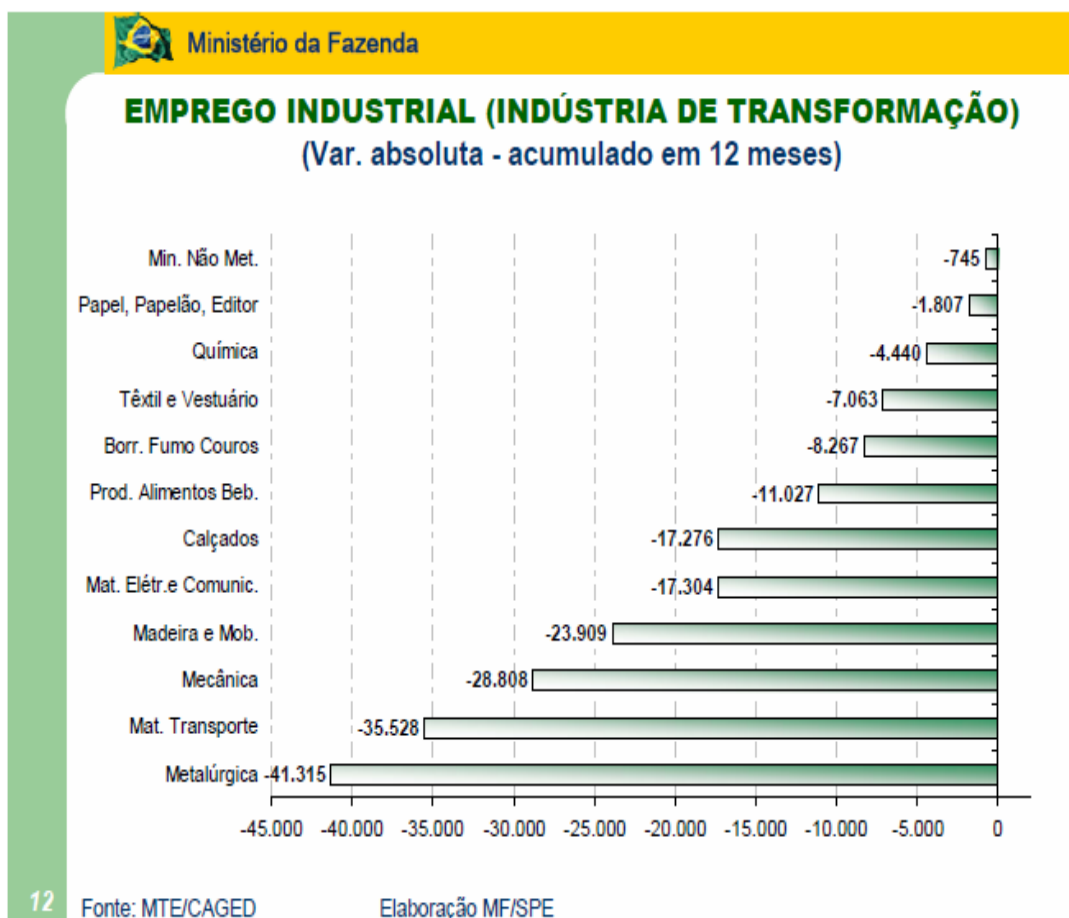
Fonte: MTE/CAGED.

O gráfico 2 informa que em dezembro de 2008 se deu o extremo da crise. O número representativo da queda dos postos de trabalho denunciava a inaceitável marca próxima de -700.000 (menos setecentos mil).

A reação imediata do Governo Federal, por meio da redução do IPI dos veículos e eletrodomésticos, produziu impacto instantâneo no processo de retratação da economia que poderia se aprofundar. Os resultados positivos da medida fiscal produziram no mês seguinte a diminuição das demissões de trabalhadores. Saímos da marca de menos -700.000 (setecentos mil) para menos -100.000 (cem mil) em janeiro de 2009 e nos meses de fevereiro, março e abril de 2009 o país passou a criar novos postos ou a recuperar os que haviam sido perdidos no auge da crise.

O gráfico em questão demonstra que a reação do Governo foi precisa, rápida e necessária para estancar o aprofundamento da crise. O gráfico seguinte irá informar quais eram os setores econômicos mais vulneráveis à crise.

Gráfico 3 - Emprego Industrial - Indústria de Transformação (variação absoluta - acumulado em 12 meses)



Fonte: MTE/CAGED.

Por este último gráfico observamos que todos os setores relacionados à indústria da transformação estavam demitindo, sem exceção. O setor em situação mais crítica era o da indústria metalúrgica, assinalando perigosos - 41.315 (menos quarenta e um mil, trezentos e quinze) postos de trabalhos. Não foi sem razão, portanto, que a redução do IPI objetivou beneficiar a indústria metalúrgica num primeiro momento e as demais por meio do aquecimento da economia.

Nosso objetivo ao apresentar tais dados foi demonstrar que os informes do CAGED cumprem muito bem o papel de ser um dos principais indicadores para auxiliar no diagnóstico da política econômica, uma vez que retrata, em tempo real, o aquecimento ou desaquecimento dos mercados.

Assim, se por um lado o CAGED se presta a apontar os setores da economia em crise, de outro importa considerar se por meio da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é possível, com a mesma eficiência, verificar de que modo se comportou a distribuição da riqueza gerada pelas Companhias Abertas selecionadas.

Nosso interesse, a toda evidência, não é comparar a eficiência dos informes (CAGED x DVA), até porque são de natureza e periodicidade distintas, mas tão-somente, por meio da DVA, observar o período de 2007 a 2009, ocasião em que convivemos com prosperidade e crise, verificando como se comportou a distribuição da riqueza gerada, notadamente em favor do Governo e dos demais públicos de interesse.

A esse respeito, Tinoco e Kraemer (2008, p.101), com base em palestra proferida pelo Prof. Ariovaldo dos Santos, na Abamec - SP, em 2001, produziram a seguinte tabela:

Tabela 2 - Resumo da DVA - Distribuição da Riqueza entre 1997 e 2000

Ano	Pessoal e Encargos %	Remuneração de Capital %	Governo %	Número de Empresas
1996	31,4	24,6	44,0	505
1997	29,9	28,1	42,0	683
1998	28,9	31,4	39,7	827
1999	22,1	41,3	36,6	936
2000	21,9	35,2	42,9	1.072

Fonte: TINOCO, KRAEMER, 2008, p.101.

Os autores, após questionarem a razoabilidade dos números, ressaltam que o Fisco ficou com parcela de Valor Adicionado superior ao pessoal que labuta diariamente na geração de valor para as empresas e para a sociedade. Realmente, o percentual do Governo é invariavelmente superior ao dos colaboradores, e essa constatação também se aplica aos acionistas, com exceção apenas do ano de 1999. Nos demais anos a posição do Governo é absoluta.

Dessa forma, a presente pesquisa procura responder, entre outras, à seguinte questão: **No período da crise mundial, houve redução da distribuição da riqueza para o Governo, ou seja, no item 8.2 (impostos, taxas e contribuições) nas DVA's que serão analisadas?**

Apesar da constatação que sobressai automaticamente da tabela apresentada anteriormente, deve-se levar em consideração outros elementos para se depreender se a afirmação de que o Governo é sempre quem mais ganha é verdadeira, bem como para se observar se é igualmente verdadeira ou falaciosa a afirmação de que o Governo possui sempre o menor risco.

Para esse efeito, traremos à colação as DVA's de algumas Companhias Abertas. No intuito de aprofundar nossos estudos, iremos examinar e comparar os exercícios de 2007 a 2009. O período é propício e singular, uma vez que compreende os meses em que o mundo foi sacudido pela crise global, que se iniciou no segundo semestre de 2008 e perdurou ao longo de 2009, enquanto o ano de 2007 foi marcado por fartos investimentos e crescimento.

1.3 HIPÓTESE DA PESQUISA

A terceira etapa de uma pesquisa consiste na formulação de uma hipótese, que, segundo Gil (2002, p.31), é uma “[...] expressão verbal suscetível de ser declarada verdadeira ou falsa [...]”. Por essa razão, para o autor, “a hipótese é a proposição testável que pode vir a ser a solução do problema [...]”. Em outras palavras, é a resposta que se espera obter na questão da pesquisa.

Diante disso, este trabalho tem a seguinte hipótese metodológica: **no período da crise mundial o Governo se beneficiou da conjuntura daqueles tempos aumentando sua participação na distribuição do valor adicionado das Companhias analisadas**, integrantes de 10 (dez) setores econômicos, de acordo com o índice de classificação setorial da Bovespa. Ou seja, o que se procurará verificar é **como se comportou a distribuição da riqueza para o Governo**.

Na visão de Martins (2002, p.32), somente após a caracterização da situação-problema e da definição criteriosa da questão de pesquisa é que se podem definir os objetivos de pesquisa com a precisão e a concisão indispensáveis ao seu alcance.

1.4 OBJETIVOS

Os objetivos estão divididos em: objetivo geral e objetivos específicos.

1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é pesquisar se, no momento da crise econômica mundial, houve a efetiva redução da carga tributária de determinados segmentos da economia brasileira. Essa pesquisa será feita mediante análise da DVA de determinados grupos de empresas de capital aberto, para se avaliar se realmente houve redução do item 8.2 do modelo de DVA instituído pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

1.4.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são: (i) verificar qual setor se beneficiou de reduções tributárias; (ii) constatar se a política de redução ou renúncia fiscal é instrumento hábil a produzir a retomada do crescimento do valor adicionado; (iii) comparar a distribuição da riqueza entre os setores e destinatários (Pessoal, Governo, Terceiros e Acionistas); (iv) dos públicos beneficiados ou impactados pela riqueza distribuída, quem mais ganhou e quem mais perdeu no período de 2007 a 2009.

1.5 JUSTIFICATIVA DO TEMA ESCOLHIDO

A presente dissertação justifica-se pela obrigatoriedade de apresentação da DVA pelas Companhias Abertas, segundo a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Diante dessa obrigatoriedade, nosso intuito é constatar se o modelo criado para demonstrar a geração

e a distribuição da riqueza é eficaz ou se é possível assegurar que o modelo atende com competência o seu objetivo de informar efeitos nos públicos destinatários da riqueza distribuída, quais sejam: Funcionários, Governo, Terceiros, Acionistas e outros.

Também se justifica pela tentativa de verificar se realmente em momentos de crise a rubrica do valor adicionado ao Governo sofre efetivamente alguma redução em virtude da ação desses Entes nos chamados pacotes de bondades com reduções tributárias.

Com base no trabalho desenvolvido por Santos (1999), entende-se que importantes informações (indicadores) sobre os setores econômicos podem ser obtidas a partir da análise da DVA. Entre elas destacamos:

- Valor Adicionado (VA) por empregado e por setor econômico;
- Distribuição do VA – Impostos, Taxas e Contribuições – por setor;
- Participação da carga tributária no VA – por ramos de atividade, tipo de sociedade e setor.

Segundo Tinoco (2008), outros indicadores de desempenho da atividade econômica relacionados ao VA total da empresa, PIB nacional, orçamentos dos governos e balanço de pagamento do país, de interesse de usuários internos e externos, podem ser extraídos a partir da DVA.

Pode-se dizer ainda que o presente estudo se faz oportuno em função da grande discussão existente atualmente sobre responsabilidade social e governança corporativa, e tendo em vista a necessidade de administração transparente nas corporações para a perenidade da distribuição da riqueza para os *stakeholders* (Funcionários, Terceiros, Governo, Acionistas etc.).

Contribuem para incentivar a nossa pesquisa os momentos singulares da economia global e nacional, como aquele verificado no período de 2007 a 2009, quando o Brasil passou por momentos de crescimento e de queda. Esse período, portanto, oferece ingredientes diferenciados, tornando inédito o nosso trabalho, que, no entanto, se ressentirá da inexistência de estudos com o objetivo de analisar, sob o enfoque da DVA, o comportamento na geração e distribuição da riqueza das Companhias Abertas. A ausência de obras sobre o tema, porém, ao

passo que fortalece o nosso esforço investigativo, face ao ineditismo, tornará nosso trabalho mais popular e conhecido e ensejará o debate a seu respeito.

Cumpramos ressaltar que, entre as obras consultadas, foram encontradas poucas menções sobre a carga tributária total suportada pelas Companhias; os tributos geralmente levados em conta são aqueles sobre a receita ou sobre a renda. Todavia, não é possível mensurar se as Companhias efetivamente estão informando o custo tributário total assumido na DVA.

II - REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo inicialmente aborda a sociedade anônima enquanto instituição, no intuito de se depreender seu papel social, bem como as externalidades positivas e negativas decorrentes de sua atividade empresarial. Em seguida, trataremos da origem e do conceito de valor adicionado por uma empresa e verificaremos o objetivo da DVA. Serão apresentados conceitos da regulamentação da DVA pela Lei 11.628/07 e o modelo aprovado pela CVM. Mais à frente, busca-se conceituar tributos no Brasil, destacando suas definições, classificações e relevância para fins da DVA. Também serão tratados os aspectos da carga tributária existente no Brasil que irão impactar a análise.

Por fim, aborda-se a metodologia que será utilizada para examinar o impacto dos tributos nas DVA's por classificação setorial utilizada pela Bovespa. Faz-se ainda uma análise comparativa dos dados das DVA's de 2007, 2008 e 2009, com a finalidade de verificar como se comportou a distribuição da riqueza para o Governo e se a crise econômica mundial de alguma forma provocou redução nesse item da DVA ou em algum outro relativo aos beneficiários da distribuição da riqueza.

2.1 A SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA E SUA RELEVÂNCIA PARA A DVA

Há muito se discute a função social das sociedades anônimas, bem como o seu caráter de empresa “quase pública”. As discussões em torno desses temas ganharam relevância em virtude do processo de concentração empresarial, que conduziu à formação de grandes corporações, notadamente nos Estados Unidos. Empresas de tais dimensões exercem, ou podem exercer, segundo a visão de Lamy Filho e Pedreira (1995, p.64), diversas modalidades de poder social, o que justifica preocupações quanto à responsabilidade social dos seus controladores e administradores.

Leães (1982, p.16), ao discorrer sobre as normas baixadas pela SEC - *Securities and Exchange Commission Act*, órgão equivalente à nossa CVM - Comissão de Valores Mobiliários, esclarece que as *Securities and Exchange Act* de 1933 e 1934 introduziram um instrumento extremamente original de controle social: o da revelação completa e honesta de

informação (*full and fair disclosure*). O propósito desses comandos, enfatiza o autor, é o de possibilitar ao investidor comum dispor das informações necessárias para tomar decisões criteriosas com relação aos seus investimentos e também assegurar que tais informações sejam verdadeiras.

Requião (2003, p.7-8), por sua vez, com suporte em doutrina alienígena, afirma:

É indeclinável reconhecer que a sociedade anônima gigante, aberta à subscrição popular, não pode ser considerada como uma empresa privada qualquer. A consciência de muitos juristas e economistas enfoca o problema constantemente, com independência e franqueza. Não é de esquecer que os professores norte-americanos da Universidade de Columbia, Berle Junior e G. Means, advertiram que “o poder econômico nas mãos de poucas pessoas que controlam uma empresa gigantesca é uma força tremenda que pode prejudicar ou beneficiar grande número de indivíduos, afetar regiões inteiras, modificar a marcha dos negócios, provocar a ruína de uma comunidade e a prosperidade de outra”, para sustentarem convictamente que “as organizações que elas controlam ultrapassam a esfera de empresa privada – elas se tornam quase instituições sociais”. Daí a expressão usada pelos aludidos professores para designar as poderosas sociedades – “empresas *quase-públicas*”.

Esse caráter “quase público” das sociedades anônimas abertas é consequência da sua capacidade de colher, por meio do lançamento de ações no mercado, recursos financeiros para o seu autofinanciamento. Decorre desse caráter “quase público” um dever de informar cada vez mais amplo e honesto direcionado não apenas ao acionista, mas aos demais públicos de interesse. Não é sem razão, portanto, que Garrigues (1982, p.50), de forma contundente, afirma:

Mais eis que aqui junto a este direito subjetivo do acionista, ao qual corresponde o dever da sociedade de facilitar as informações, aparece hoje um dever mais amplo, um dever de informação ao público, precisamente a cargo daquelas sociedades que apelam à poupança popular, levando suas ações à bolsa. Em tal caso, a marcha dos negócios da sociedade não interessa somente aos acionistas, mas interessa também ao público em geral, a todos os cidadãos que podem, talvez, querer ser acionistas adquirindo ações da sociedade em questão, e que, portanto têm direito de ser informados do que ocorre no seio da sociedade. O direito individual converteu-se em um dever público.

Por tais motivos, o modelo jurídico de sociedade anônima adotado pelo Brasil, nos termos da Lei 6.404/76, guarda relação muito mais com a instituição do que com o contrato.

Essa face institucional cuja ênfase se tem notado na doutrina européia, com reflexos na legislação, traduz-se principalmente pela estrutura da administração e da responsabilidade tanto do administrador como do controlador, perante não somente os acionistas, como também os empregados, e inclusive o interesse nacional. (BULGARELLI, 1993)

É nesse sentido que o art. 154 da Lei 6.404/1976 estabelece, acerca dos deveres e responsabilidades do administrador da sociedade anônima: “O administrador deve exercer as atribuições que a lei e o estatuto lhe conferem para lograr os fins e no interesse da Companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da função social da empresa.”

Por assim dizer, a par dessas digressões, é possível justificar o interesse do nosso legislador em atribuir o dever de publicar a Demonstração do Valor Adicionado somente às Companhias Abertas, haja vista que, em virtude de seu papel social ou de seu caráter “quase público”, as informações constantes de seus resultados, bem como aquelas relativas à distribuição da riqueza, interessam a todos os envolvidos, direta ou indiretamente.

Essa linha de raciocínio auxilia na compreensão do fato de a eleição ter recaído apenas sobre as sociedades anônimas abertas. Entretanto, acreditamos que a normatização deveria envolver todas as sociedades, independentemente de seu porte ou forma societária.

2.2 AS EXTERNALIDADES NEGATIVAS E POSITIVAS DA ATIVIDADE EMPRESARIAL

Comparato (1983, p.60), abordando o caráter institucional da grande empresa, dizia:

[...] a importância das empresas varia caso a caso, não só em razão da escala de sua ação no mercado, como também pelo setor econômico ao qual pertencem. É logicamente insustentável ter como iguais perante a lei a sociedade multinacional e a quitanda da esquina; a

empresa energética e a fábrica de doces; o conglomerado financeiro e o conjunto de diversões circenses.

O posicionamento de Comparato, aplicado aos nossos dias, pode perfeitamente ser associado aos contornos das externalidades negativas e/ou positivas produzidas pela atividade empresarial.

De um modo geral, toda e qualquer atividade empresarial produz efeitos econômicos no país ou países em que atua e, em alguns casos, até em outros países. Embora a tese procure discutir que a grande empresa produz mais impactos, a quitanda da esquina, do mesmo modo, também impacta o meio ambiente. Aliás, numa concepção mais ampla e rigorosa, todos nós o impactamos, a ponto de se poder parafrasear Descartes: “Existo, logo impacto o meio ambiente.”

O professor Antônio Lopes de Sá, em artigo intitulado “Introdução à contabilidade aplicada ao meio ambiente natural”, publicado em sua página na internet, discorre acerca das externalidades negativas, nos seguintes termos:

[...] Os efeitos que provocam destruição do ambiente natural são, basicamente, os que se reconhecem através do que se identifica como “poluição” (esse o conceito usualmente difundido e que procura abranger a todos os principais fatores, embora não seja o exclusivo).

Dentre eles se identificam os relativos ao que afetam, a paisagem, o ar, os rios, os lagos, os mares, os lençóis hidráulicos, a fauna, a flora, o homem (poluição sonora, luminosa, química, radioativa etc.).

Empresas e especuladores sem escrúpulos devastam florestas (a Amazônia tem sido vítima desse fenômeno em alta escala, inclusive por invasores de outros países, como tem mostrado a imprensa), despejam detritos em rios, prejudicam pessoas e plantações com excesso de fumaça daninha, com vapores venenosos e prejudiciais à saúde etc.

Tais efeitos que lesam o ambiente natural, podem beneficiar a empresa, mas, são atentados contra a vida no planeta podendo, pois, ser considerados, sob essa ótica, como gestão inescrupulosa de capitais. [...]

Os estudiosos e profissionais do ramo ambiental e da sustentabilidade, no entanto, admitem que as externalidades sejam positivas e negativas.

A Bovespa, por exemplo, segundo o glossário constante do questionário para qualificação das empresas no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, assim define o termo “externalidades”:

São atividades que envolvem a imposição involuntária de custos ou de benefícios, isto é, que têm efeitos positivos ou negativos sobre terceiros sem que estes tenham oportunidade de o impedir e sem que tenham a obrigação de os pagar ou o direito de ser indenizados. Quando os efeitos provocados pelas atividades são positivos, estas são designadas por externalidades positivas. Quando os efeitos são negativos, designam-se por externalidades negativas.

Exemplos de externalidades positivas são pesquisa e desenvolvimento, pois os seus efeitos sobre a sociedade são geralmente muito positivos sem que esta tenha que pagar pelo seu benefício. Outros exemplos de externalidades positivas são os bens públicos tais como a saúde pública, a infra-estrutura viária, a educação, a defesa e segurança, entre diversas outras atividades. Exemplos de externalidades negativas são a poluição ambiental provocada pelas atividades econômicas, a produção de bens não seguros, a produção e consumo de drogas ilícitas, entre outros.

Dado que, tal como referido e ao contrário das transações realizadas no mercado, as externalidades envolvem uma imposição involuntária, estas constituem uma ineficiência de mercado. Por isso é necessária a intervenção do Estado através da oferta ou da criação de incentivos à oferta de atividade que constituem externalidades positivas (por exemplo, subsidiando a investigação e desenvolvimento ou oferecendo gratuitamente a iluminação pública) e através do impedimento ou criação de incentivos à não produção de externalidades negativas (por exemplo, criando regulamentações para controlar a emissão de poluição das fábricas). (BOVESPA, 2009)

Portanto, partindo-se dessa constatação de que as atividades empresariais impactam o meio ambiente, positiva ou negativamente, é fato que, ao mesmo tempo, impactam aqueles que dependem diretamente dele para sobreviver. Por conseguinte, nota-se aí uma evidência de que a DVA deveria ser obrigatória não apenas para a sociedade anônima aberta, mas também para as demais sociedades, independentemente de sua atividade, porte econômico ou forma societária, pois tal Demonstração visa justamente a dar informações de ordem econômica e social àqueles que, indireta ou diretamente, são dependentes das atividades empresariais.

Sendo a DVA uma peça contábil de valor social e alcance relevante para se depreender como a riqueza gerada pela empresa foi distribuída aos públicos de interesse, seria compreensível que esse dever de informar fosse imposto a todas as empresas, e não somente às Companhias Abertas.

2.3 ORIGEM E CONCEITO DA DVA

É corrente a informação de que a DVA surgiu primeiramente na Inglaterra, depois na França e na Alemanha, a partir da década de 60, e tem sido cada vez mais adotada em nível internacional, em virtude da recomendação por parte da ONU - Organização das Nações Unidas. Conforme Marion (2001, p.243), “[...] o Valor Adicionado ou Valor Agregado é muito comum nos países da Europa Ocidental, esses valores procuram evidenciar para quem a empresa está canalizando a renda obtida [...]”.

Ribeiro (apud CUNHA, 2002) esclarece que há referências sobre a DVA no Tesouro Americano do século XVIII, embora se divulgue que tenha surgido na Europa. Seu desenvolvimento estaria associado à introdução do imposto sobre valor agregado nesses países. A nova demonstração ganhou destaque a partir de 1975, com a publicação do *Corporate report* pelo *Accounting Standards Steering Committee*, atual IASB - *International Accounting Standards Board*, que recomendava a elaboração da DVA para evidenciar a distribuição da riqueza gerada.

Para melhor compreender a origem da DVA, faz-se necessário abordar o conceito de Valor Adicionado e as diferenças conceituais, levando-se em conta o enfoque econômico e o contábil. Essa consideração ganha relevância, uma vez que o conceito de Valor Adicionado, sob o ponto de vista econômico, contempla dois aspectos: o macroeconômico e o microeconômico, sendo que o primeiro guarda relação com as contas nacionais de um país, ou seja o PIB - Produto Interno Bruto, e o segundo com a empresa.

Para Santos (2007, p.26-27), o Valor Adicionado, se observado sob o ponto de vista da macroeconomia, está intimamente ligado à apuração do Produto Nacional, ou seja, ao PIB. De outra parte, se observado pela ótica da microeconomia, está relacionado à empresa e ao

quanto de riqueza ela pode agregar aos insumos de sua produção que foram pagos a terceiros, inclusive os valores relativos às despesas de depreciação.

Para o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o PIB obtém-se pela conjunção dos fatores e elementos que perfazem o Sistema de Contas Nacionais. Aliás, é o que consta no seu website:

[...] O Sistema de Contas Nacionais consolida as informações sobre a origem e o destino dos bens e serviços produzidos no País e permite não somente analisar, de forma integrada, como cada setor institucional participa da geração, apropriação, distribuição e uso da renda e da acumulação de ativos não financeiros, como também evidenciar as relações entre a economia nacional e o resto do mundo.⁵

Tinoco (2008, p.64) entende que o Valor Adicionado é utilizado em macroeconomia como elemento da Contabilidade Nacional, sendo também denominado Valor Agregado. Por sua vez, Simonsen (1975, p.83) assevera que se denomina Valor Adicionado a diferença entre o valor bruto e os consumos intermediários de determinada etapa de produção. Assim, o produto nacional pode ser concebido como a “soma dos valores adicionados, em determinado período de tempo, em todas as etapas dos processos de produção do país”.

A par dessas digressões, forçoso concluir que a origem do Valor Adicionado ou Agregado está intimamente vinculada aos PIB's dos países, ou seja, à contabilidade nacional ou social.

A DVA, portanto, extrapolou do âmbito das contas nacionais, vale dizer, do aspecto macroeconômico, para a vertente da microeconomia, atingindo as empresas, mais precisamente a sociedade anônima aberta. Essa transposição para a vertente microeconômica torna-se compreensível porquanto, se o desenvolvimento de um país está sem dúvida alguma atrelado à sua capacidade de gerar riqueza, a compreensão de valor adicionado pode ser apreendida como essa medida de criação de valor, atendendo ao objetivo de demonstrar, sob os pontos de vista quantitativo e comparativo, a pujança de uma nação. Logo, faz sentido aplicar critérios semelhantes para constatar a geração de riqueza produzida pelas empresas.

⁵ BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Contas Nacionais** - Brasil 2003-2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2007/default.shtm>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

Nesse contexto, correta é a visão de que a DVA é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa a demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração (DE LUCA, 1998).

A esse respeito, Tinoco e Kraemer (2001, p.64) argumentam:

[...] Uma das formas que ampliam a capacidade de se analisar o desempenho econômico e social das organizações, é através do valor econômico que é agregado aos bens e serviços adquiridos de terceiros, valor este denominado de Valor Adicionado ou Valor Agregado (valor total da produção de bens e serviços de um determinado período, menos o custo dos recursos adquiridos de terceiros, necessários a esta produção), bem como a forma pela qual este está sendo distribuído entre os diferentes grupos sociais, que interagem com suas atividades. [...]

Complementa Kroetz (2000, p.40), sem se distanciar dos demais autores:

[...] a DVA é na realidade a diferença entre os recursos consumidos que a organização adquiriu de terceiros e o que ela produziu, ou seja, representa o que foi agregado de valor ao produto/serviço (riqueza gerada), dentro de seu ciclo operacional. Demonstra, ainda, sua distribuição para empregados, governo, financiadores, acionistas/sócios etc. [...]

No mesmo sentido, Neves e Viceconti (2002, p.293) afirmam que “[...] valor adicionado ou valor agregado representa a riqueza criada por uma entidade num determinado período de tempo (geralmente, um ano). Podemos afirmar que a soma das importâncias agregadas representa, na verdade, a soma das riquezas criadas [...]”.

Destarte, a DVA continua sendo peça do Balanço Social e, em conjunto com as outras demonstrações contábeis, passou a fazer parte das peças que compõem as demonstrações financeiras e contábeis das Companhias Abertas.

2.4 OBJETIVO DA DVA

Kroetz (2000, p.42) explica que, por meio da DVA, é possível perceber a contribuição econômica da entidade para cada segmento com que se relaciona, constituindo-se no PIB produzido pela organização. O propósito da DVA, portanto, é informar não apenas quanto foi distribuído em termos da riqueza gerada pela empresa, mas também quem foram os beneficiários.

Nesse sentido, Ribeiro (2006, p.16) discorre acerca do objetivo da DVA:

Sendo o objetivo dessa demonstração informar o montante de geração de riqueza de cada entidade, em contrapartida à aplicação dos recursos gerados, a consolidação de todas as Demonstrações do Valor Adicionado, desde que bem elaboradas e seguindo critérios homogêneos poderia resultar no Produto Interno Bruto, excluídas as duplicidades de informações. Obviamente, isso apenas seria possível mediante a Demonstração do Valor Adicionado de todos os agentes econômicos, ou seja, as empresas de fins lucrativos, não lucrativos, governamentais e os profissionais autônomos. [...]

Conforme indica o Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBECKE, 2008, p.208):

A DVA tem como objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição. Não deve ser confundida com a demonstração de resultado do exercício, pois esta tem suas informações voltadas quase que exclusivamente para os sócios e acionistas, principalmente na apresentação do lucro líquido, enquanto a DVA está dirigida para a geração de riquezas e sua respectiva distribuição pelos fatores de produção (capital e trabalho) e ao Governo.

De fato, as informações prestadas pela DVA estão aquém daquelas prestadas pelo Balanço Social; porém, nunca teve pretensões de ser o próprio, mas apenas de compô-lo (SANTOS, 1999).

Desse modo, Martins (apud RODRIGUES JUNIOR, 2003) diz que:

DVA é uma explanação de como a empresa criou riquezas (valor de suas vendas de bens e serviços deduzidos dos bens e serviços adquiridos de terceiros) e como a distribuiu entre: fornecedores de capital, recursos humanos e governo. Vê-se, então, a parte da riqueza criada que cabe aos primeiros na forma de financiadores (via juros e aluguéis), de sócios (via dividendos e lucros retidos) e de detentores de tecnologia (via royalties); aos de recursos humanos via seus salários, gratificações, honorários, participações nos resultados, etc. e, finalmente, ao governo via impostos, diretos e indiretos. Extraordinária forma de ver a função social da empresa, além de qual a sua parcela na criação da riqueza global do País, o PIB, em vez de só dar tanta ênfase à linha final da demonstração do resultado tradicional, de interesse exclusivo dos proprietários.

No entanto, é importante ressaltar que a DVA não pode ser confundida com a Demonstração do Resultado do Exercício. Nessa perspectiva, Oliveira et. al. (1999, p.41) afirmam que a DVA é elaborada por meio de dados provenientes da Contabilidade Financeira, logo, oriundos de registros efetuados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, que podem ser obtidos a partir da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, mas jamais poderá ser confundida com ela.

A DRE tem como objetivo principal avaliar qual foi o resultado e como este foi gerado. Essa Demonstração, apresentada de forma resumida e agrupada, pouco revela ao público externo sobre o que a empresa está fazendo pela comunidade e pelo país, ou seja, como a organização está distribuindo essa riqueza gerada entre seus agentes.

Por seu turno, a DVA não tem o objetivo de substituir a DRE, uma vez que esta Demonstração visa a propiciar informações relativas à formação do resultado líquido; portanto, trata-se de uma informação que privilegia os acionistas. A DVA, ao contrário, conforme Tinoco (2008), tem como objetivo principal fornecer informações a diversos grupos participantes das operações, ou seja, aos *stakeholders*.

2.5 A DVA NO CONTEXTO DA LEI 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007 foi publicada a Lei nº 11.638, que alterou e revogou dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e da Lei nº 6.385/76 (Lei de Mercado de Valores Mobiliários), passando tais alterações a vigorar em 1º de janeiro de 2008. Em especial, a nova lei alterou dispositivos que tratam das demonstrações financeiras das Companhias. Nos termos da respectiva Exposição de Motivos (Mensagem nº 1.657, de 07/11/2000), a Lei nº 11.638/07 tem “por finalidade modernizar e harmonizar as disposições da lei societária em vigor com os princípios fundamentais e melhores práticas contábeis internacionais”.

2.5.1 A Evolução dos Estudos no Brasil

A chamada convergência internacional (*Global Convergence*) iniciou-se em setembro de 2002, a partir de encontros entre a IASB - *International Accounting Standards Board*, idealizadora das normas contábeis padrão IFRS - *International Financial Report Standard*, e a americana FASB - *Financial Accounting Standards Board*, promotora das normas contábeis denominadas padrão USGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles in the United States*, princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos. Podemos afirmar que foi nesse contexto que cresceu o interesse pela criação de uma Contabilidade Internacional, que, conforme Carvalho, Lemes e Costa (2006, p.15), “surgiu para minorar as agruras de quem quer investir fora de seu país e até hoje tinha que manusear balanços e dezenas de normas contábeis distintas, tentando compatibilizá-las para comparar”.

Objetivando pôr em prática a convergência internacional, as partes manifestaram suas intenções a partir de 2002. Em 2006 firmou-se o primeiro memorando e, posteriormente, em setembro de 2008, o memorando definitivo, pelo qual foi criada a pauta da convergência, que irá finalizar em 2011. (IASB, 09/2008)

O IASB iniciou suas atividades em 2001, substituindo o antigo IASC. Seu principal compromisso era desenvolver um modelo único de normas contábeis internacionais de alta qualidade, transmitindo transparência e comparabilidade na elaboração das demonstrações

contábeis. Dessa forma, estas poderiam ser compreendidas mais facilmente pelos interessados, fossem investidores, administradores, analistas, pesquisadores ou quaisquer outros usuários das referidas demonstrações.

É o IASB quem emite as normas internacionais de contabilidade. Juntamente com ele, o IFRIC - *International Financial Reporting Interpretations Committee* emite interpretações que auxiliam na aplicação das normas em relação a um determinado assunto em evidência e que requeira direcionamento técnico. As normas do IASB, as normas anteriores do IASB, as interpretações do IFRIC e as anteriormente existentes do SIC - *Standing Interpretations Committee* (antigo IFRIC) formam o que se conhece hoje por “normas internacionais de contabilidade” ou IFRS.

A União Europeia passou a adotar o IFRS em 2005. No mesmo ano, em outubro, foi criado o CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, formado pela ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas), APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo), CFC (Conselho Federal de Contabilidade), FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras) e IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), com o objetivo de estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade. Esses procedimentos permitiriam a emissão de normas contábeis pelas entidades reguladoras brasileiras, visando à centralização e uniformização de seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência aos padrões internacionais de contabilidade (BRAGA, ALMEIDA, 2008).

No Brasil, em 1997, todos os projetos de alterações das Leis 6.385/76 e 6.404/76 passaram a figurar num único projeto, de número 3.115/97, que transitou pelo Legislativo e submeteu-se a audiências públicas e manifestações de diversas comissões do Congresso Nacional. Em 13 de julho de 2007 a CVM publicou a instrução 457/07, dispondo sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo IASB, a partir do exercício findo em 2010, ficando facultada a mesma apresentação no exercício de 2009. Finalmente, em 28 de dezembro de 2007, a Lei 11.638 foi sancionada, alterando e revogando dispositivos das Leis 6.385 e 6.404 de 1976, adequando disposições da Lei das Sociedades por Ações à realidade da economia brasileira.

Assim, por força das modificações introduzidas, a partir de 1º de janeiro de 2008, oficialmente, o Brasil adotou o padrão internacional da IFRS. Nesse sentido, a CVM, em Nota Explicativa à Instrução CVM 469, de 2 de maio de 2008, informou:

Com a edição da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que altera e introduz novos dispositivos à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações, foram criadas as condições para que as normas e práticas contábeis brasileiras, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais das sociedades por ações, sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais. (BRASIL, 02/05/2008)

Na referida Nota a CVM ressalta que alguns aspectos relacionados à convergência internacional teriam de ser regulados em 2008, enquanto outros ficariam para 2009 e 2010, ou seja, a intenção do órgão regulador brasileiro é concluir o processo em 2010.

No site do IASB, na aba “Global Convergence”, observa-se que a intenção é concluir todo o processo em 2011, mais precisamente até junho:

Most recently, at their September 2009 meeting in Pittsburgh, US, the Group of 20 Leaders (G20) reaffirmed their commitment to global convergence in accounting standards, calling on ‘international accounting bodies to redouble their efforts to achieve a single set of high-quality, global accounting standards within the context of their independent standard-setting process, and complete their convergence project by June 2011.’⁶

A CVM, portanto, ao informar que o processo de convergência internacional estará concluído em 2010, está, na verdade, cumprindo o compromisso assumido junto ao IASB, por meio de memorando de entendimentos, assinado em 28 de janeiro de 2010:

On 28 January 2010 the Brazilian Federal Council of Accounting and the Brazilian Accounting Pronouncements Committee signed a Memorandum of Understanding (MoU) with the IASB that sets end-

⁶ IASB - International Accounting Standards Board. **Global Convergence**. Disponível em: <<http://www.iasb.org/Use+around+the+world/Global+convergence/IFRS+global+convergence.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2010.

2010 as the target date for full convergence with IFRSs and establishes a framework for future co-operation between the organizations.⁷

2.5.2 Regulamentação e modelo da DVA

A Lei nº 11.638/07 simboliza a entrada do Brasil no cenário da contabilidade internacional, como também representa o momento em que a DVA tornou-se obrigatória para as Companhias Abertas, estando dispensadas de elaborar essa demonstração as Companhias fechadas. As informações apresentadas nessa demonstração permitem a análise do desempenho econômico da empresa, bem como podem auxiliar no cálculo do PIB e de indicadores sociais (DIAS, CALDARELLI, 2008).

Tinoco e Kraemer (2008, p.26) esclarecem que a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, alterou e revogou dispositivos da Lei 6.404/76, especialmente no art. 176, introduzindo a DVA. Todavia, os autores criticam o fato de a norma ter desobrigado as empresas de publicar a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos - DOAR.

Em nosso entender, o dispositivo comportaria, além da crítica mencionada pelos autores, um exame mais detalhado quanto à normatização em si, uma vez que o parâmetro legal, ao ser consolidado em torno das Companhias Abertas, tornou, automaticamente, facultativa a publicação da DVA pelas sociedades anônimas fechadas e pelas sociedades limitadas de grande porte.

O parâmetro normativo, por força da Lei nº 11.638/2007, acrescentou o inciso V ao artigo 176 e o inciso II ao artigo 188 da Lei nº 6.404/76:

Artigo 176: Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício:

⁷ IASB - International Accounting Standards Board. **Use around the world Global Convergence/ IFRSs in Brazil**. Disponível em: <<http://www.iasb.org/Use+around+the+world/Global+convergence/IFRSs+in+Brazil.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2010.

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício;
- IV - demonstração dos fluxos de caixa;
- V - se Companhia Aberta, demonstração do valor adicionado.

Art. 188. As demonstrações referidas nos inciso IV e V do *caput* do art. 176 desta lei indicarão no mínimo:

I - [...]

II - demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Com a aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado – criou-se a Resolução CFC n. 1.138/2008, que revogou a Resolução nº 1.010/05, aprovando a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 3.7, que conceitua DVA como sendo “a demonstração contábil destinada a evidenciar, de forma concisa, os dados e as informações do valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição”.

O CPC, ao emitir o Termo de Aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 09, sobre a DVA, confirma a posição do IASB e da ONU, nos seguintes termos:

Essa Demonstração é exigida pela Lei brasileira (Lei nº 11.638/07) para as Companhias abertas a partir dos exercícios iniciados a partir do primeiro dia de 2008, mas não é exigida pelo IASB apesar de incentivado por ele e, também, pela ONU - Organização das Nações Unidas.⁸

A DVA inegavelmente é um dos braços do Balanço Social, que representa um conjunto de informações que pode ou não ter origem na contabilidade financeira e tem como principal objetivo demonstrar o grau de envolvimento da empresa com a sociedade que a

⁸ CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Termo de Aprovação** - Pronunciamento Técnico CPC 09. 30 out. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/Termo_de_aprovacao_CPC_09.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2010.

acolhe, devendo ser entendido como um instrumento no processo de reflexão sobre as atividades das empresas e dos indivíduos no contexto da comunidade como um todo. É um poderoso referencial de informações nas políticas de recursos humanos, nas decisões de incentivos fiscais, no auxílio sobre novos investimentos e no desenvolvimento da consciência para a cidadania (CPC 09).

Assim, com a obrigatoriedade de apresentação dessa demonstração, a CVM - Comissão de Valores Mobiliários editou a Instrução nº 469/08, que, entre outras disposições, trouxe uma de natureza transitória, estabelecendo que, enquanto a CVM não emitir uma norma específica regulando a matéria, tal demonstração poderá ser elaborada e divulgada com base nas orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 14 de fevereiro de 2007.⁹

O modelo da DVA utilizado nesse ofício foi solicitado pela CVM à FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FEA/USP. Para preenchimento da DVA, as informações devem ser extraídas da contabilidade e ter como base o princípio contábil do regime de competência dos exercícios. Importante salientar, com base em informação de Cunha (2002), que o modelo da DVA foi desenvolvido pela equipe da FIPECAFI em 1998 para servir de base à escolha das 500 Melhores e Maiores (MM) da Revista Exame.

Assim, a Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, aprovou a minuta do CPC 09, de 15 de outubro de 2008, editando em forma final em 30 de novembro de 2008 os seguintes modelos da DVA:

- a) Modelo I - Empresas em Geral;
- b) Modelo II - Instituições Financeiras Bancárias; e
- c) Modelo III - Seguradoras (modelo sugerido pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados)

⁹ Assunto tratado no item 25.10 do referido ofício.

A seguir, apresentamos o modelo I para fins de entendimento dos principais itens constantes da DVA.

Tabela 3 - Demonstração do Valor Adicionado - EMPRESAS EM GERAL

DESCRIÇÃO	Em milhares de Reais	Em milhares de Reais
1 - RECEITAS	20X1	20X0
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / Constituição		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outros (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 - Remuneração direta		
8.1.2 - Benefícios		
8.1.3 - F.G.T.S.		

continua

DESCRIÇÃO	Em milhares de Reais	Em milhares de Reais
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 - Federais		
8.2.2 - Estaduais		
8.2.3 - Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 - Juros		
8.3.2 - Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 - Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 - Participação dos não controladores nos lucros retidos (só para consolidação)		
8.5) Outros		

Fonte: CPC 09 (CPC, 30/10/2008).

Para melhor entendimento do tema, faz-se oportuno mencionar algumas das orientações do CPC 09/08 para o preenchimento de algumas linhas do modelo da DVA:

1 - RECEITAS (soma dos itens 1.1 a 1.4)

1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços - Inclui os valores do ICMS e IPI incidentes sobre essas receitas, ou seja, corresponde à receita bruta ou faturamento bruto.

1.2) Outras receitas - Da mesma forma que o item anterior, inclui os tributos incidentes sobre essas receitas.

1.3) Construção de ativos próprios - Para construção de ativos dentro da própria empresa para sua utilização, são necessários diversos fatores de produção, inclusive a utilização e contratação de fatores internos (mão de obra, materiais) e terceiros (mão de obra). Para fins da

DVA, essa construção equivale à produção vendida para a própria empresa, e por isso seu valor contábil integral precisa ser considerado como receita. A mão de obra própria alocada é considerada como distribuição dessa riqueza criada, e eventuais juros ativados e tributos também recebem o mesmo tratamento.

1.4) Provisão p/ devedores duvidosos - Reversão / Constituição - Inclui os valores relativos à constituição / baixa de provisão para devedores duvidosos.

2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (soma dos itens 2.1 a 2.4)

2.1) Custos do produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos - Não inclui gastos com pessoal próprio. Nos valores dos custos de materiais, serviços, energia etc. consumidos deverão ser considerados os impostos (ICMS e IPI) incluídos no momento das compras, recuperáveis ou não.

2.2) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros - Inclui valores relativos às aquisições e pagamentos a terceiros.

2.3) Perda / Recuperação de valores ativos - Inclui valores relativos ao valor de mercado de estoques e investimentos etc. (se no período o valor líquido for positivo deverá ser somado).

3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (diferença entre itens 1 e 2)

4 - DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO - Deverá incluir a despesa contabilizada no período.

5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (diferença entre os itens 3 e 4)

6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (soma dos itens 6.1 e 6.2)

6.1) Resultado de equivalência patrimonial - Inclui os valores recebidos como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo. O resultado da equivalência poderá representar receita ou despesa; se despesa, deverá ser informado entre parênteses.

6.2) Receitas financeiras - Inclui todas as receitas financeiras, independentemente de sua origem.

7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (soma dos itens 5 e 6)

8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (soma dos itens 8.1 a 8.5)

8.1) Pessoal e encargos - Neste item deverão ser incluídos os encargos com férias, 13º salário, FGTS, alimentação, transporte etc., apropriados ao custo do produto ou resultado do período (não incluir encargos com o INSS - veja tratamento a ser dado no item seguinte).

8.2) Impostos, taxas e contribuições - Além das contribuições devidas ao INSS, imposto de renda, contribuição social, todos os demais impostos, taxas e contribuições deverão ser incluídos neste item. Os valores relativos ao ICMS e IPI deverão ser considerados como os valores devidos ou já reconhecidos aos cofres públicos, representando a diferença entre os impostos incidentes sobre as vendas e os valores considerados dentro do item 2 - Insumos adquiridos de terceiros.

8.3) Remuneração de Capital de Terceiros - Devem ser consideradas as despesas financeiras e as de juros relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo-se as despesas com leasing) pagos ou creditados a terceiros.

8.4) Remuneração de Capitais Próprios - Inclui os valores pagos ou creditados aos acionistas. Os juros sobre o capital próprio contabilizados como reserva deverão constar do item "lucros retidos". Devem ser incluídos os lucros do período destinados às reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica.

Conforme já informado, nosso interesse ao desenvolver o presente trabalho envolve os quatro grupos de interesse constantes do modelo da DVA, aprovado pelo CPC 09/08, a saber: item 8.1 Pessoal (trabalhadores); item 8.2, relativo a Impostos, Taxas e Contribuições (Governo); item 8.3, correspondente à Remuneração de Capitais de Terceiros (Terceiros); e 8.4, que se refere à Remuneração de Capitais Próprios (Acionistas).

Entre esses itens, nossa maior preocupação é com aquele referente aos tributos (item 8.2), que é objeto de nossas digressões em item específico mais à frente, no item 2.6.4. e subseções da presente dissertação.

2.6 DOS PÚBLICOS BENEFICIADOS PELA DVA

Ribeiro (2006, p.16) observa que a DVA objetiva evidenciar os benefícios proporcionados em prol da comunidade como um todo. Informa quanto a empresa adicionou, no período, aos recursos adquiridos de terceiros e como distribuiu esse valor adicionado entre a remuneração da mão de obra e do uso de capital de terceiros (juros e aluguéis), impostos pagos ao Governo e remuneração do capital próprio (juros, dividendos sobre ele e lucros retidos).

Importa verificar, no que se refere ao modelo vigente da DVA, se as informações relativas aos públicos beneficiados com a distribuição da riqueza são satisfatórias ou se carecem de melhor detalhamento. Para responder a essa indagação, devemos analisar os públicos beneficiários.

2.6.1 Pessoal

Nesse item, segundo as instruções de preenchimento da DVA, deverão ser incluídos os encargos com férias, 13º salário, FGTS, alimentação, transporte etc. apropriados ao custo do produto ou resultado do período (não incluir encargos com o INSS). Nesse “etc” podem ser incluídos os valores despendidos com treinamento, participação nos lucros, plano de saúde, entre outros benefícios.

Cumpra indagar a respeito da utilidade dessa informação junto aos colaboradores. Serviria ela para fortalecer as reivindicações por melhores condições de remuneração, por exemplo? Como essas informações poderiam contribuir para melhorar a situação do colaborador?

Cunha (2002, p.174-175), acerca da DVA como instrumento para depreender os valores distribuídos aos colaboradores, conclui:

[...] não existe relação entre a riqueza gerada pelas empresas e a sua distribuição aos funcionários. As entidades que geram maior volume de riqueza não são, geralmente, as que a distribuem em maior quantidade aos empregados. [...]

Outra conclusão decorrente de suas pesquisas informa que “[...] o fato de a empresa aumentar sua geração de riqueza não determina que o repasse aos empregados acompanhe esse acréscimo [...]” (CUNHA, 2002).

O fato é que a informação constante da DVA serviria apenas para fins comparativos com outras empresas, porquanto a análise circunscrita apenas ao ambiente originário da informação dificilmente propiciará a formatação de juízos de valores válidos.

A partir de dados comparativos entre empresas do mesmo segmento e porte, o colaborador poderá entender melhor a sua realidade. Para que essa análise seja possível, no entanto, é recomendável que na linha “8.1. - Pessoal” da DVA seja inserida, entre parentes, a quantidade de colaboradores em 31 de dezembro de cada ano.

A dificuldade que se apresenta nesse caminhar guarda relação com o universo das empresas que estão obrigadas a divulgar a DVA, porquanto é cedido que o número de Companhias Abertas, comparativamente ao número das demais sociedades empresariais, é irrisório. Essa constatação autoriza a mudança de posicionamento para tornar a DVA obrigatória a todas as empresas com mais de 100 (cem) empregados, por exemplo, independentemente de sua natureza jurídica ou porte.

2.6.2 Remuneração de Capitais de Terceiros

Devem ser consideradas, nesse item, as despesas financeiras e as de juros relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras, bem como os aluguéis (incluindo-se as despesas com leasing) pagos ou creditados a terceiros.

Esse item é fundamental para demonstrar o nível de endividamento da organização. Quanto maior forem os números relativos à remuneração de capitais de terceiros, maior será a sua vulnerabilidade econômica.

Essa referência, no entanto, não se aplicaria às empresas que têm por atividade a locação de automóveis, por exemplo, uma vez que boa parte da frota é adquirida pelo sistema de leasing. Nesse sentido, o item correspondente tenderia a sinalizar valores considerados em termos de riqueza distribuída, o que não necessariamente contribuiria para criar a ilusão de que a empresa passa por dificuldades financeiras.

Guardadas as devidas proporções, esse item, aplicado às demais empresas e de forma comparativa, pode refletir a saúde financeira da empresa.

2.6.3 Remuneração de Capitais Próprios

Esse item se desdobra em quatro outros, a saber: montante dos juros sobre capital próprio, dividendos, lucros retidos/ prejuízo do exercício e participação dos não controladores.

Por força da Lei 11.638/2008, que alterou a Lei 6.404/76, impondo a adoção do padrão internacional, os artigos 194 e 197 passaram a contar com redação que obriga a sociedade anônima aberta a não mais manter saldos nas contas de lucros acumulados. A esse respeito a CVM expediu a Instrução Normativa 469/2008, que, em seu artigo 5º, não deixa margens a dúvidas: “No encerramento do exercício social, a conta de lucros e prejuízos acumulados não deverá apresentar saldo positivo.”

Posteriormente, em Nota Explicativa à Instrução CVM 469/2008, enfatizou:

Tendo em vista que todo o lucro líquido do exercício deve ser destinado, de acordo com os fundamentos contidos nos art. 194 a 197, a redação atual da Lei nº 6.404, de 1976, eliminou a possibilidade de existência de saldo de lucros acumulados no encerramento do exercício social. Evidentemente, não foram eliminadas a conta de lucros acumulados e a demonstração da sua movimentação, que deverão ser apresentados de forma isolada ou, no caso das Companhias Abertas, como parte da demonstração das mutações de patrimônio líquido. Essa conta, entretanto, possui natureza absolutamente transitória, e será utilizada para servir de contrapartida às reversões das reservas de lucros e às destinações do lucro.

Essas mudanças visam a favorecer os acionistas, por um lado, e, de outro, obriga as Companhias Abertas a comporem verdadeiras peças orçamentárias que servirão de base para seccionar o lucro para fins de investimento. Nesse sentido, com base em peça orçamentária aprovada pela assembleia, será possível criar reserva de lucros com destinação específica.

A proibição, portanto, se refere à conta genérica de “Lucros Acumulados”. Esta as Companhias Abertas não mais poderão manter. O resultado prático dessa equação é o seguinte: ou se investe, segundo a peça orçamentária, ou se distribui.

Por força dessas mudanças, o modelo da DVA, item 8.4.3, deverá ser aperfeiçoado para informar, em vez de “Lucros Retidos”, que é expressão sinônima de “Lucros Acumulados”, expressão equivalente a “Reserva para Investimentos”.

2.6.4 Governo (Impostos, Taxas e Contribuições)

Entre os públicos beneficiados com a riqueza distribuída pelas empresas, o Governo é a entidade que mais de perto nos interessa nesta pesquisa.

As Companhias Abertas, majoritariamente, utilizam a expressão “Governo” para informar os impostos, taxas e contribuições, segundo o item 8.2 do modelo da DVA aprovado pela CVM. A nomenclatura desse item, “Impostos, taxas e contribuições”, no entanto, não atende ao padrão determinado pelo ordenamento jurídico tributário, que elegeu a expressão

“Tributo” para designar o gênero do qual os Impostos, as Taxas, as Contribuições Sociais, as Contribuições de Melhoria e os Empréstimos Compulsórios são espécies.

Nesse particular, em que pesem as discussões doutrinárias sobre se são três, quatro ou cinco as espécies tributárias, nosso entendimento é que a expressão “Tributo” como referência ao item 8.2 da DVA, além de atender à nomenclatura determinada pelo ordenamento jurídico vigente, evitaria quaisquer discussões em torno das espécies.

2.6.4.1 A finalidade Social dos Tributos

A Carta Magna impõe ao Estado objetivos, que, segundo Bastos e Martins (1988, 444), são “[...] tarefas, metas que visam a tornar concretas as mesmas idéias ou propósitos assegurados em forma de princípios pela Constituição”. Assim é que a Constituição informa no Art. 3º:

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Harada (2004, p.28) prefere focar na realização do bem comum a finalidade última do Estado:

[...] E para isso o Estado precisa prover e aplicar os recursos financeiros. Daí por que os fins da atividade financeira coincidem com as próprias finalidades da atuação estatal destinada à satisfação das necessidades coletivas, que crescem na mesma do agigantamento do Estado moderno. Essas necessidades coletivas são inúmeras e das mais variadas espécies. [...]

Sem destoar da doutrina majoritária, Pizolio (2006, p.82-83) exemplifica:

A Constituição Federal, entre outros objetivos, determina expressamente que cabe ao Estado promover a seguridade social (artigos 194 e 195); a saúde (artigo 196); a assistência social, com proteção à família e à infância (artigo 203, inciso I); a educação (artigo 205) e a cultura (artigo 215). Revela-se por demais evidente que a própria Constituição deva garantir os meios e os recursos financeiros imprescindíveis para a consecução de tais fins, o que nos leva de volta à questão da concepção que se deve ter do tributo. Neste sentido, altera-se tal concepção, por força da compreensão dos mandamentos constitucionais, que deixa então de ser considerado mera manifestação de poder estatal e agressão ao patrimônio dos particulares. Em primeiro lugar, porque a atividade exacional é autorizada pela Constituição e, em segundo, porque o tributo revela-se a fonte de recursos financeiros que pode possibilitar ao Estado a consecução de seus fins, considerado que é, neste quadro normativo, como a participação dos indivíduos no rateio dos encargos públicos.

Por assim dizer, é inquestionável que sem a contrapartida dos contribuintes por meio do pagamento de impostos o Estado jamais terá condições de atender aos seus objetivos constitucionais. A dúvida é saber se o montante de impostos que o empresariado paga encontra-se em bases justas ou não.

O presente trabalho, ao medir o comportamento da distribuição da riqueza, notadamente em período de crise, irá demonstrar de que modo o Governo se comporta em cenários de crise. Outra intenção de nossas pesquisas é apontar quais foram as atividades que mais contribuíram para engordar o caixa do Governo, a despeito da crise global.

2.6.4.2 Definição de Tributo

Por intermédio da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, foi criado o CTN - Código Tributário Nacional, que, em seu artigo 3º, definiu tributo como “uma prestação pecuniária compulsória, que não constitui sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Carvalho (1988, p.14) assinala que a palavra “tributo” é empregada “pelo legislador (constitucional e ordinário), pela doutrina e pela jurisprudência com significados diversos, embora análogos: a) quantia em dinheiro; b) prestação (dever); c) direito do sujeito ativo; d) relação jurídica; e) norma; f) norma, fato e relação jurídica”.

Por sua vez, Amaro (1997, p.18) observa que esse conceito do CTN quis explicitar:

a) o caráter pecuniário da prestação tributária (como prestação em moeda); b) a compulsoriedade dessa prestação, idéia com a qual o CTN buscou evidenciar que o dever jurídico de prestar o tributo é imposto pela lei, abstraída a vontade das partes que vão ocupar os pólos ativo e passivo da obrigação tributária, opondo-se, dessa forma, a compulsoriedade do tributo à voluntariedade de outras prestações pecuniárias; c) a natureza não sancionatória da ilicitude, o que afasta da noção de tributo certas prestações também criadas por lei, como as multas por infração de imposições legais, que têm natureza de sanção de ilícitos, e não de tributos; d) a origem legal do tributo (como prestação “instituída em lei”), repetindo do código a idéia de que o tributo é determinado pela lei e não pela vontade das partes que irão figurar como credor e devedor da obrigação tributária; e) a natureza vinculada (ou não discricionária) da atividade administrativa mediante a qual se cobra o tributo.

Segundo Maximilianus e Maximilianus (2004, p.35), caracteriza-se o tributo pela sua compulsoriedade, pelo pagamento em dinheiro ou valor equivalente, pelo seu caráter não punitivo, pela previsão legal e pela sua cobrança vinculada, sem margem de discricionariedade.

2.6.4.3 Classificação dos tributos com base no ordenamento jurídico

Embora não se verifique uniformidade de opinião quanto às espécies que o compõe, a doutrina majoritária entende que a expressão “tributo” designa um gênero de que são espécies os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, as contribuições sociais e os empréstimos compulsórios. A discrepância doutrinária guarda relação com o posicionamento de alguns autores que negam o caráter de tributo ao empréstimo compulsório, enquanto outros

excluem as contribuições sociais do elenco tributário, denominando-as de contribuições para-fiscais (HARADA, 2004, p.315).

A clássica divisão tripartite, da qual se originou a divergência doutrinária, encontra-se consagrada no texto constitucional, no artigo 145, bem como no artigo 5º do CTN, pelos quais se verifica que os tributos são os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria.

Carvalho (2003, p.32-33) ensina que nunca será demasiado reafirmar a índole tributária dos empréstimos compulsórios, bem como das contribuições. Especificamente quanto aos empréstimos compulsórios, afirma o insigne professor que de nada importa o *plus* representado pela necessidade de restituição, ínsita ao conceito de “empréstimo”, porque bem sabemos que o nome atribuído à figura ou o destino que se dê ao produto da arrecadação nada acrescentam à natureza jurídica do tributo.

Já com relação às contribuições, também chamadas de sociais, especiais ou para-fiscais, o renomado professor nos informa que sempre as viu como figuras de impostos ou de taxas, em estrita consonância com o critério constitucional consubstanciado naquilo que denominou de tipologia tributária no Brasil. Por assim dizer, outra coisa não fez o legislador constituinte senão prescrever manifestamente que as contribuições são entidades tributárias, subordinando-se em tudo e por tudo às linhas definitórias do regime peculiar dos tributos. (CARVALHO, 2003, p.42-43)

Machado (2009, p.63) informa que, conforme determinado no artigo 3º do CTN, tributo é um gênero do qual o artigo 5º do mesmo código indica como espécies os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria. Prossegue dizendo que as disposições do código não excluem a incidência e exigibilidade de outras contribuições que indica. Isso tornou evidente a existência de quarta espécie de tributo, interpretada pelas contribuições sociais. Tal conclusão restou reforçada pelo artigo 149 da Constituição Federal de 1988.

2.6.4.4 Classificação dos impostos

A única classificação dos impostos que se pode depreender do ordenamento jurídico é quanto à base econômica (CTN, artigos 19 a 76). As demais procedem do esforço dos doutrinadores.

Borba (2000, p.26) relata que os doutrinadores classificam os impostos levando em conta vários critérios, entre eles quanto à base econômica, quanto à alíquota, quanto à forma de percepção e quanto ao objeto de incidência, conforme explicitado no quadro apresentado a seguir:

Quadro 1 - Classificação dos Impostos

QUANTO À BASE ECONÔMICA	SOBRE COMÉRCIO EXTERIOR	Incidem sobre operações de importação e exportação	II e IE
	SOBRE PATRIMÔNIO E RENDA; e	Incidem sobre a propriedade de bens móveis ou imóveis e sobre ganho do trabalho ou do capital	IR, ITR, IGF, ITD, IPVA, ITBI e IPTU
	SOBRE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO	Incidem sobre a circulação de bens ou valores bem como a produção dos bens	IPI, IOF, ICMS e ISS
QUANTO À ALÍQUOTA	FIXOS; e	O valor a ser pago é fixado pela lei, independente do valor da mercadoria, serviço ou patrimônio tributado.	ISS dos autônomos, pago mensalmente em valores fixos; ICMS fixado por estimativa para microempresas.
	PROPORCIONAIS VIDE \$\$	A alíquota é um percentual, ou seja, "ad valorem". É portanto variável de acordo com a base de cálculo.	A grande maioria dos impostos, como o ICMS, IR, IPI, IOF e outros.
QUANTO À FORMA DE PERCEPÇÃO	DIRETOS; e	Recaem diretamente sobre o contribuinte, sendo este impossibilitado de transferir tributariamente o ônus financeiro para terceiros.	IR, IPTU, ITR e outros
	INDIRETOS	São passíveis de repasse do ônus financeiro para terceiros, na maioria das vezes recaindo tal ônus financeiro para terceiros.	ICMS, ISS, IPI, IOF e outros
QUANTO AO OBJETO DE INCIDÊNCIA	REAIS; e	Incidem sobre a "res", o bem, a coisa, seja ela mercadoria, produto ou patrimônio. Na maioria das vezes desconsidera absolutamente a figura do contribuinte.	ITR, IPTU, ITD, ITBI e outros
	PESSOAIS	Incidem sobre a pessoa do contribuinte e não sobre a coisa.	IR, IOF e outros

Fonte: BORBA, 2000, p.26.

Os impostos proporcionais podem ser progressivos ou regressivos, quando suas alíquotas respectivamente aumentam ou diminuem de acordo com determinado critério, tais como base de cálculo, como no caso do IR (art. 153, § 2º, I, CF), cumprimento da função social da propriedade, como no caso do IPTU (art. 156, § 1º, CF), ou produtividade rural, como no caso do ITR (art. 153, § 4º, CF). (BORBA, 2000, p.27)

Difini (2008, p.33) faz interessante crítica em relação aos impostos diretos. Segundo o professor, é precária tal definição, porquanto, em tese, qualquer tributo pago pelo empresário pode ter o ônus econômico repassado ao contribuinte. Nesse sentido, o Imposto de Renda, que é um exemplo clássico de imposto direto, pode ter o custo repassado para as mercadorias ou serviços, ainda mais em se tratando de profissionais liberais ou autônomos.

2.6.4.5 Relevância da classificação dos tributos para fins da DVA

Nosso interesse na discussão em torno da classificação dos tributos ganha relevância na medida em que verificamos constar do modelo da DVA do CPC nº 09, aprovada pela Deliberação CVM 557, de 12 de novembro de 2008, a referência tripartite aos tributos, ou seja: impostos, taxas e contribuições.

A referida deliberação a respeito dos tributos mencionados esclarece que a segunda parte da DVA deve apresentar, de forma detalhada, como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída. Assim, o item 15, denominado “Distribuição da Riqueza”, esclarece em relação aos tributos:

Impostos, taxas e contribuições - valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições aos INSS (incluídos aqui os valores do Seguro de Acidentes do Trabalho) que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a empresa esteja sujeita. Para os impostos compensáveis, tais como ICMS, IPI, PIS e COFINS, devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos, e representam a diferença entre os impostos e contribuições incidentes sobre as receitas e os respectivos valores incidentes sobre os itens considerados como “insumos adquiridos de terceiros”.

- *Federais* - inclui os tributos devidos à União, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios, Autarquias etc., tais como: IRPJ, CSSL, IPI, CIDE, PIS, COFINS. Inclui também a contribuição sindical patronal.
- *Estaduais* - inclui os tributos devidos aos Estados, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Municípios, Autarquias etc., tais como o ICMS e o IPVA.
- *Municipais* - inclui os tributos devidos aos Municípios, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte às Autarquias, ou quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU. (BRASIL, 12/11/2008)

Numa análise apressada, poder-se-ia depreender que o modelo da DVA, aprovado pela Deliberação CVM 557, adota a divisão tripartite. Contudo, nos parece que há espaço para a inclusão das contribuições de melhoria, haja vista que a redação é meramente exemplificativa. Basta, para esse efeito, observar a expressão “tais como” ao final das descrições dos tributos Estaduais ou Municipais. Pode-se dizer, portanto, que a interpretação pela qual se atribuiria ao modelo da DVA uma divisão quadripartite dos tributos não estaria de todo desarrazoada.

Nesse sentido, se por um lado não restam dúvidas quanto a considerar as contribuições de melhoria, em relação aos empréstimos compulsórios nossa opinião é no sentido da impossibilidade. Esse entendimento decorre do fato de que o escopo da DVA é demonstrar o quanto de riqueza foi transferido para o setor público por meio do pagamento de tributos. Por conseguinte, o pagamento de contribuição de melhoria, a toda evidência, encontraria respaldo na prestação das informações da DVA, enquanto que os empréstimos compulsórios, não.

2.6.4.6 Carga Tributária Brasileira

Comumente critica-se a carga tributária do Brasil. A esse respeito, a manchete do jornal *O Estado de São Paulo* do dia 12 de março de 2010 intitulada “Carga Tributária caiu para 34,28% do PIB em 2009, diz Ipea” colocou a carga tributária em patamar inferior ao nível de 2007:

[...] A carga tributária brasileira foi de 34,28% do PIB em 2009, o que representa uma queda de 0,57 ponto percentual em relação à de 2008, quando atingiu 34,85% do PIB. A estimativa é do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O recuo no ano passado colocou a carga tributária em patamar inferior também ao nível de 2007, quando o indicador ficou em 34,46% do PIB. O cálculo do Ipea segue a metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para as contas nacionais, que não considera o recolhimento de multa e juros em casos de atraso no pagamento de impostos e também não leva em conta as receitas de royalties [...]. (GRANER, 12/03/2010)

A matéria em questão trata da nota técnica de número 16 do Ipea, divulgada em março de 2010, a qual teve por objetivo estimar a carga tributária de 2002 a 2009, verificando quais tributos eventualmente contribuíram para a sua queda durante a crise econômica.

A metodologia seguida pelo Ipea, esclarece a nota, é a mesma adotada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, seguindo padrões internacionais. Das características mais importantes dessa metodologia em relação a outras existentes em trabalhos publicados no país, é de se destacar a exclusão de multas e juros e de compensações financeiras (como royalties) do cálculo final da carga tributária, tendo em vista que essas receitas fiscais recebem outra classificação no Sistema de Contas Nacionais – SCN (BRASIL, 03/2010).

O Ipea esclarece, na introdução do trabalho, os seguintes aspectos:

[...] O resultado do trabalho de consolidação dos dados primários para os anos de 2002 a 2007 mostrou uma aderência quase total (99,3% a 100,7%) com os números do IBGE. Quase todas as diferenças de estimativa estão concentradas nas contribuições dos servidores públicos de estados e municípios para seus regimes próprios de previdência, as quais apresentam nítidas discontinuidades nas séries históricas em decorrência de mudanças meramente contábeis referentes à parcela patronal.

Para o ano de 2008, foram utilizadas as mesmas fontes primárias que o IBGE normalmente utiliza para suas estimativas, e para 2009 foram utilizados os dados definitivos da União e provisórios de estados e municípios (23 capitais e 852 cidades do interior, cujos dados foram aplicados numa extrapolação).

Em resumo, essa nota mostra que a carga tributária bruta caiu de 34,85% para 34,28% do PIB de 2008 para 2009, já utilizando nessa estimativa os números de produto divulgados no dia 11 de março de

2010 pelo IBGE. Praticamente toda queda de carga tributária ficou concentrada na esfera federal, uma vez que a arrecadação de estados e municípios permaneceu estacionada em torno de 11,3% do PIB [...]. (BRASIL, 03/2010)

Na referida nota técnica constam 3 (três) tabelas. A primeira delas, denominada “Resumo da carga tributária bruta (em R\$ milhões e % do PIB)”, apresenta um resumo da carga tributária bruta do Brasil, transferindo para um anexo o detalhamento dos dados apresentados. A tabela em questão pode ser conferida no Anexo III (Matriz de estimação da carga tributária bruta) da presente dissertação.

Os resultados consolidados, esclarece o Ipea, indicam que a receita tributária nas três esferas de Governo totalizou R\$ 1,077 trilhão em 2009 ante R\$ 1,047 trilhão em 2008, o que corresponde a uma expansão de 2,9% em termos nominais, inferior aos 4,6% registrados pelo PIB, de acordo com as estimativas preliminares do IBGE (que indicam queda real de 0,2%). Com isso, a carga tributária, conclui o instituto, medida em proporção do PIB, teria caído de 34,85% para 34,28% do PIB de 2008 para 2009.

Em relação às esferas Estaduais e Municipais, a Nota Técnica 16 conclui que a receita tributária ficou estabilizada, uma vez que variou de 11,35% do PIB para 11,32% do PIB, ou seja, ficou nitidamente estabilizada, a despeito da crise econômica. Na esfera federal, não há dúvidas, a queda foi de 23,50% do PIB para 22,96%.

Especificamente em relação à receita de IPVA e ICMS dos Estados, a Nota Técnica 16 enfatiza que o resultado poderia ter sido pior na hipótese de não ter havido a desoneração do IPI, que acabou impulsionando as vendas de veículos:

[...] A receita de ICMS cresceu 3,1% em valores nominais e caiu 0,11 pontos percentuais do PIB, enquanto o IPVA cresceu 16,8% nominalmente e 0,07 em pontos do PIB. Esse desempenho do IPVA pode ser atribuído tanto à recuperação das vendas do setor automobilístico registradas a partir de abril de 2009, *fruto de incentivos do IPI*, quanto reflexo do movimento de 2008, antes da crise [...]. (BRASIL, 03/2010)

O estudo do Ipea acaba confirmando a tese de que a desoneração fiscal, nos termos da que ocorreu no final do ano de 2008 envolvendo os veículos e alguns produtos da linha

branca, como geladeiras e freezers, pode impactar positivamente a economia, sendo um dos instrumentos a ser considerado na política estratégica governamental para debelar crises, setorizadas ou não.

A tabela a seguir estima o montante dos tributos arrecadados nas três esferas em contraponto ao PIB nos últimos 8 (oito) anos.

Tabela 4 - Resumo da carga tributária bruta (em R\$ milhões e %do PIB)

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receita tributária	479.855	542.863	637.442	731.162	806.042	917.090	1.047.194	1.077.306
Federal	322.480	360.606	425.185	494.150	541.799	624.843	706.045	721.549
Estadual e Municipal	157.375	182.257	212.257	237.012	264.244	292.247	341.149	355.757
PIB	1.477.822	1.699.948	1.941.498	2.147.239	2.369.484	2.661.344	3.004.881	3.143.015
Carga tributária (%)	32,47	31,93	32,83	34,05	34,02	34,46	34,85	34,28
Federal	21,82	21,21	21,9	23,01	22,87	23,48	23,5	22,96
Estadual e Municipal	10,65	10,72	10,93	11,04	11,15	10,98	11,35	11,32

Fonte: Ipea (BRASIL, 03/2010).

Em suas conclusões, o Ipea faz uma crítica relativa à metodologia:

[...] Do ponto de vista metodológico, essa nota conclui pela necessidade de alguns ajustes na definição dos tributos que devem integrar o cálculo da carga tributária, notadamente a exclusão das contribuições patronais para os regimes próprios de previdência dos servidores públicos, que constituem, via de regra, contribuições meramente contábeis e intra-orçamentárias e que, além disso, não são pagas pelas famílias e empresas. [...]

Não muito distante da observação do Ipea, Gallo (2007, p.395), em sua tese de doutorado, após discorrer sobre os modelos que são utilizados no exterior e no Brasil para mensurar a carga tributária, conclui nos seguintes termos:

[...] Assim sendo, o único modelo encontrado que procura mensurar de forma completa a carga tributária, apesar de suas limitações conforme demonstrado neste estudo, é da relação arrecadação-PIB, com base nos macrodados, de uso corrente no Brasil. Deve-se ainda salientar que a carga tributária publicada pela Receita Federal do Brasil, com base nesse modelo, engloba tanto pessoas físicas como jurídicas, não deixando claro o quanto os tributos e contribuições sociais pesam para cada um destes grupos de agentes econômicos. [...]

Outra dificuldade sobre a carga tributária, dessa feita apontada pelos empresários, operadores de contabilidade e do direito, é identificar quais são os tributos existentes em nosso ordenamento jurídico, ou seja, qual é o montante que se paga a título de tributos, bem como quais são identificáveis e quais não são.

Todas essas dificuldades nos mostram que, em matéria de DVA, há grandes lacunas a serem preenchidas para que essa Demonstração possa refletir a realidade empresarial no que diz respeito ao impacto da riqueza transferida ao erário público por meio do pagamento de tributos diversos.

Nosso interesse não foi identificar, em meio à gama dos tributos existentes, quantos são e quais são. Além disso, cabe mencionar que não se pretende aprofundar a identificação da entidade competente, a natureza jurídica, a incidência e sua matriz legal. O objetivo principal foi entender a rubrica tributos, impostos e taxas informada nas DVA's selecionadas e verificar a evolução destes nos períodos-base de 2007, 2008 e 2009.

2.6.5 Valor adicionado econômico

Nas palavras de De Luca (1998), o valor adicionado é utilizado na macroeconomia para avaliação do Produto Nacional Bruto. Rossetti (2002) destaca que é a soma dos bens e serviços finais produzidos pelo sistema econômico em determinado período. Parmezano (2002) ressalta que Rossetti adota o conceito de bens e serviços finais a fim de evitar o problema da contagem em duplicidade, pois o mesmo produto passa por diversas etapas do processo produtivo e seria contado várias vezes, enquanto um bem intermediário.

Dessa forma, a utilização do conceito de valor adicionado em âmbito de empresa tem sido discutida e considerada como a ligação entre a Contabilidade financeira e a Contabilidade nacional (macroeconomia), sendo que no total da riqueza gerada pela economia de uma nação encontra-se a soma do valor adicionado das empresas.

Na concepção de Carmona e Carrasco (apud SILVEIRA, 2003), o valor adicionado também se vincula ao montante líquido da apuração do valor da produção menos os insumos que são utilizados para sua formação. Esses autores definem que é possível entender o valor adicionado como o valor de todas as produções e prestações de serviços menos o custo dos produtos e serviços adquiridos ou prestados por outros.

De Luca (1998) destaca que o conceito de valor adicionado é empregado para mensurar as atividades econômicas de uma nação por meio da definição do seu Produto Nacional. Nesse sentido, apresenta a empresa como sendo um dos elementos mais importantes e ainda diretamente responsáveis pela produção econômica. Destarte, a empresa compõe o sistema de produção da economia nacional, sendo ela a responsável pela produção de bens e serviços para atender às necessidades de consumo e de acumulação da sociedade.

Conforme Parmezano (2002, p.41), se todas as empresas fizessem o cálculo do seu valor adicionado, o somatório desses valores seria aproximadamente o PIB do país.

III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção inicia-se apresentando a metodologia utilizada no presente trabalho e o plano de amostragem da pesquisa, para em seguida abordar a definição do método estatístico empregado e o período de estimação dos parâmetros. Posteriormente, apresentam-se as hipóteses de estudo e o plano de análise e tratamento dos dados, evidenciando-se a forma como os dados foram manejados para se chegar aos resultados que suportam as conclusões acerca das hipóteses formuladas.

Inicialmente, observa-se a necessidade de uma metodologia de pesquisa a fim de se atingir o objetivo a que se propôs o presente trabalho. Para Marconi e Lakatos (2007, p.46):

O método é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Conforme explicitado, a Lei nº 11.638/07 tornou obrigatória a elaboração e apresentação da DVA para todas as empresas de capital aberto a partir de 2008.

O cenário constante das demonstrações financeiras encerradas em 2008, com raríssimas exceções, não refletem os efeitos da crise global, porquanto nossa economia suportou bem os efeitos do início da crise. A exceção ficou por conta das desastrosas operações financeiras envolvendo derivativos, que quase extinguiram empresas até então sólidas, como foi o caso da Sadia e Aracruz.

Nesse contexto, ao compararmos o valor adicionado dos exercícios de 2007, 2008 e 2009, será possível constatar, primeiramente em situações favoráveis como 2007 e boa parte de 2008, e em seguida em momentos de crise global, de que modo oscilou a distribuição da riqueza e, principalmente, a do Governo, por meio da análise das DVAs.

Segundo Richardson (1999, p.26), a formulação de um problema ou pergunta deve ser baseada na observação de um fenômeno. Assim, diante de situações de crise, em que todos

tendem a perder, busca-se saber como se comportou a distribuição da riqueza gerada (valor adicionado) para os destinatários da riqueza (Pessoal, Governo, Terceiros, Acionista).

Diante dessa questão, faz-se necessária a análise das DVAs de Companhias Abertas listadas na Bovespa para verificação dos efeitos no valor da distribuição da riqueza total gerada, principalmente como se comportou o item 8.2 da DVA (impostos, contribuições e taxas)¹⁰ durante os períodos-base de 2007, 2008 e 2009. Para isso, é essencial um método de pesquisa.

3.1 ANÁLISES DESCRITIVAS

Segundo Vergara (1998), a pesquisa pode ser caracterizada quanto aos fins e aos meios: quanto aos fins, a pesquisa é descritiva.

A pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. A autora coloca também que a pesquisa não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação (VERGARA, 1998, p.47).

Seguindo a mesma linha, Mattar (1996) ressalta a inter-relação com o problema de pesquisa, ao afirmar que a utilização desse tipo de pesquisa deverá ocorrer quando o propósito de estudo for descrever as características de grupos, estimar a proporção de elementos que tenham determinadas características ou comportamentos dentro de uma população específica, descobrir ou verificar a existência de relação entre variáveis.

Conforme Matarazzo (2003, p.15), “[...] as demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis”. Esse importante meio de divulgação de tais dados é uma tendência, segundo Iudícibus (2004, p.244). Isso posto, serão objeto de análise desta pesquisa as DVA’s publicadas por 264 (duzentas e sessenta e quatro) Companhias Abertas, segregadas de acordo com sua classificação da Bovespa e que publicaram a DVA para os períodos-base de 2007, 2008 e 2009. Percebe-se que essa técnica

¹⁰ Para fins de entendimento, sempre que nos referirmos ao item 8.2 da DVA utilizaremos o termo “remuneração do Governo”.

de pesquisa é aplicável a este trabalho, uma vez que se busca a descrição das informações sobre a distribuição das riquezas presentes nas DVA's.

De acordo com Bardin (2004, p.30), podem-se classificar as demonstrações financeiras como uma comunicação escrita destinada às massas, assim como os “jornais, livros, anúncios publicitários, cartazes, literaturas, textos jurídicos, panfletos”. As demonstrações financeiras podem ser objeto de análise de qualquer pessoa que tenha um mínimo de interesse na área. São, geralmente, publicadas em jornais de grande circulação, além de ficarem disponíveis em sites, caracterizando-se, dessa forma, como uma comunicação de massa.

A pesquisa do presente estudo, portanto, é descritiva, por tentar descrever as características das DVA's, assim como seu comportamento durante os períodos-base de 2007, 2008 e 2009, mediante a análise dos efeitos da distribuição da riqueza em momento de abundância na economia brasileira e em período de crise.

Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, pela utilização de teses, dissertações, artigos, livros, jornais e sites para desenvolver e suportar os objetivos propostos nesse estudo. A abordagem, por sua vez, é quantitativa, pois se caracteriza pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações como no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, como percentual e média (RICHARDSON, 1999).

Heerd e Leonel (2006) afirmam que a pesquisa documental assemelha-se muito com a pesquisa bibliográfica, se diferindo dela apenas pelas fontes dos dados: a documental utiliza dados primários, ao passo que a bibliográfica utiliza dados secundários. A presente pesquisa usa como fonte de dados as demonstrações financeiras das Companhias, e esses são dados brutos, de modo que são classificados como primários.

Com relação ao enfoque epistemológico, a pesquisa empreendida é classificada como empírico-analítica. Segundo Martins (2002, p.34):

[...] esta abordagem apresenta em comum a utilização de técnicas de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativos. Suas propostas têm caráter técnico e forte preocupação com a relação causal entre variáveis. A validação da prova científica é buscada através de testes dos instrumentos, graus de significância e sistematização das definições operacionais.

Em termos gerais, busca-se analisar as DVA's de 264 (duzentas e sessenta e quatro) Companhias Abertas que publicaram a demonstração para 2007, 2008 e 2009, no intuito de se verificar qual a correlação entre os fatores de análise, ou seja, setor econômico (setor) e beneficiário da riqueza (Pessoal, Governo, Terceiros e Acionistas). Em seguida, procura-se verificar qual setor econômico e destinatário da distribuição da riqueza se beneficiaram, mantiveram o padrão ou mais sofreram com a crise econômica, mediante a análise da DVA criada com a soma de todos os 10 (dez) setores econômicos da classificação setorial Bovespa e das DVA's de cada setor econômico.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Conforme anotações de Marconi e Lakatos (1996) e Levin (1985), a população a ser pesquisada ou o universo da pesquisa é definido como o conjunto de indivíduos ou elementos que partilham de, pelo menos, uma característica em comum. Dessa forma, o universo desta pesquisa é formado pelo conjunto de DVA's das Companhias Abertas que publicaram essa demonstração entre 2007 e 2009.

Para a nossa amostragem, inicialmente analisou-se a lista de 640 (seiscentas e quarenta) Companhias Abertas, incluindo os fundos de investimentos e holdings por classificação setorial, ofertada pela Bovespa (Anexo I) em seu website, sendo que, após essa constatação, foi verificada para todas as razões sociais ali mencionadas, por meio da coleta de dados no site da Bovespa e da CVM a partir do formulário DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas, no sistema de divulgação externa, especificamente nos Grupos 6 (DVA não consolidada) ou 11 (DVA consolidada), a existência ou não da publicação da DVA para os períodos-base de 2007, 2008 e 2009.

Os critérios adotados pela BMF/Bovespa para a classificação setorial foram os seguintes:

A estrutura para a classificação setorial foi elaborada considerando-se, principalmente, os tipos e os usos dos produtos ou serviços desenvolvidos pelas empresas, com os seguintes propósitos:

- fornecer uma identificação mais objetiva dos setores de atuação das empresas, já a partir do primeiro nível da estrutura;
- permitir uma visão sobre empresas que, embora com atividades diferentes, atuem em estágios similares da cadeia produtiva ou com produtos/serviços relacionados e tendam a responder de forma semelhante às condições econômicas;
- facilitar a localização dos setores de atuação das empresas negociadas; e
- aproximar-se de critérios utilizados pelo mercado financeiro nacional e internacional.

Para a classificação das empresas, foram analisados os produtos ou serviços que mais contribuem para a formação das receitas das Companhias, considerando-se, ainda, as receitas geradas no âmbito de empresas investidas de forma proporcional às participações acionárias detidas.

No caso de Companhias de participação, foi considerada a contribuição de cada setor na formação das receitas consolidadas, sendo que:

- se algum setor representou participação maior ou igual a dois terços das receitas, a empresa de participação foi classificada nesse setor;
- caso contrário, a empresa de participação foi classificada como holding diversificada.

A estrutura setorial e a classificação das empresas negociadas serão objeto de revisões periódicas. No caso de haver alterações nos produtos ou serviços com maior contribuição para a formação das receitas, avaliaremos se essas alterações se mantêm ao longo do tempo ou constituem-se numa tendência, antes que seja feita a reclassificação setorial da empresa.¹¹

Conforme Levin (1985, p.19):

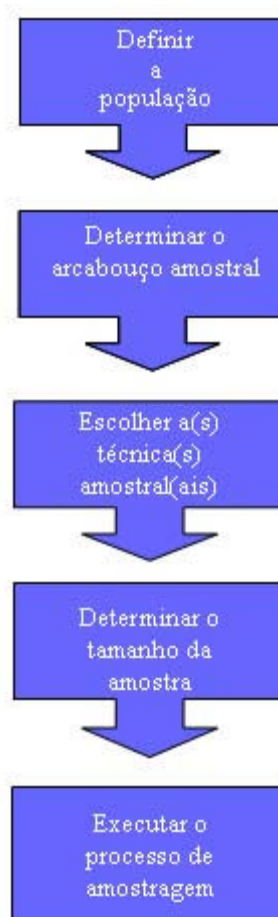
[...] posto que o pesquisador trabalha com tempo, energia e recursos econômicos limitados, raras vezes ele estuda individualmente todos os sujeitos da população na qual está interessado. Em lugar disso, o pesquisador estuda apenas uma amostra – que se constitui de um número menor de sujeitos tirados de uma determinada população. Através do processo de amostragem, o pesquisador busca generalizar (conclusões) de sua amostra para a população toda, da qual essa amostra foi extraída.

¹¹ BOVESPA. **Classificação Setorial das Empresas Listadas na BM&FBOVESPA**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?opcao=1&indiceAba=1&Idioma=pt-br>>. Acesso em: 29/01/2010.

Mattar (1996) e Bertholotto (2000) afirmam que a ideia básica da utilização de amostragem em pesquisas é que as coletas de dados de alguns elementos da população e a análise podem proporcionar informações relevantes a respeito de toda a população. Assim sendo, as pesquisas dependem fundamentalmente do processo de amostragem.

Já para Malhotra (2001), o processo de planejamento amostral se constitui de cinco estágios, como mostra a Figura 1.

Figura 1 - Processo de planejamento amostral



Fonte: MALHOTRA, 2001, p.302.

A população-alvo são os elementos ou objetos que reúnem as informações procuradas pelo pesquisador, sobre as quais devem ser feitas inferências. Já o arcabouço amostral é uma representação dos elementos da população-alvo. Compreende uma lista ou conjunto de instruções para identificar a população-alvo.

Com relação ao tamanho da amostra, Vieira (2002) ressalta que as pesquisas descritivas normalmente se baseiam em amostras grandes e representativas.

Em busca da amostra que melhor representasse o universo a ser pesquisado, o processo de determinação do arcabouço amostral compreendeu dois estágios:

1. Foi realizada uma análise para verificar a existência das DVA's das 640 Companhias Abertas listadas nos 10 (dez) setores econômicos de classificação da Bovespa.
2. Com base nessa análise, foram levantadas todas as DVA's das Companhias que publicaram as demonstrações para os 3 (três) períodos-base da pesquisa.

Dessa forma, analisando as DVA's das 640 (duzentas e quarenta) Companhias Abertas representativas dos 10 (dez) setores econômicos, chegamos ao montante de 264 (duzentas e sessenta e quatro) Companhias para a amostra. Foram excluídas as Companhias que não publicaram a DVA para algum dos 3 (três) períodos-base, sendo que a maioria excluída não publicou a DVA para o período-base de 2007, certamente porque até esse ano não era obrigatória a apresentação dessa demonstração. Por conseguinte, muitas Companhias passaram a publicar a DVA somente a partir de 2008, com a edição da lei nº 11.638/97.

Além disso, excluimos os seguintes setores econômicos que não possuíam informações de interesse para a pesquisa:

Tabela 5 - Empresas excluídas da amostra

Setores	Nº
Outros	35
Fundos de Investimentos Imobiliários	31
Fundos de Ações	16
Fundos de direitos creditórios	73
Fundo de Incentivo setorial	6
Total	161

Tabela elaborada pelo autor a partir de dados da classificação setorial Bovespa.

Assim, sobraram 479 (quatrocentas e setenta e nove) Companhias, das quais 264 (duzentas e sessenta e quatro) publicaram DVA's para os 3 (três) períodos-base e, portanto, foram selecionadas para constituir nossa amostra.

Portanto, a amostra corresponde a 41% (quarenta e um por cento) do total de 640 (seiscentas e quarenta) Companhias listadas na Bovespa e a 55% (cinquenta e cinco por cento) do total de 479 (quatrocentas e setenta e nove) Companhias que poderiam publicar a DVA com informações relevantes para o estudo.

Outra questão importante diz respeito aos públicos que se beneficiaram da distribuição da riqueza. Observamos que a conta “Remuneração de Capitais Próprios” não reflete necessariamente o que foi distribuído, uma vez que partes desses valores foram retidas na conta de “Lucros Acumulados”. Assim, nos casos em que o montante dessa conta aumentou, não significa necessariamente que a distribuição da riqueza ocorreu, pois muitas Companhias retiveram a riqueza com receio de um novo cenário de crise.

Feitas essas considerações, resta apresentar as 264 (duzentas e sessenta e quatro) Companhias que constituem a amostra do presente estudo – que, como já destacado, são aquelas que publicaram a DVA para os 3 (três) períodos-base de análise e pertencem aos 10 (dez) setores econômicos que interessam à presente dissertação.

Tabela 6 - Companhias Abertas que compõem a amostra da pesquisa

Setor econômico	Quant.	Companhias Abertas Selecionadas
Petróleo, Gás e Bicombustíveis	02	Petrobras e PT Manguinhos
Materiais Básicos	31	Vale do Rio Doce, Aços Villares, Ferbasa, Gerdau, Gerdau Metalúrgica, CSN, Usiminas, Vicunha Siderúrgica, Confab, Fibam, Mangels Indl., Metalúrgica Duque, Tekno, Eluma, Paranapanema, Braskem, Elekeiroz, GPC Participações, Unipar, Fosfértil, Nutriplant, Yara Brasil, QGN Participações, Duratex, Celulose Irani, Fibria, Klabin S.A, Suzano Papel, Metal Iguaçu, Rimet, Providencia
Bens Industriais	20	Embraer, DHB, Fras-le, Iochep-Maxion, Marcopolo, Metal Leve, Randon Participações, Tupy, Metalfrio, WEG, Inds. Romi, Kepler Weber, Nordon Met., Metisa, Forja Taurus, AB Note, Contax, CSU Cardsystem, DTCOM-Direct, WLM Ind. Com.
Construção e Transporte	44	Camargo Correa, CP Cimento, Eternit, Portobello, Brookfield, CC Des. Imob., CR2, Cyrela Realty, Direcional, Even, Eztec, Gafisa, Helbor, MRV, Rodobens Imob., Rossi Residencial, Tenda, Azevedo, Const. Beter, LIX da Cunha, Mendes Jr., Sondotecnica, Tecnosolos, Lopes Brasil, Gol, TAM, Fer. C. Atlant. MRS Logística, Log-In, Trevisa, Autoban, CCR Rodovias, Conc. Rio Ter. Concepa, Econorte, Ecorodovias, Ecovias, NovaDutra, OHL Brasil, Triunfo Part, Via Oeste, BAN Armazéns, Santos Bras., Santos BRP
Consumo Não Cíclico	16	Renar, SLC Agrícola, Clarion, BRF Foods, Excelsior, Minerva, Josapar, M. Dias Branco, Souza Cruz, Natura, Cremer, DASA, P. Açucar (CBD), Drogasil, Profarma, Ondontoprev
Consumo Cíclico	22	Cedro, Coteminas, Encorpar, Santanense, Springs, Wembley, Cia. Hering, Alpargatas, Vulcabras, Springer, Nadir Figueiredo, Saraiva Livraria, Hotéis Othon, Sauipe, Kroton, Localiza, Guararapes, Lojas Hering, Lojas Renner, Marisa, Globex, B2W Varejo
Tecnologia da Informação	05	Itautec, Positivo Informática, Tivit, Totvs e UOL
Telecomunicações	14	Brasil Telecom, Embratel, GVT, Jereissati, La Fonte Tel, LF Tel, Telefônica, Telemar, Telesp, Zain Part, Futurutel, Newtel Part, Tim e Vivo

continua

Setor econômico	Quant.	Companhias Abertas Selecionadas
Utilidade Pública	54	521 Part., AES Elpa, AES Sul, AES Tiete, Afluente, Ampla Energia, Ampla investimento, Baesa, Cia. Energética Brasília, CEEE-D, CEEE-GT, Celesc, Celgpar, Celpa, Celpe, Cemar, Cemat, Cemig, Cesp, Coelba, Copel, Cosern, CPFL Energia, Bandeirante Energia, Elektro, Eletrobras, Eletropar, Eletropaulo, Emae, Energia, Energisa, Enersul, Equatorial, Escelsa, Ger. Paranapanema, Investco, Itapebi, MPX Energia, Neoenergia, Proman, Rede Energia, Rio Gde. Energia, Termope, Terna Part., Tractbel, Transmissão Paulista, VBC Energia, Casan, Copasa, Daleth Part., Sabesp, Sanepar, Comgas
Financeiro e outros	56	ABC Brasil, Bco. Alfa, Banco da Amazonia, Banese, Banestes, Banrisul, BicBanco, Bradesco, Bco. Do Brasil, BRB Banco, Cruzeiro do Sul, Daycoval, Indusval, Itausa, ItuUnibanco, Nord Brasil, Panamericano, Parana, Patagonia, Pine, Santander BR, Sofisa, Votorantim, Alfa Financeira, Finansinos, BicLeasing, Bradesco Leasing, BV Leasing, Dibens Leasing, Aetatis Sec., Beta Securit, Brasilizan SC, Fibra Sec, Patria sec, RBCapitalres, Subestação, Univercidade, BNDESPAR, GP invest., Tarpon Inv., Cielo, Redecard, Porto Seguro, Seg. Al. Bahia, Aliansce, BR Propoerties, Cyrella Com-CCP, General Shopp, Iguatemi, Menezes Cort, São Carlos, Batistella, Bradespar, J B Duarte, Mont. Aranaha e Ultrapar
Total	264	

Tabela elaborada pelo autor a partir de dados da classificação setorial Bovespa.

3.3 CRITÉRIOS DE ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

De posse de todas as 264 (duzentas e sessenta e quatro) DVA's das Companhias mencionadas, iniciou-se a separação das demonstrações por blocos setoriais (dez no total). Em seguida, as DVA's de cada setor foram somadas, encontrando-se uma DVA acumulada por setor. No passo seguinte, mediante a somatória das DVA's acumuladas por setor, encontrou-se uma DVA macro acumulada de todos os setores econômicos, para se verificar a distribuição da riqueza de todos os setores acumulados, conforme demonstrado no Anexo IV.

A partir da DVA acumulada de todos os setores econômicos, passamos a criar as tabelas, gráficos e quadros com o valor da riqueza gerada e a distribuição para os 5 (cinco) grupos destinatários mencionados nas demonstrações: Pessoal, Governo, Remuneração de Capital de Terceiros, Remuneração de Acionistas e Outros. Tendo em vista a pequena relevância de “Outros”, não são tecidos quaisquer comentários sobre esse item.

Além das observações sobre a DVA acumulada de todos os setores econômicos, elaboramos tabelas, gráficos e quadros para a DVA acumulada de cada um dos 10 (dez) setores econômicos. Assim, pôde-se analisar o efeito na distribuição da riqueza gerada de cada setor, bem como correlacioná-los algumas vezes com a distribuição total da riqueza apresentada na DVA acumulada de todos os setores econômicos.

Para efetuar as análises e comentários, transformamos a DVA numa demonstração resumida, com as informações totalizadas nos grupos de interesse da distribuição da riqueza desta pesquisa, de forma que mantivemos somente as informações apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 2 - Modelo da DVA resumida utilizada na pesquisa

Grupo na DVA	Beneficiários
6.08	Total da Distribuição do Valor Adicionado
6.08.01	Pessoal
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios
6.08.05	Outros

Quadro elaborado pelo autor a partir da DVA analítica de cada Companhia.

Além disso, transformamos as informações em gráficos de linha ou barra, para melhor visualização dos efeitos da distribuição da riqueza para os 4 (quatro) beneficiários (Governo, Pessoal, Acionista e Terceiros).

O objetivo principal dos gráficos de linha é demonstrar o efeito da comparação percentual ou nominal de 2009 com 2008, de 2009 com 2007 e de 2008 com 2007. Tais gráficos utilizam-se de 3 (três) linhas e 3 (três) cores representativas dos três períodos de comparação mencionados, da seguinte forma:

- a) a **linha azul** sempre compara a riqueza gerada ou distribuída entre o período-base de 2009 e o de 2008.
- b) a **linha vermelha** sempre compara a riqueza gerada ou distribuída entre o período-base de 2009 e o de 2007.
- c) a **linha verde** sempre compara a riqueza gerada ou distribuída entre o período-base de 2008 e o de 2007.

No caso dos gráficos de barra, o objetivo é demonstrar o efeito da riqueza distribuída entre os beneficiários em termos nominais e percentuais, de forma a facilitar a visualização dos dados constantes das tabelas. Nesse caso, as cores das barras dos gráficos não são fixas, uma vez que os destinatários da riqueza distribuída em cada setor econômico não são os mesmos em cada análise realizada.

3.4 DEFINIÇÕES DO TRATAMENTO ESTATÍSTICO

Após a obtenção e tabulação dos dados, foi feita a análise estatística conjugando-se a análise descritiva e a análise inferencial.

No que diz respeito às variáveis de Componente (Pessoal, Governo, Terceiros e Acionistas), foi elaborada uma análise de variância (ANOVA ONEWAY), que considera como resposta o desempenho na DVA de cada um dos destinatários da distribuição da riqueza em comparação ao total da riqueza distribuída por ano. Além disso, o teste também levou em consideração as variáveis de Setor de Classificação Setorial Bovespa (10 setores).

IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta pesquisa tem como objetivos principais: (i) verificar qual setor se beneficiou de reduções tributárias; (ii) constatar se a política de redução ou renúncia fiscal é instrumento hábil a produzir a retomada do crescimento do valor adicionado; (iii) comparar a distribuição da riqueza entre os setores e destinatários (Pessoal, Governo, Terceiros e Acionistas); (iv) dos públicos beneficiados pela riqueza distribuída, identificar quem mais perdeu e quem mais ganhou no período de 2007 a 2009.

4.1 RESULTADOS DO TESTE ESTATÍSTICO ANOVA

Para atingir os objetivos propostos, foi utilizado o procedimento de análise da variância (ANOVA, abreviação proposta por Tukey para *Analysis of Variance*) com critério de classificação (*One-way ANOVA*). Esse procedimento compara médias, geralmente entre três ou mais grupos, em um único teste, visando a identificar se há diferenças entre eles.

Em todos os testes adotou-se o nível de significância menor ou igual a 5% ($p \leq 0,05$). Os cálculos foram realizados utilizando-se o programa SPSS - Statistical Package for the Social Sciences, versão 14.0, para Windows.

Segundo Martinez e Ferreira (2007):

O programa SPSS para Windows é um software de análise estatística e tratamento de dados, vocacionado para as Ciências Sociais (e.g. Economia, contabilidade, sociologia, etc...). A última versão disponível – em finais de 2006 – é a 14.0. No entanto, qualquer versão superior a 11.0 não apresenta diferenças substanciais.

O objetivo da análise de variância é determinar estatisticamente a existência de variações nas participações da riqueza gerada (valor adicionado) entre os respectivos destinatários dessa riqueza – quais sejam: Pessoal, Governo, Remuneração do Capital de Terceiros e Remuneração de Capital Próprio (acionistas) – por 264 (duzentas e sessenta e

quatro) Companhias de capital aberto integrantes de 10 (dez) setores de classificação setorial organizados pela Bovespa. Os dados utilizados nesta análise são apresentados no Anexo V.

O uso dessa técnica também possibilitou verificar a existência de diferenças nas distribuições do valor adicionado entre esses quatro destinatários de acordo com os vários setores econômicos. Assim, esta é uma análise de variância que considera como resposta o desempenho quanto à participação na DVA dos seguintes elementos, por ano: Componente (Pessoal, Governo, Terceiros e Acionistas) e Setor de Mercado (dez setores de classificação setorial Bovespa).

Essa técnica, conforme Miller et. al. (2002, p.145), compara os valores médios ou níveis de uma variável (as médias da variável dependente) para descobrir se diferem de maneira significativa de acordo com as categorias de outra variável ou variáveis (as variáveis independentes). No caso deste estudo, a variável dependente seria a distribuição da riqueza produzida (valor adicionado) e a variável independente, o tipo de destinatário dessa riqueza: Pessoal, Governo, Remuneração de Terceiros e Remuneração de Acionistas.

Nesse teste busca-se estudar a maneira como a média se comporta dentro dos grupos – categorias – predeterminados, do ponto de vista de sua dispersão – variância. Caso a variância dentro das categorias seja grande, com valores máximos e mínimos distantes da média, há probabilidade de um caso específico ser de uma categoria ou outra não muito diferente. Contudo, se a variância dentro de cada categoria for relativamente pequena, algumas categorias terão quase que todos os grandes valores máximos e outras quase que todos os pequenos valores mínimos. Ou seja, se um caso terá um grande valor medido para uma determinada variável – participação na distribuição da riqueza produzida – ou não irá depender da categoria em que ele se insere neste estudo, ou seja: Pessoal, Governo, Remuneração de Terceiros ou Remuneração de Acionistas.

Assim, ainda de acordo com Miller et. al. (2002, p.145), o que a ANOVA faz é comparar a variância entre os grupos (ou categorias) com a variância dentro dos grupos (ou categorias). Caso a diferença entre os grupos seja maior do que aquela existente dentro de cada grupo, entende-se que pertencer a um grupo ou outro faz diferença, e o resultado é estatisticamente significativo. Essa comparação resulta num índice denominado F-ratio. Quanto maior esse valor, maior a variância entre os grupos. Esse indicador é usado para que se descubra se as diferenças entre os grupos são significativas.

A tabela 7 apresenta o resultado desse teste.

Tabela 7 - ANOVA para o modelo completo

Source	F	Sig.
Corrected Model	14,119	,009
Intercept	1135,018	,000
Ano	2,213	,225
Componente	71,942	,001
Setor	88,529	,000
ano * componente	1,469	,370
ano * setor	1,533	,367
componente * setor	16,899	,007
ano * componente * setor	,773	,715

Tabela elaborada pelo autor a partir do programa SPSS (significância: $p \leq 0,05$).

Verifica-se na tabela apresentada que existe efeito significativo para as variáveis componente, setor e a sua interação (valores de nível de significância em vermelho); para o restante não houve relacionamentos significantes (valores de nível de significância em preto).

Considerando-se a variável componente como a variável independente, verifica-se que o resultado do teste F foi de 71,942; o nível de significância foi de menos de 1/10 de 1%. Ou seja, para essa variável, as diferenças entre os grupos Pessoal, Governo, Terceiros e Acionistas são significativas, deixando-se de explicar as diferenças entre elas em menos de um caso em mil. As diferenças entre os grupos são mais significativas do que as diferenças internas de cada grupo. Os grupos são bem definidos e faz diferença, no tocante à participação no valor adicionado pelas Companhias, pertencer a um ou outro grupo.

A riqueza distribuída (valor adicionado) também difere quando se considera a classificação setorial Bovespa (setor econômico) dentro dos grupos utilizados para a segmentação das Companhias analisadas. Nesse caso, o teste-F apresentou um resultado de 88,529; explicando, assim, as variações até um nível de significância abaixo de um caso em mil. Como o teste-F foi maior do que 1 (um), entende-se que as diferenças entre os grupos são maiores do que as diferenças internas dos próprios grupos. Ou seja, em relação ao valor adicionado pelas Companhias analisadas, o teste mostra que alguns setores foram capazes de adicionar mais valor do que outros. Entre os setores que apresentaram maior capacidade de gerar valor no período analisado, destacam-se o setor petrolífero e o setor financeiro.

Quando se estuda a interação entre setor econômico e componente em função de sua participação no valor gerado, percebe-se que aqui também faz diferença pertencer a um dos grupos componentes e a um dos setores analisados. O teste-F, nesse caso, resultou no valor de 16,899, a um nível de significância de 0,007, ou seja, não são explicados pelo modelo apenas sete casos em mil.

Em vista desse resultado, foi aplicada uma nova análise de variância considerando como independentes as variáveis componente, setor e a sua interação, o que resultou nos dados apresentados na tabela 8. Nessa tabela se observa se as variáveis e a interação continuaram sendo significantes para o modelo. Assim, confirma-se a conclusão de que os valores da DVA variam de acordo com os valores dos componentes, dos setores e da interação entre componente e setor.

Tabela 8 - ANOVA simplificada

Source	F	Sig.
Corrected Model	12,167	,000
Intercept	239,206	,000
Componente	18,682	,000
Setor	25,911	,000
Interação	3,899	,000

Tabela elaborada pelo autor a partir do programa SPSS.

Considerando que são significativas as variáveis componente e setor, aplicaram-se testes de comparações múltiplas para essas variáveis, no intuito de identificar em quais níveis é detectada essa diferença. Os níveis foram codificados da forma exposta no quadro 3.

Quadro 3 - Codificação dos componentes

Classificação	Descrição Componente
1.	Pessoal
2.	Impostos, Taxas e Contribuições
3.	Remuneração de Capitais de Terceiros
4.	Remuneração de Capitais Próprios

Quadro elaborado pelo autor.

Conforme demonstra a tabela 9, para a variável componente foi possível detectar diferença entre 1 e 2¹², entre 2 e 3 e, por fim, entre 2 e 4.

¹² Dizer que existe diferença entre os níveis 1 e 2 é o mesmo que dizer que existe diferença entre os níveis 2 e 1.

Tabela 9 - Teste de comparações múltiplas para componente

Multiple Comparisons								
(I) componente	(J) componente	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval			
					Lower Bound	Upper Bound		
dimension2	1	dimension3	2	-1,67E7	2469106,455	,000	-	-
			3	1493608,00	2469106,455	1,000	-5171021,78	8158237,78
			4	-4006315,73	2469106,455	,650	-	2658314,05
	2	dimension3	1	16677875,30*	2469106,455	,000	10013245,52	23342505,08
			3	18171483,30*	2469106,455	,000	11506853,52	24836113,08
			4	12671559,57*	2469106,455	,000	6006929,78	19336189,35
	3	dimension3	1	-1493608,00	2469106,455	1,000	-8158237,78	5171021,78
			2	-1,82E7	2469106,455	,000	-	-
			4	-5499923,73	2469106,455	,171	-	1164706,05
	4	dimension3	1	4006315,73	2469106,455	,650	-2658314,05	10670945,52
			2	-1,27E7	2469106,455	,000	-	-
			3	5499923,73	2469106,455	,171	-1164706,05	12164553,52

Based on observed means.
The error term is Mean Square(Error) = 91447300268484.900.
*. The mean difference is significant at the .05 level.

Tabela elaborada pelo autor a partir do programa SPSS.

Nesse teste observa-se que a variável componente 1 (Pessoal) é significativamente diferente da variável componente 2 (Governo). A variável componente 2 apresenta diferenças significativas em relação às categorias componente 3 (Terceiros) e componente 4 (Acionistas). Observando-se a participação desses setores ao longo do período abrangido pelo estudo, verifica-se que a participação do governo no valor adicionado em valores absolutos teve crescimento constante, conforme mostrado na tabela 10. Assim, o teste de comparações múltiplas confirma que houve uma diferença significativa entre esses grupos na participação

no valor adicionado pelos setores de classificação setorial Bovespa, ficando o setor governo com a maior parcela desse valor.

Tabela 10 - Participação de impostos, taxas e contribuições no valor adicionado durante o período analisado

Beneficiário da riqueza distribuída	2009	2008	2007
Impostos, Taxas e Contribuições	300.422.739	259.686.733	258.903.337

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas.

Fazendo-se um estudo similar para a participação dos vários setores da economia na adição de valor, conforme quadro 4, tem-se a situação apresentada na tabela 11.

Quadro 4 - Codificação dos setores analisados

Classificação	Descrição Componente
1.	Consolidado do Setor Petróleo
2.	Consolidado do Setor Materiais Básicos
3.	Consolidado do Setor Bens Industriais
4.	Consolidado do Setor Construção e Transporte
5.	Consolidado do Setor Não Cíclico
6.	Consolidado do Setor Cíclico
7.	Consolidado do Setor Tecnologia
8.	Consolidado do Setor Telecomunicação
9.	Consolidado do Setor Utilidade Pública e Energia
10.	Consolidado do Setor Financeiro e Outros

Quadro elaborado pelo autor.

Na tabela 11, verifica-se que existem diferenças entre os níveis: 1 e 2; 1 e 3; 1 e 4; 1 e 5; 1 e 6; 1 e 7; 1 e 8; 2 e 3; 2 e 4; 2 e 5; 2 e 6; 2 e 7; 2 e 10; 3 e 9; 3 e 10; 4 e 9; 4 e 10; 5 e 9; 5 e 10; 6 e 9; 6 e 10; 7 e 8; 7 e 9; 7 e 10; 8 e 9; e, por fim, 8 e 10.

Tabela 11 - Teste de comparações múltiplas por setores econômicos

Multiple Comparisons										
(I) setor	(J) setor	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval					
					Lower Bound	Upper Bound				
dimension2	1	dimension3	2	13659813,25*	3904000,091	,033	496148,40	26823478,10		
			3	30751297,50*	3904000,091	,000	17587632,65	43914962,35		
			4	28284092,42*	3904000,091	,000	15120427,57	41447757,27		
			5	28420819,42*	3904000,091	,000	15257154,57	41584484,27		
			6	28420819,42*	3904000,091	,000	15257154,57	41584484,27		
			7	33433010,42*	3904000,091	,000	20269345,57	46596675,27		
			8	17937296,67*	3904000,091	,001	4773631,82	31100961,52		
			9	2430972,92	3904000,091	1,000	-	10732691,93	15594637,77	
			10	-4135554,75	3904000,091	1,000	-	17299219,60	9028110,10	
	2	dimension3	1	-1,37E7	3904000,091	,033	-	26823478,10	-496148,40	
			3	17091484,25*	3904000,091	,001	3927819,40	30255149,10		
			4	14624279,17*	3904000,091	,014	1460614,32	27787944,02		
			5	14761006,17*	3904000,091	,013	1597341,32	27924671,02		
			6	14761006,17*	3904000,091	,013	1597341,32	27924671,02		
			7	19773197,17*	3904000,091	,000	6609532,32	32936862,02		
			8	4277483,42	3904000,091	1,000	-8886181,43	17441148,27		
			9	-	3904000,091	,227	-	24392505,18	1934824,52	
			10	-1,78E7	3904000,091	,001	-	30959032,85	-4631703,15	
	3	dimension3	1	-3,08E7	3904000,091	,000	-	-	43914962,35	17587632,65
			2	-1,71E7	3904000,091	,001	-	-	30255149,10	-3927819,40

continua

Multiple Comparisons								
(I) setor	(J) setor	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval			
					Lower Bound	Upper Bound		
dimension2	3	dimension3	4	-2467205,08	3904000,091	1,000	-15630869,93	10696459,77
			5	-2330478,08	3904000,091	1,000	-15494142,93	10833186,77
			6	-2330478,08	3904000,091	1,000	-15494142,93	10833186,77
			7	2681712,92	3904000,091	1,000	10481951,93	15845377,77
			8	-12814000,83	3904000,091	,066	-25977665,68	349664,02
			9	-2,83E7	3904000,091	,000	-41483989,43	-15156659,73
			10	-3,49E7	3904000,091	,000	-48050517,10	-21723187,40
	4	dimension3	1	-2,83E7	3904000,091	,000	-41447757,27	-15120427,57
			2	-1,46E7	3904000,091	,014	-27787944,02	-1460614,32
			3	2467205,08	3904000,091	1,000	10696459,77	15630869,93
			5	136727,00	3904000,091	1,000	13026937,85	13300391,85
			6	136727,00	3904000,091	1,000	13026937,85	13300391,85
			7	5148918,00	3904000,091	1,000	-8014746,85	18312582,85
			5	dimension3	8	-10346795,75	3904000,091	,429
	9	-2,59E7			3904000,091	,000	-39016784,35	-12689454,65
	10	-3,24E7			3904000,091	,000	-45583312,02	-19255982,32
	1	-2,84E7			3904000,091	,000	-41584484,27	-15257154,57
	2	-1,48E7			3904000,091	,013	-27924671,02	-1597341,32
	3	2330478,08			3904000,091	1,000	10833186,77	15494142,93
	4	-136727,00			3904000,091	1,000	-13300391,85	13026937,85
	6	,00			3904000,091	1,000	-13163664,85	13163664,85
	7	5012191,00			3904000,091	1,000	-8151473,85	18175855,85

continua

Multiple Comparisons								
(I) setor	(J) setor	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval			
					Lower Bound	Upper Bound		
dimension2	5	dimension3	8	-	3904000,091	,390	-	2680142,10
			9	10483522,75	3904000,091	,000	23647187,60	-
			10	-2,60E7	3904000,091	,000	39153511,35	12826181,65
	6	dimension3	1	-3,26E7	3904000,091	,000	45720039,02	19392709,32
			2	-2,84E7	3904000,091	,000	41584484,27	15257154,57
			3	-1,48E7	3904000,091	,013	27924671,02	-1597341,32
			4	2330478,08	3904000,091	1,000	10833186,77	15494142,93
			5	-136727,00	3904000,091	1,000	13300391,85	13026937,85
			6	,00	3904000,091	1,000	13163664,85	13163664,85
			7	5012191,00	3904000,091	1,000	-8151473,85	18175855,85
			8	-	3904000,091	,390	23647187,60	2680142,10
			9	10483522,75	3904000,091	,390	23647187,60	2680142,10
			10	-2,60E7	3904000,091	,000	39153511,35	12826181,65
	7	dimension3	1	-3,26E7	3904000,091	,000	45720039,02	19392709,32
			2	-3,34E7	3904000,091	,000	46596675,27	20269345,57
			3	-1,98E7	3904000,091	,000	32936862,02	-6609532,32
			4	-2681712,92	3904000,091	1,000	15845377,77	10481951,93
			5	-5148918,00	3904000,091	1,000	18312582,85	8014746,85
			6	-5012191,00	3904000,091	1,000	18175855,85	8151473,85
			7	-5012191,00	3904000,091	1,000	18175855,85	8151473,85
			8	-1,55E7	3904000,091	,007	28659378,60	-2332048,90
			9	-3,10E7	3904000,091	,000	44165702,35	17838372,65
			10	-3,76E7	3904000,091	,000	50732230,02	24404900,32

continua

Multiple Comparisons								
(I) setor	(J) setor	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval			
					Lower Bound	Upper Bound		
dimension2	8	dimension3	1	-1,79E7	3904000,091	,001	-	-4773631,82
			2	-4277483,42	3904000,091	1,000	-	8886181,43
			3	12814000,83	3904000,091	,066	-349664,02	25977665,68
			4	10346795,75	3904000,091	,429	-2816869,10	23510460,60
			5	10483522,75	3904000,091	,390	-2680142,10	23647187,60
			6	10483522,75	3904000,091	,390	-2680142,10	23647187,60
	9	dimension3	7	15495713,75*	3904000,091	,007	2332048,90	28659378,60
			9	-1,55E7	3904000,091	,007	-	-2342658,90
			10	-2,21E7	3904000,091	,000	-	-8909186,57
			1	-2430972,92	3904000,091	1,000	-	10732691,93
			2	11228840,33	3904000,091	,227	-1934824,52	24392505,18
			3	28320324,58*	3904000,091	,000	15156659,73	41483989,43
			4	25853119,50*	3904000,091	,000	12689454,65	39016784,35
			5	25989846,50*	3904000,091	,000	12826181,65	39153511,35
			6	25989846,50*	3904000,091	,000	12826181,65	39153511,35
			7	31002037,50*	3904000,091	,000	17838372,65	44165702,35
			8	15506323,75*	3904000,091	,007	2342658,90	28669988,60
	10	-6566527,67	3904000,091	1,000	-	6597137,18		
	10	dimension3	1	4135554,75	3904000,091	1,000	-9028110,10	17299219,60
			2	17795368,00*	3904000,091	,001	4631703,15	30959032,85
			3	34886852,25*	3904000,091	,000	21723187,40	48050517,10
			4	32419647,17*	3904000,091	,000	19255982,32	45583312,02
			5	32556374,17*	3904000,091	,000	19392709,32	45720039,02
			6	32556374,17*	3904000,091	,000	19392709,32	45720039,02
			7	37568565,17*	3904000,091	,000	24404900,32	50732230,02
			8	22072851,42*	3904000,091	,000	8909186,57	35236516,27
			9	6566527,67	3904000,091	1,000	-6597137,18	19730192,52

Based on observed means.
The error term is Mean Square(Error) = 91447300268484.900.

*. The mean difference is significant at the .05 level.

Tabela elaborada pelo autor a partir do programa SPSS.

Assim, no período analisado, existem diferenças entre os vários setores quanto ao valor gerado, trazendo à tona a hipótese de que alguns setores têm maior capacidade de gerar valor do que outros. Nesse estudo, a geração de maior valor ocorreu em setores como Petróleo, Utilidade Pública e Energia, Financeiro, Materiais Básicos e Telecomunicações. Portanto, esses são os cinco setores com maior capacidade de gerar valor, considerando-se o período abordado.

4.2 ANÁLISE DVA CONSOLIDADA GERAL - SOMATÓRIA DAS DVA'S ACUMULADAS DOS 10 (DEZ) SETORES EXAMINADOS

A consolidação a seguir, representada na tabela 12, tomou por base a soma das consolidações representativas de cada um dos dez setores econômicos examinados. Nossa intenção foi aglutinar essas consolidações parciais, para delas compor uma única DVA, cujos dados refletem a seguinte realidade:

**Tabela 12 - DVA Acumulada Geral de todos os setores econômicos –
Total da Riqueza Distribuída**

Acumulado Geral de todos os setores econômicos	2009	%	2008	%	2007	%
Total da Riqueza Distribuída	681.958.885	100,00%	649.783.906	100,00%	587.827.140	100,00%
Pessoal	130.876.764	19,19%	110.184.441	16,96%	95.076.726	16,17%
Governo	300.422.739	44,05%	259.686.733	39,97%	258.903.337	44,04%
Remuneração de Terceiros	88.608.098	12,99%	120.217.561	18,50%	83.049.406	14,13%
Remuneração de Capitais Próprios	154.104.804	22,60%	151.964.647	23,39%	145.962.398	24,83%
Outros	7.946.479	1,17%	7.730.523	1,19%	4.835.271	0,82%

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas.

Analisando-se a primeira linha da tabela 12 – Total da Riqueza Distribuída –, a primeira impressão que se tem é a de que as Companhias não foram afetadas pela crise. O montante da riqueza distribuída (valor adicionado) indica claramente que nos períodos de 2007 a 2009, tomando-se por base o universo das 264 (duzentas e sessenta e quatro) companhias abertas da amostra somadas, o efeito é de crescimento constante.

Todavia, não devemos nos fixar nessa primeira impressão, uma vez que em uma análise mais detalhada é possível depreender distorções nessa realidade aparente de crescimento constante.

No gráfico apresentado a seguir é possível visualizar a distribuição da riqueza de forma mais organizada e clara.

**Gráfico 4 - DVA Acumulada Geral de todos os setores econômicos –
Total da Riqueza Distribuída**

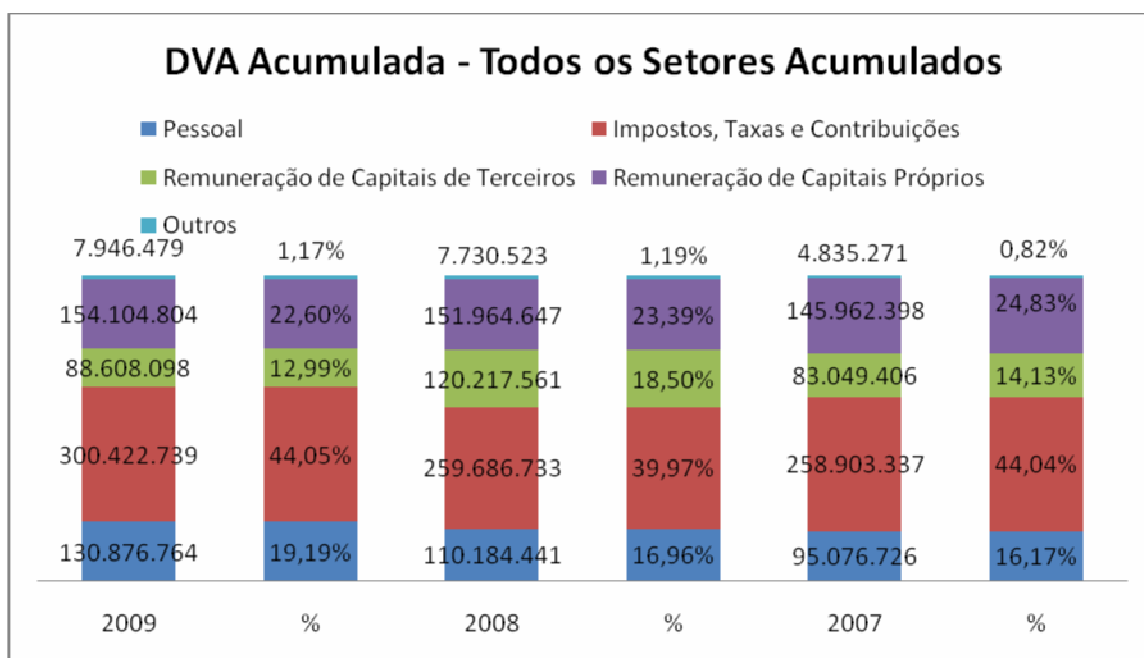


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas.

Assim, constata-se que houve a manutenção da riqueza distribuída entre 2007 e 2009 com variáveis razoáveis, com exceção do item verde (Remuneração de Capitais de Terceiros), que sofreu alterações bruscas entre 2007, 2008 e 2009. Cabe notar que o item “outros” não é objeto de nossas análises.

É possível verificar oscilações em relação à distribuição da riqueza nos seguintes beneficiários: Remuneração de Capitais Próprios, com decréscimo percentual em todos os exercícios; Remuneração de Capitais de Terceiros, com queda nominal e percentual de 5,51% no comparativo entre 2009 e 2008; Governo (Impostos, Taxas e Contribuições), queda percentual de 4,07% em 2008 quando comparado com 2007; Pessoal, único grupo de beneficiados que não sofreu decréscimo de natureza percentual ou nominal durante o período examinado – ao contrário, apresentou crescimento constante. No entanto, essa circunstância de aparente crescimento esconde uma realidade que provocou verdadeiro pânico nos mercados. Realmente, as demissões em massa na EMBRAER, bem como a constatação por meio do CAGED das demissões em setores industriais, agricultura, serviços, construção e comércio, ampliaram a sensação de uma crise muito mais ampla do que propalavam nossas autoridades. Cumpre observar que o item “outros” não faz parte de nossas análises.

O gráfico exibido a seguir ilustra essa circunstância:

**Gráfico 5 - DVA Acumulada Geral de todos os setores econômicos –
Total da Riqueza Distribuída (Percentual)**

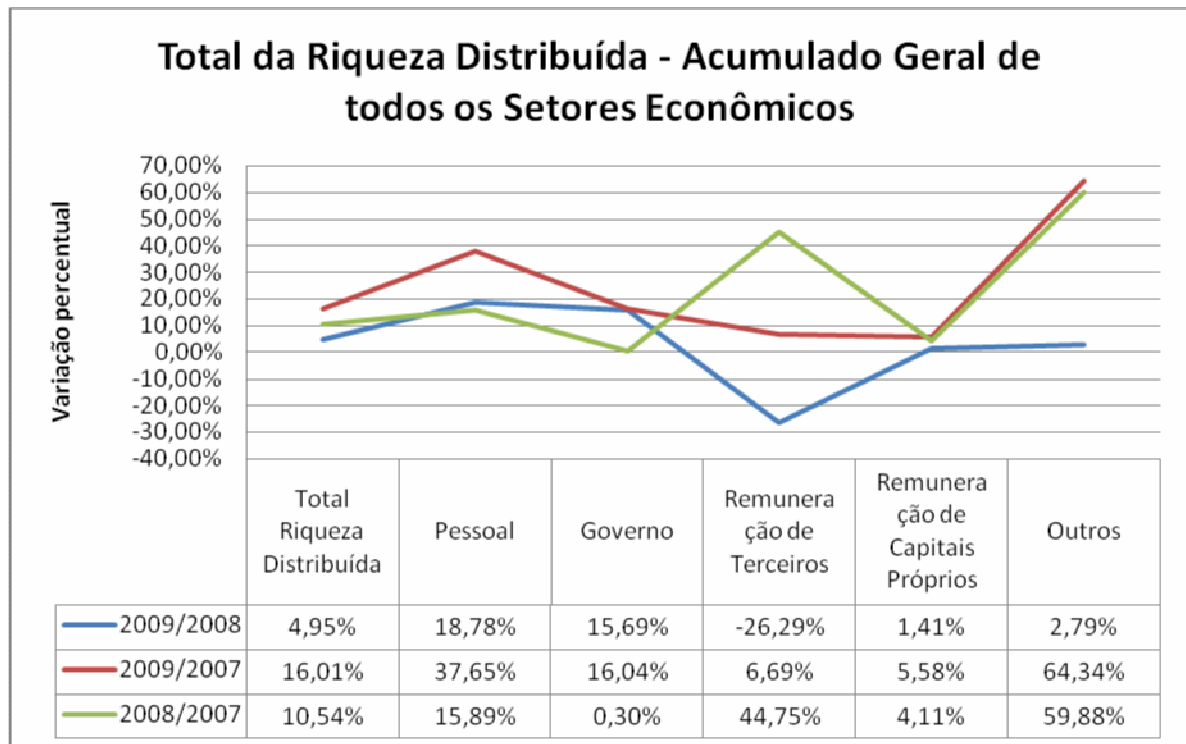


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas.

Depreende-se da análise do gráfico apresentado que, no comparativo entre os exercícios de 2009 e 2008, **linha azul**, houve um crescimento do valor total adicionado de apenas 4,95%, o que evidencia desaceleração da capacidade de geração de riqueza das Companhias em virtude da crise global. Já na comparação de 2009 com 2007, **linha vermelha**, o percentual de 16,01% reflete os efeitos de um período sem crise para outro que estava se afastando da crise. Finalmente, no comparativo entre 2008 e 2007, **linha verde**, o percentual de 10,54% indica um crescimento que viria a ser afetado a partir da segunda metade do segundo semestre.

Tendo em vista esses resultados, é possível inferir que a crise que se iniciou no final do segundo semestre de 2008 conseguiu contaminar os resultados econômicos de 2009, pois o crescimento ficou aquém dos exercícios anteriores. Em termos macroeconômicos, poder-se-ia afirmar que a crise global apenas diminuiu o ritmo de crescimento do país, não mais que isso.

Portanto, sob o ponto de vista da consolidação geral, é possível justificar a crise apenas por meio de suposição, tendo em vista que o crescimento do valor adicionado não acompanhou o crescimento de 2008 em relação a 2007. Dessa forma, a somatória de todas as DVA's dos setores econômicos é insuficiente para apontar os efeitos da crise. Por outro lado, indica que, se um setor não está indo bem, outro setor é capaz de fazer as vezes deste em termos de distribuição da riqueza, sem, com isso, afetar a economia em seu conjunto.

No entanto, a partir dos dados que colhemos, foi possível depreender oscilações, notadamente para baixo. No gráfico 6, por exemplo, ordenamos a DVA acumulada relativa aos beneficiários com a distribuição da riqueza nos períodos-base de 2007 a 2009:

**Gráfico 6 - DVA Acumulada Geral de todos os setores econômicos –
Total da Riqueza Distribuída de forma decrescente**

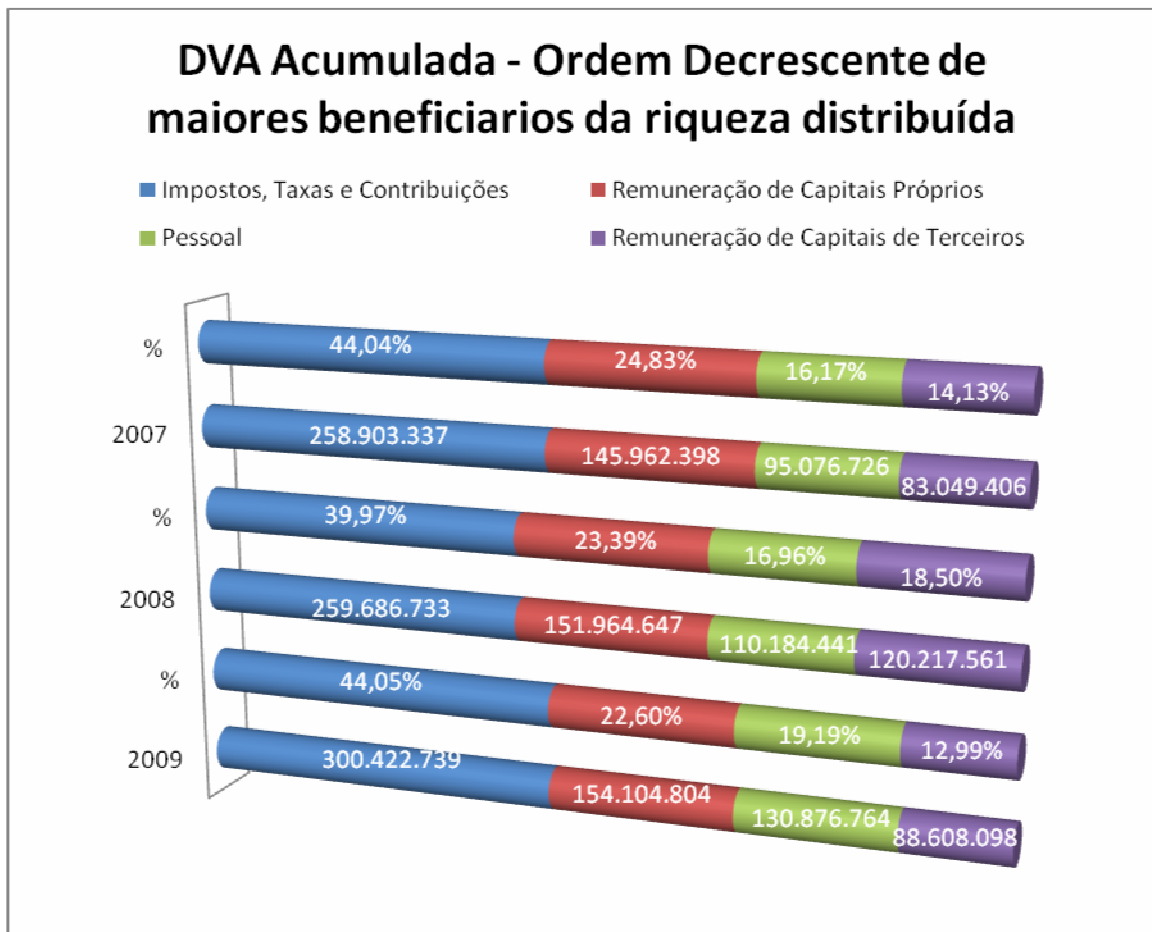


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas.

Pode-se notar que, entre 2007 e 2009, dos quatro beneficiários da riqueza gerada pelas 264 (duzentas e sessenta e quatro) Companhias Abertas analisadas, o Governo ficou em primeiro lugar nos 3 (três) períodos-base. Em segundo lugar ficou o Acionista; em terceiro lugar, Pessoal; e em último lugar ficaram os Terceiros. Porém, é preciso mencionar que em 2008 houve uma inversão da classificação entre dois beneficiários, sendo que Terceiros ficou em terceiro lugar e Pessoal, em último.

As análises percentual e nominal demonstram que todos tiveram sua fatia na distribuição da riqueza nos mesmos patamares de 2007. Contudo, é possível verificar que em 2008 a Remuneração de Capitais de Terceiros foi superior à Remuneração de Pessoal.

Por esse motivo a investigação sob o olhar de cada setor em comparação com o total da DVA acumulada para os 10 (dez) setores, bem como dos públicos beneficiados com a distribuição da riqueza, se fez necessária, na tentativa de se compreender melhor os efeitos reais da crise no contexto macroeconômico.

4.2.1 Análise da riqueza distribuída pelos 10 (dez) setores econômicos em comparação com a DVA consolidada geral

Tendo em vista que o Governo interferiu em alguns setores com o propósito de minimizar e acabar com a crise, quando somadas as DVA's de todos os setores, é fato que se cria uma média da riqueza gerada e distribuída aos públicos de interesse.

Dessa forma, em termos macroeconômicos, é possível verificar que a crise não afetou a economia de forma demasiada, uma vez que, enquanto alguns setores não estavam indo bem, outros foram agraciados pela redução de impostos e outros itens para fins de aceleração da economia.

Os dados do CAGED, conforme nossas observações, demonstram que a crise se refletiu de forma mais acentuada na indústria de transformação, em especial no setor metalúrgico, mineração e construção civil.

Assim, por meio da tabela 13, é possível verificar, num primeiro momento, em comparação com o total da riqueza gerada pelos 10 (dez) setores, quanto cada um dos setores individualizados contribuiu em termos percentuais. De outra parte, é possível apontar, em termos percentuais e nominais, os setores que foram afetados pela crise.

**Tabela 13 - Riqueza Gerada na DVA somada de todos os setores X
Distribuição da Riqueza acumulada por Setor Econômico**

Distribuição Riqueza Total DVA's Acumuladas 2009, 2008 e 2007			Empresas	Riqueza por Setor Econômico 2009	Riqueza por Setor Econômico 2008	Riqueza por Setor Econômico 2007
Setor Petróleo			02	20,39%	21,75%	21,73%
681.958.885	649.783.906	587.827.140		139.058.799	141.339.031	127.750.371
Setor Materiais Básicos			31	8,57%	16,07%	14,03%
681.958.885	649.783.906	587.827.140		58.464.420	104.397.209	82.461.347
Setor Bens Industriais			20	1,99%	2,17%	1,95%
681.958.885	649.783.906	587.827.140		13.590.322	14.124.795	11.433.674
Setor Construção e Transporte			44	4,45%	3,78%	3,10%
681.958.885	649.783.906	587.827.140		30.331.916	24.547.476	18.233.870
Setor Não Cíclico			16	4,15%	3,37%	2,92%
681.958.885	649.783.906	587.827.140		28.330.426	21.870.290	17.166.472
Setor Cíclico			22	1,72%	1,93%	1,85%
681.958.885	649.783.906	587.827.140		11.697.190	12.559.699	10.861.570
Setor Tecnologia			05	0,42%	0,33%	0,33%
681.958.885	649.783.906	587.827.140		2.880.432	2.157.120	1.922.122
Setor Telecomunicação			14	10,67%	9,93%	9,55%
681.958.885	649.783.906	587.827.140		72.796.988	64.540.624	56.163.552

continua

Distribuição Riqueza Total DVA's Acumuladas 2009, 2008 e 2007			Empresas	Riqueza por Setor Econômico 2009	Riqueza por Setor Econômico 2008	Riqueza por Setor Econômico 2007
Setor Utilidade Pública e Energia			54	20,35%	20,17%	20,82%
681.958.885	649.783.906	587.827.140		138.798.748	131.079.018	122.402.775
Setor Financeiro e Outros			56	27,28%	20,49%	23,72%
681.958.885	649.783.906	587.827.140		186.009.644	133.168.644	139.431.387

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

A partir da tabela 13, com o intuito de facilitar nossas análises, criamos a tabela 14, que aponta os setores econômicos mais expressivos na geração de riqueza:

Tabela 14 - Demonstrativo dos setores que mais contribuíram para a geração de riqueza do Destinatário Pessoal

Classificação Setorial Bovespa	Quantidade de empresas	2009	2008	2007
<i>Petróleo</i>	2	20,39%	21,75%	21,73%
<i>Util. Públ. e Energia</i>	54	20,35%	20,17%	20,82%
<i>Financ. e Outros</i>	56	27,28%	20,49%	23,72%
Sub total	112	68,02%	62,41%	66,27%
<i>Materiais Básicos</i>	31	8,57%	16,07%	14,03%
<i>Telecomunicações</i>	14	10,67%	9,93%	9,55%
Total	157	87,26%	88,41%	89,85%

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 157 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

Entre os três primeiros setores econômicos, é possível inferir que o Financeiro foi o que mais contribuiu; porém, em 2008, foi o que mais acusou decréscimo em virtude da crise global. Os setores Petróleo e Utilidade Pública, por sua vez, têm um traço comum, que é a baixa oscilação percentual entre os exercícios, o que é indicativo de que possuem mais resistência às oscilações da economia.

O fato é que esse grupo de 3 (três) setores, composto por 112 (cento e doze) Companhias, representa, na média, 65,57% do total da riqueza gerada nos 3 (três) períodos-base pelas 264 (duzentas e sessenta e quatro) Companhias que fazem parte da amostra da pesquisa. Portanto, apenas 42,42% do total da amostra de Companhias foram suficientes para gerar e distribuir montante de riqueza superior a 60%.

Ao computarmos os setores Materiais Básicos e Telecomunicações nesse grupo, o percentual médio de geração de riqueza aproxima-se dos 89%. Um aspecto interessante que se percebe na análise desses cinco setores é a ausência de oscilação negativa no setor de Telecomunicações; aliás, entre os cinco, é o único que demonstra não ter sido afetado pela crise, uma vez que seus percentuais são de crescimento constante, apesar do cenário de turbulências que se verificou entre 2008 e 2009.

O mesmo aspecto apresentado pelo setor de Telecomunicações também se verificou em Tecnologia, Não cíclico e Construção e Transporte. Porém, esses setores econômicos foram beneficiados, direta ou indiretamente, com redução da carga fiscal, diferentemente do setor de Telecomunicações.

Por essa informação é possível inferir quanto cada setor representa do total da riqueza gerada pelas Companhias analisadas, de forma a se verificar onde houve reduções relevantes na distribuição da riqueza e em que proporções.

A próxima tabela, com fundamento no mesmo critério da tabela anterior, mostra de forma mais contundente os percentuais de redução ocorridos em cada setor:

Tabela 15 - Demonstrativo da redução ou acréscimo na Distribuição da Riqueza por Setor Econômico acumulada em comparação com o total da DVA

Acumulada de todos os setores

Classificação Setorial Bovespa	Comparativo DVA Distribuição da Riqueza por Setor Econômico		
	2009 / 2008	2009 / 2007	2008 / 2007
Petróleo	-6,26%	-6,17%	0,09%
Mat. Básicos	-46,64%	-38,89%	14,53%
Bens Industriais	-8,32%	2,46%	11,76%
Constr. e Transp.	17,73%	43,39%	21,79%
Não Cíclico	23,43%	42,25%	15,25%
Cíclico	-11,26%	-7,17%	4,61%
Tecnologia	27,23%	29,17%	1,53%
Telecom.	7,47%	11,72%	3,96%
Útil. Públ. e Energia	0,89%	-2,26%	-3,12%
Financ. e Outros	33,09%	14,99%	-13,60%

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

Verifica-se que o setor de Materiais Básicos, representado por Companhias de siderurgia, mineração – tais como Vale do Rio Doce, Aços Villares, Ferbasa, Gerdau, Gerdau Metalúrgica, CSN, Usiminas, Vicunha Siderúrgica, Confab, Fibam, Mangels Ind., Metalúrgica Duque, Tekno, entre outras –, foi o que mais refletiu o impacto da crise. A queda percentual e nominal se aproximou de 50% no comparativo entre 2009 e 2008.

É importante observar que o aprofundamento da crise se deu entre novembro de 2008 e fevereiro de 2009. Esse lapso de não mais que quatro meses produziu impacto significativo em toda a economia.

Os efeitos desse “tsunami”, no entanto, foram mais visíveis, em primeiro lugar, no setor de Materiais Básicos, com decréscimo em 2009 de 46,64% quando comparado com 2008 e de 38,89% quando comparado com 2007. Em segundo lugar, no setor de Consumo

Cíclico, com perda em 2009 de 11,26% quando comparado com 2008 e de 7,17% quando comparado com 2007. Em terceiro lugar, refletindo uma perda de 8,32% entre 2009 e 2008, no setor de Bens Industriais.

A intervenção governamental, por meio da redução do IPI, ocorreu de modo mais direto no setor de Bens Industriais, que compreende a metalurgia. Acreditamos que a ação governamental privilegiou esse setor econômico por ser um dos grandes responsáveis pela geração de empregos, tendo em vista a queda acentuada de 41.315 postos de trabalhos de 2008 para 2009, conforme amostragem do CAGED. É possível inferir ainda que a intervenção governamental, por meio da redução do IPI, estancou as demissões, encerrando um ciclo de queda acentuada.

Em quarto lugar no ranking de setores que mais sofreram os efeitos da crise verificamos o setor de Petróleo, com decréscimo em 2009 de 6,26% na comparação com 2008 e de 6,17% na comparação com 2007. Em quinto lugar destacamos o setor de Utilidade Pública e Energia, o qual, se não apresentou decréscimo entre 2009 e 2008 – obteve percentual de crescimento de 0,89% –, na comparação de 2009 com 2007 o resultado foi negativo – menos 2,26% –, assim como entre 2008 e 2007 – menos 3,12%.

Em resumo, em relação aos dez setores econômicos examinados no período de 2009 e 2008, quatro setores (Petróleo, Materiais Básicos, Bens Industriais e Cíclico), representados por 75 (setenta e cinco) Companhias, equivalentes a 28,40% do total do universo pesquisado, acusaram decréscimo, por influência direta ou indireta da crise global, enquanto que os demais setores, representados por 189 (cento e oitenta e nove) Companhias, correspondentes a 71,60% do total, não acusaram oscilações de natureza negativa. Entretanto, não é possível asseverar que essas Companhias não foram afetadas pela crise.

Em termos nominais, os quatro setores mencionados, somados ao setor de Utilidade Pública, representam mais de 50% do total da riqueza gerada, conforme demonstra a tabela exibida a seguir:

Tabela 16 - Demonstrativo da riqueza gerada pelos setores de Petróleo, Materiais Básicos, Bens Industriais, Consumo Cíclico e Utilidade Pública X Riqueza Total Gerada na DVA Acumulada de todos os setores

Descrição	2009	2008	2007
Riqueza Total por setor: Petróleo, Materiais Básicos, Bens Industriais, Consumo Cíclico e Utilidade Pública	361.609.479	403.499.752	354.909.737
Riqueza total Geral	681.958.885	649.783.906	587.827.140
Percentual em relação à riqueza total geral	53,03%	62,10%	60,38%

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

O gráfico 7 sintetiza os percentuais de redução ou acréscimo do valor adicionado total de cada setor na comparação anual.

Gráfico 7 - Total da Riqueza Distribuída em termos percentuais por setor econômico em comparação com o total da riqueza gerada pela DVA Acumulada de todos os setores

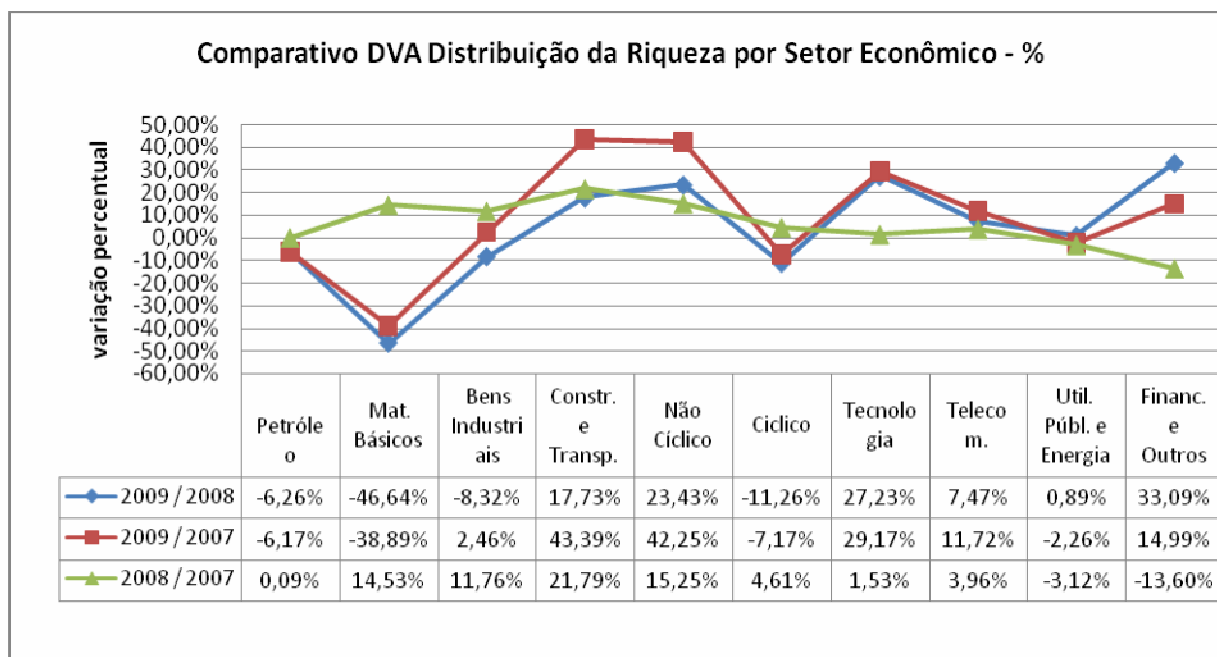


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

Pelo gráfico apresentado observamos que, no comparativo entre 2009 e 2007 – **linha vermelha** –, o setor da Construção e Transporte foi o que mais cresceu, com 43,39%, seguido pelo setor Não Cíclico, com 42,25%, e Tecnologia, com 29,17%. Observando-se a mesma linha, 2009/2007, é possível apontar quatro setores econômicos (Petróleo, Materiais Básicos, Cíclico e Utilidade Pública e Energia) com decréscimo; destes, verificamos que o setor de Materiais Básicos foi o que mais caiu, com decréscimo de 38,89%, seguido pelo Cíclico, com decréscimo de 7,17%, e Petróleo, com menos 6,17%.

Em relação ao comparativo entre 2009 e 2008 – **linha azul** –, quatro setores (Petróleo, Materiais Básicos, Bens Industriais e setor Cíclico) apresentaram decréscimo, dos quais apenas o setor Bens Industriais não repetiu o resultado desfavorável no comparativo entre 2009 e 2007. Sob o ponto de vista de crescimento, o setor de destaque é o Financeiro,

com 33,09%, seguido pelo setor de Tecnologia, com 27,23%, Não Cíclico, com 23,43%, e Construção e Transporte, com 17,73%.

A **linha verde**, que compara 2008 e 2007, apresenta dois setores com dados negativos: Financeiro e Outros, com menos 13,60%; e Utilidade Pública e Energia, com menos 3,12%. Em termos de crescimento, destaca-se o setor de Transporte e Construção, com 21,79%, seguido pelo setor Não Cíclico, com 15,25%, e Bens Industriais, com 11,76.

Pode-se inferir que o percentual de menos 13,60% apresentado pelo setor Financeiro, na comparação entre 2008 e 2007, foi oriundo da crise do sistema financeiro norte-americano, que acabou provocando reflexos nos bancos brasileiros.

É importante mencionar que a intervenção para estimular o consumo também ocorreu no setor que abrange a Construção Civil, tendo em vista a quase paralisação do setor entre novembro e dezembro de 2008, ocasião em que poderia afetar negativamente a economia. A intervenção governamental foi eficaz para estimular o consumo, e, superada a crise de desconfiança, o mercado da Construção Civil voltou a dar sinais seguros já a partir de abril de 2009.

A DVA consolidada do setor de Construção e Transporte evidencia crescimento constante. Esse quadro, a princípio, autorizaria a ilação de que a crise não afetou o setor. Todavia, é notório que o mercado da Construção sofreu os reveses da crise no período de outubro de 2008 a abril de 2009.¹³

Segundo o Secovi, referindo-se a 2009:

Medidas anticíclicas da autoridade monetária promoveram reversão das expectativas, com a retomada das atividades produtivas. Dentre outras, medidas do Banco Central do Brasil como a redução dos depósitos compulsórios com injeção de R\$ 100 bilhões, e empréstimos às instituições financeiras de médio porte para irrigar a economia, que sofria uma crise de credibilidade. O País saiu da recessão ainda no segundo trimestre deste ano e contabilizou-se a criação de 1,17 milhões de postos de trabalho até outubro, conforme dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do

¹³ No Balanço do Mercado Imobiliário, realizado pelo SECOVI, tendo por base os anos de 2008 e 2009, verifica-se que a crise atingiu duramente o setor, porém, as medidas implementadas pelo governo surtiram efeito no curto prazo, de tal sorte que a partir de maio de 2009 os resultados do setor já autorizavam afirmações no sentido de que a crise era coisa do passado. Cf.: SECOVI. **Balanço do Mercado Imobiliário 2009**. Disponível em: <<http://www.secovi.com.br/pesquisa/balanco/2009/download/mercado.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

Ministério do Trabalho e Emprego. “Uma recuperação e tanto para as perspectivas iniciais”, observa o economista-chefe do Secovi-SP, Celso Petrucci.¹⁴

No setor de Tecnologia, que desde 2005 vem sendo beneficiado por reduções fiscais, é possível verificar uma melhora da riqueza gerada, já que demonstrou um excelente crescimento de 29,17% no comparativo entre 2009 e 2007.

A par dessas digressões, foram analisadas as DVA's acumuladas dos 10 (dez) setores segundo a classificação setorial Bovespa, com o intuito de demonstrar, sempre em comparação com o total da riqueza distribuída, quais setores mais contribuíram para a formação da riqueza e quais apresentaram queda. O conjunto de dados apresentados nos autoriza a inferir que, de fato, a crise provocou impacto em nossa economia. Se ela não foi visível sob o ponto de vista da linha geral da riqueza gerada, constante da tabela 12, é porque a diminuição da atividade econômica de um setor econômico foi anulada pelo crescimento de outro. No acumulado, no entanto, ficou evidenciado que a economia, em termos macroeconômicos, cresceu menos no comparativo entre 2009 e 2008.

4.3 ANÁLISE DOS SETORES ECONÔMICOS POR PÚBLICO BENEFICIADO

O conjunto de dados apresentado a seguir servirá para demonstrar, em relação aos públicos beneficiados com a distribuição da riqueza – a saber: Pessoal (colaboradores), Impostos, Taxas e Contribuições (Governo), Remuneração de Capitais de Terceiros e Remuneração de Capitais Próprios (Acionista) –, quanto cada qual recebeu entre 2007 e 2009. Aliado a isso, servirá ainda para verificar se a crise, de algum modo, afetou a distribuição da riqueza para esses públicos.

Para esse efeito, os dados comparativos a serem utilizados para os três períodos-base serão o montante das DVA's consolidadas de cada setor econômico e os percentuais e valores nominais percebidos em cada situação.

¹⁴ SECOVI. **2009 reverte as expectativas e surpreende**. Balança do Mercado. Disponível em: <<http://www.secovi.com.br/pesquisa/balanco/2009/index.php?id=2>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

4.3.1 Pessoal

Construiremos nossas análises a partir dos dados extraídos da tabela 12, por meio da criação da tabela resumida numerada como 17, para em seguida verificar o comportamento segundo os setores econômicos.

Tabela 17 - Distribuição da Riqueza - Pessoal

Acumulado Geral de todos os setores econômicos	2009	%	2008	%	2007	%
Total da Riqueza Distribuída	681.958.885	100,00%	649.783.906	100,00%	587.827.140	100,00%
Pessoal	130.876.764	19,19%	110.184.441	16,96%	95.076.726	16,17%

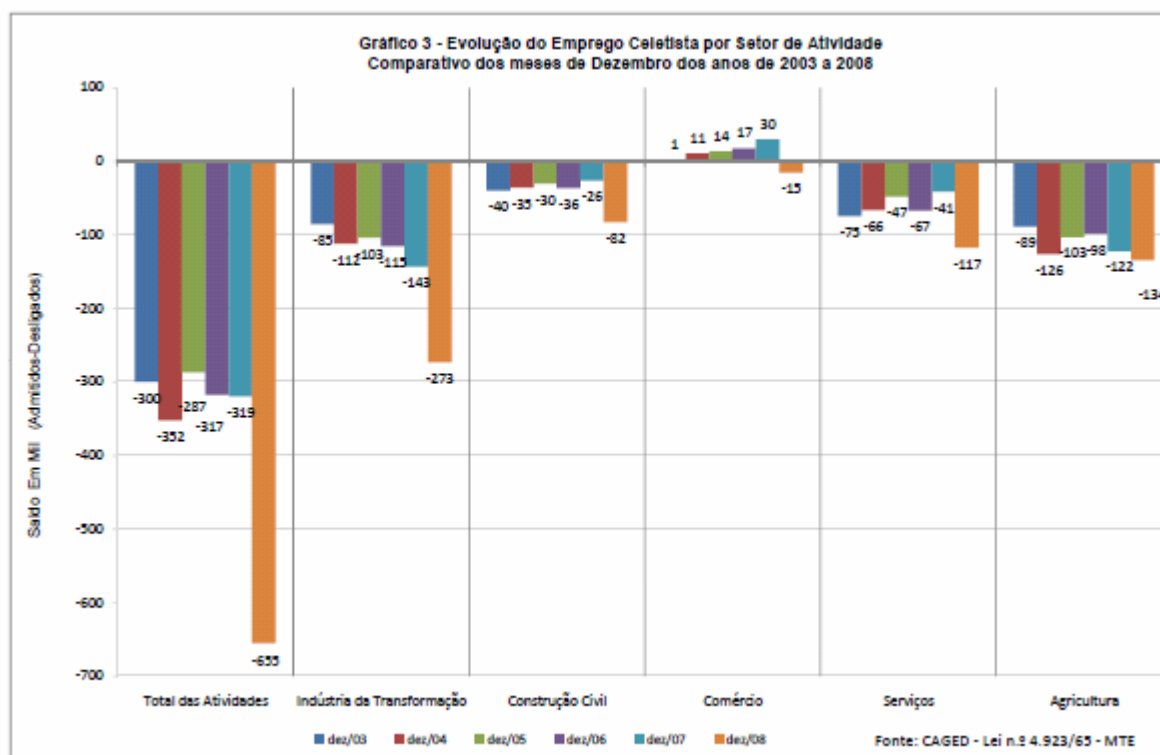
Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas.

Podemos constatar que o destinatário da riqueza distribuída Pessoal, no comparativo entre 2007 e 2009, não foi afetado pela crise global. Interessante notar que a afirmativa se sustenta quer na análise sob o enfoque de dados percentuais ou nominais. Entretanto, é sabido que essa não é verdade.

De fato, os dados fornecidos pelo CAGED, conforme gráfico apresentado a seguir¹⁵, não dão margem a dúvidas:

¹⁵ Cf.: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Evolução do Emprego Celetista por Setor de Atividade - Comparativo dos meses de dezembro dos anos de 2003 a 2008**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/caged/2008_12/arquivos/93graf.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2010.

Gráfico 8 - Comparativo da DVA - Total da Riqueza Distribuída em termos percentuais por setor econômico em comparação com o total da riqueza gerada pela DVA acumulada de todos os setores



Fonte: MTE / CAGED.

Todos os setores da economia contribuíram para gerar a perda dos 655 mil postos de trabalho em dezembro de 2008. A Indústria de Transformação liderou o número de demissões, com 273 mil, seguida pela Agricultura, com 134 mil, Serviços, com 117 mil, Construção Civil, com 82 mil, e Comércio, com 15 mil.

São dados expressivos que a DVA no aspecto consolidado tanto nominal como percentual não aponta. Porém, algumas hipóteses poderiam ser levantadas para justificar essa manutenção, como, por exemplo, os custos de verbas de indenização por demissão que acrescem a linha Pessoal. Todavia, conforme veremos mais adiante, a queda apontada pelo CAGED, de alguma forma, também se refletiu na DVA sob o enfoque percentual.

Na tabela 18 classificamos o valor da riqueza distribuída para o destinatário Pessoal, de forma a verificar como esta se comportou nos 3 (três) períodos-base de análise para os 10 (dez) setores da classificação setorial Bovespa.

**Tabela 18 - Demonstrativo da distribuição da riqueza gerada pelos setores –
Beneficiário Pessoal**

Setores Econômicos/Total riqueza distribuída 2009, 2008 e 2007			2009 Pessoal	2008 Pessoal	2007 Pessoal	Média	Ranking%	Ranking Nominal
Setor Petróleo			11%	10%	11%	11%	9°	
139.058.799	141.339.031	127.750.371	15.668.000	14.536.466	14.174.270	14.792.912		3°
Setor Materiais Básicos			21%	11%	13%	15%	7°	
58.464.420	104.397.209	82.461.347	12.133.699	11.406.543	10.894.199	11.478.147		4°
Setor Bens Industriais			44%	42%	42%	43%	1°	
13.590.322	14.124.795	11.433.674	6.034.594	5.983.324	4.763.291	5.593.736		6°
Setor Construção e Transporte			19%	21%	20%	20%	6°	
30.331.916	24.547.476	18.233.870	5.822.758	5.051.688	3.643.651	4.839.366		8°
Setor Não Cíclico			23%	23%	23%	23%	5°	
28.330.426	21.870.290	17.166.472	6.497.487	4.975.393	3.967.472	5.146.784		7°
Setor Cíclico			37%	34%	38%	36%	3°	
11.697.190	12.559.699	10.861.570	4.333.860	4.260.514	4.150.481	4.248.285		9°
Setor Tecnologia			44%	43%	38%	42%	2°	
2.880.432	2.157.120	1.922.122	1.278.778	933.034	733.342	981.718		10°
Setor Telecomunicação			11%	9%	8%	9%	10°	
72.796.988	64.540.624	56.163.552	7.879.821	5.859.835	4.744.945	6.161.534		5°
Setor Utilidade Pública e Energia			13%	12%	11%	12%	8°	
138.798.748	131.079.018	122.402.775	18.177.552	15.838.664	13.942.211	15.986.142		2°
Setor Financeiro e Outros			29%	31%	24%	28%	4°	
186.009.644	133.168.644	139.431.387	53.050.215	41.338.980	34.062.864	42.817.353		1°

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

Em termos consolidados nominais, conforme antes verificado, é possível constatar que esse grupo de beneficiários não foi afetado pela crise global, porquanto em todos os setores econômicos analisados os valores sempre foram crescentes no período de 2007 a 2009.

A análise sob o ponto de vista percentual, no entanto, demonstra outra realidade. Por essa ótica constatamos que cinco setores econômicos (Petróleo, Materiais Básicos, Bens Industriais, Não Cíclico e Cíclico) apresentaram decréscimo em 2008, bem como que outros dois setores (Construção e Transporte e Financeiro e Outros) tiveram queda em 2009.

Tabela 19 - Demonstrativo da distribuição da riqueza gerada pelos setores – Beneficiário Pessoal – Comparação em termos nominais com apresentação em percentual

Total riqueza distribuída PESSOAL 2009, 2008 e 2007			2009 - Pessoal	2008 - Pessoal	2007 - Pessoal
Setor Petróleo			11,27%	10,28%	11,10%
15.668.000	14.536.466	14.174.270	0,98%	-0,81%	
Setor Materiais Básicos			20,75%	10,93%	13,21%
12.133.699	11.406.543	10.894.199	9,83%	-2,29%	
Setor Bens Industriais			44,40%	42,36%	41,66%
6.034.594	5.983.324	4.763.291	2,04%	0,70%	
Setor Construção e Transporte			19,20%	20,58%	19,98%
5.822.758	5.051.688	3.643.651	-1,38%	0,60%	
Setor Não Cíclico			22,93%	22,75%	23,11%
6.497.487	4.975.393	3.967.472	0,19%	-0,36%	
Setor Cíclico			37,05%	33,92%	38,21%
4.333.860	4.260.514	4.150.481	3,13%	-4,29%	
Setor Tecnologia			44,40%	43,25%	38,15%
1.278.778	933.034	733.342	1,14%	5,10%	
Setor Telecomunicação			10,82%	9,08%	8,45%
7.879.821	5.859.835	4.744.945	1,75%	0,63%	
Setor Utilidade Pública e Energia			13,10%	12,08%	11,39%
18.177.552	15.838.664	13.942.211	1,01%	0,69%	
Setor Financeiro e Outros			28,52%	31,04%	24,43%
53.050.215	41.338.980	34.062.864	-2,52%	6,61%	

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

A tabela 19 aponta que dois setores econômicos, evidenciados em amarelo, apresentaram valores negativos em termos comparativos entre 2009 e 2008 (Construção e Transporte e Financeiro e Outros) e outros quatro se comportaram da mesma forma entre 2008 e 2007 (Petróleo, Materiais Básicos, Não Cíclico e Cíclico). Cumpre notar que tais setores estão diretamente relacionados àqueles apontados pelo CAGED, tendo, portanto, contribuído para o desaparecimento dos 655 mil postos de trabalho em dezembro de 2008.

Pelo gráfico 9, a seguir, o que se verifica é crescimento em 7 (sete) dos 10 (dez) setores entre 2009 e 2007; somente os setores de Construção e Transporte, Não Cíclico e Cíclico apresentaram resultado negativo. Já na comparação entre 2009 e 2008, os setores afetados negativamente foram Financeiro e Outros e Construção e Transportes. Na comparação entre 2008 e 2007, nota-se que os setores de Materiais Básicos, Cíclico, Petróleo e Não cíclico sofreram reduções, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 9 - Resumo Consolidado da Riqueza Geral Distribuída por Setor Econômico - Beneficiário Pessoal - em termos percentuais

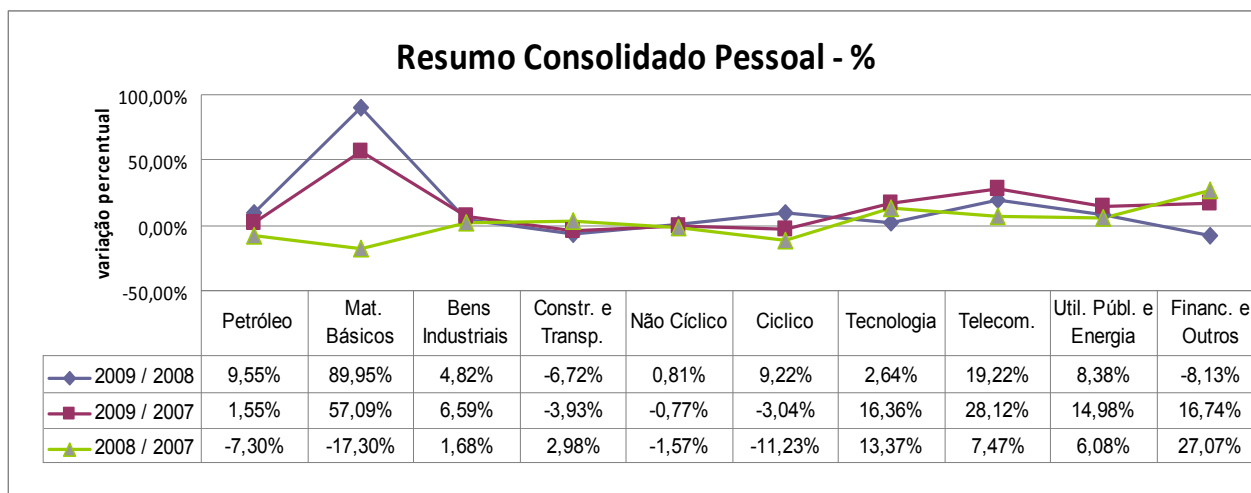


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

De todos os setores informados no gráfico apresentado, os que demonstram redução no ganho dos trabalhadores na comparação entre 2009 e 2007, **linha vermelha**, são os seguintes: Construção e Transporte, com menos 3,93%, Cíclico, com menos 3,04%, e Não Cíclico, com menos 0,77%.

A maior anomalia verificada corresponde ao setor de Materiais Básicos, no comparativo entre 2008 e 2007, **linha verde**, com queda de 17,30%, ao passo que teve acréscimo de 89,95% no comparativo entre 2009 e 2008, **linha azul**, e de 57,09% entre 2009 e 2007, **linha vermelha**. Esses dados refletem que, para a manutenção dos valores nominais dos trabalhadores nesse setor econômico, como, por exemplo, em 2009, quando a riqueza gerada caiu de \$ 104.397.209 para \$ 58.464.420, conforme a tabela 13, os percentuais foram mais altos, porque a riqueza gerada foi menor. Nesse setor, é bom lembrar, a DVA consolidada reflete uma queda de expressivos 38,89%.

Destarte, em que pese a perda desses poucos setores, a maior parte da amostra – 7 (sete) setores econômicos – demonstrou incremento na distribuição da riqueza, ou seja, os trabalhadores mantiveram sua parte na distribuição da riqueza e com incremento assustador se considerado o momento da economia.

Gráfico 10 - Resumo Consolidado da Riqueza Geral Distribuída por Setor Econômico - Beneficiário Pessoal - em termos nominais

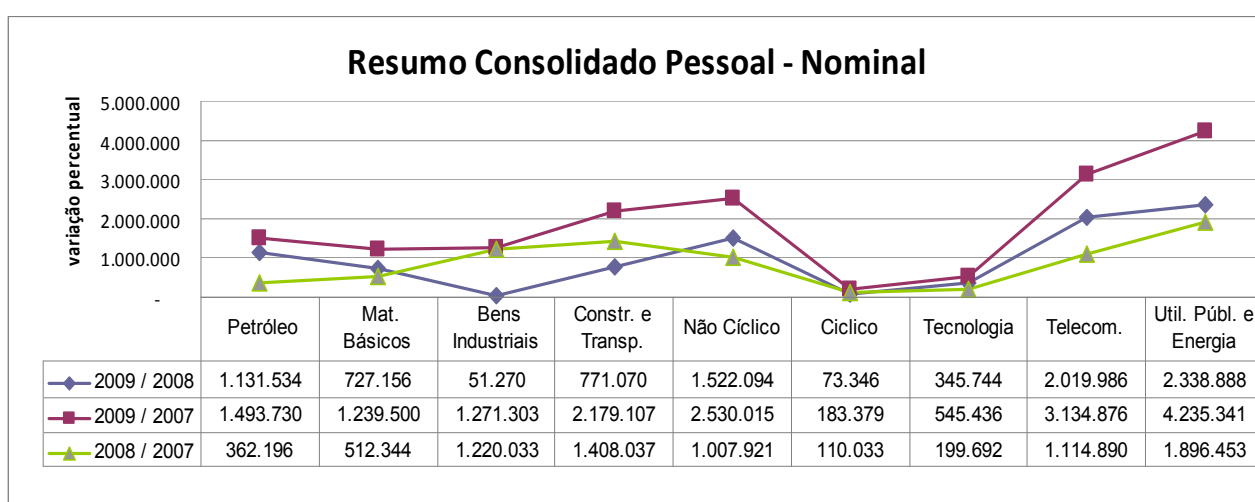


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

A queda informada no setor de Materiais Básicos sob o ponto de vista percentual não vem igualmente representada em termos nominais, conforme se verifica no gráfico apresentado. Sobressai da análise da tabela e do gráfico a preocupação desse setor em preservar, em termos nominais, o ganho dos colaboradores. Independentemente do cenário de crise, o traço comum é a manutenção dos ganhos desse grupo de beneficiários. Ainda que os percentuais de um ou outro setor tenham oscilado em média entre 2% e 3%, tais variações denotam a intenção de transferir ganho real ao trabalhador.

4.3.2 Impostos, Taxas e Contribuições (Governo)

O objetivo das análises relativas a esse beneficiário da riqueza distribuída é verificar se o governo, por meio da redução da carga tributária, “financiou” algum dos setores da atividade econômica a ponto de amargar prejuízos. Também se pretende saber se a carga fiscal é demasiada, quais setores suportam maior impacto fiscal e se a mencionada redução de impostos produz prejuízos ao erário, bem como se produz efeitos na economia em cenários de crise.

**Tabela 20 - Demonstrativo da distribuição da riqueza pelos setores –
Beneficiário Governo**

Setores Econômicos/ Total riqueza distribuída 2009, 2008 e 2007			Empresas	2009 - Governo	2008 - Governo	2007 - Governo
Setor Petróleo			02	56%	60%	58%
139.058.799	141.339.031	127.750.371		78.316.132	85.319.642	74.035.924
Setor Materiais Básicos			31	33%	15%	30%
58.464.420	104.397.209	82.461.347		19.140.362	15.946.065	25.111.002
Setor Bens Industriais			20	24%	24%	22%
13.590.322	14.124.795	11.433.674		3.257.434	3.438.036	2.499.504

continua

Setores Econômicos/ Total riqueza distribuída 2009, 2008 e 2007			Empresas	2009 - Governo	2008 - Governo	2007 - Governo
Setor Construção e Transporte			44	27%	26%	31%
30.331.916	24.547.476	18.233.870		8.085.472	6.425.803	5.713.372
Setor Não Cíclico			16	53%	49%	54%
28.330.426	21.870.290	17.166.472		14.915.863	10.731.107	9.237.111
Setor Cíclico			22	40%	40%	45%
11.697.190	12.559.699	10.861.570		4.729.434	5.058.109	4.939.660
Setor Tecnologia			05	28%	29%	40%
2.880.432	2.157.120	1.922.122		793.000	617.882	763.476
Setor Telecomunicação			14	64%	58%	64%
72.796.988	64.540.624	56.163.552		46.570.643	37.640.771	35.675.100
Setor Utilidade Pública e Energia			54	49%	52%	54%
138.798.748	131.079.018	122.402.775		67.628.568	68.641.548	65.638.381
Setor Financeiro e Outros			56	31%	19%	25%
186.009.644	133.168.644	139.431.387		56.985.831	25.867.770	35.289.807

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

Tomando-se por base o montante da riqueza gerada pelas 264 (duzentas e sessenta e quatro) Companhias, o Governo, em termos percentuais, apresentou perda em 2009 em relação ao ano anterior em apenas três setores: Petróleo, com queda de 4% (redução de 60% para 56%); Tecnologia, com perda de 1% (redução de 29% para 28%); e Utilidade Pública e Energia, com perda de 3% (redução de 52% para 49%).

No comparativo entre 2008 e 2007, o Governo apresentou perda percentual em oito setores. A perda mais expressiva foi no setor de Materiais Básicos, na ordem de 15% (redução de 30% para 15%). Embora o valor adicionado de 2008 tenha sido superior ao de 2007, tal fato não impediu a queda expressiva. O setor foi fortemente impactado pela crise global e as principais Companhias do setor, tais como Vale, CSN e Vicunha, tiveram em 2008 um ano muito complicado sob o ponto de vista econômico.

Em segundo lugar na escala de perdas percentuais do Governo no comparativo entre 2008 e 2007, apontamos o setor de Tecnologia, com queda de 11% (redução de 40% para 29%); e em terceiro lugar, os setores de Telecomunicações e Financeiro e Outros, ambos com queda de 6% (reduções de 64% para 58% e de 25% para 19%, respectivamente). Três setores dividem o quarto lugar, com 5% de perda: Construção e Transportes, Não Cíclico e Cíclico. E, por fim, em quinto lugar, com perda de 2%, o setor de Utilidade Pública e Energia.

A próxima tabela procura demonstrar essas perdas percentuais, levando-se em consideração os três períodos.

Tabela 21 - Demonstrativo da distribuição da riqueza gerada pelos setores – Beneficiário Governo – Comparação em termos nominais com apresentação em percentual

Setores Econômicos/ Total riqueza distribuída 2009, 2008 e 2007			2009 - Governo	2008 - Governo	2007 - Governo
Setor Petróleo			56,32%	60,37%	57,95%
139.058.799	141.339.031	127.750.371	-4,05%	2,41%	
Setor Materiais Básicos			32,74%	15,27%	30,45%
58.464.420	104.397.209	82.461.347	17,46%	-15,18%	
Setor Bens Industriais			23,97%	24,34%	21,86%
13.590.322	14.124.795	11.433.674	-0,37%	2,48%	
Setor Construção e Transporte			26,66%	26,18%	31,33%
30.331.916	24.547.476	18.233.870	0,48%	-5,16%	
Setor Não Cíclico			52,65%	49,07%	53,81%
28.330.426	21.870.290	17.166.472	3,58%	-4,74%	
Setor Cíclico			40,43%	40,27%	45,48%
11.697.190	12.559.699	10.861.570	0,16%	-5,21%	

continua

Setores Econômicos/ Total riqueza distribuída 2009, 2008 e 2007			2009 - Governo	2008 - Governo	2007 - Governo
Setor Tecnologia			27,53%	28,64%	39,72%
2.880.432	2.157.120	1.922.122	-1,11%	-11,08%	
Setor Telecomunicação			63,97%	58,32%	63,52%
72.796.988	64.540.624	56.163.552	5,65%	-5,20%	
Setor Utilidade Pública e Energia			48,72%	52,37%	53,62%
138.798.748	131.079.018	122.402.775	-3,64%	-1,26%	
Setor Financeiro e Outros			30,64%	19,42%	25,31%
186.009.644	133.168.644	139.431.387	11,21%	-5,88%	

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

Por fim, ainda sob enfoque de dados percentuais, o gráfico seguinte informa os setores que apresentaram oscilações negativas na riqueza atribuída ao Governo. A **linha azul**, por exemplo, que demonstra o comportamento entre 2009 e 2008, mostra que houve decréscimo apenas em quatro setores (Petróleo, com menos 6,70%, Bens Industriais, com menos 1,53%, Tecnologia, com menos 3,89%, e Utilidade Pública e Energia, com menos 6,96%).

No comparativo entre 2009 e 2007, **linha vermelha**, surgem seis setores com cenário de perda para o beneficiário Governo; são eles: Petróleo, com menos 2,82%, Construção e Transporte, com menos 14,93%, Não Cíclico, com menos 2,15%, Cíclico, com menos 11,10%, Tecnologia, com menos 30,69%, e Utilidade Pública e Energia, com menos 9,14%.

Por último, no comparativo entre 2008 e 2007, **linha verde**, a riqueza do beneficiário Governo foi negativa em oito setores. Esse dado indica que o impacto nas contas do Governo foi maior em 2008 do que nos demais anos analisados. Observamos que apenas os setores de Petróleo e Bens Industriais não provocaram queda na riqueza atribuída ao Governo. Os demais apresentaram quedas de no máximo 49,84% – setor de Materiais Básicos – e no mínimo 2,35% – setor de Utilidade Pública e Energia.

Gráfico 11 - Resumo Consolidado da Riqueza Geral Distribuída por Setor Econômico - Beneficiário Governo - em termos percentuais

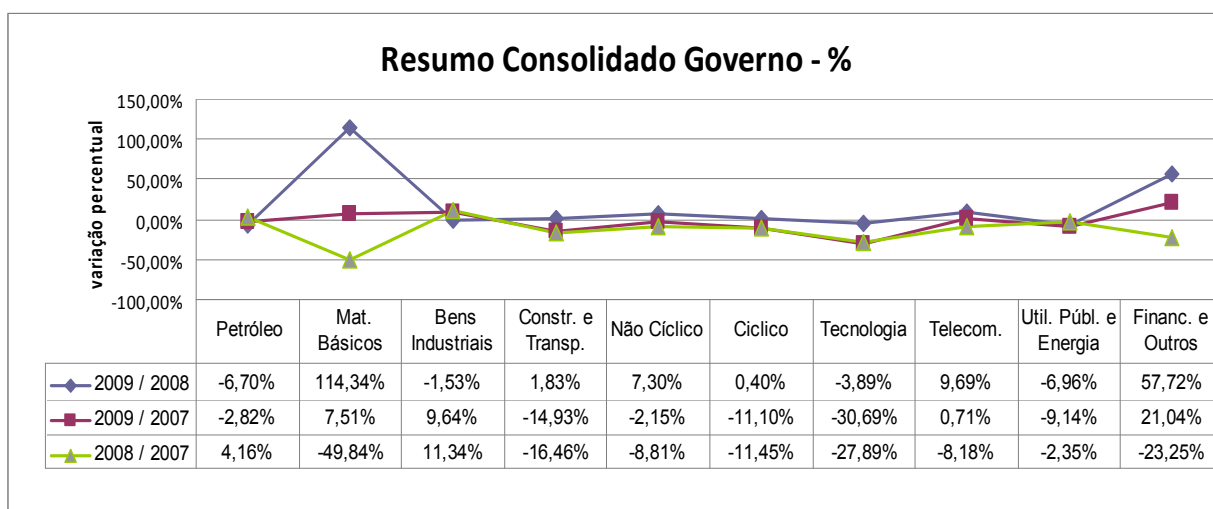


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

Importa analisarmos agora a percepção da riqueza conferida ao Governo em termos nominais, considerando-se os três períodos. A esse respeito, o gráfico apresentado a seguir serve de base para as análises.

Gráfico 12 - Resumo Consolidado da Riqueza Geral Distribuída por Setor Econômico - Beneficiário Governo - em termos nominais

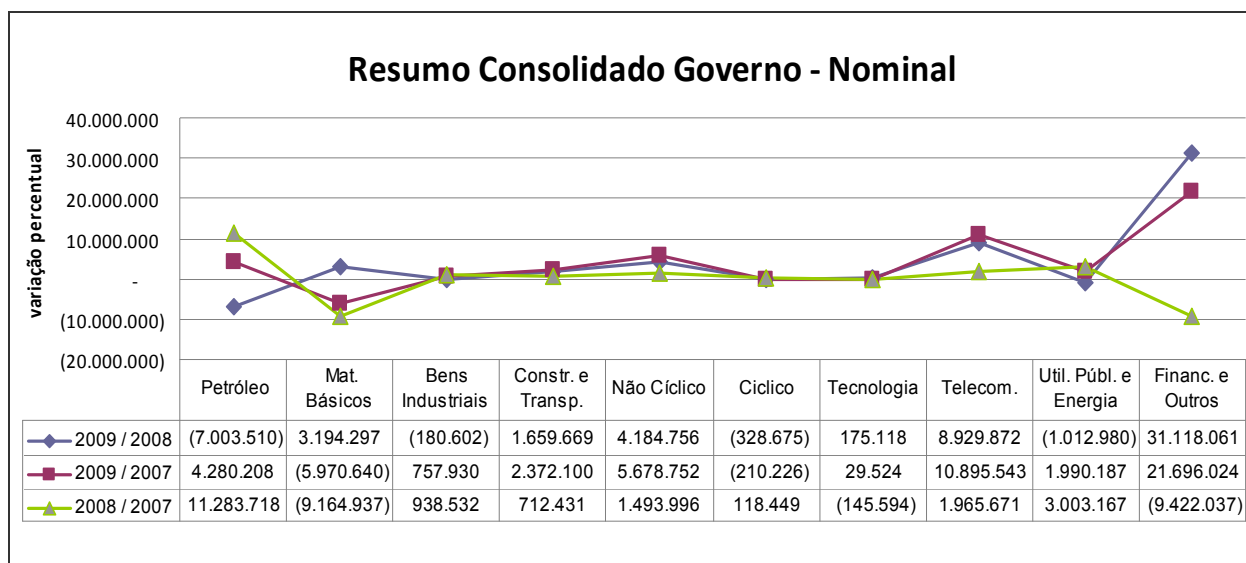


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

Sob o enfoque nominal, desaparece a constatação da perda que se verificou nas análises em termos percentuais.

De fato, **a linha azul**, que se refere à comparação entre 2009 e 2008, aponta quatro setores com valores negativos (Petróleo, Bens Industriais, Cíclico e Utilidade Pública e Energia). As perdas, no entanto, possuem relevância apenas nos setores de Petróleo e Utilidade Pública e Energia, sendo irrelevantes nos outros dois setores.

A **linha vermelha**, que, por sua vez, indica a comparação entre 2009 e 2007, aponta apenas dois setores com decréscimo na riqueza conferida ao Governo, sendo o mais relevante o setor de Materiais Básicos, e menos representativo o montante verificado no setor Cíclico. No comparativo entre 2009 e 2007, portanto, o Fisco apresentou perdas significativas.

Por último, **a linha verde**, que compara os períodos de 2008 e 2007, informa que foram três os setores que apresentaram problemas ao Governo: o Financeiro, com maior relevância, seguido pelos setores de Materiais Básicos e de Tecnologia.

4.3.2.1 Setores econômicos que mais contribuíram para o Beneficiário (Governo)

A tabela 22 tem como propósito segregar e demonstrar o percentual e o valor nominal do Governo em relação à riqueza total da DVA acumulada.

Tabela 22 - DVA acumulada para todos os Setores - Beneficiário Governo

Acumulado Geral de todos os setores econômicos	2009	%	2008	%	2007	%
Total da Riqueza Distribuída	681.958.885	100,00%	649.783.906	100,00%	587.827.140	100,00%
Governo	300.422.739	44,05%	259.686.733	39,97%	258.903.337	44,04%

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas.

Em termos percentuais, observa-se queda de 4,07% em 2008 na comparação com 2007. A crise global que afetou nossa economia provocou retração da atividade econômica, com demissões na indústria de transformação, agricultura, serviços, construção e comércio, conforme dados do CAGED. O quadro de retração afetou a todos, inclusive o Governo, que viu seu percentual cair de 44,04% para 39,97% de 2007 para 2009.

Ao analisarmos o Beneficiário Governo sob a perspectiva dos dados nominais, verificamos que, durante o período de 2007 a 2009, seus números tiveram crescimento constante, assim como o total da riqueza distribuída. Esses dados autorizam a ilação de que a perda dos 4,07% em 2008 foi real.

Nesse sentido, cabe perguntar: quais são os setores que auxiliam na manutenção da riqueza recebida pelo Governo, de tal modo que o desequilíbrio de um setor econômico possa ser equilibrado pelo crescimento de outro?

Para responder a essa indagação, elaboramos a tabela 23.

Tabela 23 - Ranking percentual e nominal dos setores que contribuíram para o Governo

Setores Econômicos/ Total riqueza distribuída 2009, 2008 e 2007			2009 Governo	2008 Governo	2007 Governo	Média	Ranking %	Ranking Nominal
Setor Petróleo			56%	60%	58%	58%	2°	
139.058.799	141.339.031	127.750.371	78.316.132	85.319.642	74.035.924	79.223.899		1°
Setor Materiais Básicos			33%	15%	30%	26%	7°	
58.464.420	104.397.209	82.461.347	19.140.362	15.946.065	25.111.002	20.065.810		5°
Setor Bens Industriais			24%	24%	22%	23%	9°	
13.590.322	14.124.795	11.433.674	3.257.434	3.438.036	2.499.504	3.064.991		9°
Setor Construção e Transporte			27%	26%	31%	28%	6°	
30.331.916	24.547.476	18.233.870	8.085.472	6.425.803	5.713.372	6.741.549		7°
Setor Não Cíclico			53%	49%	54%	52%	3°	
28.330.426	21.870.290	17.166.472	14.915.863	10.731.107	9.237.111	11.628.027		6°
Setor Cíclico			40%	40%	45%	42%	4°	
11.697.190	12.559.699	10.861.570	4.729.434	5.058.109	4.939.660	4.909.068		8°
Setor Tecnologia			28%	29%	40%	32%	5°	
2.880.432	2.157.120	1.922.122	793.000	617.882	763.476	724.786		10
Setor Telecomunicação			64%	58%	64%	62%	1°	
72.796.988	64.540.624	56.163.552	46.570.643	37.640.771	35.675.100	39.962.171		3°
Setor Utilidade Pública e Energia			49%	52%	54%	52%	3°	
138.798.748	131.079.018	122.402.775	67.628.568	68.641.548	65.638.381	67.302.832		2°
Setor Financeiro e Outros			31%	19%	25%	25%	8°	
186.009.644	133.168.644	139.431.387	56.985.831	25.867.770	35.289.807	39.381.136		4°

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

Em termos percentuais, os cinco setores que mais distribuíram riqueza (valor adicionado) para o beneficiário Governo foram: 1° - Telecomunicações, com 62%; 2° - Petróleo, com 58%; 3° - Utilidade Pública e Energia e Não Cíclico, com 52%; 4° - Cíclico, com 42%; e 5° - Tecnologia, com 32%.

Na análise em termos nominais, tomando-se por base os cinco primeiros setores, a situação é a seguinte: 1° - Petróleo; 2° - Utilidade Pública e Energia; 3° - Telecomunicações; 4° - Financeiro e Outros; e 5° - Materiais Básicos.

O cruzamento desses dados nos oferece interessantes apontamentos. O primeiro setor que nos chama a atenção é o de Telecomunicações, que em termos percentuais ocupa a primeira posição, ao passo que do ponto de vista nominal fica em terceiro. Trata-se efetivamente de um parceiro estratégico na composição da riqueza em favor do Governo. Cabe observar que é um dos setores que mais cresceu em termos de distribuição da riqueza, aproximando-se dos R\$ 50 milhões em 2009, e apresenta um dado interessante em relação aos demais: é resistente à crise. Importa observar ainda que esse setor, composto por apenas 14 Companhias, na média, conseguiu ser mais eficiente que o setor Financeiro, com suas 56 Companhias.

Sob o enfoque nominal, destaca-se o setor de Petróleo, com uma média de riqueza distribuída que se aproxima dos R\$ 80 milhões. Considerando-se que está representado por apenas duas Companhias, a toda evidência, esse é o setor que mais contribui para os cofres públicos, podendo-se inferir que a Petrobras é a Companhia que confere a maior fatia de riqueza ao Governo.

4.3.2.2 Setores favorecidos com redução de impostos

Nesta seção, as análises procuram verificar se o Governo, quando reduz a carga tributária, como, por exemplo, a redução do IPI para as Indústrias de Transformação e Construção Civil, pode proporcionar a recuperação da economia e, de outra parte, gerar prejuízo aos cofres públicos.

Os dados do CAGED respondem em parte a essas questões. As medidas fiscais que proporcionaram a redução ou eliminação do IPI para os veículos, produtos da construção civil, eletrodomésticos, entre outros tiveram por objetivo estancar o número de demissões no período da crise. Essa informação restou comprovada pelo gráfico 2, constante do primeiro capítulo deste trabalho. O gráfico referido, que abrange o período de abril de 2007 a abril de 2009, permite observar que a reação da economia ocorreu imediatamente após o início do período de incentivos fiscais. Basta verificar, para esse efeito, o mês de janeiro de 2009, que apresentou negativos 100 mil postos, contra os também negativos 655 mil de dezembro de 2008. A partir de fevereiro, março e abril, constata-se que a indústria parou de demitir e as

contratações cresceram; no mês de abril de 2009, o número de contratações foi positivo, e 106 mil novos postos de trabalho foram criados.

A primeira parte de nossa indagação, a respeito da redução da carga tributária como mecanismo de incentivo à produção econômica, esbarra nos dados do CAGED, que dão conta de que pode haver correlação entre um fato e outro, ou seja, a redução da carga tributária pode estimular o consumo, que, por sua vez, tende a estimular o nível de contratações.

Para responder a outra parte de nossa indagação, pela qual se procura esclarecer se o Governo, em termos econômicos, perde à medida que deixa de atribuir efeito fiscal à produção e comercialização de determinados produtos e serviços, devemos observar o comportamento dos setores Materiais Básicos, Bens Industriais e Construção e Transporte, nos quais se encontram parte das indústrias de metalurgia, mineração, siderurgia e construção civil. Cumpre notar que a atividade desses setores abastece as indústrias montadoras de veículos, fabricantes de eletrodomésticos e fabricantes de mercadorias que compõem a cesta básica de produtos da construção civil.

Em relação a Materiais Básicos, o setor foi duramente afetado pela crise financeira, em decorrência da forte crise que se abateu sobre as montadoras norte-americanas, entre elas a General Motors e a Ford, as quais receberam socorro governamental para continuar operando. Esse quadro internacional impactou a indústria do aço, provocando severas perdas.

O valor adicionado ao Governo por esse setor, que em 2007 foi de R\$ 25.111.002 milhões, despencou para R\$ 15.946.065 milhões em 2008, e no ano seguinte, em virtude do incentivo concedido às montadoras, fechou com R\$ 19.140.362 milhões. Em termos percentuais, se a queda foi de aproximadamente 50% no comparativo entre 2008 e 2007, a subida aproximou-se dos 22% no comparativo entre 2009 e 2008. Nesse contexto, observa-se que o Governo financiou o setor mencionado, porém não teve a contrapartida da recuperação das perdas sofridas, talvez pelo fato de o setor não ter atingido em 2009 o seu valor de 2007, denotando que somente o incentivo da redução dos tributos não foi suficiente para alavancar o resultado dessas Companhias, que são muito dependentes de operações de exportação.

No que se refere ao setor de Bens Industriais, neste observou-se que a parcela de riqueza distribuída ao Governo apresentou pequena queda no comparativo entre 2009 e 2008, ou seja, caiu de R\$ 3.438.036 milhões para R\$ 3.257.434 milhões em 2009. O incentivo entrou em vigor na segunda metade do mês de dezembro de 2008, produzindo seus efeitos dentro do próprio mês e nos meses seguintes até 30 de março de 2009, quando foi prorrogado pelo Decreto nº 6.809, de 30 de março de 2009, por mais três meses. A redução do IPI nesse setor impediu novas demissões e propiciou a retomada do consumo.

Por fim, no que diz respeito à Construção Civil, que, segundo o CAGED, sinalizou em dezembro de 2008 a diminuição de 82 mil postos de trabalho, pode-se dizer que a isenção do IPI para diversos produtos desse setor pode ter estimulado os resultados excelentes apresentados, tanto em termos percentuais como nominais.

A resposta desse setor ao estímulo fiscal foi surpreendente. Em 2007, por exemplo, o valor adicionado ao Governo foi de R\$ 5.713.372 milhões, correspondente a 31% da riqueza gerada. Em 2008, com os reflexos da crise, que praticamente paralisou o mercado da construção civil no final desse ano, o percentual de riqueza conferida ao Governo despencou para 26%, embora em termos nominais o setor tenha aumentado o valor da riqueza gerada para R\$ 6.425.803 milhões. Em 2009, com os reflexos dos incentivos fiscais, tanto o valor nominal como o percentual cresceram. Conforme ficou evidenciado na tabela 23, se por um lado em 2008 no comparativo percentual com 2007 a parcela do Governo recuou 5,16%, no comparativo nominal entre 2009 e 2008 o aumento foi de 1%. É importante considerar que o crescimento demonstrado nesse período está composto por empresas que não atuam no setor da Construção Civil.

Além disso, é importante mencionar que, em termos nominais, o setor de Construção e Transporte teve aumento constante, conforme demonstra o gráfico 12.

A recuperação da economia com o auxílio da redução da carga fiscal pode ser constatada levando-se em conta que o estímulo ao consumo envolvendo os produtos beneficiados com a isenção do IPI propiciou, segundo os dados do CAGED, a retomada das contratações, sendo possível creditar ao incentivo fiscal a contaminação positiva nos demais setores da economia. A tabela a seguir demonstra os 5 (cinco) setores que mais contribuíram para o Governo em termos percentuais durante esse período.

Tabela 24 - Demonstrativo dos setores que mais contribuíram para a geração de riqueza do Beneficiário Governo

Classificação Setorial Bovespa	Quantidade de empresas	2009	2008	2007
<i>Petróleo</i>	2	20,39%	21,75%	21,73%
<i>Util. Públ. e Energia</i>	54	20,35%	20,17%	20,82%
<i>Financ. e Outros</i>	56	27,28%	20,49%	23,72%
Sub total	112	68,02%	62,41%	66,27%
<i>Materiais Básicos</i>	31	8,57%	16,07%	14,03%
<i>Telecomunicações</i>	14	10,67%	9,93%	9,55%
Total	157	87,26%	88,41%	89,85%

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

4.3.3 Remuneração de Terceiros

No intuito de facilitar nossas análises, mais uma vez iremos iniciar nossos estudos pela primeira linha da tabela 12, com o intuito de verificar em termos nominais quanto esse destinatário da riqueza representou do total da riqueza na DVA acumulada de todos os setores.

Tabela 25 - DVA acumulada para todos os Setores - Beneficiário Terceiros

Acumulado Geral de todos os setores econômicos	2009	%	2008	%	2007	%
Total da Riqueza Distribuída	681.958.885	100,00%	649.783.906	100,00%	587.827.140	100,00%
Remuneração de Terceiros	88.608.098	12,99%	120.217.561	18,50%	83.049.406	14,13%

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas.

A tabela indica que, no destinatário Terceiro, sob o ponto de vista da participação percentual, no comparativo entre 2008 e 2007, ocorreu aumento de 4,37%. Todavia, no comparativo entre 2009 e 2008, ocorreu uma queda acentuada, de 5,51%.

A análise em termos nominais igualmente reflete fortes oscilações. Em 2008 observa-se que houve intenso aumento em relação ao ano anterior, enquanto que entre 2009 e 2008 o cenário foi de retração.

O período de aumento, notadamente em 2008, demonstra que o setor financeiro não acreditava no aprofundamento da crise, tendo propiciado às Empresas empréstimos, principalmente no final do mencionado ano. Ocorre que, com o recrudescimento da crise, o que se viu foi a quase paralisação dos empréstimos. Os bancos recuaram, dificultando os empréstimos, e o governo precisou intervir criando medidas de estímulo visando a facilitar a circulação monetária. Uma dessas medidas foi a diminuição do compulsório dos bancos, conforme regulamentações do Banco Central concernentes aos depósitos e recolhimentos compulsórios a que estão sujeitas as instituições financeiras, nos termos das CIRCULARES n^{os} 3.405/08, 3.407/08, 3.410/08, 3.11/08 e 3.412/08, a qual possibilitou um fluxo maior de recursos na economia, minimizando o problema de crédito.

**Tabela 26 - Demonstrativo da distribuição da riqueza pelos setores –
Beneficiário Terceiros**

Setores Econômicos/ Total riqueza distribuída 2009, 2008 e 2007			2009 Terceiros	2008 Terceiros	2007 Terceiros	Média	Ranking %	Ranking Nominal
Setor Petróleo			10%	8%	13%	10%	9°	
139.058.799	141.339.031	127.750.371	13.229.254	10.969.495	16.312.150	13.503.633		4°
Setor Materiais Básicos			10%	38%	10%	19%	4°	
58.464.420	104.397.209	82.461.347	5.804.490	39.936.636	7.962.495	17.901.207		3°
Setor Bens Industriais			14%	18%	12%	15%	6°	
13.590.322	14.124.795	11.433.674	1.913.663	2.554.503	1.393.965	1.954.044		9°
Setor Construção e Transporte			21%	35%	21%	26%	1°	
30.331.916	24.547.476	18.233.870	6.237.269	8.680.648	3.901.138	6.273.018		6°
Setor Não Cíclico			12%	18%	10%	13%	7°	
28.330.426	21.870.290	17.166.472	3.302.843	3.888.493	1.741.127	2.977.488		7°
Setor Cíclico			18%	22%	17%	19%	3°	
11.697.190	12.559.699	10.861.57	2.136.383	2.821.692	1.824.265	2.260.780		8°

continua

Setores Econômicos/ Total riqueza distribuída 2009, 2008 e 2007			2009 Terceiros	2008 Terceiros	2007 Terceiros	Média	Ranking %	Ranking Nominal
Setor Tecnologia			11%	10%	5%	8%	10°	
2.880.432	2.157.120	1.922.122	308.218	216.233	88.626	204.359		10°
Setor Telecomunicação			21%	22%	14%	19%	2°	
72.796.988	64.540.624	56.163.552	15.546.200	14.144.233	7.821.657	12.504.030		5°
Setor Utilidade Pública e Energia			17%	13%	17%	16%	5°	
138.798.748	131.079.018	122.402.775	23.972.205	17.443.185	20.238.572	20.551.321		1°
Setor Financeiro e Outros			9%	15%	16%	13%	8°	
186.009.644	133.168.644	139.431.387	16.157.573	19.562.443	21.765.411	19.161.809		2°

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

A tabela 26 demonstra que em 2009 apenas um setor não reduziu a parcela da riqueza em termos percentuais: o setor de Utilidade Pública e Energia.

Por outro lado, conforme revela a tabela 27, em termos nominais, em 2009 seis setores apresentaram redução no valor adicionado: Materiais Básicos, com menos 28,33%; Construção e Transporte, com menos 14,80%; Não Cíclico, com menos 6,12%; Financeiro e Outros, com menos 6,005%; Cíclico, com menos 4,20%; Bens Industriais, com menos 4,00%; e Telecomunicações, com menos 0,56%.

Tabela 27 - Demonstrativo da distribuição da riqueza gerada pelos setores - Beneficiário Terceiros - Comparação em termos nominais com apresentação em percentual

Setores Econômicos/ Total riqueza distribuída 2009, 2008 e 2007			2009 - Terceiros	2008 - Terceiros	2007 - Terceiros
Setor Petróleo			9,51%	7,76%	12,77%
139.058.799	141.339.031	127.750.371	1,75%	-5,01%	
Setor Materiais Básicos			9,93%	38,25%	9,66%
58.464.420	104.397.209	82.461.347	-28,33%	28,60%	
Setor Bens Industriais			14,08%	18,09%	12,19%
13.590.322	14.124.795	11.433.674	-4,00%	5,89%	

continua

Setores Econômicos/ Total riqueza distribuída 2009, 2008 e 2007			2009 - Terceiros	2008 - Terceiros	2007 - Terceiros
Setor Construção e Transporte			20,56%	35,36%	21,40%
30.331.916	24.547.476	18.233.870	-14,80%	13,97%	
Setor Não Cíclico			11,66%	17,78%	10,14%
28.330.426	21.870.290	17.166.472	-6,12%	7,64%	
Setor Cíclico			18,26%	22,47%	16,80%
11.697.190	12.559.699	10.861.570	-4,20%	5,67%	
Setor Tecnologia			10,70%	10,02%	4,61%
2.880.432	2.157.120	1.922.122	0,68%	5,41%	
Setor Telecomunicação			21,36%	21,92%	13,93%
72.796.988	64.540.624	56.163.552	-0,56%	7,99%	
Setor Utilidade Pública e Energia			17,27%	13,31%	16,53%
138.798.748	131.079.018	122.402.775	3,96%	-3,23%	
Setor Financeiro e Outros			8,69%	14,69%	15,61%
186.009.644	133.168.644	139.431.387	-6,00%	-0,92%	

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

Na tabela 27, analisando-se o período-base de 2008, verifica-se que os cinco setores que mais demandaram recursos financeiros foram: Materiais Básicos, com 38,25%; Construção e Transporte, com 35,36%; Cíclico, com 22,47%; Telecomunicações, com 21,92%; e Bens Industriais, com 18,09%.

Pelas análises já empreendidas acerca desses cinco setores – quando da abordagem dos destinatários da riqueza Pessoal e Governo –, três deles (Materiais Básicos, Construção e Transporte e Bens Industriais) têm sua presença entre os maiores tomadores de recursos justificada, uma vez que foram os que mais sentiram os reflexos da crise. Vale recordar que os incentivos por parte do Governo com redução da carga tributária ocorreram exatamente nesses setores.

Nos gráficos apresentados a seguir é possível verificar que a realidade de 2009 foi bem diferente para esse destinatário da riqueza.

Gráfico 13 - Resumo Consolidado da Riqueza Geral Distribuída por Setor Econômico - Beneficiário Terceiros - em termos percentuais

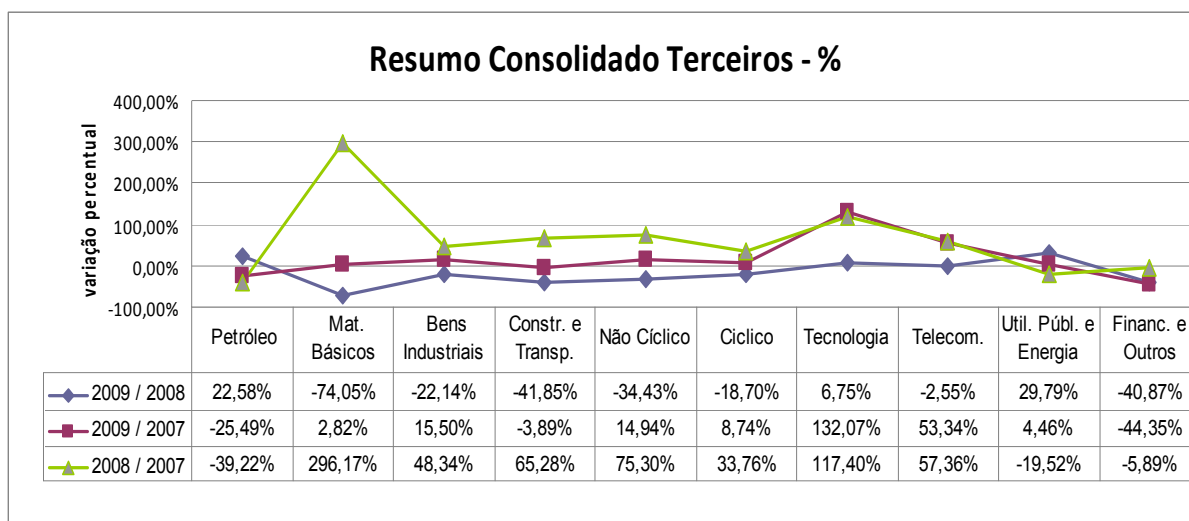


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

O gráfico 13 aponta, no comparativo entre 2008 e 2007, **linha verde**, o crescimento do destinatário da riqueza Terceiros, possivelmente pela modalidade de empréstimos (embora nesse grupo também estejam alocados os aluguéis). Dentro desse período de comparação, os cinco maiores incrementos na distribuição da riqueza para Terceiros foram verificados nos seguintes setores: em primeiro lugar, Materiais Básicos, com 296,17%; em segundo, Tecnologia, com 117,40%; em terceiro, Não Cíclico, com 75,30%; em quarto, Construção e Transporte, com 65,28%; e em quinto lugar, Telecomunicações, com 57,36%.

No comparativo entre 2009 e 2007, **linha vermelha**, o incremento na distribuição da riqueza tem sua ordem alterada para a seguinte escala: em primeiro lugar, Tecnologia, com 132,07%; em segundo, Telecomunicações, com 53,34%; em terceiro, Bens Industriais, com 15,50%, em quarto, Não Cíclico, com 14,94%; e em quinto lugar, Cíclico, com 8,74%. Observa-se que os percentuais estão muito aquém daqueles que foram observados entre 2008 e 2007. Nota-se queda brusca no nível de tomada de empréstimos em virtude da forte retração do crédito ocorrida em 2009.

Por fim, ao compararmos 2009 com 2008, **linha azul**, verificamos que o traço dominante é a queda generalizada da distribuição da riqueza para Terceiros. Apenas dois setores – Petróleo, com 22,58%, e Tecnologia, com 6,75% – mantiveram o acréscimo no valor adicionado para esse destinatário. Os demais setores apresentaram queda acentuada: Materiais Básicos, menos 74,05%; Construção e Transporte, menos 41,85%; Financeiro e Outros, menos 40,87%; Não Cíclico, menos 34,43%; e Bens Industriais, menos 22,14%. Mais uma vez se constata que entre os cinco estão aqueles que mais foram afetados pela crise.

O gráfico seguinte confirma as análises anteriores, porém sob o enfoque nominal.

Gráfico 14 - Resumo Consolidado da Riqueza Geral Distribuída por Setor Econômico – Beneficiário Terceiros – em termos nominais

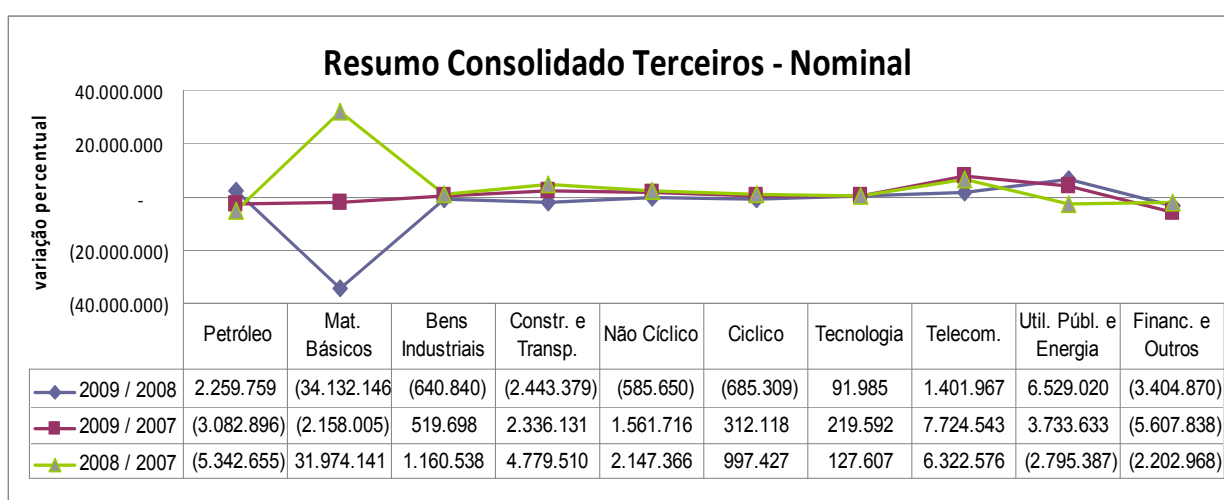


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

Conforme foi possível depreender do conjunto dos gráficos apresentados, esse grupo de beneficiários foi o que melhor refletiu os efeitos da crise global. A característica desse grupo, como sabemos, é a cautela em cenários de crise, e a maior abertura em períodos de estabilidade. Em 2007, ano que se encontra fora da curva da crise, os montantes nominais e percentuais verificados fazem parte de um conjunto que se aproxima da anormalidade. Todavia, em cenário de aperto financeiro, o normal é que aumente a procura por empréstimos, como ocorreu no ano de 2008 em alguns setores. Porém, tal cenário não se repetiu em 2009,

em razão da desconfiança que acometeu o mercado financeiro e da escassez de recursos no mercado mundial.

4.3.4 Remuneração de Capitais Próprios (Acionista)

Nesse último grupo de beneficiários, do mesmo modo, adotaremos os dados da linha 1 da tabela 12 para facilitar nossas análises iniciais e verificar qual o percentual desse destinatário na riqueza total acumulada em relação à DVA somada de todos os setores. Por meio do conjunto de tabelas e gráficos, pretende-se verificar os setores que mais beneficiaram e, em contrapartida, os que menos beneficiaram os seus acionistas. Busca-se ainda perceber se os cenários de crise e prosperidade afetaram a distribuição para esse público.

Para tanto, vale observar a situação apresentada pela tabela 28 em relação à Remuneração de Capitais Próprios:

Tabela 28 - DVA acumulada para todos os Setores - Beneficiário Terceiro

Acumulado Geral de todos os setores econômicos	2009	%	2008	%	2007	%
Total da Riqueza Distribuída	681.958.885	100,00%	649.783.906	100,00%	587.827.140	100,00%
Remuneração de Capitais Próprios	154.104.804	22,60%	151.964.647	23,39%	145.962.398	24,83%

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas.

Ao compararmos os três exercícios, observamos que de 2007 para 2009 ocorreu queda constante. Em termos nominais, no entanto, verifica-se outra realidade: crescimento constante. O fato é que, tendo havido percentualmente uma distribuição menor, ocorreu encolhimento na riqueza distribuída.

As tabelas e gráficos apresentados a seguir apontam os setores que mais diretamente contribuíram para a diminuição da riqueza distribuída.

**Tabela 29 - Demonstrativo da distribuição da riqueza pelos setores –
Beneficiário Acionista**

Setores Econômicos/ Total riqueza distribuída 2009, 2008 e 2007			2009 Acionista	2008 Acionista	2007 Acionista	Média	Ranking%	Ranking Nominal
Setor Petróleo			23%	22%	18%	21%	4°	
139.058.799	141.339.031	127.750.371	31.845.413	30.513.428				3°
Setor Materiais Básicos			35%	36%	46%	39%	1°	
58.464.420	104.397.209	82.461.347	20.724.876	37.100.077				2°
Setor Bens Industriais			17%	15%	24%	19%	5°	
13.590.322	14.124.795	11.433.674	2.378.038	2.142.170				8°
Setor Construção e Transporte			25%	13%	24%	21%	3°	
30.331.916	24.547.476	18.233.870	7.726.945	3.116.927				6°
Setor Não Cíclico			12%	10%	13%	12%	8°	
28.330.426	21.870.290	17.166.472	3.471.475	2.149.235				7°
Setor Cíclico			4%	3%	-1%	2%	10°	
11.697.190	12.559.699	10.861.570	493.601	414.900				10°
Setor Tecnologia			17%	18%	18%	18%	6°	
2.880.432	2.157.120	1.922.122	492.838	389.971				9°
Setor Telecomunicação			3%	10%	14%	9%	9°	
72.796.988	64.540.624	56.163.552	2.494.280	6.702.831				5°
Setor Utilidade Pública e Energia			18%	17%	16%	17%	7°	
138.798.748	131.079.018	122.402.775	25.084.701	22.879.004				4°
Setor Financeiro e Outros			32%	35%	34%	34%	2°	
186.009.644	133.168.644	139.431.387	59.392.637	46.556.104				1°

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

A tabela 29 demonstra que apenas quatro setores, em termos nominais, não reduziram a parcela que cabe aos acionistas, porquanto, mesmo em cenário de crise, o valor aos acionistas continuou crescendo. Esses quatro setores foram: Petróleo, Cíclico, Tecnologia e Utilidade Pública e Energia.

Todavia, a situação se modifica radicalmente quando observamos o cenário sob o ponto de vista percentual. Nesse caso, apenas um único setor aumentou a parcela da riqueza

aos acionistas, qual seja, o setor Cíclico. Os demais, sem exceção, apresentaram oscilações para baixo, seja no comparativo entre 2008 e 2007 ou entre 2009 e 2008.

A tabela 30 demonstra quais foram os setores que mais reduziram ou aumentaram a distribuição no comparativo dos três períodos sob exame.

Tabela 30 - Demonstrativo da distribuição da riqueza gerada pelos setores - Beneficiário Acionista - Comparação em termos nominais com apresentação em percentual

Setores Econômicos/ Total riqueza distribuída 2009, 2008 e 2007			2009 - Acionista	2008 - Acionista	2007 - Acionista
Setor Petróleo			22,90%	21,59%	18,18%
139.058.799	141.339.031	127.750.371	1,31%	3,41%	
Setor Materiais Básicos			35,45%	35,54%	46,17%
58.464.420	104.397.209	82.461.347	-0,09%	-10,63%	
Setor Bens Industriais			17,50%	15,17%	24,26%
13.590.322	14.124.795	11.433.674	2,33%	-9,10%	
Setor Construção e Transporte			25,47%	12,70%	23,77%
30.331.916	24.547.476	18.233.870	12,78%	-11,07%	
Setor Não Cíclico			12,25%	9,83%	12,94%
28.330.426	21.870.290	17.166.472	2,43%	-3,11%	
Setor Cíclico			4,22%	3,30%	-0,53%
11.697.190	12.559.699	10.861.570	0,92%	3,84%	
Setor Tecnologia			17,11%	18,08%	17,52%
2.880.432	2.157.120	1.922.122	-0,97%	0,56%	
Setor Telecomunicação			3,43%	10,39%	13,92%
72.796.988	64.540.624	56.163.552	-6,96%	-3,54%	
Setor Utilidade Pública e Energia			18,07%	17,45%	15,92%
138.798.748	131.079.018	122.402.775	0,62%	1,53%	
Setor Financeiro e Outros			31,93%	34,96%	34,24%
186.009.644	133.168.644	139.431.387	-3,03%	0,72%	

Tabela elaborada pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

Da tabela 30 é possível depreender que os cinco setores que mais distribuíram riqueza aos acionistas foram: Materiais Básicos em primeiro lugar, Financeiros e Outros em segundo, Construção e Transporte em terceiro, Petróleo em quarto e Bens Industriais em quinto.

A tabela também informa os percentuais de queda ou crescimento em termos comparativos, e nesse sentido o que se observa é que, entre 2008 e 2007, as maiores baixas se verificaram nos setores da Construção e Transporte, com menos 11,07%, Materiais Básicos, com menos 10,63%, Telecomunicações, com menos 3,54%, e Não Cíclico, com menos 3,11%. Por meio desses dados podemos inferir que esses setores sentiram mais rapidamente os reflexos da crise que os demais.

Ao compararmos 2009 com 2008, com base na mesma tabela, observamos redução das parcelas aos Acionistas nos seguintes setores: Telecomunicações, menos 6,96%, Financeiro e Outros, menos 3,03%, Tecnologia, menos 0,97%, e Materiais Básicos, menos 0,09%.

Observando pela ótica do aumento na distribuição da parcela aos Acionistas, identificamos no comparativo entre 2008 e 2007 que o setor Cíclico se destaca com 3,84%, seguido pelo setor de Petróleo, com 3,41%, Utilidade Pública e Energia, com 0,72%, e Tecnologia, com 0,56%. Já no comparativo entre 2009 e 2008 as maiores altas foram Não Cíclico, com 2,43%, Bens Industriais, 2,33%, Petróleo, com 1,31%, Cíclico, com 0,92%, e, por último, Utilidade Pública e Energia, com 0,62%.

Os dados supracitados, sejam no comparativo entre 2008 e 2007 ou entre 2009 e 2008, notadamente entre as companhias que reduziram suas parcelas aos acionistas, podem ser entendidos como reflexo da crise global. A redução é hipotética, porquanto a companhia pode reter lucros para fins de investimentos, e não necessariamente porque sofreu prejuízos. A retenção, portanto, pode significar investimento ou queda da atividade econômica. Com base nos cenários examinados, a redução da parcela aos acionistas, acreditamos, se deu em virtude da anormalidade, relacionada à crise global.

O gráfico 15 informa os setores que apresentaram oscilações negativas na riqueza conferida ao Acionista. A **linha azul**, por exemplo, que demonstra o comportamento entre 2009 e 2008, mostra que houve decréscimo apenas em quatro setores (Telecomunicações,

com menos 67,01%, Financeiros e Outros, menos 8,67%, Tecnologia, menos 5,36%, e Materiais Básicos, com menos 0,25%).

No comparativo entre 2009 e 2007, **linha vermelha**, surgem seis setores com cenário de perda para o Beneficiário Acionista: Cíclico, com menos 717,77%, Construção e Transporte, com menos 46,57%, Bens Industriais, com menos 46,57, Não Cíclico, com menos 24,04%, e Materiais Básicos, com menos 23,02%.

Por último, no comparativo entre 2008 e 2007, **linha verde**, a remuneração do capital próprio foi negativa em sete setores. Observamos que apenas os setores de Petróleo, Construção e Transporte e Utilidade Pública e Energia não provocaram queda ao beneficiário Acionista. Os demais apresentaram quedas de no máximo 889,15%, no setor de Cíclico, e no mínimo 2,32%, no setor de Tecnologia.

Gráfico 15 - Resumo Consolidado da Riqueza Geral Distribuída por Setor Econômico - Beneficiário Acionista - em termos percentuais

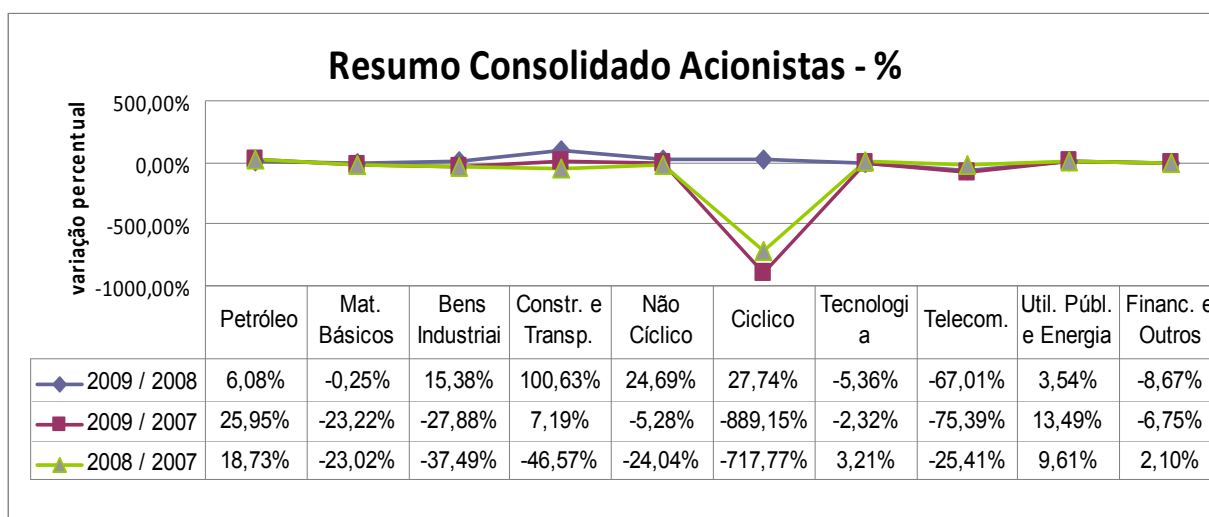


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

Em termos nominais, nos comparativos entre 2009 e 2008, 2009 e 2007 e 2008 e 2007 igualmente se verifica o efeito de incremento ou redução nesse destinatário da riqueza.

Gráfico 16 - Resumo Consolidado da Riqueza Geral Distribuída por Setor Econômico - Beneficiário Acionista - em termos nominais

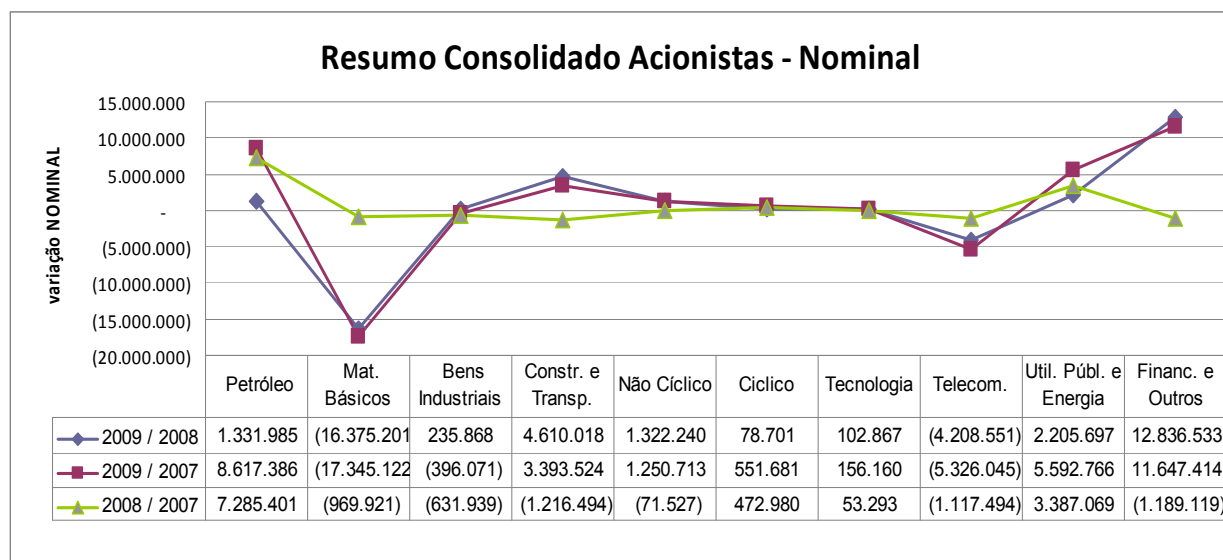


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 264 DVA's acumuladas por classificação setorial Bovespa.

4.4 ANÁLISE DAS DVA'S DOS SETORES ACUMULADOS POR ORDEM DE DESTINAÇÃO DA RIQUEZA DISTRIBUÍDA

Nos gráficos apresentados nesta seção (17 a 26) é possível verificar de forma clara e objetiva quais foram os efeitos dos valores adicionados por setor econômico e seu impacto direto nos beneficiários da riqueza. Além disso, demonstram como se comportaram os beneficiários da riqueza durante os períodos-base do estudo. Neles ainda é possível verificar qual destinatário manteve um padrão na distribuição da riqueza, aumentou ou diminuiu a sua participação, bem como qual o maior beneficiário e o menor dentro de cada um dos 10 (dez) setores de classificação setorial da Bovespa.

**Gráfico 17 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída Setor
Petróleo por ordem decrescente**

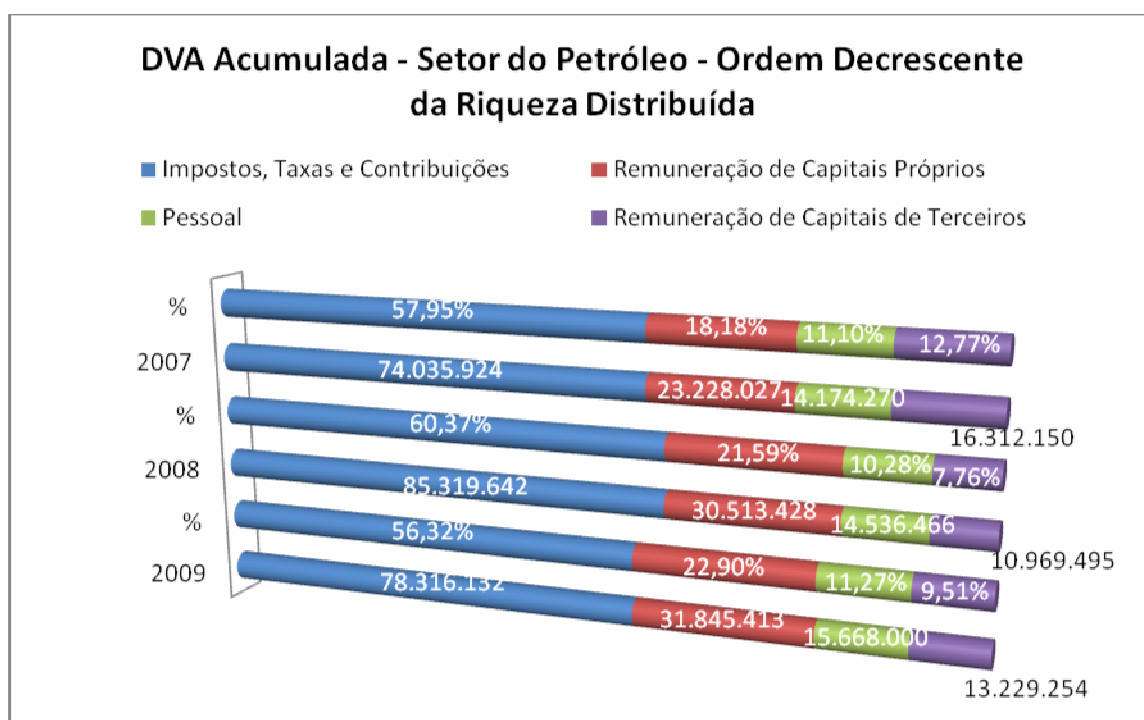


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 2 DVA's acumuladas por setor econômico.

**Gráfico 18 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída Setor
Materiais Básicos por ordem decrescente**

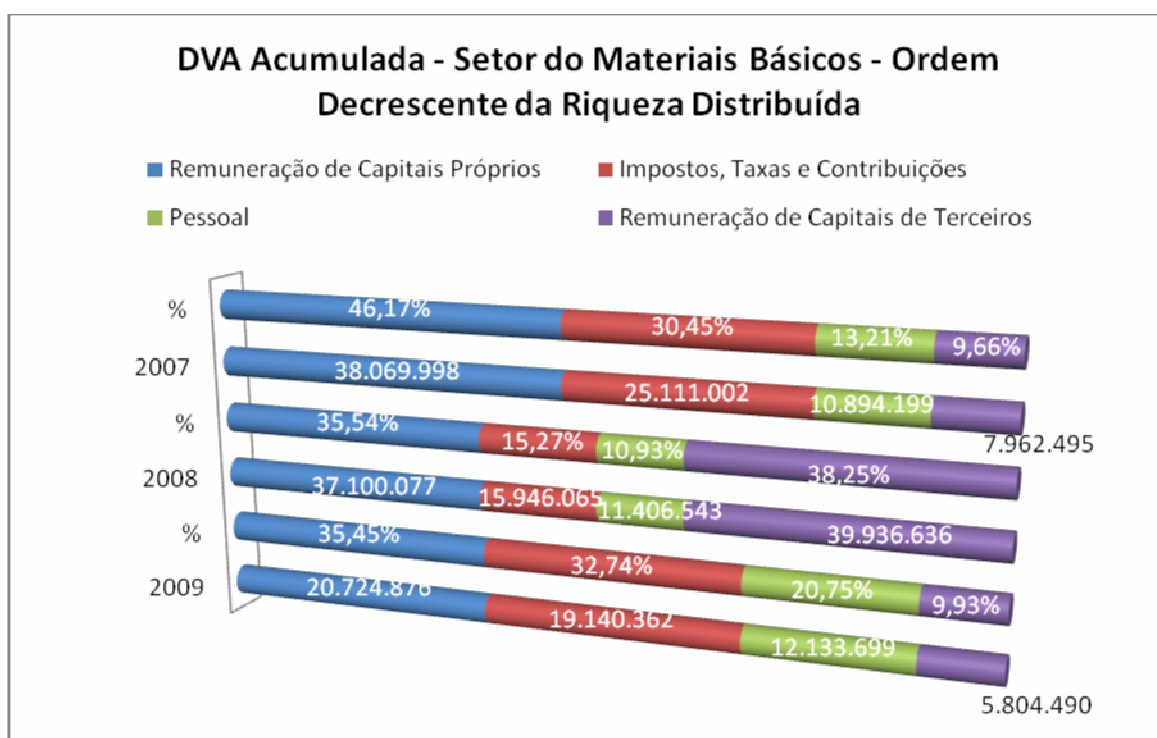


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 31 DVA's acumuladas por setor econômico.

Gráfico 19 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída Setor Bens Industriais por ordem decrescente

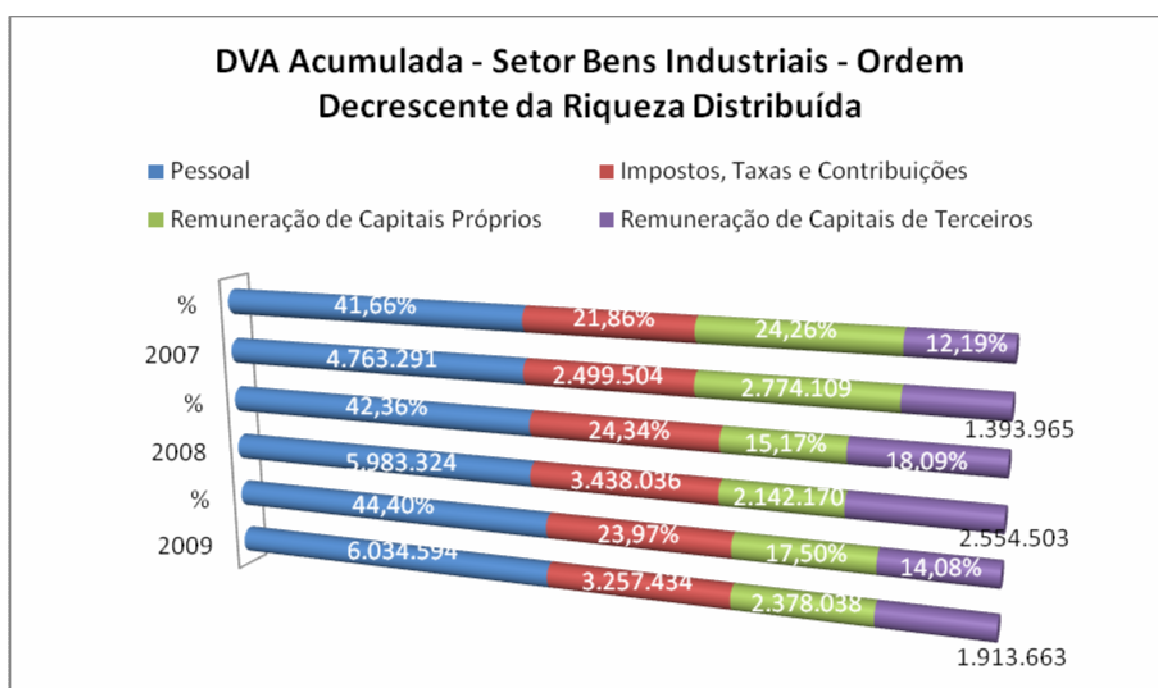


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 20 DVA's acumuladas por setor econômico.

**Gráfico 20 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída Setor
Construção e Transporte por ordem decrescente**

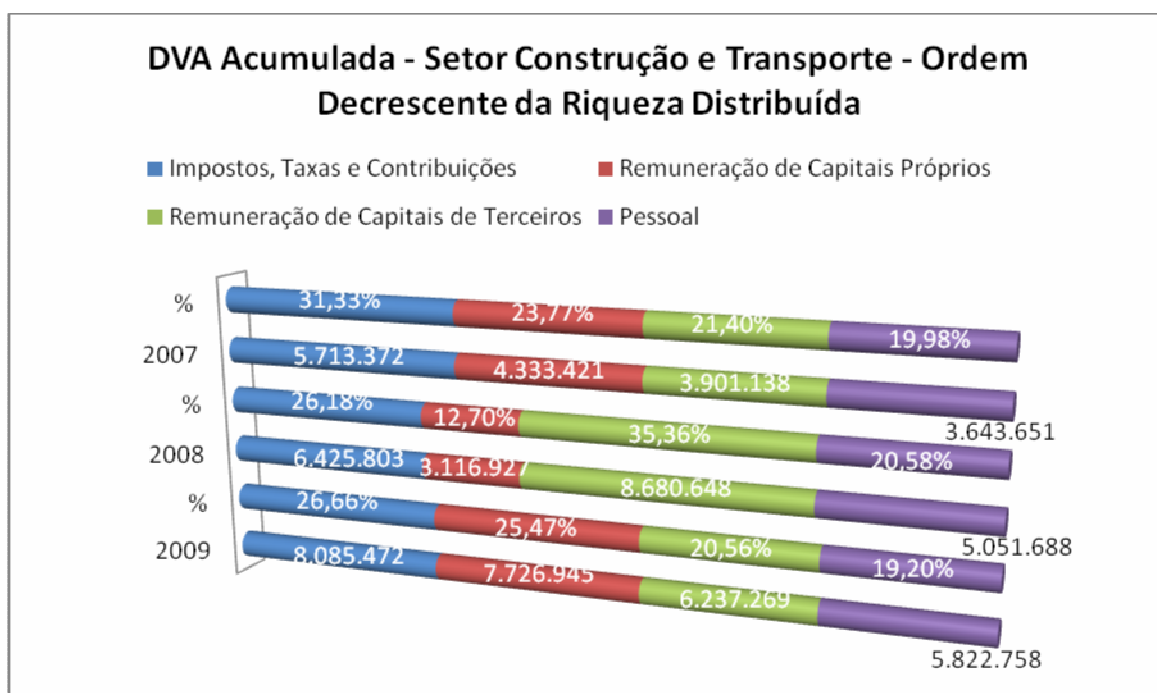


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 44 DVA's acumuladas por setor econômico.

Gráfico 21 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída Setor
Não Cíclico por ordem decrescente

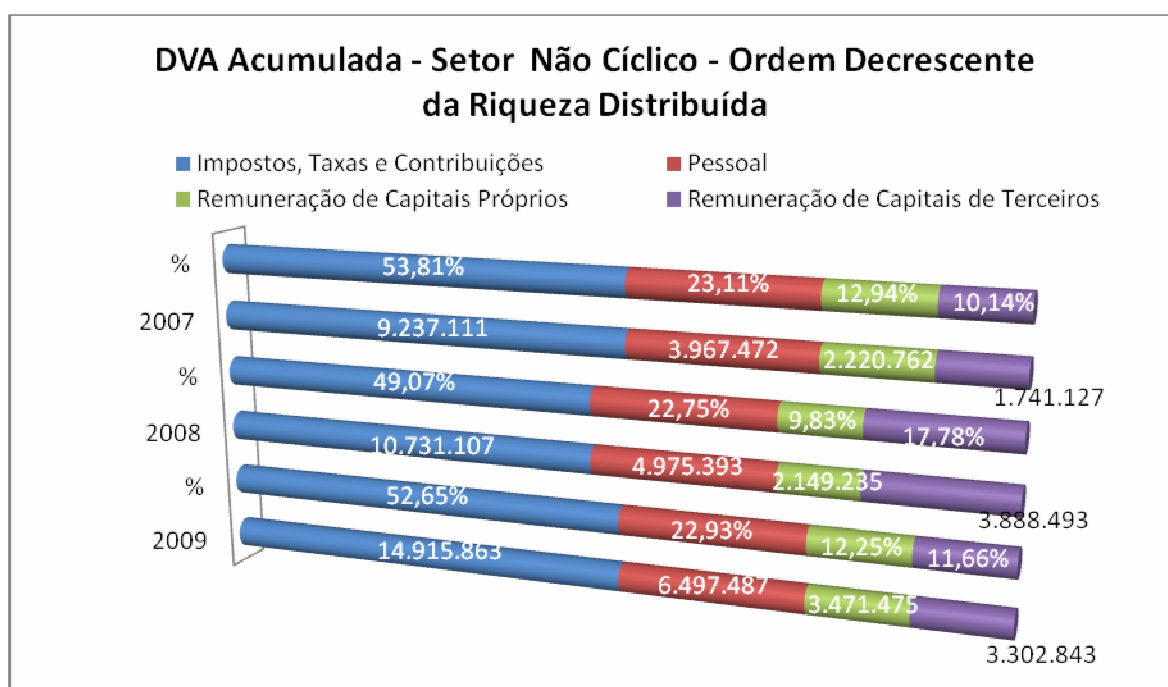


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 16 DVA's acumuladas por setor econômico.

**Gráfico 22 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída Setor
Cíclico por ordem decrescente**

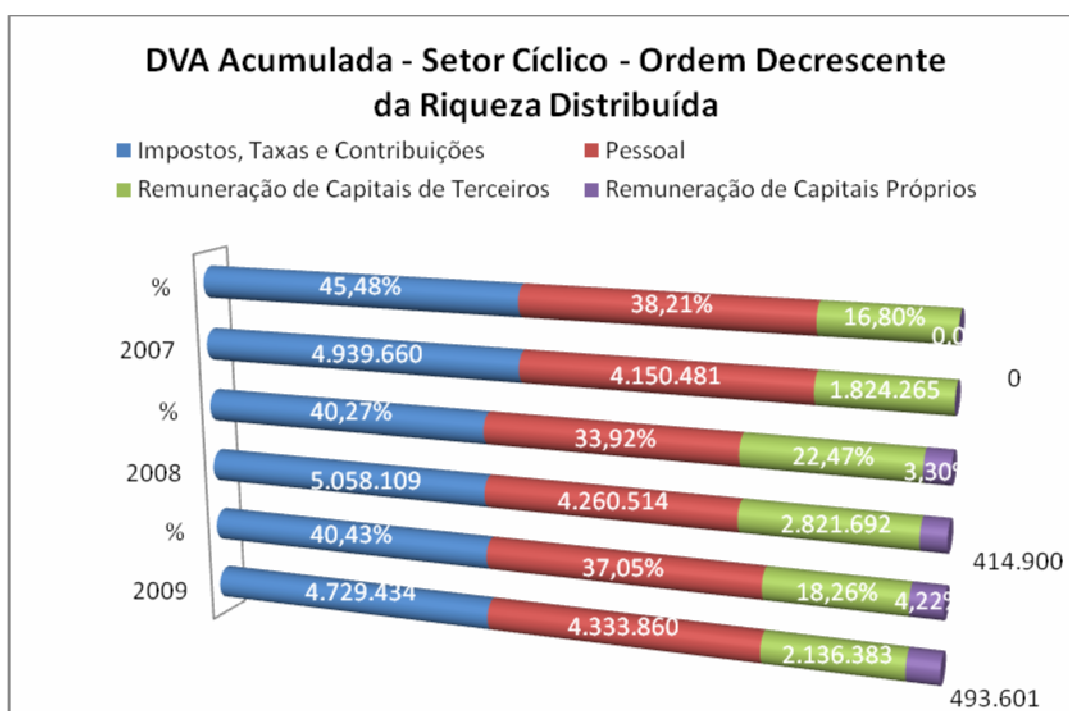


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 22 DVA's acumuladas por setor econômico.

Gráfico 23 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída
Setor Tecnologia por ordem decrescente

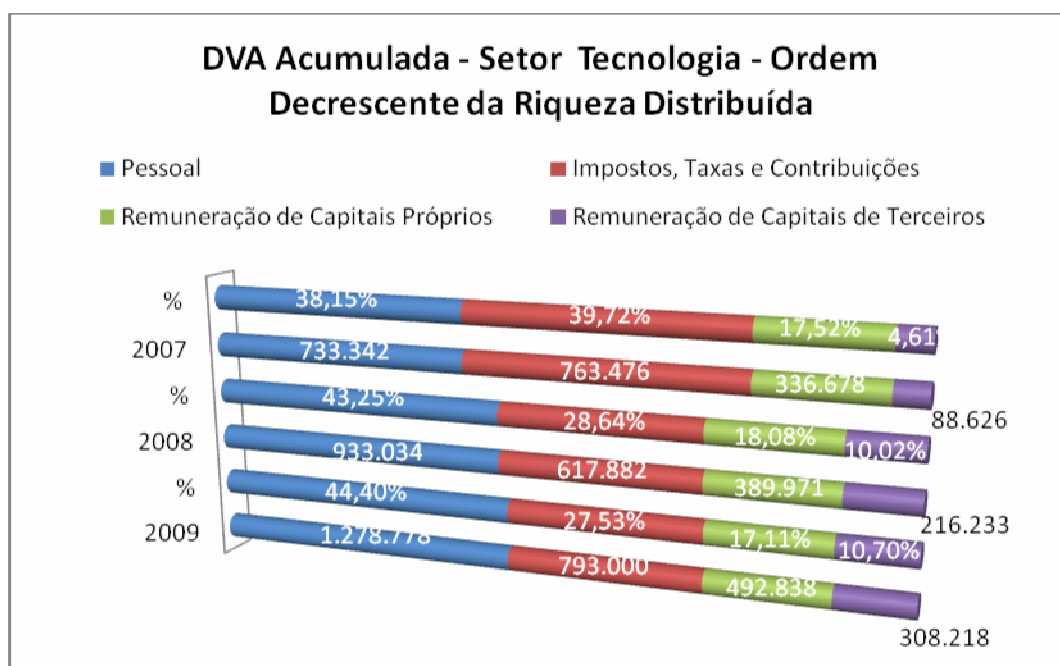


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 5 DVA's acumuladas por setor econômico.

Gráfico 24 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída
Setor Telecomunicação por ordem decrescente

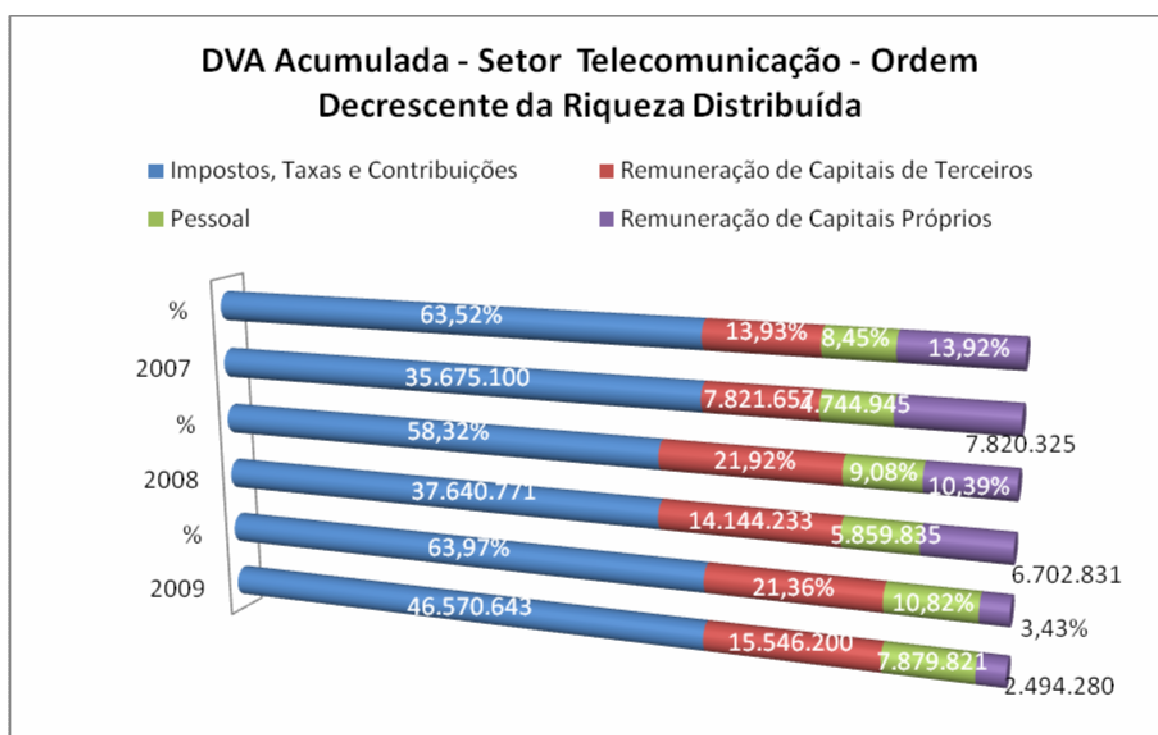


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 14 DVA's acumuladas por setor econômico.

**Gráfico 25 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída Setor
Utilidade Pública e Energia por ordem decrescente**

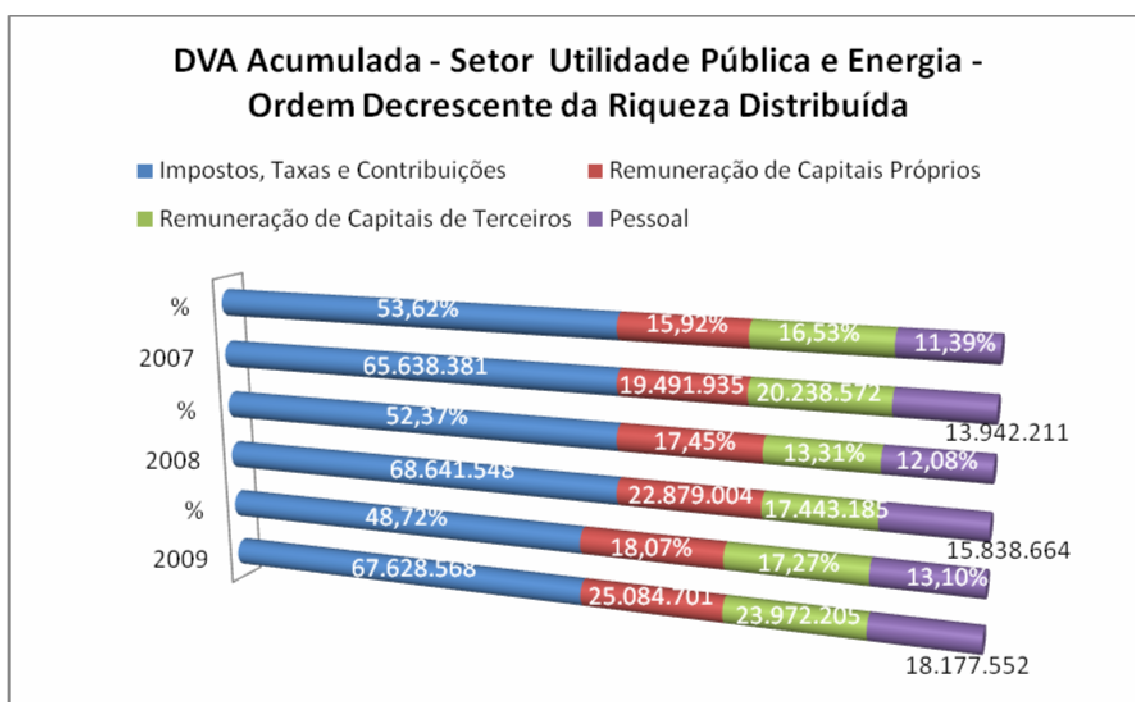


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 54 DVA's acumuladas por setor econômico.

Gráfico 26 - DVA Consolidada - Riqueza Geral Distribuída Setor Financeiro e Outros por ordem decrescente

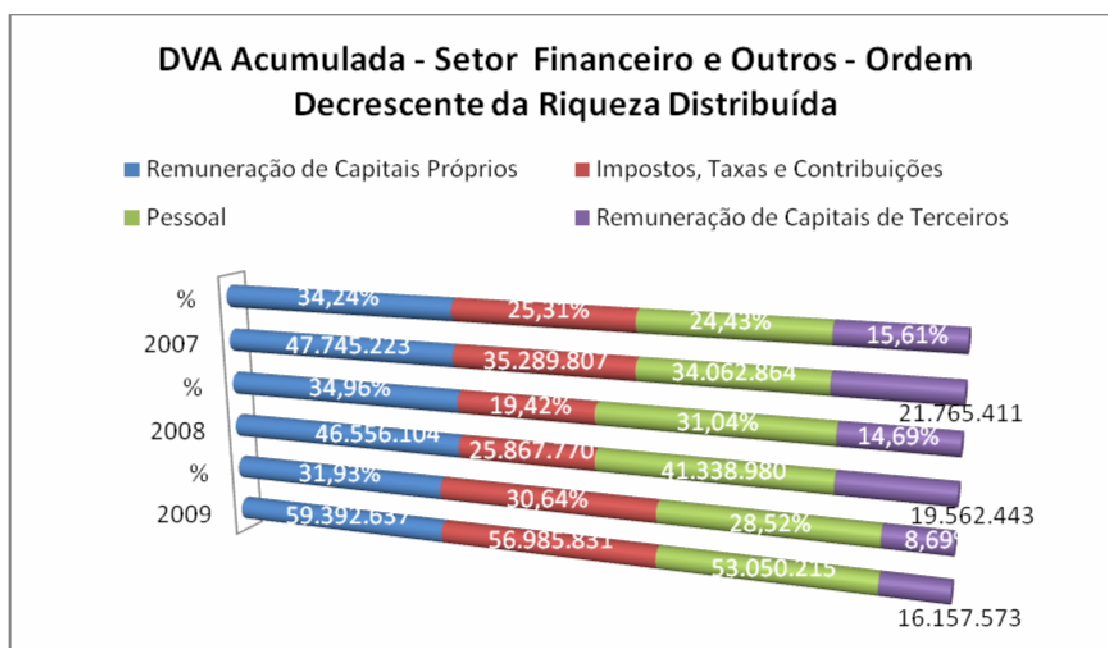


Gráfico elaborado pelo autor a partir da somatória das 56 DVA's acumuladas por setor econômico.

Com base nas informações colhidas de distribuição de riqueza é possível verificar qual dos 4 (quatro) destinatários da riqueza foi aquele que mais vezes recebeu maior valor da riqueza, tanto em termos nominais como em termos percentuais.

Dessa forma, para fins da análise percentual, os destinatários foram classificados de 1º (primeiro) a 4º (quarto), de acordo com o lugar que o beneficiário ocupou naquele setor em relação à sua participação na riqueza gerada nos 3 períodos-base. A tabela 31 mostra essa análise.

**Tabela 31 - Classificação do destinatário da riqueza distribuída
por setor econômico no valor adicionado**

Classificação Setorial Bovespa	Governo	Acionistas	Pessoal	Terceiros
Petróleo	1	2	3	4
Mat. Básicos	2	1	3	4
Bens Industriais	2	3	1	4
Constr. e Transp.	1	2	4	3
Não Cíclico	1	2	3	4
Cíclico	1	2	4	3
Tecnologia	2	3	1	4
Telecom.	1	4	3	2
Util. Públ. e Energia	1	2	4	3
Financ. e Outros	2	1	3	4

Tabela elaborada pelo autor a partir dos gráficos 17 a 26.

Com base na tabela 31 foi possível verificar quantas vezes os destinatários da riqueza (Pessoal, Governo, Terceiros e Acionista) se incluíram na classificação de 1º (primeiro) a 4º (quarto) lugar, sendo oportuno agora observar o resultado da classificação.

**Tabela 32 - Classificação geral do destinatário da riqueza distribuída
por setor econômico no valor adicionado**

Beneficiário	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar
Governo	6	4	0	0
Acionista	2	5	2	1
Pessoal	2	0	5	3
Terceiros	0	1	3	6

Tabela elaborada pelo autor a partir da tabela 31.

Nas análises verificamos que, no grupo investigado das 264 (duzentas e sessenta e quatro) Companhias Abertas, os beneficiários da riqueza gerada foram assim classificados: 1º lugar - Governo, com 6 posições em primeiro lugar e 4 posições em segundo lugar; 2º lugar - Acionistas, com 2 indicações em primeiro lugar e 5 indicações em segundo; 3º lugar - Pessoal, com 2 indicações de primeiro lugar e 5 indicações de terceiro lugar; 4º lugar - Terceiros, com uma indicação de segundo lugar, 3 indicações de terceiro e 6 de quarto lugar.

V - CONCLUSÃO

A DVA tornou-se obrigatória para as Companhias de capital aberto que atuam no mercado brasileiro a partir de 2008. Trata-se de uma demonstração que teve sua origem no balanço social e hoje, por força da Lei 11.638/97, se dissociou dele para se converter numa das demonstrações financeiras contábeis constantes dos artigos 176, V, e 182, II, da Lei 6.404/76 (lei das S/As).

A pesquisa realizada por meio da coleta de dados nos sites da Bovespa e da CVM evidencia que a DVA fornece uma visão abrangente sobre a real capacidade de uma empresa produzir riqueza (no sentido de agregar ou adicionar valor em seu patrimônio) e sobre a forma como se distribui essa riqueza entre os diversos fatores de produção (trabalho, capital próprio e de terceiros e governo), tal como referenciado por Tinoco (2001, p.64).

O Valor Adicionado, por seu turno, está relacionado a quanto de riqueza uma empresa pode agregar à economia do país. Para o governo o valor está intimamente relacionado ao montante que recebe da distribuição da riqueza gerada pelos contribuintes dos tributos.

Com base nas constatações e demais dados obtidos das análises das DVA's apresentados nos capítulos 3 e 4, é possível fazer a seguinte afirmação: as Companhias listadas na Bovespa estão efetivamente publicando as DVA's desde 2008 de acordo com os modelos do CPC 09 aprovados pela Deliberação CVM nº 557/08. Diversas companhias, no entanto, não divulgaram a DVA para o período-base de 2007, período em que não era obrigatória a sua elaboração e publicação, fato esse que reduziu a quantidade de empresas para a amostra da pesquisa.

Assim, partindo dos objetivos gerais e específicos, tendo por base as análises das DVA's de 264 (duzentas e sessenta e quatro) Companhias listadas na Bovespa, foram realizados estudos e análises nas DVA's acumuladas dos setores econômicos e na somatória das DVA's de todos os setores econômicos já acumulados. A classificação setorial disposta pela Bovespa é a seguinte: 1) Bens Materiais; 2) Construção e Transporte; 3) Consumo Cíclico; 4) Consumo não Cíclico; 5) Financeiro e Outros; 6) Materiais Básicos; 7) Petróleo, Gás e Biocombustíveis; 8) Tecnologia da Informação; 9) Telecomunicações; e 10) Utilidade Pública.

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa, que consistia em constatar se, no momento da crise econômica mundial, houve redução do item 8.2 (Impostos, Taxas e Contribuições) da DVA instituída pelo CPC e aprovada pela CVM, foi atingido.

Utilizou-se a técnica estatística de análise de variância “ONEWAY ANOVA”, com o objetivo de determinar estatisticamente a existência de variações nas participações no valor adicionado pelas Companhias em relação aos destinatários – Recursos Humanos, Governo, Setor Financeiro (juros) e Capital Próprio (acionistas) – e verificar a existência de diferenças nas distribuições do valor adicionado entre esses quatro destinatários de acordo com os vários segmentos econômicos. Constatou-se que as diferenças entre os grupos são mais significativas do que as diferenças internas de cada grupo.

O valor adicionado também difere quando se considera o segmento econômico dentro dos grupos utilizados para a segmentação das Companhias analisadas, ou seja, o teste demonstrou que alguns setores foram capazes de adicionar mais valor do que outros. Entre os setores que apresentaram maior capacidade de gerar valor no período analisado destacam-se o petrolífero e o financeiro.

Considerando que o teste aponta que são significativas as diferenças entre as variáveis componentes (pessoal, governo, terceiros e acionistas) e os setores econômicos, aplicaram-se testes de comparações múltiplas para essas variáveis, no intuito de se detectar em quais níveis é constatada essa diferença. Assim, detectou-se diferença entre 1 (pessoal) e 2 (governo), entre 2 (governo) e 3 (terceiros) e, por fim, entre 2 (governo) e 4 (acionista).

Observando-se a participação desses setores ao longo do período abrangido pelo estudo, verifica-se que a participação do governo no valor adicionado em valores absolutos teve crescimento constante. O teste de comparações múltiplas confirma que houve uma diferença significativa entre esses grupos na participação no valor adicionado pelos setores de classificação setorial Bovespa, ficando o setor governo com a maior parcela desse valor.

Do mesmo modo, nas análises realizadas na DVA acumulada de todos os setores econômicos, conforme evidenciado na tabela 12 e gráfico 4, seja em termos nominais ou reais, foi possível constatar que “NÃO” houve redução do item 8.2 (impostos, taxas e contribuições) das 264 (duzentas e sessenta e quatro) DVA’s analisadas. Pelo contrário, houve acréscimo em termos de valor adicionado ao destinatário da riqueza Governo, conforme demonstrado no gráfico 5, de 15,69% no comparativo entre 2009 e 2008 (R\$

300.422.739/ R\$ 259.686.733); de 16,04% no comparativo entre 2009 e 2007 (R\$ 300.422.739 / R\$ 258.903.337); e de 0,30% no comparativo entre 2008 e 2007 (R\$ 259.686.733 / R\$ 258.903.337).

No entanto, em termos percentuais, o que se constatou foi que em 2008, quando comparado com o ano anterior, ocorreu redução no percentual de riqueza distribuída para esse beneficiário de 44,04% para 39,07%. Todavia, isso não afetou o montante nominal, conforme já mencionado, possivelmente devido à agravação da crise no último trimestre de 2008.

Em relação ao objetivo geral, levando-se em conta apenas o enfoque percentual, foi possível verificar que em cenários de crise, tendo em vista a redução da atividade econômica, o Governo também pode ser afetado. Os dados, no entanto, corroboram a assertiva de que a União possui mecanismos para interferir positivamente na economia, por meio da redução da carga tributária, sem com isso interferir nos seus resultados globais. Outra hipótese que se pode levantar é que a redução de tributos pode ser utilizada como mecanismo para interromper ciclos de estagnação ou depressão econômica, revertendo cenários de crise no curto prazo.

Quanto aos objetivos específicos da pesquisa, quais sejam:

- (i) verificar por meio das DVA's se os setores que foram beneficiados com medidas fiscais e monetárias tiveram impacto no valor adicionado e nos públicos destinatários da riqueza;
- (ii) comparar a distribuição da riqueza entre os setores e destinatários (Pessoal, Governo, Terceiros e Acionistas), na tentativa de constatar quem mais perdeu e quem mais ganhou no período de 2007 a 2009.

Com relação ao item "i", constatou-se que, por meio dos diplomas normativos, o Governo Federal reduziu a zero o IPI de diversos produtos relacionados à indústria da transformação, favorecendo os setores Materiais Básicos e Bens Industriais, Construção Civil (Construção e Transporte) e o setor financeiro (Financeiro e Outros) pela via da redução do compulsório das instituições financeiras.

Dessa forma, as análises da DVA acumulada para todos os setores, em termos percentuais e com base na tabela 13, demonstraram que nos períodos de 2007 a 2009 o setor Materiais Básicos apresentou aumento de 2,04% (de 14,03% para 16,07%) no comparativo entre 2008 e 2007; no entanto, ao se comparar 2009 e 2008, observou-se queda surpreendente de 7,50% (de 16,07% para 8,57%). Em termos nominais as oscilações são maiores ainda, tendo passado do incremento de R\$ 82.461.674 em 2007 para R\$ 104.397.209 em 2008, resultou numa redução drástica para R\$ 58.464.420 em 2009. Percebe-se que esse setor foi mais duramente impactado em 2009 e que a política de desoneração fiscal não foi capaz de debelar a crise por completo, apenas minimizou-a. Todavia, tendo em vista que o setor também é muito dependente das exportações, somente as reduções tributárias não foram suficientes para produzir efeitos mais relevantes na operação.

No outro setor beneficiado, Bens Industriais, as distorções foram mínimas, ou seja, em termos percentuais ocorreu aumento de 0,22% (de 1,95% para 2,17%) entre 2008 e 2007 e queda de 0,18% (de 2,17% para 1,99%) entre 2009 e 2008. Sob o ponto de vista nominal, confirma-se a baixa oscilação: de R\$ 11.433.674 em 2007 para R\$ 14.124.795 em 2008, com redução pequena em 2009, passando para R\$ 13.590.322. O comportamento desse setor foi semelhante ao de Materiais Básicos, ou seja, os efeitos da crise foram mais sentidos em 2009 que em 2008. Nesse caso, os benefícios fiscais outorgados aos produtos de boa parte das Companhias que compõem esse setor foram suficientes para não permitir o aprofundamento da crise.

No setor de Construção e Transporte, o pacote de benefícios produziu efeitos imediatos já a partir de 2008. Verificou-se que o percentual de 2008 cresceu apenas 0,68% em comparação a 2007, ainda mais se considerarmos que o setor praticamente parou no final de 2008. Em 2009 o aumento em comparação a 2008 foi de 0,67%. Em termos nominais confirmou-se a tendência de alta, passando o montante de R\$ 18.233.870 em 2007 para R\$ 24.547.476 em 2008, indo para R\$ 30.331.916 no período-base de 2009.

O setor Financeiro e Outros, agraciado com a diminuição do empréstimo compulsório, apresentou crescimento mais consistente que os demais setores que receberam incentivos de natureza fiscal. Nesse caso, sob o ponto de vista percentual, vimos que de 2007 para 2008, em vez de aumento, como nos demais setores, ocorreu queda de 3,23%, mas no comparativo entre 2008 e 2009 o aumento foi de 6,79%. Pela análise nominal observa-se que em 2007 o valor adicionado montou R\$ 139.431.387, em 2008, R\$ 133.168.644 e houve um

excelente acréscimo em 2009, passando para R\$ 186.009.644. Esses números refletem que se, por um lado, o setor financeiro apresenta maior fragilidade em cenário de crise, sua reação também é mais imediata que a dos demais setores.

Outro aspecto a destacar é que os setores que receberam algum tipo de incentivo governamental tiveram efeitos positivos na variação da riqueza gerada em 2009 (com exceção do setor Materiais Básicos), na medida em que se estancou, no curto prazo, a queda de empregos, e novos postos de trabalho passaram a ser gerados já a partir de janeiro de 2009; além disso, houve aumento do consumo, impondo uma nova dinâmica à economia. Sem os incentivos fiscais, a inferência é de que a crise teria sido muito mais abrangente e duradoura. Essa constatação decorre da movimentação do CAGED, que já em janeiro de 2009 apresentava sinais de recuperação no nível de contratações.

Em relação aos públicos beneficiários da riqueza distribuída no tocante a esses 4 (quatro) setores, as tabelas 18, 23, 26 e 29 auxiliam na compreensão dos efeitos. Quanto ao primeiro grupo de beneficiários, Pessoal, no setor Materiais Básicos, constataram-se oscilações negativas somente em virtude do critério percentual, porquanto reduziu em 2008 sua participação, que era de 13% em 2007, tendo registrado 11% no ano seguinte. Por outro lado, teve um crescimento em 2009, passando a representar 21%. Em termos nominais os resultados são de crescimento nos três períodos: R\$ 10.894.199 em 2007, R\$ 11.406.543 em 2008 e R\$ 12.133.699 em 2009.

O setor de Bens Industriais, por sua vez, apresentou o melhor resultado em comparação aos demais setores. Em termos percentuais foram 42% em 2007, 42% em 2008 e 44% em 2009, ocupando o primeiro lugar no ranking, com média de 43%. Em termos nominais os valores apresentaram igualmente crescimento nos três períodos: R\$ 4.763.291 em 2007, R\$ 5.983.324 em 2008 e R\$ 6.034.594 em 2009.

O setor de Construção e Transporte revelou oscilação negativa apenas em termos percentuais: 20% em 2007, 21% em 2008 e 19% em 2009. Sob o ponto de vista nominal os valores foram crescentes: R\$ 4.763.291 em 2007, R\$ 5.983.324 em 2008 e R\$ 6.034.594 em 2009.

Por fim, o setor Financeiro e Outros, do mesmo modo que o setor anterior, produziu oscilações negativas apenas sob o enfoque percentual: 24% em 2007, 31% em 2008 e 29% em 2009. Em termos nominais esse setor ficou em primeiro lugar na distribuição de riqueza a

esse grupo de beneficiários. Em 2007 o valor da riqueza distribuída foi de R\$ 34.062.864, em 2008 R\$ 41.338.980 e R\$ 53.050.215 em 2009.

Podemos inferir que os benefícios conferidos pelas medidas fiscais e monetárias produziram impacto positivo sobre esse grupo de beneficiários da riqueza distribuída nesses 4 (quatro) setores da classificação setorial Bovespa, a ponto de fazê-lo figurar em primeiro lugar em termos percentuais no setor Bens Industriais e em primeiro lugar em termos nominais no setor Financeiro e Outros. O traço comum que se verifica é o aumento dos valores nominais em três setores examinados ao longo do período estudado.

O segundo grupo de análise é o Governo, que financiou três desses setores com medidas de desoneração fiscal. O setor de Materiais Básicos, por exemplo, apresentou forte oscilação negativa de 2007 para 2008, em termos percentuais e nominais. Percentualmente, verificou-se queda de 30% para 15% entre 2007 para 2008, mas, mesmo com a queda no valor adicionado, em 2009 voltou a níveis de pagamento de tributos de 2007 – 33%. Nominalmente constatou-se em 2007 o valor de R\$ 25.111.002, que despencou em 2008 para R\$ 15.946.065 e em 2009 teve um bom acréscimo, representando R\$ 19.140.362, montante, porém, ainda inferior ao de 2007.

O setor de Bens Industriais apresentou pequena oscilação percentual: 22% em 2007, 24% em 2008 e 24% em 2009. Sob o ponto de vista nominal a perda foi quase imperceptível, porquanto em 2007 o valor foi de R\$ 2.499.504, em 2008 de R\$ 3.438.036 e de R\$ 3.257.434 em 2009.

O setor de Construção e Transporte apresentou crescimento progressivo em termos nominais: R\$ 5.713.372 em 2007, subindo para R\$ 6.425.803 em 2008 e para R\$ 8.085.472 em 2009. A oscilação negativa se verificou em termos percentuais: 31% em 2007, com redução para 26% em 2008, reagindo um pouco em 2009, com acréscimo de 1%, indo para 27%.

Por fim, em relação ao setor Financeiro e Outros, cujo comportamento foi semelhante ao do setor de Materiais Básicos, observa-se oscilação negativa no ano de 2008 quando comparado a 2007, tanto em termos percentuais como nominais. No entanto, esse setor reagiu de forma mais eficaz ao estímulo governamental referente à redução do depósito compulsório. Em 2009, por exemplo, o Governo ficou com 31% da riqueza produzida, o que equivale, em termos nominais, a R\$ 56.985.831, quase o dobro do valor de 2008, que foi de

R\$ 25.867.770. Ainda considerando-se o ano de 2009, esse setor superou em muito os valores de 2007, quando se verificou o valor de R\$ 35.289.807, contra os já citados R\$ 56.985.831.

Extrai-se dessas análises que o Governo, ao financiar determinados setores com desoneração fiscal ou com medidas de natureza monetária, produziu efeitos positivos, reduzindo o impacto da crise. Os incentivos podem gerar incremento na economia, podendo reverter cenários de crise, como foi o caso da Construção Civil.

O setor Financeiro e Outros, por exemplo, gerou riqueza ao Governo mais expressiva em 2009 – ano em que foram dados os incentivos – que nos demais anos. Esse dado reflete que se o Governo, de um lado, melhora o fluxo monetário na economia e abre mão de arrecadação em determinados setores, de outro, equilibra suas perdas pelo crescimento e expansão desses mesmos setores e ainda de outros, que, assim, acabam fazendo as vezes daqueles que estão com problemas. É por essa razão que, na leitura da riqueza distribuída sob o ponto de vista da consolidação, percebe-se que o Governo obteve resultado positivo.

No que diz respeito ao grupo de beneficiários Terceiros, que recebe a riqueza proveniente de aluguéis e juros de empréstimos, observando-se os percentuais que foram distribuídos em 2007, constata-se que os setores destinaram um mínimo de 5% (setor Tecnologia) até o máximo de 21% (setor de Construção e Transporte) da riqueza gerada. Em 2008, ano do início da crise, o percentual mínimo verificado foi de 8% (setor de Petróleo) e o máximo, de 38% (Materiais Básicos). Em 2009, cenário com menos turbulência, o menor percentual foi de 9% (setor Financeiro e Outros) e o maior, de 21% (Telecomunicações).

Os quatro setores que foram beneficiados com o pacote de bondades apresentaram os seguintes dados: Materiais Básicos em 2007 distribuiu 10% de sua riqueza, correspondendo a R\$ 7.962.495; já em 2008 o percentual saltou para 38%, equivalentes a R\$ 39.936.636; porém, em 2009, os valores se reduziram para 10%, correspondentes a R\$ 5.804.490. O setor de Bens Industriais, por sua vez, distribuiu em 2007 12% da riqueza gerada, equivalentes a R\$ 1.393.965; em 2008 esse percentual saltou para 18%, correspondendo a R\$ 2.554.503; e em 2009 o comprometimento recuou para 14%, representando R\$ 1.913.663.

O setor de Construção e Transporte foi o que mais necessitou de financiamento. Em 2007, por exemplo, comprometeu 21% de sua riqueza, o que à época representou R\$ 3.901.138; em 2008 o percentual saltou para 35%, correspondentes a R\$ 8.680.648; e em 2009, como nos demais setores que foram beneficiados, verificou-se recuo em termos

nominais e percentuais, ou seja, passou a retornar aos patamares de 2007 – 21%, representando o montante de R\$ 6.237.269.

No caso do setor Financeiro e Outros, a distribuição da riqueza a esse público representou em 2007 o percentual de 16%, equivalente a R\$ 21.765.411; em 2008, reduziu para 15%, com o montante de R\$ 19.562.4443 da riqueza gerada; e em 2009 o percentual caiu de modo mais acentuado, uma vez que a riqueza gerada foi de R\$ 186.009.644, bem superior à de 2008, que foi de R\$ 133.168.644. Entretanto, sob o ponto de vista percentual, o setor reduziu para 9% esse valor, equivalendo a R\$ 16.157.573.

Os dados colhidos revelam que, conforme a crise se aprofundou, a tendência dos setores que receberam benefícios, ao menos em 2008, foi de aumentar a distribuição da riqueza a esse público, o que demonstra maior sensibilidade em relação à crise. Entretanto, à medida que os setores em questão receberam os benefícios de natureza fiscal e monetária, percebeu-se uma melhora na situação econômica em virtude da redução dos valores a esse público, reflexo de que a economia passou a reagir face aos estímulos ofertados. O setor Financeiro e Outros, é sabido, não conseguia emprestar por falta de liquidez no mercado ou o fazia em condições especialíssimas. Esse fato pode explicar o porquê da redução drástica em termos percentuais e nominais dos valores distribuídos a esse público em 2009.

Por último, sobre o beneficiário Acionistas, numa análise considerando esses 4 (quatro) setores, verificou-se a seguinte situação: em 2007 o setor de Materiais Básicos distribuiu 46%, correspondentes a R\$ 38.069.998 da riqueza gerada; já em 2008 esse número caiu para 36% em termos percentuais e R\$ 37.100.077 em termos nominais; em 2009 os valores permaneceram em queda, registrando-se 35%, equivalendo a R\$ 20.724.876. Esses valores, no entanto, em que pesem as quedas constantes, representaram na média do período o primeiro lugar em termos percentuais.

O setor de Bens Industriais, também beneficiado por favores fiscais, distribuiu a seus Acionistas em 2007 24% de sua riqueza, o que representou R\$ 2.774.109; em 2008, o percentual passou a ser de 15%, equivalentes a R\$ 2.142.170; e em 2009 houve um aumento para 17%, correspondendo a R\$ 2.378.038.

Por sua vez, o setor de Construção e Transporte em 2007 comprometeu 24% da riqueza distribuída com esse grupo de beneficiários, percentual que correspondeu a R\$

4.333.421; em 2008 houve uma queda expressiva para 13%, equivalentes a R\$ 3.116.927; e em 2009 se verificou um expressivo aumento para 25%, correspondendo a R\$ 7.726.945.

O setor Financeiro e Outros, em termos nominais, na média do período, foi o que mais distribuiu riqueza a esse grupo de beneficiários. Em 2007 o montante foi de R\$ 47.745.223, correspondendo a 34%; em 2008 o percentual permaneceu nos patamares de 2007, 35%, porém, o valor decresceu para R\$ 46.556.104; e em 2009, em termos percentuais, muito embora tenha recuado para 32%, em virtude do incremento no total do valor adicionado gerado, o valor desse beneficiário da riqueza subiu para R\$ 59.556.104.

Esses números revelam que a tendência em cenários de crise é a redução dos valores a serem pagos a esse grupo de beneficiários. Dos setores beneficiados, a exemplo dos setores Financeiro e Outros, Bens Industriais e Construção e Transporte, todos eles aumentaram os valores para os Acionistas em 2009. O único que apresentou redução nesse item foi Materiais Básicos, por conta da forte retração em virtude da crise. O que se constata é que a política de incentivo impactou positivamente esse grupo de beneficiários, sendo possível inferir que a desoneração fiscal ou medidas que possibilitem mais liquidez ao mercado financeiro propiciam melhores resultados às companhias.

No intuito de encontrar respostas ao item “ii” dos objetivos específicos, a análise de variância e o teste de comparações múltiplas foram adotados. Além disso, foram efetuadas comparações e análises da distribuição da riqueza entre os setores e destinatários (Pessoal, Governo, Terceiros e Acionistas), na tentativa de se constatar quem mais perdeu e quem mais ganhou no período de 2007 a 2009, por intermédio da criação de tabelas e gráficos baseados nas DVA's acumuladas de cada um dos 10 (dez) setores de classificação setorial Bovespa.

Inicialmente, importa considerar, foi utilizada a técnica estatística análise de variância “ONEWAY ANOVA”, com nível de significância menor ou igual a 5%. O objetivo foi determinar estatisticamente a existência de variações nas participações da riqueza gerada dos respectivos destinatários (Pessoal, Governo, Acionistas e Terceiros), além de verificar a existência de diferenças nas distribuições do valor adicionado entre esses quatro destinatários, de acordo com os vários setores econômicos.

Dessa forma, chegou-se à conclusão de que o nível de significância foi de menos de 1/10 de 1%, ou seja, para a variável componente (Pessoal, Governo, Terceiros e Acionistas) as diferenças entre os grupos beneficiários da riqueza foram significativas, deixando-se de

aplicar as diferenças entre eles em menos de um caso em mil. Portanto, as diferenças entre os grupos são bem definidas. Além disso, faz diferença, no tocante à participação no valor adicionado pelas Companhias, pertencer a um ou outro setor.

A riqueza distribuída também difere quanto ao setor. O teste-F apresentou um resultado inferior ao limite estipulado, aplicando, assim, as variações até um nível de significância abaixo de um caso em mil. Em relação ao valor adicionado pelas Companhias analisadas, o teste mostrou que alguns setores foram capazes de adicionar mais valor que outros.

Por outro lado, no teste de comparações múltiplas, constatou-se que o Governo ficou com a maior parcela desse valor. No estudo similar para a variável setor econômico, várias diferenças foram apontadas entre os setores, sendo que a maior geração de valor ocorreu em setores como Petróleo, Utilidade Pública e Energia, Financeiro e Outros, Materiais Básicos e Telecomunicações com maior probabilidade do que nos demais setores.

A comparação entre os beneficiários da riqueza se deu por meio de tabelas, quadros e gráficos que, em seu conjunto, procuraram depreender as variações percentuais e nominais atribuídas a cada um deles. Pelo conjunto dos dados compilados, foi possível gerar parâmetros de comparabilidade dentro e fora do setor econômico. Dentro do próprio setor foram adotados dois critérios de comparabilidade, sendo o primeiro deles a variação percentual tendo por base o montante de toda a riqueza gerada versus o quantum nominal e percentual atribuído ao beneficiário. As tabelas permitiram também criar dados comparativos entre os três períodos em termos percentuais, porém tendo por base os montantes nominais distribuídos. Outro critério muito útil e que permitiu, em termos percentuais e nominais, a comparabilidade entre os setores de classificação setorial para cada beneficiário da riqueza encontra-se representado nos gráficos de linha, nos quais as linhas azul, vermelha e verde compararam a distribuição da riqueza em três cenários distintos: 2009/2008, 2009 /2007 e 2008/2007, respectivamente.

Mediante as análises estatísticas realizadas e conforme as tabelas 31 e 32, constatou-se que o Governo, ao longo dos três períodos examinados, aparece seis vezes em 1º lugar no ranking de destinatários da riqueza gerada acumulada pelos 10 (dez) setores econômicos. Quando o Governo não ocupa a posição de destaque, fica em 2º lugar. Assim, dos dez setores examinados, apenas em quatro (Materiais Básicos, Bens Industriais, Tecnologia e Financeiro e Outros) o Governo não ficou em 1º. Essa posição de segundo lugar pode ser atribuída à crise global, uma vez que o governo desonerou diversos produtos e, com isso, reduziu em

parte a sua riqueza, ou ainda ao fato de esses setores necessitarem de quantidade maior de funcionários no desempenho de suas atividades.

Outra forma de verificar os setores que mais contribuíram para a parcela distribuída ao Governo foi apresentada na tabela 23, a qual possui um ranking composto a partir da média relativa aos três períodos examinados. Assim, em termos percentuais, ocupa o 1º lugar o setor de Telecomunicações, o qual dedica mais de 62% de sua riqueza ao Governo; em 2º lugar vem o setor de Petróleo, com 58%; em 3º lugar, empatados, os setores Não Cíclico e de Utilidade Pública e Energia, com 53%. Em termos nominais, a mesma tabela antes mencionada demonstra que o 1º lugar, com 58%, é ocupado pelo setor de Petróleo; em 2º está o setor de Utilidade Pública e Energia; e em terceiro, o setor de Telecomunicações.

Assim, considerando que o setor de Telecomunicações ocupa, respectivamente, o 1º e o 3º lugares, na escala percentual e nominal, é possível inferir, a partir das análises realizadas, que foi o setor que mais transferiu riqueza ao governo.

O grupo de beneficiários que compreende a Remuneração de Capitais Próprios (Acionistas) ocupa o segundo lugar em termos de distribuição da riqueza. Os setores que mais remuneraram esse grupo, em termos percentuais, foram o de Materiais Básicos, em 1º lugar, e em 2º o setor Financeiro e Outros, conforme demonstra a tabela 29. Em contrapartida, os que menos remuneraram o referido grupo, em termos percentuais, foram: em último lugar o setor Cíclico, em 9º lugar o de Telecomunicações e em 8º Não Cíclico. Em termos nominais, com base na mesma tabela, o setor Financeiro e Outros ocupa o 1º lugar, seguido pelo setor de Materiais Básicos, em 2º lugar, e em 3º lugar o setor de Petróleo. Os que menos remuneraram, em termos nominais, foram: 10º lugar o Setor Cíclico; 9º Tecnologia; 8º Bens Industriais.

Na terceira posição da distribuição da riqueza foi verificado o destinatário Pessoal. O setor que mais distribuiu riqueza a esse grupo de beneficiários, em termos percentuais, foi o de Bens Industriais, em 2º lugar o de Tecnologia, seguido, em 3º lugar, pelo setor Cíclico. O que menos remunerou, em termos percentuais, foi o setor de Telecomunicações, em último lugar, seguido pelo setor de Petróleo, em 9º lugar, e pelo setor de Utilidade Pública e Energia, em 8º lugar. Sob a ótica nominal, o 1º lugar vem ocupado pelo setor Financeiro e Outros; o 2º lugar, pelo setor de Utilidade Pública e Energia; e o 3º lugar, pelo setor de Petróleo. O que menos remunerou, em termos nominais, foi o setor de Tecnologia, seguido pelos setores Cíclico e Construção e Transporte.

O grupo de beneficiários Remuneração de Terceiros foi o que ficou em último na lista dos destinatários da riqueza. Nesse grupo que compreende os gastos com juros e aluguel, pela ótica percentual, conforme as análises na tabela 26, o setor de Construção e Transporte foi o que mais contribuiu, sendo que em 2º lugar vem o setor de Telecomunicações e em 3º, o setor Cíclico. Pelo enfoque nominal, o 1º lugar é ocupado pelo setor de Utilidade Pública e Energia; o 2º, Materiais Básicos; e o 3º, setor de Petróleo. Os que menos dispensaram recursos a esse grupo de beneficiários, em termos nominais, o que presume baixo endividamento, foram os setores de Tecnologia, em 10º lugar, Petróleo, em 9º, e Financeiro e outros, em 8º. Em termos nominais, o setor Tecnologia ocupa também o último lugar, ao passo que o setor de Bens Industriais vem em 9º lugar, e em 8º lugar, o setor Cíclico.

Por fim, os resultados apurados também permitiram comprovar a hipótese levantada, uma vez que, de acordo com a análise, verificou-se que: o Governo aumentou sua participação na distribuição da riqueza no momento da crise mundial e ficou em primeiro lugar no nível de distribuição da riqueza em comparação com os demais beneficiários.

Com base nisso, sugere-se como continuação ao presente trabalho a execução de pesquisas específicas e detalhadas sobre a distribuição de riqueza para cada destinatário da DVA, ou seja, acionista, funcionários, terceiros e governo. Poder-se-ia ainda demonstrar como o valor adicionado para esses destinatários se comportou no momento de crise. Além disso, uma série de itens componentes dos destinatários da riqueza poderia ser objeto de estudo aprofundado, como, por exemplo:

- Transferência de salários para o Ativo Imobilizado – Discutir se faz sentido reduzir do Pessoal, pois continua sendo salário, embora a empresa opte por capitalizar o gasto; outros gastos, como, por exemplo, energia, telecomunicações etc. podem seguir o mesmo critério, porém no grupo de terceiros.
- Outros - Companhias colocam encargos previdenciários nesse item, enquanto o correto seria alocar em tributos.
- Aluguéis - Empresas pagam alugueres inerentes ao estabelecimento industrial e comercial para Sociedade cujos acionistas são os proprietários destas. Nesse caso, seria oportuno investigar de quem seria a remuneração (acionista ou terceiros).

- Juros sobre o capital próprio - Verificar se está considerando o total do resultado ou líquido do IRRF.
- Variação Cambial - Registrada pelo regime de competência, pode não necessariamente ter sido efetivamente paga para os terceiros, mas sim registrada contabilmente, sendo que no período seguinte pode haver inclusive o registro de uma receita. Para a análise ser mais apurada, sempre deveria ser considerada pelo regime de caixa.
- Gastos com meio ambiente - Tendo em vista os impactos atuais ao meio ambiente, deveria haver uma linha para discutir os gastos referentes a essa rubrica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3ªed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BASTOS, Celso; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____. **Curso de Direito Constitucional**. 14ªed. São Paulo: Saraiva, 1994.

BERTHOLOTTO, J. F. Técnicas de amostragem: aplicações em estudos populacionais. **Revista de Ciências Gerenciais**. Vol.4, n.6. Leme: Anhanguera Educacional, out. 2000. p.20-29.

BORBA, Claudio. **Direito Tributário**. 5ªed. São Paulo: Consulex, 2000.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial**. Tese (Doutorado em Administração), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BOVESPA. Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE. **Questionário Base**. 2009. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/download/ISE_Questionario2009.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2010.

_____. **Classificação Setorial das Empresas Listadas na BM&FBOVESPA**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?opcao=1&indiceAba=1&Idioma=pt-br>>. Acesso em: 29/01/2010.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças Contábeis na Lei Societária: Lei 11.638, de 28/12/2007**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação CVM nº 457**, de 17 de julho de 2007. Brasília - DF, 2007.

_____. Ministério da Fazenda. Comissão de Valores Mobiliários. **Instrução CVM nº 469**. Brasília - DF, 2008.

_____. Ministério da Fazenda. Comissão de Valores Mobiliários. **Nota Explicativa à Instrução CVM 469**. 02 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/snc/nota469.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2010.

_____. Ministério da Fazenda. Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação CVM nº 557**. Brasília - DF, 12 nov. 2008.

_____. Ministério da Fazenda. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED**. 18 mai. 2009. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/conjuntura/informativo_economico/2009/2009_05/outros/IE%202009%2005%2018%20Caged.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2010.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Contas Nacionais - Brasil 2003-2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2007/default.shtm>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria MTE nº 235**, de 14 de março de 2003. Brasília - DF, 2003.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Dados e Estatísticas. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/caged/default.asp>>. Acesso em: 23 mar. 2010.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Evolução do Emprego Celetista por Setor de Atividade - Comparativo dos meses de dezembro dos anos de 2003 a 2008**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/caged/2008_12/arquivos/93graf.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2010.

_____. Presidência da República. **Lei nº 4.923**, de 23 de dezembro de 1965. Brasília - DF, 1965.

_____. Presidência da República. **Código Tributário Nacional**. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Brasília - DF, 1966.

_____. Presidência da República. **Lei nº 6.385**, de 7 de dezembro de 1976. Brasília - DF, 1976.

_____. Presidência da República. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Brasília - DF, 1976.

_____. Presidência da República. **Constituição Federal de 1988**. Publicada no D.O.U. de 05 de outubro de 1988. Brasília - DF, 1988.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.303**, de 31 de outubro de 2001. Brasília - DF, 2001.

_____. Presidência da República. **Medida Provisória nº 2.164-41**, de 24 de agosto de 2001. Brasília - DF, 2001.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Brasília - DF, 2007.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6.696**, de 17 de dezembro de 2008. Brasília - DF, 2008.

_____. Secretaria de Assuntos Estratégicos. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Nota Técnica 16** - Estimativa da Carga Tributária de 2002 a 2009. Mar. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100312_nt16dimac_cargatributria.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2010.

BULGARELLI, Waldírio. **Manual das Sociedades Anônimas**. 7ªed. São Paulo: Atlas, 1993.

CANUTO, Kleber Cuissi. **Análise da Relação Entre Investimentos em Tecnologia da Informação e Desempenho de Organizações Brasileiras com Capital Aberto**. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade do Paraná, 2009.

CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio Moraes da Costa. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____. **Curso de Direito Tributário**. 15ªed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS - CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 09**, de 30 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf>. Acesso em: 27 de janeiro de 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. A Reforma da Empresa. **Revista de Direito Mercantil - Industrial, Econômico e Financeiro**. n.50 - nova série. São Paulo, Departamento de Direito Comercial da Universidade de São Paulo, abr.-jun. 1983. p.57-74.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Termo de Aprovação - Pronunciamento Técnico CPC 09**. 30 out. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/Termo_de_aprovacao_CPC_09.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2010.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **Demonstração contábil do valor adicionado - DVA: um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DELGADO, Malu. Presidente afirma que aquecimento do mercado interno foi o fator central para o país superar a crise. **Folha de São Paulo**. 08 dez. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0812200916.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.

DIAS, Adriana Marques; CALDARELLI, Carlos Alberto. **Lei 11.638 - Uma Revolução na Contabilidade das Empresas**. São Paulo: Trevisan, 2008.

DIFINI, Luiz Felipe Silveira. **Manual de Direito Tributário**. 4ªed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral. **Investimentos socioambientais na demonstração do valor adicionado: formação ou distribuição do valor adicionado?** Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GALHARDO, Ricardo. Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será marolinha. **O Globo**. 04 out. 2008. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/10/04/lula_crise_tsunami_nos_eua_se_chegar_ao_brasil_sera_marolinha_-548552017.asp>. Acesso em: 19 jun. 2010.

GALLO, Mauro Fernando. **A Relevância da Abordagem Contábil na Mensuração da Carga Tributária das Empresas**. Tese (Doutorado Controladoria e Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GARRIGUES, Joaquín y Diaz-Cañabate. **Problemas Atuais das Sociedades Anônimas**. Porto Alegre: Fabris, 1982.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRANER, Fábio. Carga tributária caiu para 34,28% do PIB em 2009, diz Ipea. **O Estado de São Paulo**. 12 mar. 2010. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/Economia+Brasil,carga-tributaria-caiu-para-3428-do-pib-em-2009-diz-ipea,not_8937.htm>. Acesso: 04 jul. 2010.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. 12ªed. São Paulo: Atlas, 2004.

HEERDT, Mauri L.; LEONEL, Vilson. **Metodologia Científica e da Pesquisa: livro didático**. 4ªed. Palhoça: UnisulVirtual, 2006.

IASB - INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Completing the February 2006 Memorandum of Understanding**: A progress report and timetable for completion. Set. 2008. Disponível em: <http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/C1DD5259-4011-4715-A807-1FD71858D37C/0/Memorandum_of_Understanding_progress_report_and_timetable.pdf>. Acessado em: 06 jan. 2010.

_____. **Global Convergence**. Disponível em: <<http://www.iasb.org/Use+around+the+world/Global+convergence/IFRS+global+convergence.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2010.

_____. **Use around the world Global Convergence/ IFRSs in Brazil**. Disponível em: <<http://www.iasb.org/Use+around+the+world/Global+convergence/IFRSs+in+Brazil.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7ªed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____; MARTINS, Eliseu; GELBECKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: aplicáveis às demais sociedades/ FIPECAFI. 7ªed. 4ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balço Social, Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAMY FILHO, Alfredo; PEDREIRA, José Luiz Bulhões. **A Lei das S.A.** 2ªed. São Paulo: Renovar, 1995.

LEÃES, Luís Gastão Pais de Barros. **Mercado de Capitais & “Insider Trading”**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

LEVIN, Jack. **Estatística aplicada a ciências humanas**. São Paulo: Harbra, 1985.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 30ªed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3ªed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração análise e interpretação de dados.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 5ªed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. Demonstrações Financeiras/Contábeis: Propostas para alteração da lei das Sociedades por ações. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis.** Vol.4, n.1. Rio de Janeiro: UERJ, FAF, 1999.

_____. **Análise das Demonstrações Contábeis.** 1ªed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINEZ, Luis Frutuoso; FERREIRA, Aristides Isidoro. **Análise de dados com SPSS – primeiros passos.** Lisboa: Escolar, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações.** 3ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial.** 6ªed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento.** 3ªed. São Paulo: Atlas, 1996.

MAXIMILIANUS, Cláudio Américo F.; MAXIMILIANUS, Roberto Ernesto F. **Resumo de Direito Tributário.** 13ªed. Coleção Resumos. São Paulo: Malheiros, 2004.

MILLER, R. T; CIARAN, A; FULLERTON, D. A.; MALTBY, J. **SPSS for Social Scientists.** New York: Palgrave McMillan, 2002.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras.** São Paulo: Frase, 2002.

O GLOBO. **Da marolinha à gente branca de olhos azuis: frases de Lula sobre a crise.** 28 mar. 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/03/27/da-marolinha>

-gente-branca-de-olhos-azuis-frases-de-lula-sobre-crise-755034052.asp>. Acesso em: 19 jun. 2010.

OLIVEIRA, Marcelle Colares; CARNEIRO, Adriano Figueiredo; FIRMINO, Fábio G.; SILVA, Francisco Rolando de Vasconcelos; BEZERRA, Gerardo Rodrigues; DA SILVA, José Wesmey. **A Importância da Demonstração do Valor Adicionado como Instrumento de Evidenciação da Geração e da Distribuição de Riqueza das Empresas**. ENANPAD, 1999.

PARMEZZANO, Cláudia Meca. **Demonstração do valor adicionado**: uma proposta de modelo aplicado às principais seguradoras do Brasil e os resultados obtidos desta pesquisa. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PIZOLIO, Reinaldo. **Competência Tributária**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

POGGIO, Guilherme. Embraer demitirá 4 mil empregados. **Gazeta Mercantil**. 11 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.aereo.jor.br/2008/12/11/embraer-demitira-4-mil-empregados/>>. Acesso em: 19 jun. 2010.

PORTAL EXAME. **Crise pode fazer Embraer demitir em 2009, diz sindicato**. 10 dez. 2008. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/ae/economia/crise-pode-fazer-embraer-demitir-2009-diz-sindicato-208665.shtml>>. Acesso em: 19 jun. 2010.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Banco de Dados**: quantidade de tributos no Brasil. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2010.

PSTU - PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS. **Embraer poderá demitir 4 mil trabalhadores**. 11 dez. 2008. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/editorias_materia.asp?id=9456&ida=0>. Acesso em: 19 jun. 2010.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 23^aed. São Paulo: Saraiva, 2003

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Demonstração do Valor Adicionado - DVA**: um instrumento da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários. Dissertação (Mestrado em

Controladoria e Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. **Contabilidade Ambiental**. 1ªed, 2º tiragem. São Paulo: Saraiva, 2006.

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES JUNIOR, Manuel Salgueiro. **A DVA como instrumento de mensuração da relação custo-benefício na concessão de incentivos fiscais: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ROSSETTI, Jose Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

SÁ, Antônio Lopes de. **Introdução à contabilidade aplicada ao meio ambiente natural**. Disponível em: <<http://www.lopesdesa.com.br>>. Acesso em: 17 jul. 2010.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado - DVA: um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza nas empresas**. Tese (Livre Docência), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **Demonstração do Valor Adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. 2ªed. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHERER, Luciano Marcio. **Valor adicionado: análise empírica de sua relevância para as companhias abertas que publicam a demonstração do valor adicionado**. Tese (Doutorado em Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SECOVI. **Balanco do Mercado Imobiliário 2009**. Disponível em: <<http://www.secovi.com.br/pesquisa/balanco/2009/download/mercado.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

_____. **2009 reverte as expectativas e surpreende**. Balança do Mercado. Disponível em: <<http://www.secovi.com.br/pesquisa/balanco/2009/index.php?id=2>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

SILVEIRA, Edílson C. da. **Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** uma análise da geração e distribuição de riqueza nas empresas de energia elétrica do Brasil (período: 1999-2001). Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), UNB/ UFPB/ UFPE/ UFRN, Recife, 2003.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Apec, 1975.

STEVENS KROETZ, César Eduardo; NEUMANN, Marguit. Responsabilidade Social e a Demonstração do Valor Adicionado. **Desenvolvimento em Questão**. Vol.6, n.11. Ijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, jan.jun. 2008. p.153-178.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 2ªed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Balço Social:** uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações. 1ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 2ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____; MORAES, Pésio Belluomini. Uso da Demonstração do Valor Adicionado - DVA como ferramenta de medição da Carga Tributária no Brasil. **eGesta**. Revista Eletrônica de Gestão de Negócios. Vol.4, n.1. Santos - SP: Universidade Católica de Santos, jan.-mar. 2008. p.1-32.2.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

VIEIRA, Valter Afonso. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista da FAE**. Vol.5, n.1. Curitiba: FAE Centro Universitário, jan.-abr. 2002. p.61-70.

ANEXOS

**ANEXO I - LISTA DE EMPRESAS DE ACORDO COM A
CLASSIFICAÇÃO SETORIAL DA BOVESPA**

CLASSIFICAÇÃO SETORIAL DAS EMPRESAS E FUNDOS NEGOCIADOS NA BM&FBOVESPA

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Exploração e/ou Refino		
		ECODIESEL	ECOD	NM
		NOVAMARL PET	NVML	MB
		NOVAMARLIM	NVMP	MB
		OGX PETROLEO	OGXP	NM
		PET MANGUINH	RPMG	
		PETROBRAS	PETR	
		Y P F	YPFL	
		Máquinas e Equipamentos		
		OSX BRASIL	OSXB	NM

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM		
			CÓDIGO	SEGMENTO	
Materiais Básicos	Mineração	Minerais Metálicos			
		CENT AMAPA	CTAP		
		CENT MIN-RIO	CTMI		
		LITEL	LTEL	MB	
		MMX MINER	MMXM	NM	
		VALE	VALE	N1	
		Siderurgia e Metalurgia	Siderurgia		
		ACOS VILL	AVIL		
		FERBASA	FESA		
		GERDAU	GGBR	N1	
	GERDAU MET	GOAU	N1		
	SID NACIONAL	CSNA			
	USIMINAS	USIM	N1		
	VICUNHA SID	VSID			
	Artefatos de Ferro e Aço				
	ALIPERTI	APTI			
	CONFAB	CNFB	N1		
	FIBAM	FBMC			
	MANGELS INDL	MGEL	N1		
	MET DUQUE	DUQE			
	PANATLANTICA	PATI			
	TEKNO	TKNO			
	Artefatos de Cobre				
	ELUMA	ELUM			
	PARANAPANEMA	PMAM	N1		
	Químicos	Petroquímicos			
	BRASKEM	BRKM	N1		
	ELEKEIROZ	ELEK			
	GPC PART	GPCP			
	M G POLIEST	RHDS			
PRONOR	PNOR				
QUATTOR PETR	SZPQ				
UNIPAR	UNIP	N1			
Fertilizantes e Defensivos					
FER HERINGER	FHER	NM			
FOSFERTIL	FFTL				
NUTRIPLANT	NUTR	MA			
YARA BRASIL	ILMD				

continua

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Materiais Básicos	Químicos	Químicos Diversos		
		MILLENNIUM QGN PARTIC	TIBR QGNP	MB
	Madeira e Papel	Madeira		
		DURATEX EUCATEX	DTEX EUCA	NM
		Papel e Celulose		
		CELUL IRANI FIBRIA KLABIN S/A MELHOR SP SANTHER SUZANO HOLD SUZANO PAPEL	RANI FIBR KLBN MSPA STTZ NEMO SUZB	N1 N1 N1
		Embalagens		
		DIXIE TOGA METAL IGUACU PETROPAR RIMET	DXTG MTIG PTPA REEM	
		Materiais Diversos		
		MAGNESITA SA PROVIDENCIA SANSUY TRORION	MAGG PRVI SNSY TROR	NM NM

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Bens Industriais	Material de Transporte	Material Aeronáutico		
		EMBRAER	EMBR	NM
		Material Ferroviário		
		COBRASMA	CBMA	
		Material Rodoviário		
		D H B FRAS-LE IOCHP-MAXION MARCOPOLO METAL LEVE PLASCAR PART RANDON PART RECRUSUL RIOSULENSE TUPY WETZEL S/A WIEST	DHBI FRAS MYPK POMO LEVE PLAS RAPT RCSL RSUL TUPY MWET WISA	 N1 NM N2 N1
		Equipamentos Elétricos		
		METALFRIO	FRIO	NM
		Máquinas e Equipamentos		
		Motores, Compressores e Outros		
		LUPATECH SCHULZ WEG	LUPA SHUL WEGE	NM NM
		Máqs. e Equip. Industriais		
		BARDELLA INDS ROMI INEPAR KEPLER WEBER NORDON MET	BDLL ROMI INEP KEPL NORD	 NM
		Máqs. e Equip. Construção e Agrícolas		
		ACO ALTONA METISA	EALT MTSA	
		Máqs. e Equip. Hospitalares		
		BAUMER CELM	BALM CELM	

continua

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Bens Industriais	Máquinas e Equipamentos	Armas e Munições		
		FORJA TAURUS	FJTA	
	Serviços	Serviços Diversos		
		ABNOTE	ABNB	NM
		CONTAX	CTAX	
		CRSEC	CRSC	MB
		CSU CARDSYST	CARD	NM
		DTCOM-DIRECT	DTCY	
	Comércio	Material de Transporte		
		MINASMAQUINA	MMAQ	
WLM IND COM		SGAS		
Máquinas e Equipamentos				
	LARK MAQS	LARK		

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM		
			CÓDIGO	SEGMENTO	
Construção e Transporte	Construção e Engenharia	Materiais de Construção			
		CAMARGO CIM	CCCI		
		CHIARELLI	CCHI		
		CP CIMENTO	CPCM		
		ETERNIT	ETER	NM	
		HAGA S/A	HAGA		
		PORTOBELLO	PTBL	NM	
		Construção Civil			
		AGRE EMP IMOB	AGEI	NM	
		BROOKFIELD	BISA	NM	
		CC DES IMOB	CCIM	NM	
		CIMOB PART	GAFP		
		CONST A LIND	CALI		
		CR2	CRDE	NM	
		CYRELA REALT	CYRE	NM	
		DIRECIONAL	DIRR	NM	
		EVEN	EVEN	NM	
		EZTEC	EZTC	NM	
		GAFISA	GFSA	NM	
		HELBOR	HBOR	NM	
		INPAR S/A	INPR	NM	
		JHSF PART	JHSF	NM	
		JOAO FORTES	JFEN		
		MRV	MRVE	NM	
		PDG REALT	PDGR	NM	
		RODOBENSIMOB	RDNI	NM	
		ROSSI RESID	RSID	NM	
		SERGEN	SGEN		
		TECNISA	TCSA	NM	
		TENDA	TEND	NM	
		TRISUL	TRIS	NM	
		Construção Pesada			
		AZEVEDO	AZEV		
		CONST BETER	COBE	MB	
		LIX DA CUNHA	LIXC		
		MENDES JR	MEND		
		SULTEPA	SULT		
		Engenharia Consultiva			
		SONDOTECNICA	SOND		
		TECNOSOLO	TCNO		
		Intermediação Imobiliária			
		BR BROKERS	BBRK	NM	
		LOPES BRASIL	LPSB	NM	
		Transporte	Transporte Aéreo		
			GOL	GOLL	N2
			SAVARG	VAGV	

continua

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Construção e Transporte	Transporte	Transporte Aéreo		
		TAM S/A	TAMM	N2
		VARIG TRANSP	VPTA	
		Transporte Ferroviário		
		ALL AMER LAT	ALLL	N2
		ALL NORTE	FRRN	MB
		ALL PAULISTA	GASC	MB
		FER C ATLANT	VSPT	
		GRUCAI	GRUC	
		MRS LOGIST	MRSA	MB
		Transporte Hidroviário		
		LOG-IN	LOGN	NM
		TREVISA	LUXM	
		Transporte Rodoviário		
		TEGMA	TGMA	NM
		Exploração de Rodovias		
		AUTOBAN	ANHB	
		BGPAR	BGPR	
		CCR RODOVIAS	CCRO	NM
		CONC RIO TER	CRTE	MB
		CONCEPA	CNCP	
		ECON	ERDV	
		ECONORTE	ECNT	
		ECORODOVIAS	ECOR	NM
		ECOSUL	ECOS	
		ECOVIAS	ECOV	
		INVEPAR	IVPR	MB
		NOVADUTRA	NDUT	
		OHL BRASIL	OHLB	NM
		TRIUNFO PART	TPIS	NM
		VIAOESTE	VOES	
		Serviços de Apoio e Armazenagem		
		BAN ARMAZENS	CBAG	
CENT AÇU	CTLG			
DOC IMBITUBA	IMBI			
LLX LOG	LLXL	NM		
SANTOS BRAS	STBR			
SANTOS BRP	STBP	N2		
VARIG SERV	VPSC			
WILSON SONS	WSON			

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Consumo Não Cíclico	Agropecuária	Agricultura		
		RASIP AGRO	RSIP	
		RENAR	RNAR	NM
	SLC AGRICOLA	SLCE	NM	
	Alimentos Processados	Açúcar e Álcool		
	AGROENERGIA	NAAG		
	COSAN	CSAN	NM	
	COSAN LTD	CZLT		
	GUARANI	ACGU	NM	
	SAO MARTINHO	SMTO	NM	
	USIN C PINTO	UCOP		
	Café			
	CACIQUE	CIQU		
	CAF BRASILIA	CAFE		
	IGUACU CAFE	IGUA		
	Grãos e Derivados			
	CLARION	CLAN		
	Carnes e Derivados			
	BRF FOODS	PRGA	NM	
	EXCELSIOR	BAUH		
JBS	JBSS	NM		

continua

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM		
			CÓDIGO	SEGMENTO	
Consumo Não Cíclico	Alimentos Processados	Carnes e Derivados			
		MARFRIG	MRFG	NM	
		MINERVA	BEEF	NM	
		MINUPAR	MNPR		
		Laticínios			
		LAEP	MILK		
		Alimentos Diversos			
		J.MACEDO	JMCD		
		JOSAPAR	JOPA		
		M.DIASBRANCO	MDIA	NM	
		MARAMBAIA	CTPC		
		ODERICH	ODER		
		Bebidas	Cervejas e Refrigerantes		
			AMBEV	AMBV	
		Fumo	Cigarros e Fumo		
			SOUZA CRUZ	CRUZ	
		Prods. de Uso Pessoal e de Limpeza	Produtos de Uso Pessoal		
			NATURA	NATU	NM
			Produtos de Limpeza		
			BOMBRIL	BOBR	
		Saúde	Medicamentos e Outros Produtos		
			BIOMM	BIOM	
			CREMER	CREM	NM
			Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos		
			AMIL	AMIL	NM
			DASA	DASA	NM
			FLEURY	FLRY	NM
	MEDIAL SAUDE	MEDI	NM		
	ODONTOPREV	ODPV	NM		
	TEMPO PART	TEMP	NM		
Diversos	Produtos Diversos				
	HYPERMARCAS	HYPE	NM		
Comércio e Distribuição	Alimentos				
	AGRENCO	AGEN			
	P.ACUCAR-CBD	PCAR	N1		
	Medicamentos				
	DIMED	PNVL			
	DROGASIL	DROG	NM		
	PROFARMA	PFRM	NM		

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Consumo Cíclico	Tecidos, Vestuário e Calçados	Fios e Tecidos		
		BUETTNER	BUET	
		CEDRO	CEDO	N1
		COTEMINAS	CTNM	
		DOHLER	DOHL	
		ENCORPAR	ECPR	
		F GUIMARAES	FGUI	
		FAB C RENAUX	FTRX	
		IND CATAGUAS	CATA	
		KARSTEN	CTKA	
		NOVA AMERICA	NOVA	MB
		PETTENATI	PTNT	
		SANTANENSE	CTSA	
		SCHLOSSER	SCLO	
		SPRINGS	SGPS	NM
		TEC BLUMENAU	TENE	
		TECEL S JOSE	SJOS	
		TEKA	TEKA	
		TEX RENAUX	TXRX	

continua

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Consumo Cíclico	Tecidos, Vestuário e Calçados	Fios e Tecidos		
		VICUNHA TEXT	VINE	
		WEMBLEY	WMBY	
		Couro		
		ARTHUR LANGE	ARLA	
		Vestuário		
		BOTUCATU TEX	STRP	
		CIA HERING	HGTX	NM
		MARISOL	MRSL	
		Calçados		
		ALPARGATAS	ALPA	N1
		CAMBUCI	CAMB	
		GRENDENE	GRND	NM
		VULCABRAS	VULC	
		Acessórios		
	MUNDIAL	MNDL		
	Utilidades Domésticas	Eletrodomésticos		
		BRASMOTOR	BMTO	
		IGB S/A	IGBR	
		SPRINGER	SPRI	
		WHIRLPOOL	WHRL	
		Utensílios Domésticos		
		GAZOLA	GAZO	
		HERCULES	HETA	
	Mídia	Televisão por Assinatura		
		NET	NETC	N2
		Jornais, Livros e Revistas		
		DOCAS	DOCA	
		SARAIVA LIVR	SLED	N2
		Publicidade e Propaganda		
		BETAPART	BETP	MB
	Hotelaria e Restaurantes	Hotelaria		
		BHG	BHGR	NM
		HOTEIS OTHON	HOOT	
		SAUIPE	PSEG	
	Lazer	Bicicletas		
		BIC MONARK	BMKS	
		PRO METALURG	PMET	
		Brinquedos e Jogos		
		ESTRELA	ESTR	
		TECTOY	TOYB	
		Parques de Diversão		
		PQ HOPI HARI	PQTM	
		Produção de Eventos e Shows		
		MAORI	MAOR	MB
		SPTURIS	AHEB	
		Atividades Esportivas		
	LIGAFUTEBOL	BITY	MB	
Diversos	Serviços Educacionais			
	ANHANGUERA	AEDU	N2	
	ESTACIO PART	ESTC	NM	
	KROTON	KROT	N2	
	SEB	SEBB	N2	
	Aluguel de Carros			
	LOCALIZA	RENT	NM	
	UNIDAS	UNID		
	Programas de Fidelização			
	MULTIPLUS	MPLU	NM	
Comércio	Tecidos, Vestuário e Calçados			
	GRAZZIOTIN	CGRA		

continua

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Consumo Cíclico	Comércio	Tecidos, Vestuário e Calçados		
		GUARARAPES	GUAR	
		LE LIS BLANC	LLIS	NM
		LOJAS HERING	LHER	
		LOJAS RENNER	LREN	NM
		MARISA	MARI	NM
		Eletrodomésticos		
		GLOBEX	GLOB	
		Livrarias e Papelarias		
		LIVR GLOBO	LGLO	
		Produtos Diversos		
		B2W VAREJO	BTOW	NM
		DUFYBRAS	DUFB	
		LOJAS AMERIC	LAME	

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Tecnologia da Informação	Computadores e Equipamentos	Computadores e Equipamentos		
		BEMATECH	BEMA	NM
		ITAUTEC	ITEC	
		POSITIVO INF	POSI	NM
	Programas e Serviços	Programas e Serviços		
		GAMA PART	OPGM	MB
		IDEIASNET	IDNT	NM
		TIVIT	TVIT	NM
		TOTVS	TOTS	NM
		UOL	UOLL	N2

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Telecomunicações	Telefonia Fixa	Telefonia Fixa		
		BRASIL TELECOM	BRTO	N1
		CTBC TELECOM	CTBC	
		EMBRATEL PAR	EBTP	
		GVT HOLDING	GVTT	NM
		JEREISSATI	MLFT	
		LA FONTE TEL	LFTE	
		LF TEL	PITI	
		TELEFONICA	TEFC	
		TELEMAR	TNLP	
		TELEMAR N L	TMAR	
		TELEMAR PART	TLMP	
		TELESP	TLPP	
		ZAIN PART	OPZI	MB
	Telefonia Móvel	Telefonia Móvel		
		AMERICEL	AMCE	
		FUTURETEL	FTRT	MB
		INEPAR TEL	INET	
		NEWTEL PART	NEWT	MB
		TELE NORT CL	TNCP	
		TIM PART S/A	TCSL	
		VIVO	VIVO	

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Utilidade Pública	Energia Elétrica	Energia Elétrica		
		521 PARTICIP	QVUM	MB
		524 PARTICIP	QVQP	MB
		AES ELPA	AELP	
		AES SUL	AESL	
		AES TIETE	GETI	

continua

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Utilidade Pública	Energia Elétrica	Energia Elétrica		
		AFLUENTE	AFLU	
		AGCONCESSOES	ANDG	MB
		AMPLA ENERG	CBEE	
		AMPLA INVEST	AMPI	
		BAESA	BESA	
		BONAIRE PART	BNPA	MB
		BRASILIANA	ENGP	
		CEB	CEBR	
		CEEE-D	CEED	MB
		CEEE-GT	EEEL	MB
		CELESC	CLSC	N2
		CELGPAR	GPAR	
		CELPA	CELP	
		CELPE	CEPE	
		CEMAR	ENMA	MB
		CEMAT	CMGR	
		CEMIG	CMIG	N1
		CEMIG DIST	CMGD	
		CEMIG GT	CMGT	
		CESP	CESP	N1
		COELBA	CEEB	
		COELCE	COCE	
		COPEL	CPLE	N1
		COSERN	CSRN	
		CPFL ENERGIA	CPFE	NM
		CPFL GERACAO	CPFG	
		CPFL PIRATIN	CPFP	
		EBE	EBEN	
		ELEKTRO	EKTR	
		ELETROBRAS	ELET	N1
		ELETROPAR	LIPR	
		ELETROPAULO	ELPL	N2
		EMAE	EMAE	
		ENERGIAS BR	ENBR	NM
		ENERGIPE	ENSE	
		ENERGISA	ENGI	
		ENERSUL	ENER	
		EQUATORIAL	EQTL	NM
		ESCELSA	ESCE	
		FORPART	FPRT	MB
		GER PARANAP	GEPa	
		GTD PART	GTDP	MB
		IENERGIA	IENG	
		INVESTCO	INVT	
		ITAPEBI	ITPB	
		LIGHT	LIGH	
LIGHT S/A	LIGT	NM		
MPX ENERGIA	MPXE	NM		
NEOENERGIA	GNAN	MB		
PAUL F LUZ	PALF			
PROMAN	PRMN	MB		
REDE ENERGIA	REDE			
RIO GDE ENER	RGEG			
TERMOPE	TMPE			
TERNA PART	TRNA	N2		
TRACTEBEL	TBLE	NM		
TRAN PAULIST	TRPL	N1		
UPTICK	UPKP	MB		
VBC ENERGIA	NCNE			
	Água e Saneamento	Água e Saneamento		
		CASAN		
		COPASA	CSMG	NM
		DALETH PART	OPDL	MB

continua

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Utilidade Pública	Água e Saneamento	Água e Saneamento		
		SABESP	SBSP	NM
		SANEPAR	SAPR	
	SANESALTO	SNST		
	Gás	Gás		
		CEG	CEGR	
		COMGAS	CGAS	

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM		
			CÓDIGO	SEGMENTO	
Financeiro e Outros	Intermediários Financeiros	Bancos			
		ABC BRASIL	ABCB	N2	
		ALFA CONSORC	BRGE		
		ALFA HOLDING	RPAD		
		ALFA INVEST	BRIV		
		AMAZONIA	BAZA		
		BANESE	BGIP		
		BANESTES	BEEB		
		BANPARA	BPAR		
		BANRISUL	BRSR	N1	
		BICBANCO	BICB	N1	
		BRADESCO	BBDC	N1	
		BRASIL	BBAS	NM	
		BRB BANCO	BSLI		
		CRUZEIRO SUL	CZRS	N1	
		DAYCOVAL	DAYC	N1	
		IFC	IFCO		
		INDUSVAL	IDVL	N1	
		ITAUSA	ITSA	N1	
		ITAUUNIBANCO	ITAU	N1	
		MERC BRASIL	BMEB		
		MERC INVEST	BMIN		
		NORD BRASIL	BNBR		
		NOSSA CAIXA	BNCA	NM	
		PANAMERICANO	BPNM	N1	
		PARANA	PRBC	N1	
		PATAGONIA	BPAT		
		PINE	PINE	N1	
		SANTANDER BR	SANB		
		SOFISA	SFSA	N2	
		VOTORANTIM	VTRF		
			Soc. Crédito e Financiamento		
			ALFA FINANC	CRIV	
			FINANSINOS	FNCN	
			MERC FINANC	MERC	
			Soc. Arrendamento Mercantil		
			BFB LEASING	BFBL	
			BICLEASING	LBIC	
			BRADESCO LSG	BDLS	
			BV LEASING	BVLS	
			DIBENS LSG	DBEN	
			Outros Intermediários Financeiros		
			BRAZILIAN FR	BFRE	
			Securizadoras de Recebíveis		
			AETATIS SEC	AETA	MB
			ALTERE SEC	ALTR	
			BETA SECURIT	BTSC	
	BRAZILIAN SC	BSCS			
	BRC SECURIT	BRCS			
	FIBRA SEC	FBSC			
	GAIA SECURIT	GAIA			
	IMIGRANTES	IMIG			
	PATRIA SEC	NOOS			

continua

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM		
			CÓDIGO	SEGMENTO	
Financeiro e Outros	Securizadoras de Recebíveis	Securizadoras de Recebíveis			
		RBCAPITALSEC	RBCS	MB	
		RBCAPITALRES	RBRA	MB	
		SUBESTACAO	ELMT		
		ULBRA RECEB	ULBR		
		UNI CIDADE	UNCI		
		UNIVERCIDADE	UNIT		
		WTORRE CRJ	WTCJ		
		WTORRE FIDES	FDCS		
		WTORRE NSBC	WTNS		
		WTORRE PIC	WTPI		
		WTORRE SEC	WTSC		
		WTORRE TC	WTTC		
		WTORRE TSSP	WTTS		
		WTORRE VPA	WTVP		
	WTORRE VRJ	WTVR			
	XX NOVEMBRO	VDNS		MB	
	Serviços Financeiros Diversos	Gestão de Recursos e Investimentos			
		BNDESPAR	BNDP	MB	
		BRZ INVEST	BRZI	MB	
		GP INVEST	GPIV		
		TARPON INV	TRPN	NM	
		TIG LTD	TARP		
		Serviços Financeiros Diversos			
		BMFBOVESPA	BVMF	NM	
		CETIP	CTIP	NM	
		CIELO	CIEL	NM	
	REDECARD	RDCD	NM		
	Previdência e Seguros	Seguradoras			
		CAIXA SEGURO	ZTJK	MB	
		ITAUSEG	ITSP		
		PAR AL BAHIA	PEAB		
PORTO SEGURO		PSSA	NM		
SEG AL BAHIA		CSAB			
Exploração de Imóveis	Exploração de Imóveis				
	SUL AMERICA	SULA	N2		
	ALIANSC	ALSC	NM		
	BR MALLS PAR	BRML	NM		
	BR PROPERT	BRPR			
	BRASILAGRO	AGRO	NM		
	COR RIBEIRO	CORR			
	CYRE COM-CCP	CCPR	NM		
	GENERALSHOPP	GSHP	NM		
	IGUATEMI	IGTA	NM		
	MENEZES CORT	MNZC	MB		
	MULTIPLAN	MULT	N2		
	SAO CARLOS	SCAR	NM		
	Holdings Diversificadas	Holdings Diversificadas			
AGPART		CANT	MB		
BAHEMA		BAHI			
BATTISTELLA		BTTL			
BRADSPAR		BRAP	N1		
HABITASUL		HBTS			
J B DUARTE		JBDU			
MONT ARANHA		MOAR			
ULTRAPAR		UGPA	N1		
Outros		Outros			
	ALEF S/A	ALEF	MB		
	ALIUM PART	ALIU	MB		
	ARAUCARIA	VDNP	MB		
	BELAPART	PBEL	MB		

continua

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM	
			CÓDIGO	SEGMENTO
Financeiro e Outros	Outros	Outros		
		CABINDA PART	CABI	MB
		CACONDE PART	CACO	MB
		CAIANDA PART	CAIA	MB
		CALAIS PART	CALA	MB
		CAPITALPART	CPTP	MB
		CEMEPE	MAPT	
		CIMS	CMSA	
		COARI PART	COAR	
		DINAMICA ENE	DNEN	MB
		ELETRON	ETRO	MB
		INVEST BEMGE	FIGE	
		ITAITINGA	SQRM	
		LONGDIS	SPRT	MB
		MOENA PART	MOEP	MB
		MONTICIANO	MONP	MB
		OPPORT ENERG	OPHE	MB
		PARCOM PART	PCPA	MB
		POLPAR	PPAR	
		PRIVATINVEST	PRVT	MB
		PROMPT PART	PRPT	MB
		RET PART	OPRE	MB
		ALLIS PART	SAGP	MB
		SAM INDUSTR	FCAP	
		SELECTPART	SLCT	MB
		SETIBA PART	SETI	MB
		STEEL BRASIL	STLB	
		SUDESTE S/A	OPSE	MB
		SUL 116 PART	OPTS	MB
		TELEBRAS	TELB	
		TELINVEST	TLVT	MB
		VALETRON	VLTR	MB
	Fundos	Fundos Imobiliários		
		FII A BRANCA	FPAB	
		FII ABC IMOB	ABCP	
		FII ALMIRANT	FAMB	MB
		FII ANCAR IC	ANCR	MB
		FII ANH EDUC	FAED	MB
		FII BB PROGR	BBFI	MB
		FII CRIANCA	HCRI	MB
		FII CSHGSHOP	HGBS	
		FII CX CEDAE	CXCE	MB
		FII D PEDRO	PQDP	
		FII EUROPAR	EURO	
		FII EXCELLEN	FEXC	MB
		FII FLORIPA	FLRP	MB
		FII HG REAL	HGRE	
		FII HIGIENOP	SHPH	
		FII HOTEL MX	HTMX	MB
		FII LOURDES	NSLU	MB
		FII MEMORIAL	FMOF	
		FII OPPORTUN	FTCE	MB
		FII OURINVES	EDFO	MB
		FII PANAMBY	PABY	
		FII PREMIER	PRMR	MB
		FII RB CAP I	FIIP	MB
		FII RIOB RC	FFCI	
		FII S F LIMA	FLMA	
		FII SAO FER	SFND	
		FII SCP	SCPF	
		FII TORRE AL	ALMI	MB
		FII TORRE NO	TRNT	MB
		FII V PARQUE	FVPQ	
		FII W PLAZA	WPLZ	MB

continua

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM		
			CÓDIGO	SEGMENTO	
Financeiro e Outros	Fundos	Fundos de Ações			
		FIA FATOR SG	SING		
		FIA OPP ALFA	OPAF	MB	
		FIA PATRIM	PTBR	MB	
		FIP BANIF	BPRR	MB	
		FIP BRASCAN	BRCP		
		FIP EDUCACAO	FEBR		
		FIP ENERG SP	ENSP		
		FIP INSTITUT	OPEQ	MB	
		FIP R BRAVO	RBFI	MB	
		ISHARES BOVA	BOVA		
		ISHARES BRAX	BRAX		
		ISHARES CSMO	CSMO		
		ISHARES MILA	MILA		
		ISHARES MOBI	MOBI		
		ISHARES SMAL	SMAL		
		PIBB	PIBB		
			Fundos de Direitos Creditórios		
			FDC AETAT II	FATT	
			FDC ASIA LP	ASLP	MB
			FDC ASM IMOB	ASMI	MB
			FDC AYMORE	AYMR	
			FDC BANCOOB	BCOB	MB
			FDC BANCOOP	BCOP	MB
			FDC BCSUL II	VERX	
			FDC BGN LIFE	BGLF	
			FDC BGNMAX	BGNM	MB
			FDC BMC PREM	BMCV	
			FDC BMG C V	BMGC	MB
			FDC BMG C VI	BMGF	MB
			FDC BMG VEI	BMGV	MB
			FDC BV II	BVFD	MB
			FDC CEMIG CR	FCMG	MB
			FDC CESP II	CSPD	MB
			FDC CESP III	CSPT	MB
			FDC CONCORDI	CONC	
			FDC CPTM	CPTF	MB
			FDC DANIELE	DANI	MB
			FDC DAYC VEI	DCVV	MB
			FDC DEDINI	DDNI	MB
			FDC DELTA LP	DLTL	MB
			FDC EMPR LP	EMLP	MB
			FDC ENERGISA	FENE	MB
			FDC EXODUS I	EXOD	MB
			FDC FAMCRED	FAMC	MB
			FDC FATOR	ATPN	MB
			FDC FURNASII	FRND	
	FDC GAFISA	GFFD	MB		
	FDC GRUPO BR	GPBR	MB		
	FDC HOPE LP	FIMH	MB		
	FDC IBITRUST	FIBI			
	FDC JCP-SUL	JCPS	MB		
	FDC JP I	JPMI	MB		
	FDC LAVORO	LVRO	MB		
	FDC LECCA	LECA	MB		
	FDC MARC FIN	FMCP	MB		
	FDC MAXIMA	MXMC	MB		
	FDC MILLIGAN	MLIG	MB		
	FDC MPD KC	MPDK			
	FDC MULTI	MRDC	MB		
	FDC MULTI II	MRDD	MB		
	FDC NP 48701	PRCF	MB		
	FDC NP DB I	NPPF	MB		
	FDC ODYSSEY	ODYS	MB		

continua

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM		
			CÓDIGO	SEGMENTO	
Financeiro e Outros	Fundos	Fundos de Direitos Creditórios			
		FDC OMNI IV	OMVQ	MB	
		FDC OMNI VEI	OMNV		
		FDC OP IMOB	OPIM	MB	
		FDC OURINVES	ORVT	MB	
		Fundos de Direitos Creditórios			
		FDC PARAN II	PRBD	MB	
		FDC PAULISTA	PLTV	MB	
		FDC POLARIS	CPOL		
		FDC POLO	PLPF	MB	
		FDC PREMIUM	BGNP		
		FDC PROSP LP	PRPC	MB	
		FDC RB HIGH	RBFH		
		FDC REDFACTOR	RDFC	MB	
		FDC RURAL	RURC	MB	
		FDC RURAL EC	RRLE	MB	
		FDC RURAL FI	RURF	MB	
		FDC SABEMI	SBMI		
		FDC SABESP I	FSBP		
		FDC SILVERAD	SILV	MB	
		FDC TEUTO	TEUT	MB	
		FDC TRADEMAX	TRDM	MB	
		FDC UNION	UNNA	MB	
		FDC UNION AG	UNAG	MB	
		FDC UNIVERSI	IDLQ		
		FDC VALECREC	VLCR	MB	
		FDC V1 AGRO	FAGR	MB	
		FDC VISION	VSBR		
		FQC SUPREM I	FQSU	MB	
		Fundos de Incentivo Setorial			
		FINAM	FNAM		
		FINOR	FNOR		
		FISET FL REF	FSRF		
FISET PESCA	FSPE				
FISET TUR	FSTU				
FUNRES	FRES				
Outros Títulos	Outros Títulos				
	CEPAC - PMSP	PMSP	MB		

(N1) Nível 1 de Governança Corporativa
(N2) Nível 2 de Governança Corporativa
(NM) Novo Mercado
(MA) Bovespa Mais
(MB) Balcão Organizado Tradicional

ATENÇÃO

Este trabalho não é uma recomendação de investimento.

As informações recebidas das empresas admitidas à negociação na BM&FBOVESPA estão disponíveis para consulta em nosso site www.bmfbovespa.com.br.

Para mais esclarecimentos, sugerimos procurar sua corretora. Ela pode ajudá-lo a avaliar os riscos e benefícios

potenciais das negociações com valores mobiliários.

BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

ANEXO II - AMOSTRA ORIGINAL DAS DVA's DAS 264 COMPANHIAS ABERTAS

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
	Petróleo, gás e biocombustíveis			
1	1	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=PETROLEOBRAS ILEIROS.A.PETROBRAS&pregao=PETROBRAS&ccvm=9512&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
2	2	REFINARIA DE PETROLEOS MANGUINHOS S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=REFINARIA DE PETROLEOS MANGUINHOS.S.A.&pregao=PET MANGUINH&ccvm=9989&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
	Materiais básicos			
1	3	VALE S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=VALE S.A.&pregao=VALE&ccvm=4170&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
2	4	VILLARES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=ACOS VILLARES S.A.&pregao=ACOS VILL&ccvm=108&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
3	5	RRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA	Fonre: http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=CIA FERROLIGASDABAHIA-FERBASA&pregao=FERBASA&ccvm=3069&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
4	6	GERDAU S.A	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=GERDAU S.A.&pregao=GERDAU&ccvm=3980&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
5	7	METALURGICA GERDAU S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=METALURGICA GERDAU S.A.&pregao=GERDAU MET&ccvm=8656&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/03/2010
6	8	CIA. SIDERURGICA NACIONAL	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=CIA SIDERURGICA NACIONAL&pregao=SID NACIONAL&ccvm=4030&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
7	9	USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.- USIMINAS	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=USINASSIDDEM INASGERAISS.A.USIMINAS&pregao=USIMINAS&ccvm=14320&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
8	10	VICUNHA SIDERURGIA S.A	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao =VICUNHA%20SIDERURGIA%20S.A.&site=C&pregao=VICUNHA%20SID&ccvm=18902	Acesso em 04/06/2010
9	11	CONFAB INDUSTRIAL S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao =CONFAB%20INDUSTRIAL%20S.A.&site=C&pregao=CONFAB&ccvm=4650	Acesso em 04/06/2010
10	12	FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao =FIBAM%20COMPANHIA%20INDUSTRIAL&site=C&pregao=FIBAM&ccvm=6017	Acesso em 04/06/2010
11	13	MANGELS INDUSTRIAL S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=MANGELS INDUSTRIAL S.A.&pregao=MANGELS INDL&ccvm=8397&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
12	14	METALURGICA DUQUE S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao =METALURGICA%20DUQUE%20S.A.&site=C&pregao=MET%20DUQUE&ccvm=8648	Acesso em 04/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
13	15	TEKNO S.A. - INDUSTRIA E COMERCIO	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=TEKNO%20S.A.%20-%20INDUSTRIA%20E%20COMERCIO&site=C&pregao=TEKNO&ccvm=11231	Acesso em 04/06/2010
14	16	ELUMA SA INDUSTRIA E COMERCIO	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=ELUMA%20SA%20INDUSTRIA%20E%20COMERCIO&site=C&pregao=ELUMA&ccvm=5479	Acesso em 04/06/2010
15	17	PARANAPANEMA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=PARANAPANEMAS.A.&pregao=PARANAPANEMA&ccvm=9393&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
16	18	BRASKEM S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=BRASKEM S.A.&pregao=BRASKEM&ccvm=4820&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
17	19	ELEKEIROZ S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=ELEKEIROZ%20S.A.&site=C&pregao=ELEKEIROZ&ccvm=4359	Acesso em 04/06/2010
18	20	GPC PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=GPC PARTICIPACOES S.A.&pregao=GPC PART&ccvm=16632&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
19	21	UNIPAR UNIAO DE IND PETROQ S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=UNIPAR UNIAO DE IND PETROQ S.A.&pregao=UNIPAR&ccvm=11592&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
20	22	FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A. - FOSFERTIL	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=FERTILIZANTES%20FOSFATADOS%20S.A.-%20FOSFERTIL&site=C&pregao=FOSFERTIL&ccvm=14028	Acesso em 04/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
21	23	NUTRIPLANT INDUSTRIA E COMERCIO S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=23&razao=NUTRIPLANT INDUSTRIA E COMERCIO S.A.&pregao=NUTRIPLANT&ccvm=21334&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
22	24	YARA BRASIL FERTILIZANTES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=YARA BRASIL FERTILIZANTES S.A.&pregao=YARA BRASIL&ccvm=140&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
23	25	QGN PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=7&razao=QGN PARTICIPACOES S.A.&pregao=QGN PARTIC&ccvm=9857&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
24	26	DURATEX S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=DURATEX S.A.&pregao=DURATEX&ccvm=21091&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
25	27	CELULOSE IRANI S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=CELULOSE IRANI S.A.&pregao=CELUL IRANI&ccvm=2429&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
26	28	FIBRIA CELULOSE S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=FIBRIA%20CELULOSE%20S.A.&site=C&pregao=FIBRIA&ccvm=12793	Acesso em 04/06/2010
27	29	KLABIN S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=KLABINS.A.&pregao=KLABINS/A&ccvm=12653&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
28	30	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=SUZANO%20PAPEL%20E%20CELULOSE%20S.A.&site=C&pregao=SUZANO%20PAPEL&ccvm=13986	Acesso em 04/06/2010
29	31	METALGRAFICA IGUACU S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=METALGRAFICA%20IGUACU%20S.A.&site=C&pregao=METAL%20IGUACU&ccvm=8605	Acesso em 04/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
30	32	RIMET EMPREEND INDS E COMERCIA.IS S.A	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=RIMET%20EMPREEND%20INDS%20E%20COMERCIAIS%20S.A.&site=C&pregao=RIMET&ccvm=12840	Acesso em 04/06/2010
31	33	CIA. PROVIDENCIA. INDUSTRIA E COMERCIO	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CIA%20PROVIDENCIA%20INDUSTRIA%20E%20COMERCIO&site=C&pregao=PROVIDENCIA&ccvm=20974	Acesso em 04/06/2010
	Bens industriais			
1	34	EMBRAER- EMPRESA BRAS DE AERONAUTICA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=EMBRAER-EMPRESA BRAS DE AERONAUTICA S.A.&pregao=EMBRAER&ccvm=20087&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
2	35	DHB INDUSTRIA E COMERCIO S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=DHB INDUSTRIA E COMERCIO S.A.&pregao=D H B&ccvm=5150&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
3	36	FRAS-LE S.A	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=FRAS-LES.A.&pregao=FRAS-LE&ccvm=6211&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
4	37	IOCHPE MAXION S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=IOCHPE MAXION S.A.&pregao=IOCHP-MAXION&ccvm=11932&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
5	38	MARCOPOLO S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=MARCOPOLO%20S.A.&site=C&pregao=MARCOPOLO&ccvm=8451	Acesso em 04/06/2010
6	39	MAHLE-METAL LEVE S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=MAHLE-METAL LEVE S.A.&pregao=METAL LEVE&ccvm=8575&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/10/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
7	40	RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPACOES	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPACOES&pregao=RANDON PART&ccvm=14109&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
8	41	TUPY S.A	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=TUPY S.A.&pregao=TUPY&ccvm=6343&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
9	42	METALFRIO SOLUTIONS S.A.		
10	43	WEG S.A.		
11	44	INDUSTRIAS ROMI S.A	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=INDUSTRIAS ROMI S.A.&pregao=INDS ROMI&ccvm=7510&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
12	45	KEPLER WEBER S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=KEPLER WEBER S.A.&pregao=KEPLER WEBER&ccvm=7870&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
13	46	NORDON INDUSTRIAS METALURGICAS S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao =NORDON%20INDUSTRIAS%20METALURGICAS%20S.A.&site=C&pregao=NORDON%20 MET&ccvm=9083	Acesso em 04/06/2010
14	47	METISA METALURGICA TIMBOENSE S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao =METISA%20METALURGICA%20TIMBOENSE%20S.A.&site=C&pregao=METISA&ccvm=8 753	Acesso em 04/06/2010
15	48	FORJAS TAURUS S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao =FORJAS%20TAURUS%20S.A.&site=C&pregao=FORJA%20TAURUS&ccvm=6173	Acesso em 04/06/2010
16	49	AMERICAN BANKNOTE S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=AMERICAN BANKNOTE S.A.&pregao=ABNOTE&ccvm=20028&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
17	50	CONTAX PARTICIPACOES S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CONTAX%20PARTICIPACOES%20S.A.&site=C&pregao=CONTAX&ccvm=19100	Acesso em 04/06/2010
18	51	CSU CARDSYSTEM S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CSU%20CARDSYSTEM%20S.A.&site=C&pregao=CSU%20CARDSYST&ccvm=20044	Acesso em 04/06/2010
19	52	DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.&pregao=DTCOM-DIRECT&ccvm=18597&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
20	53	WLM - INDUSTRIA E COMERCIO S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=WLM - INDUSTRIA E COMERCIO S.A.&pregao=WLM IND COM&ccvm=11070&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
	Construção e Transporte			
1	54	CAMARGO CORREA CIMENTOS S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=8&razao=CAMARGO CORREA CIMENTOS S.A.&pregao=CAMARGO CIM&ccvm=19631&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
2	55	CP CIMENTO E PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=20&razao=CP CIMENTO E PARTICIPACOES S.A.&pregao=CP CIMENTO&ccvm=19216&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
3	56	ETERNIT S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=ETERNITSA.&pregao=ETERNIT&ccvm=5762&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
4	57	PORTOBELLO S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=PORTOBELLO%20S.A.&site=C&pregao=PORTOBELLO&ccvm=13773	Acesso em 04/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
5	58	BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=BROOKFIELD%20INCORPORA%C7%D5ES%20S.A.&site=C&pregao=BROOKFIELD&ccvm=20265	Acesso em 04/06/2010
6	59	CAMARGO CORREA DESENV. IMOBILIARIO S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=CAMARGO CORREA DESENV. IMOBILIARIO S.A.&pregao=CC DES IMOB&ccvm=20486&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
7	60	CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.&pregao=CR2&ccvm=20630&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
8	61	CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE PART	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE PART&pregao=CYRELA REALT&ccvm=14460&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
9	62	DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=DIRECIONAL%20ENGENHARIA%20S.A.&site=C&pregao=DIRECIONAL&ccvm=21350	Acesso em 04/06/2010
10	63	EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=EVEN%20CONSTRUTORA%20E%20INCORPORADORA%20S.A.&site=C&pregao=EVEN&ccvm=20524	Acesso em 04/06/2010
11	64	EZ TEC EMPREENDE PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=EZ TEC EMPREENDE PARTICIPACOES S.A.&pregao=EZTEC&ccvm=20770&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
12	65	GAFISA S.A	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=GAFISAS.A.&pregao=GAFISA&ccvm=16101&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
13	66	HELBOR EMPREENHIMENTO S S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=HELBOREMPREENHIMENTOS S.A.&pregao=HELBOR&ccvm=20877&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
14	67	MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.&pregao=MRV&ccvm=20915&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
15	68	RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.&pregao=RODOBENSIMOB&ccvm=20451&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
16	69	ROSSI RESIDENCIA.L S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=ROSSI%20RESIDENCIAL%20S.A.&site=C&pregao=ROSSI%20RESID&ccvm=16306	Acesso em 04/06/2010
17	70	CONSTRUTORA TENDA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=CONSTRUTORA TENDA S.A.&pregao=TENDA&ccvm=21148&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
18	71	AZEVEDO E TRAVASSOS S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=AZEVEDO E TRAVASSOS S.A.&pregao=AZEVEDO&ccvm=11975&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
19	72	CONSTRUTORA BETER S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CONSTRUTORA%20BETER%20S.A.&site=C&pregao=CONST%20BETER&ccvm=4758	Acesso em 04/06/2010
20	73	CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.&pregao=LIX DA CUNHA&ccvm=4774&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
21	74	MENDES JUNIOR ENGENHARIA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=MENDES JUNIOR ENGENHARIA S.A.&pregao=MENDES JR&ccvm=4782&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
22	75	SONDOTECNICA ENGENHARIA SOLOS S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=SONDOTECNICA ENGENHARIA SOLOS S.A.&pregao=SONDOTECNICA&ccvm=10880&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
23	76	TECNOSOLO ENGENHARIA S.A	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=TECNOSOLO%20ENGENHARIA%20S.A.&site=C&pregao=TECNOSOLO&ccvm=11207	Acesso em 04/06/2010
24	77	LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMOVEIS S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMOVEIS S.A.&pregao=LOPES BRASIL&ccvm=20370&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
25	78	GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=17&razao=GOLLINHASAE REASINTELIGENTE%20S.A.&pregao=GOL&ccvm=19569&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
26	79	TAM S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=TAM%20S.A.&site=C&pregao=TAM%20S/A&ccvm=16390 . Acesso em 05/06/2010.	Acesso em 05/06/2010
27	80	FERROVIA CENTRO-ATLANTICA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=FERROVIA CENTRO-ATLANTICA S.A.&pregao=FER C ATLANT&ccvm=15369&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
28	81	MRS LOGISTICA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=7&razao=MRS LOGISTICA S.A.&pregao=MRS LOGIST&ccvm=17949&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
29	82	LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=LOG-IN%20LOGISTICA%20INTERMODAL%20S.A.&site=C&pregao=LOG-IN&ccvm=20710	Acesso em 05/06/2010
30	83	TREVISA INVESTIMENTOS S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=TREVISA INVESTIMENTOS S.A.&pregao=TREVISA&ccvm=8192&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
31	84	CONC SIST ANHANG-BANDEIRANT S.A. AUTOBAN	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=CONC SIST ANHANG-BANDEIRANT S.A. AUTOBAN&pregao=AUTOBAN&ccvm=20192&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
32	85	CIA. CONCESSOES RODOVIARIAS (CCR Rodovias)	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=CIA CONCESSOES RODOVIARIAS&pregao=CCR RODOVIAS&ccvm=18821&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
33	86	CONCESSIONARIA RIO-TERESOPOLIS S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=7&razao=CONCESSIONARIA RIO-TERESOPOLIS S.A.&pregao=CONC RIO TER&ccvm=19208&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
34	87	CONC ROD OSORIO-PORTO ALEGRE S.A-CONCEPA	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CONC%20ROD%20OSORIO-PORTO%20ALEGRE%20S.A-CONCEPA&site=C&pregao=CONCEPA&ccvm=17590	Acesso em 05/06/2010
35	88	EMPRESA CONC RODOV DO NORTE S.A.ECONORTE	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=EMPRESA CONC RODOV DO NORTE S.A.ECONORTE&pregao=ECONORTE&ccvm=19011&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
36	89	ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=ECORODOVIAS%20INFRAESTRUTURA%20E%20LOG%20CDSTICA%20S&site=C&pregao=ECORODOVIAS&ccvm=19453	Acesso em 05/06/2010
37	90	CONCESSIONARIA ECOVIAS IMIGRANTES S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CONCESSIONARIA%20ECOVIAS%20IMIGRANTES%20S.A.&site=C&pregao=ECOVIAS&ccvm=20397	Acesso em 05/06/2010
38	91	CONCESSIONARIA RODOVIA PRES. DUTRA S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CONCESSIONARIA%20RODOVIA%20PRES.%20DUTRA%20S.A.&site=C&pregao=NOVA DUTRA&ccvm=19577	Acesso em 05/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
39	92	OBRASCON HUARTE LAIN (OHL) BRASIL S.A	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.&pregao=OHL BRASIL&ccvm=19771&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
40	93	TPI - TRIUNFO PARTICIP. E INVEST. S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=TPI%20-%20TRIUNFO%20PARTICIP.%20E%20INVEST.%20S.A.&site=C&pregao=TRIUNFO%20PART&ccvm=19330	Acesso em 05/06/2010
41	94	CONCESSIONARIA ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=CONCESSIONARIA ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A.&pregao=VIAOESTE&ccvm=21024&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
42	95	CIA. BANDEIRANTES DE ARMAZENS GERAIS	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=CIA BANDEIRANTES DE ARMAZENS GERAIS&pregao=BAN ARMAZENS&ccvm=2810&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
43	96	SANTOS BRASIL S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=SANTOS BRASIL S.A.&pregao=SANTOS BRAS&ccvm=16446&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
44	97	SANTOS BRASIL PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=17&razao=SANTOS BRASIL PARTICIPACOES S.A.&pregao=SANTOS BRP&ccvm=17892&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
	Consumo Não Cíclico			
1	98	RENAR MAÇAS S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=RENARMACASSA.&pregao=RENAR&ccvm=19658&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
2	99	SLC AGRÍCOLA S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=SLC%20AGRICOLA%20S.A.&site=C&pregao=SLC%20AGRICOLA&ccvm=20745	Acesso em 05/06/2010
3	100	CLARION S.A. AGROINDUSTRIAL	http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=18490&idioma=pt-br	Acesso em 05/06/2010
4	101	BRF - BRASIL FOODS S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=BRF%20-%20BRASIL%20FOODS%20S.A.&site=C&pregao=BRF%20FOODS&ccvm=16292	Acesso em 05/06/2010
5	102	EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=EXCELSIOR%20ALIMENTOS%20S.A.&site=C&pregao=EXCELSIOR&ccvm=1570	Acesso em 05/06/2010
6	103	MINERVA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=MINERVAS.A.&pregao=MINERVA&ccvm=20931&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
7	104	JOSAPAR-JOQUIM OLIVEIRA S.A. - PARTICIP	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=JOSAPAR-JOQUIM%20OLIVEIRA%20S.A.%20-%20PARTICIP&site=C&pregao=JOSAPAR&ccvm=13285	Acesso em 05/06/2010
8	105	M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=M.DIAS%20BRANCO%20S.A.%20IND%20COM%20DE%20ALIMENTOS&site=C&pregao=M.DIASBRANCO&ccvm=20338	Acesso em 05/06/2010
9	106	SOUZA CRUZ S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=SOUZACRUZS.A.&pregao=SOUZACRUZ&ccvm=4057&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
10	107	CREMER S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=CREMERS.A.&pregao=CREMER&ccvm=20141&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
11	108	NATURA COSMÉTICOS S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=NATURACOSMETICOSS.A.&pregao=NATURA&ccvm=19550&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
12	109	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A. (DASA)	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=DIAGNOSTICOS DAAMERICAS.A.&pregao=DASA&ccvm=19623&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
13	110	CIA. BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO&pregao=P.ACUCAR-CBD&ccvm=14826&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
14	111	DROGASIL S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=DROGASILS.A.&pregao=DROGASIL&ccvm=5258&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
15	112	PROFARMA DISTRIB PROD FARMACEUTICOS S.A	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=PROFARMADIS TRIBPRODFARMACEUTICOSS.A.&pregao=PROFARMA&ccvm=20346&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
16	113	ODONTOPREV	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=ODONTOPREVS.A.&pregao=ODONTOPREV&ccvm=20125&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
	Consumo Cíclico			
1	114	CIA. FIACAO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=CIA FIACAO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA&pregao=CEDRO&ccvm=3077&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
2	115	CIA. TECIDOS NORTE DE MINAS COTEMINAS	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CIA%20TECIDOS%20NORTE%20DE%20MINAS%20COTEMINAS&site=C&pregao=COTE MINAS&ccvm=3158	Acesso em 05/06/2010
3	116	EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A.ENCORPAR	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=EMPRESA%20NAC%20COM%20REDITO%20PART%20S.A.ENCORPAR&site=C&pregao=ENCORPAR&ccvm=16497	Acesso em 05/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
4	117	CIA. TECIDOS SANTANENSE	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=CIA TECIDOS SANTANENSE&pregao=SANTANENSE&ccvm=4081&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
5	118	SPRINGS GLOBAL PARTICIPACOES S.A	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=SPRINGS%20GLOBAL%20PARTICIPACOES%20S.A.&site=C&pregao=SPRINGS&ccvm=20966	Acesso em 05/06/2010
6	119	WEMBLEY SOCIEDADE	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=WEMBLEY%20SOCIEDADE%20ANONIMA&site=C&pregao=WEMBLEY&ccvm=11800	Acesso em 05/06/2010
7	120	CIA. HERING	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=CIAHERING&pregao=CIAHERING&ccvm=14761&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
8	121	SAO PAULO ALPARGATAS S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=SAOPAULOALPARGATAS.S.A.&pregao=ALPARGATAS&ccvm=10456&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
9	122	VULCABRAS S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=VULCABRAS%20S.A.&site=C&pregao=VULCABRAS&ccvm=11762	Acesso em 05/06/2010
10	123	SPRINGER S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=SPRINGER%20S.A.&site=C&pregao=SPRINGER&ccvm=10960	Acesso em 05/06/2010
11	124	NADIR FIGUEIREDO IND E COM S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=NADIRFIGUEIREDOINDECOMS.A.&pregao=NADIRFIGUEI&ccvm=9040&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
12	125	SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=SARAIVA%20S.A.%20LIVREIROS%20EDITORES&site=C&pregao=SARAIVA%20LIVR&ccvm=10472	Acesso em 05/06/2010
13	126	HOTEIS OTHON S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=HOTEIS%20OTHON%20S.A.&site=C&pregao=HOTEIS%20OTHON&ccvm=6700	Acesso em 05/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
14	127	SAUIPE S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=SAUIPE%20S.A.&site=C&pregao=SAUIPE&ccvm=15261	Acesso em 05/06/2010
15	128	KROTON EDUCACIONAL S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=17&razao=KROTONEDUCACIONALS.A.&pregao=KROTON&ccvm=17973&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
16	129	LOCALIZA RENT A CAR S.A. E CONTROLADAS	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=LOCALIZARENTAACRS.A.&pregao=LOCALIZA&ccvm=19739&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
17	130	GUARARAPES CONFECÇOES S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=GUARARAPES%20CONFECÇOES%20S.A.&site=C&pregao=GUARARAPES&ccvm=4669	Acesso em 05/06/2010
18	131	LOJAS HERING S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=LOJASHERINGS.A.&pregao=LOJASHERING&ccvm=8117&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
19	132	LOJAS RENNER S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=LOJAS%20RENNER%20S.A.&site=C&pregao=LOJAS%20RENNER&ccvm=8133	Acesso em 05/06/2010
20	133	MARISA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=MARISAS.A.&pregao=MARISA&ccvm=20761&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
21	134	GLOBEX UTILIDADES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=GLOBEXUTILIDADESS.A.&pregao=GLOBEX&ccvm=6505&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
22	135	B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=B2W-COMPANHIAGLOBALDOVAREJO&pregao=B2WVAREJO&ccvm=20990&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
	Tecnologia			
1	136	ITAUTEC S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=ITAUTECS.A.GRUPOITAUTEC&pregao=ITAUTEC&ccvm=12530&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
2	137	POSITIVO INFORMATICA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=POSITIVOINFORMATICAS.A.&pregao=POSITIVOINF&ccvm=20362&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
3	138	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.&pregao=TIVIT&ccvm=21768&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 05/06/2010
4	139	TOTVS S.A	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=TOTVS%20S.A.&site=C&pregao=TOTVS&ccvm=19992	Acesso em 05/06/2010
5	140	UNIVERSO ONLINE S.A	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=17&razao=UNIVERSOONLINES.A.&pregao=UOL&ccvm=19887&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
	Telecomunicações			
1	141	BRASIL TELECOM S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=BRASIL TELECOM S.A.&pregao=BRASIL TELECOM&ccvm=11312&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
2	142	EMBRATEL PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=EMBRATEL PARTICIPACOES S.A.&pregao=EMBRATEL PAR&ccvm=17647&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
3	143	GVT HOLDING S/A	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=GVT%20HOLDING%20S/A&site=C&pregao=GVT%20HOLDING&ccvm=20117	Acesso em 06/06/2010
4	144	JEREISSATI PARTICIPACOES S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=JEREISSATI%20PARTICIPACOES%20S.A.&site=C&pregao=JEREISSATI&ccvm=8672	Acesso em 06/06/2010
5	145	LA FONTE TELECOM S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=LA%20FONTE%20TELECOM%20S.A.&site=C&pregao=LA%20FONTE%20TEL&ccvm=12262	Acesso em 06/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
6	146	LF TEL S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=LF TEL S.A.&pregao=LF TEL&ccvm=17442&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
7	147	TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.&pregao=TELEMAR&ccvm=17655&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
8	148	TELEMAR PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=8&razao=TELEMAR PARTICIPACOES S.A.&pregao=TELEMAR PART&ccvm=18678&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
9	149	ZAIN PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=7&razao=ZAIN PARTICIPACOES S.A.&pregao=ZAIN PART&ccvm=17361&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
10	150	FUTURETEL S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=7&razao=FUTURETEL S.A.&pregao=FUTURETEL&ccvm=17388&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
11	151	NEWTEL PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=7&razao=NEWTEPARTICIPACOES S.A.&pregao=NEWTEL PART&ccvm=17540&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
12	152	TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A.&pregao=TELE NORT CL&ccvm=17604&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
13	153	TIM PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=TIMPARTICIPACOESS.A.&pregao=TIMPARTS/A&ccvm=17639&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
14	154	VIVO PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=VIVOPARTICIPACOESS.A.&pregao=VIVO&ccvm=17710&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
	Utilidade Pública e Energia			
1	155	521 PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=7&razao=521 PARTICIPACOES S.A.&pregao=521 PARTICIP&ccvm=16330&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
2	156	AES ELPA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=AES ELPA S.A.&pregao=AES ELPA&ccvm=19313&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
3	157	AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A.&pregao=AES SUL&ccvm=16527&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
4	158	AES TIETE S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=AES TIETE S.A.&pregao=AES TIETE&ccvm=18350&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
5	159	AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=AFLUENTE%20GERA%C7%C3O%20DE%20ENERGIA%20EL%C9TRICA%20S.A.&site=C&pregao=AFLUENTE&ccvm=20150	Acesso em 06/06/2010
6	160	AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=AMPLA%20ENERGIA%20E%20SERVICOS%20S.A.&site=C&pregao=AMPLA%20ENERG&ccvm=3050	Acesso em 06/06/2010
7	161	AMPLA INVESTIMENTOS E SERVICOS S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=AMPLA%20INVESTIMENTOS%20E%20SERVICOS%20S.A.&site=C&pregao=AMPLA%20I NVEST&ccvm=20214	Acesso em 06/06/2010
8	162	BAESA - ENERGETICA BARRA GRANDE S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=BAESA%20-%20ENERGETICA%20BARRA%20GRANDE%20S.A.&site=C&pregao=BAESA&ccvm=19607	Acesso em 06/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
9	163	CIA. BRASILIANA DE ENERGIA	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CIA%20BRASILIANA%20DE%20ENERGIA&site=C&pregao=BRASILIANA&ccvm=18970	Acesso em 06/06/2010
10	164	CIA. ESTADUAL DE DISTRIB ENER ELET-CEEE-D	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=7&razao=CIA ESTADUAL DE DISTRIB ENER ELET-CEEE-D&pregao=CEEE-D&ccvm=20648&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
11	165	CIA. ESTADUAL GER.TRANS.ENER.E LET-CEEE-GT	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=7&razao=CIA ESTADUAL GER.TRANS.ENER.ELET-CEEE-GT&pregao=CEEE-GT&ccvm=3204&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
12	166	CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A. (CELESC)	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CENTRAIS%20ELET%20DE%20SANTA%20CATARINA%20S.A.&site=C&pregao=CELESC&ccvm=2461	Acesso em 06/06/2010
13	167	CIA. CELG DE PARTICIPACOES - CELGP	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=CIA CELG DE PARTICIPACOES - CELGP&pregao=CELGP&ccvm=21393&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
14	168	CENTRAIS ELET DO PARA S.A. - CELPA	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CENTRAIS%20ELET%20DO%20PARA%20S.A.%20-%20CELPA&site=C&pregao=CELPA&ccvm=18309	Acesso em 06/06/2010
15	169	CIA. ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CELPE	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CIA%20ENERGETICA%20DE%20PERNAMBUCO%20-%20CELPE&site=C&pregao=CELPE&ccvm=14362	Acesso em 06/06/2010
16	170	CIA. ENERGETICA DO MARANHAO - CEMAR	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CIA%20ENERGETICA%20DO%20MARANHAO%20-%20CEMAR&site=C&pregao=CEMAR&ccvm=16608	Acesso em 06/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
17	171	CENTRAIS ELET MATOGROSSENSES S.A. - CEMAT	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=CENTRAIS ELET MATOGROSSENSES S.A.- CEMAT&pregao=CEMAT&ccvm=14605&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
18	172	CIA. ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=CIAENERGETIC ADEMINASGERAISCEMIG&pregao=CEMIG&ccvm=2453&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
19	173	CESP - CIA. ENERGETICA DE SAO PAULO	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CESP%20-%20CIA%20ENERGETICA%20DE%20SAO%20PAULO&site=C&pregao=CESP&ccvm=2577	Acesso em 06/06/2010
20	174	CIA. ELETRICIDADE EST. DA BAHIA - COELBA	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CIA%20ELETRICIDADE%20EST.%20DA%20BAHIA%20-%20COELBA&site=C&pregao=COELBA&ccvm=14524	Acesso em 06/06/2010
21	175	CIA. ENERGETICA DO CEARA - COELCE	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CIA%20ENERGETICA%20DO%20CEARA%20-%20COELCE&site=C&pregao=COELCE&ccvm=14869	Acesso em 06/06/2010
22	176	CIA. PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CIA%20PARANAENSE%20DE%20ENERGIA%20-%20COPEL&site=C&pregao=COPEL&ccvm=14311	Acesso em 06/06/2010
23	177	CIA. ENERGETICA DO RIO GDE NORTE - COSERN	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CIA%20ENERGETICA%20DO%20RIO%20GDE%20NORTE%20-%20COSERN&site=C&pregao=COSERN&ccvm=18139	Acesso em 06/06/2010
24	178	CPFL ENERGIA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=CPFL ENERGIA S.A.&pregao=CPFL ENERGIA&ccvm=18660&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
25	179	BANDEIRANTE ENERGIA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=BANDEIRANTE ENERGIA S.A.&pregao=EBE&ccvm=16985&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
26	180	ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVICOS S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=ELEKTRO%20-%20ELETRICIDADE%20E%20SERVICOS%20S.A.&site=C&pregao=ELEKTRO&ccvm=17485	Acesso em 06/06/2010
27	181	CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CENTRAIS%20ELET%20BRAS%20S.A.%20-%20ELETROBRAS&site=C&pregao=ELETROBRAS&ccvm=2437	Acesso em 06/06/2010
28	182	ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=ELETROBR%20C1S%20PARTICIPA%20C7%D5ES%20S.A.%20-%20ELETROPA&site=C&pregao=ELETROPAR&ccvm=15784	Acesso em 06/06/2010
29	183	ELETROPAULO METROP. ELET. SÃO PAULO S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=17&razao=ELETROPAULO METROP.ELET.SAOPAULOS.A.&pregao=ELETROPAULO&ccvm=14176&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
30	184	EMAE - EMPRESA METROP.AGUAS ENERGIA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=EMAE - EMPRESA METROP.AGUAS ENERGIA S.A.&pregao=EMAE&ccvm=16993&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
31	185	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.&pregao=ENERGIAS BR&ccvm=19763&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
32	186	ENERGISA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=ENERGISA S.A.&pregao=ENERGISA&ccvm=15253&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
33	187	EMPRESA ENERGMATO GROS.SUL S.A.-ENERSUL	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=EMPRESA%20ENERG%20MATO%20GROS.SUL%20S.A.-ENERSUL&site=C&pregao=ENERSUL&ccvm=5576	Acesso em 06/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
34	188	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=EQUATORIAL%20ENERGIA%20S.A.&site=C&pregao=EQUATORIAL&ccvm=20010	Acesso em 06/06/2010
35	189	ESPIRITO SANTO CENTR.ELETR. S.A.-ESCELSA	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=ESPIRITO%20SANTO%20CENTR.ELETR.%20S.A.-ESCELSA&site=C&pregao=ESCELSA&ccvm=15342	Acesso em 06/06/2010
36	190	DUKE ENERGY INT. GER. PARANAPANEMA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=DUKE ENERGY INT. GER. PARANAPANEMA S.A.&pregao=GER PARANAP&ccvm=18368&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
37	191	INVESTCO S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=INVESTCO S.A.&pregao=INVESTCO&ccvm=18589&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
38	192	ITAPEBI GERACAO DE ENERGIA S.A	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=ITAPEBI%20GERACAO%20DE%20ENERGIA%20S.A.&site=C&pregao=ITAPEBI&ccvm=19364	Acesso em 06/06/2010
39	193	MPX ENERGIA S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=MPX%20ENERGIA%20S.A.&site=C&pregao=MPX%20ENERGIA&ccvm=21237	Acesso em 06/06/2010
40	194	NEOENERGIA S.A	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=NEOENERGIA%20S.A.&site=C&pregao=NEOENERGIA&ccvm=15539	Acesso em 06/06/2010
41	195	PRODUTORES ENERGET.DE MANSO S.A.-PROMAN	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=PRODUTORES%20ENERGET.DE%20MANSO%20S.A.-%20PROMAN&site=C&pregao=PROMAN&ccvm=19232	Acesso em 06/06/2010
42	196	REDE ENERGIA S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=REDE%20ENERGIA%20S.A.&site=C&pregao=REDE%20ENERGIA&ccvm=3190	Acesso em 06/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
43	197	RIO GRANDE ENERGIA S.A.	Rede: http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=RIO GRANDE ENERGIA S.A.&pregao=RIO GDE ENER&ccvm=16535&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
44	198	TERMOPERNAMBU CO S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=TERMOPERNAMBU CO S.A.&pregao=TERMOPE&ccvm=19852&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
45	199	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=17&razao=TRANSMISSORA A ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA&pregao=TERNA PART&ccvm=20257&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
46	200	TRACTEBEL ENERGIA S.A	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=TRACTEBEL%20ENERGIA%20S.A.&site=C&pregao=TRACTEBEL&ccvm=17329	Acesso em 06/06/2010
47	201	CTEEP - CIA. TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=CTEEP-CIATRANSMISSÃOENERGIAELÉTRICA&pregao=TRANPAULIST&ccvm=18376&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
48	202	VBC ENERGIA S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=VBC%20ENERGIA%20S.A.&site=C&pregao=VBC%20ENERGIA&ccvm=14540	Acesso em 06/06/2010
49	203	CIA. CATARINENSE DE AGUAS E SANEAM.-CASAN	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=CIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAM.- CASAN&pregao=CASAN&ccvm=16861&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
50	204	CIA. SANEAMENTO DE MINAS GERAIS-COPASA MG	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=CIA SANEAMENTO DE MINAS GERAIS-COPASA MG&pregao=COPASA&ccvm=19445&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010
51	205	DALETH PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=7&razao=DALETH PARTICIPACOES S.A.&pregao=DALETH PART&ccvm=16950&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 06/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
52	206	CIA. SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO (SABESP)	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CIA%20SANEAMENTO%20BASICO%20EST%20SAO%20PAULO&site=C&pregao=SABESP&ccvm=14443	Acesso em 06/06/2010
53	207	CIA. DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=CIA%20SANEAMENTO%20DO%20PARANA%20-%20SANEPAR&site=C&pregao=SANEPAR&ccvm=18627	Acesso em 06/06/2010
54	208	CIA. DE GAS DE SAO PAULO - COMGAS	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=CIAGASDESAOP AULOCOMGAS&pregao=COMGAS&ccvm=15636&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 04/06/2010
	Financeiro e Outros			
1	209	BCO ABC BRASIL S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=17&razao=BCO ABC BRASIL S.A.&pregao=ABC BRASIL&ccvm=20958&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
2	210	BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=BCO ALFA DE INVESTIMENTOS.A.&pregao=ALFA INVEST&ccvm=1384&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
3	211	BCO AMAZONIA S.A	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=BCO%20AMAZONIA%20S.A.&site=C&pregao=AMAZONIA&ccvm=922	Acesso em 10/06/2010
4	212	BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. - BANESE	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. - BANESE&pregao=BANESE&ccvm=1120&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
5	213	BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO&pregao=BANESTES&ccvm=1155&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
6	214	BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=BCO%20ESTADO%20DO%20RIO%20GRANDE%20DO%20SUL%20S.A.&site=C&pregao=BANRISUL&ccvm=1210	Acesso em 10/06/2010
7	215	BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.&pregao=BICBANCO&ccvm=21113&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
8	216	BCO BRADESCO S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=BCO%20BRADESCO%20S.A.&site=C&pregao=BRADESCO&ccvm=906	Acesso em 26/06/2010
9	217	BCO BRASIL S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=BCO%20BRASIL%20S.A.&site=C&pregao=BRASIL&ccvm=1023	Acesso em 06/06/2010
10	218	BRB BCO DE BRASILIA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=BRB BCO DE BRASILIA S.A.&pregao=BRB BANCO&ccvm=14206&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
11	219	BCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=BCO%20CRUZEIRO%20DO%20SUL%20S.A.&site=C&pregao=CRUZEIRO%20SUL&ccvm=20753	Acesso em 10/06/2010
12	220	BCO DAYCOVAL S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=BCO%20DAYCOVAL%20S.A.&site=C&pregao=DAYCOVAL&ccvm=20796	Acesso em 10/06/2010
13	221	BCO INDUSVAL S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=BCO%20INDUSVAL%20S.A.&site=C&pregao=INDUSVAL&ccvm=20885	Acesso em 10/06/2010
14	222	ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.&pregao=ITAUSA&ccvm=7617&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
15	223	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=ITAU%20UNIBANCO%20HOLDING%20S.A.&site=C&pregao=ITAUUNIBANCO&ccvm=19348	Acesso em 10/06/2010
16	224	BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.&pregao=NORD BRASIL&ccvm=1228&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
17	225	BCO PANAMERICANO S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=BCO%20PANAMERICANO%20S.A.&site=C&pregao=PANAMERICANO&ccvm=21199	Acesso em 10/06/2010
18	226	PARANA BCO S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=PARANA%20BCO%20S.A.&site=C&pregao=PARANA&ccvm=20729	Acesso em 10/06/2010
19	227	BCO PATAGONIA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=14&razao=BCO PATAGONIA S.A.&pregao=PATAGONIA&ccvm=80063&data=31/12/2009&tipo=1	Acesso em 10/06/2010
20	228	BCO PINE S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=BCO%20PINE%20S.A.&site=C&pregao=PINE&ccvm=20567	Acesso em 10/06/2010
21	229	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=17&razao=BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.&pregao=SANTANDER BR&ccvm=20532&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
22	230	BCO SOFISA S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=BCO%20SOFISA%20S.A.&site=C&pregao=SOFISA&ccvm=20680	Acesso em 10/06/2010
23	231	VOTORANTIM FINANÇAS S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=20&razao=VOTORANTIM FINANÇAS S.A.&pregao=VOTORANTIM&ccvm=18988&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
24	232	FINANCEIRA ALFA S.A.- CRED FINANÇ E INVS	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=FINANCEIRA ALFA S.A.- CRED FINANÇ E INVS&pregao=ALFA FINANÇ&ccvm=3891&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
25	233	FINANSINOS S.A.- CREDITO FINANÇ E INVEST	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=FINANSINOS S.A.- CREDITO FINANÇ E INVEST&pregao=FINANSINOS&ccvm=6076&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
26	234	BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=8&razao=BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.&pregao=BICLEASING&ccvm=15121&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
27	235	BRADESCO LEASING S.A. ARREND MERCANTIL	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=BRADESCO LEASING S.A. ARREND MERCANTIL&pregao=BRADESCO LSG&ccvm=19640&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
28	236	BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=20&razao=BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.&pregao=BV LEASING&ccvm=20133&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
29	237	DIBENS LEASING S.A. - ARREND.MERCANTIL	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=8&razao=DIBENS LEASING S.A. - ARREND.MERCANTIL&pregao=DIBENS LSG&ccvm=14214&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
30	238	AETATIS SECURITIZADORA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=AETATIS SECURITIZADORA S.A.&pregao=AETATIS SEC&ccvm=18104&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
31	239	BRAZILIAN SECURITIES CIA. SECURITIZACAO	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=20&razao=BRAZILIAN SECURITIES CIA SECURITIZACAO&pregao=BRAZILIAN SC&ccvm=18759&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
32	240	FIBRA CIA. SECURIT. DE CRED. IMOBILIARIOS	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=8&razao=FIBRA CIA SECURIT. DE CRED. IMOBILIARIOS&pregao=FIBRA SEC&ccvm=19542&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
33	241	PATRIA CIA. SECURITIZADORA DE CRED IMOB	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao =PATRIA%20CIA%20SECURITIZADORA%20DE%20CRED%20IMOB&site=C&pregao=PAT RIA%20SEC&ccvm=18236	Acesso em 10/06/2010
34	242	RB CAPITAL SECURIT. RESIDENCIA.L S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=7&razao=RB CAPITAL SECURIT. RESIDENCIAL S.A.&pregao=RBCAPITALRES&ccvm=18406&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
35	243	SUBESTACAO ELETROMETRO S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=8&razao=SUBESTACAO ELETROMETRO S.A.&pregao=SUBESTACAO&ccvm=17787&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
36	244	UNIVERCIDADE TRUST DE RECEBIVEIS S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=UNIVERCIDADE TRUST DE RECEBIVEIS S.A.&pregao=UNIVERCIDADE&ccvm=19585&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
37	245	BNDES PARTICIPACOES S.A. - BNDESPAR	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao =BNDES%20PARTICIPACOES%20S.A.%20- %20BNDESPAR&site=C&pregao=BNDESPAR&ccvm=16772	Acesso em 10/06/2010
38	246	GP INVESTMENTS, LTD	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=14&razao=GP INVESTMENTS, LTD.&pregao=GP INVEST&ccvm=80020&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
39	247	TARPON INVESTIMENTOS S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao =TARPON%20INVESTIMENTOS%20S.A.&site=C&pregao=TARPON%20INV&ccvm=21717	Acesso em 10/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
40	248	CIELO S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=CIELO S.A.&pregao=CIELO&ccvm=21733&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
41	249	REDECARD S.A	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=REDECARDS.A.&pregao=REDECARD&ccvm=20893&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
42	250	PORTO SEGURO S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=PORTOSEGURO S.A.&pregao=PORTOSEGURO&ccvm=16659&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
43	251	CIA. SEGUROS ALIANCA DA BAHIA	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=CIA SEGUROS ALIANCA DA BAHIA&pregao=SEG AL BAHIA&ccvm=3115&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
44	252	CIA. SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=CIASANEAMEN TOBASICOESTSAOPAULO&pregao=SABESP&ccvm=14443&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
45	253	ALIANSCE SHOPPING CENTERS S.A	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=ALIANSCE SHOPPING CENTERS S.A.&pregao=ALIANSCE&ccvm=21300&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
46	254	BR PROPERTIES S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=BR%20PROPERTIES%20S.A.&site=C&pregao=BR%20PROPERT&ccvm=19925	Acesso em 10/06/2010
47	255	CYRELA COMMERCIAL PROPRT S.A. EMPR PART	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=CYRELA COMMERCIAL PROPRT S.A. EMPR PART&pregao=CYRE COM-CCP&ccvm=21040&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
48	256	GENERAL SHOPPING BRASIL S.A	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=GENERAL SHOPPING BRASIL S.A.&pregao=GENERALSHOPP&ccvm=21008&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010

continua

Qtde	Setor Econômico	Razão Social	Fonte	Data
49	257	IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=IGUATEMI%20EMPRESA%20DE%20SHOPPING%20CENTERS%20S.A.&site=C&pregao=IGUATEMI&ccvm=20494	Acesso em 10/06/2010
50	258	TERMINAL GARAGEM MENEZES CORTES S.A	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=7&razao=TERMINAL GARAGEM MENEZES CORTES S.A.&pregao=MENEZES CORT&ccvm=18538&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 10/06/2010
51	259	SAO CARLOS EMPREENDE PARTICIPACOES S.A.	http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?moeda=L&tipo=2&data=31/12/2009&razao=SAO%20CARLOS%20EMPREENDE%20E%20PARTICIPACOES%20S.A.&site=C&pregao=SAO%20CARLOS&ccvm=13781	Acesso em 10/06/2010
52	260	BATTISTELLA ADM PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=BATTISTELLA ADM PARTICIPACOES S.A.&pregao=BATTISTELLA&ccvm=15458&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 26/07/2010
53	261	BRADESPAR S.A	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=BRADESPAR S.A.&pregao=BRADESPAR&ccvm=18724&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 26/06/2010
54	262	INDUSTRIAS J B DUARTE S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=INDUSTRIAS J B DUARTE S.A.&pregao=J B DUARTE&ccvm=12319&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 26/06/2010
55	263	MONTEIRO ARANHA S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=1&razao=MONTEIROARA NHAS.A.&pregao=MONTARANHA&ccvm=8893&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 26/06/2010
56	264	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=16&razao=ULTRAPARPARTICIPACOESS.A.&pregao=ULTRAPAR&ccvm=18465&data=31/12/2009&tipo=2	Acesso em 26/06/2010

ANEXO III - MATRIZ DE ESTIMAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA (EM R\$ MILHÕES)

Tributos	Esfera	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Impostos sobre a produção e a importação		225.438	252.346	303.514	337.390	368.315	411.107	495.750	491.522
Impostos sobre os produtos		206.721	230.800	277.223	309.751	337.166	377.421	456.725	450.861
Impostos sobre o valor adicionado (IVA)		128.93	138.164	160.664	180.698	200.522	220.695	261.287	258.965
IPI	Federal	18.506	17.924	21.077	24.115	26.900	31.327	36.906	27.719
ICMS	E&M	105.387	120.240	139.587	156.584	173.622	189.368	224.381	231.246
Impostos sobre importação, exceto o IVA	Federal	7.882	8.084	9.147	8.897	9.825	12.159	17.074	15.817
Impostos sobre exportação	Federal	75	46	70	48	42	61	35	64
Demais impostos sobre produtos		74.872	84.506	107.342	120.107	126.777	144.506	178.328	176.016
IOF	Federal	3.994	4.442	5.233	5.966	6.740	7.818	20.171	19.207
Cofins	Federal	50.997	57.619	77.403	86.861	89.401	101.103	119.178	115.954
Cide	Federal	7.583	8.406	7.816	7.681	7.821	7.943	5.927	4.916
Outros Tributos Federais	Federal	3.727	4.293	5.130	5.423	5.878	7.894	9.204	9.929
ISS	E&M	8.571	9.746	11.760	14.175	16.937	19.749	23.849	26.010
Outros impostos sobre a produção		18.717	21.546	26.291	27.639	31.149	33.686	39.025	40.661
Impostos sobre a folha de pagamento		7.872	8.353	10.280	10.806	13.197	14.575	17.599	19.118
Tributos federais	Federal	4.580	4.515	5.486	6.335	7.664	7.984	9.773	10.594
Sistema S	Federal	3.292	3.838	4.795	4.470	5.533	6.592	7.826	8.524
Outros impostos e taxas sobre a produção		10.845	13.193	16.011	16.834	17.952	19.110	21.426	21.543
Taxa de fiscalização das telecomunicações	Federal	650	795	1.179	1.539	1.752	1.952	2.575	2.583
Taxa de vigilância sanitária	Federal	129	143	184	187	197	228	247	294
Taxa fiscalização de serviço de energia elétrica	Federal	149	181	167	271	309	327	359	375
Outras contribuições sociais	Federal	-	1	-	14	1	-	-	-

continua

Tributos	Esfera	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Demais	Federal	580	625	663	821	951	996	1.092	1.042
Taxa de poder de polícia	E&M	608	553	672	886	992	1.374	1.607	1.631
Taxa de prestação de serviços	E&M	2.443	2.994	3.696	4.448	5.158	5.645	6.538	6.634
Outras contribuições sociais	E&M	652	802	1.094	1.179	1.179	1.453	1.150	1.150
Outras contribuições econômicas	E&M	629	715	753	685	413	444	518	-
Demais	E&M	580	625	663	811	951	996	1.043	1.092
Taxa de poder de polícia	E&M	699	834	851	904	974	1.126	1.293	1.400
Taxa de prestação de serviços	E&M	1.833	1.946	1.902	2.020	2.044	2.080	2.195	2.376
Outras contribuições sociais	E&M	108	246	317	413	514	28	271	298
Outras contribuições econômicas	E&M	338	1.489	2.503	1.857	2.155	2.461	2.539	2.668
Demais	E&M	1.434	1.238	1.366	645	362	-	-	-
Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc.		130.458	146.441	164.423	199.091	218.270	257.874	267.607	270.003
Impostos sobre a renda		83.503	91.587	100.325	124.041	135.759	159.778	194.136	192.205
IRPJ	Federal	22.138	31.011	35.190	47.346	51.956	65.724	79.497	78.548
IRPF	Federal	4.078	4.748	5.778	6.929	7.920	12.711	13.929	13.638
IRRF Federal	Federal	49.477	46.761	49.527	58.605	62.675	65.929	82.383	82.176
Outros tributos federais	Federal	332	56	6	36	17	32	35	2
IRRF Estados	E&M	5.661	6.798	7.373	8.270	9.898	11.341	13.334	12.884
IRRF Municípios	E&M	1.816	2.213	2.452	2.855	3.293	4.041	4.957	4.957
Outros impostos correntes sobre renda e propriedade		46.955	54.854	64.098	75.050	82.511	98.097	73.472	77.797
ITR	Federal	194	235	245	274	291	318	414	421
CPMF	Federal	20.267	22.984	26.394	28.996	31.935	36.320	971	- 56
CSLL	Federal	12.428	15.699	19.340	25.049	26.662	33.331	41.954	43.110
Dívida Ativa de Outros Tributos Federais	Federal	16	51	98	270	308	1.553	-	-
IPTU	E&M	7.033	8.146	9.112	9.965	10.892	11.883	12.855	14.135

Continua

Tributos	Esfera	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Contribuições sociais efetivas		121.821	141.446	166.865	191.660	215.890	243.548	278.124	309.712
Contribuições sociais efetivas dos empregadores		92.457	110.067	130.661	143.604	160.281	180.502	206.877	229.734
FGTS	Federal	23.848	26.974	29.821	35.132	39.337	43.601	50.518	56.928
PIS/Pasep	Federal	12.517	16.539	19.322	21.383	23.494	25.902	30.542	30.776
RGPS	Federal	49.800	58.695	69.657	74.152	81.700	93.310	107.957	120.906
RPPS Federal	Federal	2.214	2.227	4.075	5.488	7.089	8.264	8.306	10.953
RPPS Estados e Municípios	E&M	4.079	5.631	7.785	7.448	8.662	9.425	9.555	10.171
Contribuições sociais dos empregados		25.405	28.924	34.093	45.879	53.055	60.460	68.601	77.110
Contribuições sociais dos empregados		25.405	28.924	34.093	45.879	53.055	60.460	68.601	77.110
RGPS	Federal	15.905	18.181	21.389	30.234	36.622	41.885	48.341	54.970
RPPS Federal	Federal	3.152	3.056	3.849	5.252	6.186	6.955	8.142	9.241
RPPS Estados e Municípios	E&M	6.348	7.687	8.854	10.393	10.247	11.620	12.118	12.898
Contribuições sociais dos não-assalariados		3.959	2.456	2.111	2.177	2.554	2.586	2.646	2.868
Outras contribuições ao RGPS	Federal	3.959	2.456	2.111	2.177	2.554	2.586	2.646	2.868
Impostos de capital		2.138	2.629	2.641	3.022	3.567	4.561	5.712	6.069
Tributos federais	Federal	-	16	34	46	38	40	43	48
Contribuição de melhoria	E&M	74	110	143	126	124	112	127	124
ITBI	E&M	1.544	1.629	1.753	2.056	2.464	3.203	4.034	4.213
ITCD	E&M	519	874	710	795	941	1.207	1.508	1.684
Total das receitas tributárias		479.855	542.863	637.442	731.162	806.042	917.090	1.047.194	1.077.306
Produto Interno Bruto		1.477.822	1.699.948	1.941.498	2.147.239	2.369.484	2.661.344	3.004.881	3.143.015

Fonte: BRASIL, 03/2010 (tabela elaborada a partir de dados da STN/SRFB/Confaz)

Legenda: E&M = Estados e Municípios

ANEXO IV – DVA's acumuladas por setores e consolidada de todos os setores

Setor Petróleo

	<i>Beneficiários</i>	2009	%	2008	%	2007	%
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	139.058.799	100,00%	141.339.031	100,00%	127.750.371	100,00%
6.08.01	Pessoal	15.668.000	11,27%	14.536.466	10,28%	14.174.270	11,10%
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	78.316.132	56,32%	85.319.642	60,37%	74.035.924	57,95%
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.229.254	9,51%	10.969.495	7,76%	16.312.150	12,77%
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	31.845.413	22,90%	30.513.428	21,59%	23.228.027	18,18%
6.08.05	Outros	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Setor Materiais Básicos

	<i>Beneficiários</i>	2009	%	2008	%	2007	%
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	58.464.420	100,00%	104.397.209	100,00%	82.461.347	100,00%
6.08.01	Pessoal	12.133.699	20,75%	11.406.543	10,93%	10.894.199	13,21%
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19.140.362	32,74%	15.946.065	15,27%	25.111.002	30,45%
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.804.490	9,93%	39.936.636	38,25%	7.962.495	9,66%
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	20.724.876	35,45%	37.100.077	35,54%	38.069.998	46,17%
6.08.05	Outros	660.993	1,13%	7.888	0,01%	423.653	0,51%

Setor Bens Industriais

	<i>Beneficiários</i>	2009	%	2008	%	2007	%
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.590.321	100,00%	14.124.794	100,00%	11.433.672	100,00%
6.08.01	Pessoal	6.034.594	44,40%	5.983.324	42,36%	4.763.291	41,66%
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.257.434	23,97%	3.438.036	24,34%	2.499.504	21,86%
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.913.663	14,08%	2.554.503	18,09%	1.393.965	12,19%
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.378.038	17,50%	2.142.170	15,17%	2.774.109	24,26%
6.08.05	Outros	6.592	0,05%	6.761	0,05%	2.803	0,02%

Setor Construção e Transporte

	<i>Beneficiários</i>	2009	%	2008	%	2007	%
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	30.331.916	100,00%	24.547.476	100,00%	18.233.870	100,00%
6.08.01	Pessoal	5.822.758	19,20%	5.051.688	20,58%	3.643.651	19,98%
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.085.472	26,66%	6.425.803	26,18%	5.713.372	31,33%
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.237.269	20,56%	8.680.648	35,36%	3.901.138	21,40%
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.726.945	25,47%	3.116.927	12,70%	4.333.421	23,77%
6.08.05	Outros	2.459.472	8,11%	1.272.410	5,18%	642.288	3,52%

Setor Não Cíclico

	<i>Beneficiários</i>	2009	%	2008	%	2007	%
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	28.330.426	100,00%	21.870.290	100,00%	17.166.472	100,00%
6.08.01	Pessoal	6.497.487	22,93%	4.975.393	22,75%	3.967.472	23,11%
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.915.863	52,65%	10.731.107	49,07%	9.237.111	53,81%
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.302.843	11,66%	3.888.493	17,78%	1.741.127	10,14%
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.471.475	12,25%	2.149.235	9,83%	2.220.762	12,94%
6.08.05	Outros	142.758	0,50%	126.062	0,58%	0	0,00%

Setor Cíclico

	<i>Beneficiários</i>	2009	%	2008	%	2007	%
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.697.190	100,00%	12.559.699	100,00%	10.861.570	100,00%
6.08.01	Pessoal	4.333.860	37,05%	4.260.514	33,92%	4.150.481	38,21%
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.729.434	40,43%	5.058.109	40,27%	4.939.660	45,48%
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.136.383	18,26%	2.821.692	22,47%	1.824.265	16,80%
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	493.601	4,22%	414.900	3,30%	-58.080	-0,53%
6.08.05	Outros	3.912	0,03%	4.484	0,04%	5.244	0,05%

Setor Tecnologia

	<i>Beneficiários</i>	2009	%	2008	%	2007	%
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.880.432	100,00%	2.157.120	100,00%	1.922.122	100,00%
6.08.01	Pessoal	1.278.778	44,40%	933.034	43,25%	733.342	38,15%
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	793.000	27,53%	617.882	28,64%	763.476	39,72%
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	308.218	10,70%	216.233	10,02%	88.626	4,61%
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	492.838	17,11%	389.971	18,08%	336.678	17,52%
6.08.05	Outros	7.598	0,26%	0	0,00%	0	0,00%

Setor Telecomunicação

	<i>Beneficiários</i>	2009	%	2008	%	2007	%
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	72.796.988	100,00%	64.540.624	100,00%	56.163.552	100,00%
6.08.01	Pessoal	7.879.821	10,82%	5.859.835	9,08%	4.744.945	8,45%
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	46.570.643	63,97%	37.640.771	58,32%	35.675.100	63,52%
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.546.200	21,36%	14.144.233	21,92%	7.821.657	13,93%
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.494.280	3,43%	6.702.831	10,39%	7.820.325	13,92%
6.08.05	Outros	306.044	0,42%	192.954	0,30%	101.525	0,18%

Setor Utilidade Pública e Energia

	<i>Beneficiários</i>	2009	%	2008	%	2007	%
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	138.798.748	100,00%	131.079.018	100,00%	122.402.775	100,00%
6.08.01	Pessoal	18.177.552	13,10%	15.838.664	12,08%	13.942.211	11,39%
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	67.628.568	48,72%	68.641.548	52,37%	65.638.381	53,62%
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.972.205	17,27%	17.443.185	13,31%	20.238.572	16,53%
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	25.084.701	18,07%	22.879.004	17,45%	19.491.935	15,92%
6.08.05	Outros	3.935.722	2,84%	6.276.617	4,79%	3.091.676	2,53%

Setor Financeiro e Outros

	<i>Beneficiários</i>	2009	%	2008	%	2007	%
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	186.009.644	100,00%	133.168.644	100,00%	139.431.387	100,00%
6.09.01	Pessoal	53.050.215	28,52%	41.338.980	31,04%	34.062.864	24,43%
6.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	56.985.831	30,64%	25.867.770	19,42%	35.289.807	25,31%
6.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.157.573	8,69%	19.562.443	14,69%	21.765.411	15,61%
6.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	59.392.637	31,93%	46.556.104	34,96%	47.745.223	34,24%
6.09.05	Outros	423.388	0,23%	(156.653)	-0,12%	568.082	0,41%

Consolidado de todos os Setores

	<i>Beneficiários</i>	2009	%	2008	%	2007	%
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	681.958.884	100,00%	649.783.905	100,00%	587.827.138	100,00%
6.08.01	Pessoal	130.876.764	19,19%	110.184.441	16,96%	95.076.726	16,17%
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	300.422.739	44,05%	259.686.733	39,97%	258.903.337	44,04%
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	88.608.098	12,99%	120.217.561	18,50%	83.049.406	14,13%
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	154.104.804	22,60%	151.964.647	23,39%	145.962.398	24,83%
6.08.05	Outros	7.946.479	1,17%	7.730.523	1,19%	4.835.271	0,82%

ANEXO V - Dados e Valores utilizados para teste de comparações múltiplas

Para as análises realizadas os dados referentes ao valor adicionado por setor econômico e respectiva participação dos **componentes Pessoal, Governo, Terceiros e Acionistas** por período foram os apresentados na tabela 08.

Valor Adicionado no período	Ano	Componente	Setor
2378038	1	4	3
7726945	1	4	4
3471475	1	4	5
3471475	1	4	6
492838	1	4	7
2494280	1	4	8
25084701	1	4	9
59392637	1	4	10
15668000	1	1	1
12133699	1	1	2
6034594	1	1	3
5822758	1	1	4
6497487	1	1	5
6497487	1	1	6
1278778	1	1	7
7879821	1	1	8
18177552	1	1	9
53050215	1	1	10
78316132	1	2	1
19140362	1	2	2
3257434	1	2	3
8085472	1	2	4
14915863	1	2	5
14915863	1	2	6
793000	1	2	7
46570643	1	2	8
67628568	1	2	9
56985831	1	2	10
13229254	1	3	1
5804490	1	3	2
1913663	1	3	3

continua

Valor Adicionado no período	Ano	Componente	Setor
3302843	1	3	5
3302843	1	3	6
308218	1	3	7
15546200	1	3	8
23972205	1	3	9
16157573	1	3	10
31845413	1	4	1
20724876	1	4	2
30513428	2	4	1
37100077	2	4	2
2142170	2	4	3
3116927	2	4	4
2149235	2	4	5
2149235	2	4	6
389971	2	4	7
6702831	2	4	8
22879004	2	4	9
46556104	2	4	10
23228027	2	4	1
14536466	2	1	1
11406543	2	1	2
5983324	2	1	3
5051688	2	1	4
4975393	2	1	5
4975393	2	1	6
933034	2	1	7
5859835	2	1	8
15838664	2	1	9
41338980	2	1	10
14174270	2	1	1
85319642	2	2	1
15946065	2	2	2
3438036	2	2	3
6425803	2	2	4
10731107	2	2	5
10731107	2	2	6
617882	2	2	7
37640771	2	2	8

continua

Valor Adicionado no período	Ano	Componente	Setor
25867770	2	2	10
74035924	2	2	1
10969495	2	3	1
39936636	2	3	2
2554503	2	3	3
8680648	2	3	4
3888493	2	3	5
3888493	2	3	6
216233	2	3	7
14144233	2	3	8
17443185	2	3	9
19562443	2	3	10
16312150	2	3	1
38069998	3	4	2
2774109	3	4	3
4333421	3	4	4
2220762	3	4	5
2220762	3	4	6
336678	3	4	7
7820325	3	4	8
19491935	3	4	9
47745223	3	4	10
10894199	3	1	2
4763291	3	1	3
3643651	3	1	4
3967472	3	1	5
3967472	3	1	6
733342	3	1	7
4744945	3	1	8
13942211	3	1	9
34062864	3	1	10
25111002	3	2	2
2499504	3	2	3
5713372	3	2	4
9237111	3	2	5
9237111	3	2	6
763476	3	2	7
35675100	3	2	8

continua

Valor Adicionado no período	Ano	Componente	Setor
35289807	3	2	10
7962495	3	3	2
1393965	3	3	3
3901138	3	3	4
1741127	3	3	5
1741127	3	3	6
88626	3	3	7
7821657	3	3	8
20238572	3	3	9

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)